02
1.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Estado do Paraná
CNPJ: 76.208.867/0001-07
Endereço: RUA PARANA - 5000 Complemento CEP: 85810011
Telefone: (45) 3321-2020 Cidade: Cascavel

Requisição ao Compras

Req. Nº: 5656/2026 **Emitida em: 18/08/2026** **Processo Digital: 121056/2026**

Dados da Licitação **Modalidade/Nro:** _____

Registro de Preços? - Não
Dispensa/Inexigibilidade? - Sim
Aplicar § 1º do Art 4 da Lei Complementar nº 112/2020? - Não
Recurso Federal? - Não
Recurso Estadual? - Não
Centro de Custo: 30.001.001 - SEPLAG - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Responsável: JOACIR APARECIDO COSMA

Objetivo/Aplicação dos Produtos:

INTENÇÃO 596/2026 - Contratação de empresa especializada para realização de serviços de operacionalização de Concurso Público.

Recursos Utilizados

Código Reduzido:	1386
Funcional Programática:	3014122620173.339.039.480.000.000.000
Órgão:	30 - Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão
Unidade:	1 - Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão
Ação:	2017 - Realizar processos de seleção (concurso público ou teste seletivo de execução direta ou indireta), de acordo com as necessidades administrativas e condições legais.
Vínculo:	14 - C/C 17.051-8 - Concurso Público
Subelemento:	3.339.039.480.000.000.000 - Serviços de seleção e treinamento

Item	Qtde.	Unid.	Código - Descrição do Material/Serviço	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UND	485310 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E CADASTRO RESERVA DE CARGOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL.	571.500,00	R$571.500,00

Valor Total: R$571.500,00

(quinhentos e setenta e um mil e quinhentos reais)

Valor Total Requisição: 571.500,00

Local de Entrega:	Prefeitura Municipal de Cascavel	**Telefone:** (45) - 4533212230	
Rua:	PARANA	**Nro:** 5000	
Bairro:	CENTRO	**CEP:** 85.810-010	
Prazo de Entrega:	15 Dias		
Condição de Pagamento:	30 dias após apresentação da Nota Fiscal.		
Prazo de Vigência do Contrato:	12 meses		

Emissor: EDINALDO MARCONDES DE OLIVEIRA Telefone: (45) - 33212230

Edinaldo Marcondes de Oliveira
Gestão e Finanças

Resp. Setor. Solicitante
Data: __/__/____

RECEBIDO EM 22/08/26 ÀS 11:00
Secretaria de Planejamento e Gestão
Divisão de Licitações
Divisão de Contratos

Bom 28/08/26
Bruna C. Da Motta
Agente Admin 11:31

Joacir Aparecido Cosma
Secretário de Planejamento e Gestão

Secretário(a) Solicitante
Data: __/__/____

03

MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Estado do Paraná
CNPJ: 76.208.867/0001-07
Endereço: RUA PARANA - 5000 Complemento
Telefone: (45) 3321-2020
CEP: 85810011
Cidade: Cascavel

Requisição ao Compras

Req. Nº: 5656/2026 **Emitida em: 18/08/2026** **Processo Digital: 121056/2026**

Do Gabinete do Prefeito,

Autorizo o início do procedimento de licitação, dispensa ou inexigibilidade, nos termos do artigo 74 e 75 da Lei nº. 14133/2021, correspondente a solicitação formulada na Requisição ao Compras supracitada, e encaminhe-se ao setor competente para verificação de compatibilidade e disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos da legislação pertinente.

RENATO SILVA
Prefeito(a) Municipal

Informamos que a(s) despesa(s) constante(s) da Requisição ao Compras supracitada, tem compatibilidade com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Orçamentária Anual, nos termos da legislação pertinente.

Joacir Aparecido Cosma
Secretário de Planejamento e Gestão

Carimbo e assinatura do responsável pela informação

Informamos que os recursos financeiros para pagamento da(s) despesa(s) constante(s) da Requisição ao Compras supracitada, constam da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos da legislação pertinente.

Carimbo e assinatura do Secretário Municipal de Finanças

Jorsilei O. Guerrero
Secretário de Finanças

Sonia Klann
Encarregada de Setor
Divisão de Execução Orçamentária

04
1

MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Estado do Paraná
CNPJ: 76.208.867/0001-07
Endereço: RUA PARANA - 5000 Complemento
Telefone: (45) 3321-2020
CEP: 85.810-011
Cidade: Cascavel

Nota de Reserva de Dotação

Número:
14625/2026

O ordenador da despesas para efeito da execução orçamentária, nos termos da legislação vigente, determina que seja reservada a despesa abaixo classificada:

Dotação

Referência de Dotação:	1386	
Órgão:	30	Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão
Unidade:	001	Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão
Função:	0004	Administração
Subfunção:	0122	Administracao Geral
Programa:	0006	Gestão de Recursos e Suporte Administrativo
Ação:	2017	Realizar processos de seleção (concurso público ou teste seletivo de execução direta ou indireta), de acordo com as necessidades administrativas e condições legais.
Elemento:	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
Subelemento:	3339039480000000000	Serviços de seleção e treinamento
Vínculo:	00014	C/C 17.051-8 - Concurso Público

Histórico
Reserva automática referente a alteração da Requisição 5656/2026 - Recurso 1.

Valor
QUINHENTOS E SETENTA E UM MIL E QUINHENTOS REAIS

Movimentações

Sequência	Data	Valor
1	18/08/2026	571.500,00

Joaci Aparecido Cosma
Secretário de Planejamento
e Gestão

05

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)

Secretaria/Unidade Requisitante: SEPLAG – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – Departamento de Gestão de Pessoas – Divisão de Gestão do Quadro de Pessoal	
Responsável pela Demanda: Aline Suelen Gurkevicz Sanches	**Matrícula:** 33.168-2
E-mail: aline.sanches@cascavel.pr.gov.br	**Telefone:** (45) 3321-2285

1. **Objeto da futura contratação:** Contratação de empresa especializada para realização e operacionalização de Concurso Público para provimento de vagas temporárias e cadastro reserva de cargos públicos no Município de Cascavel;

1.1. Objeto:

(x) Serviço não continuado

( ) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra

( ) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra

( ) compra

( ) Locação

( ) Obra

( ) Serviço Comum de Engenharia

( ) Serviço de tecnologia da informação e de comunicação

( ) concessão e permissão de uso de bens públicos

( ) alienação e concessão de direito real de uso de bens

2. Forma de Contratação sugerida:

( ) Pregão

( ) Concorrência

(x) Dispensa/Inexigibilidade

( ) Adesão à IRP de outro Órgão

3. Estimativa de valor da contratação por meio de procedimento simplificado

Para estimativa do valor da contratação, foi utilizado o orçamento encaminhado pela

06

Fundação de Apoio ao Campus de Paranavaí – FAFIPA, no valor de R$ 571.550,00.

Considerou-se, ainda, o histórico recente de contratações da mesma banca, destacando-se:

O último contrato firmado entre este Município e a referida Fundação, para a realização de concurso público, no valor total de R$ 381.200,00.

Contrato celebrado em 2025 entre a Prefeitura de Cascavel e a FAFIPA, no valor de R$ 381.200,00, para objeto similar.

Foram também observados valores praticados em contratações similares por outros órgãos da Administração Pública, obtidos por meio de consultas a portais de transparência e sistemas oficiais de compras governamentais.

Com base nas fontes acima e considerando atualização monetária prospectiva, o valor de referência para esta contratação foi fixado em R$ 571.550,00

4. Justificativa da necessidade da contratação da solução, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

A contratação de empresa especializada para a realização e operacionalização do concurso público do Município de Cascavel é necessária, pois os serviços demandam conhecimento técnico e estrutura que não estão entre as atribuições dos cargos de carreira do quadro de servidores municipais.

O serviço inclui planejamento, elaboração do edital, inscrições, aplicação e correção de provas, divulgação de resultados e homologação, etapas que exigem expertise e logística específicas, impossíveis de serem executadas internamente.

Dessa forma, a contratação atende às necessidades da Secretaria de Planejamento e Gestão, garantindo eficiência, transparência e regularidade no provimento dos cargos efetivos, em conformidade com o disposto nos artigos 48 e 49 da Lei nº 14.133/2021.

5. Quantidade de material da solução a ser contratada (expectativa)

Item	*Descrição*	*Quantidade*	*Valor Unitário*	*Valor Total*
1	*Contratação de empresa especializada para realização e operacionalização de concurso público*	*1,00*	571.550,00	*R$* 571.550,00

07

6. Previsão de entrega dos bens ou da obra ou do serviço

Conclusão dos serviços no prazo de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, abrangendo todas as etapas do Concuso Público.

7. Créditos Orçamentários

7.1. Ação Orçamentária: *2017 - Realizar Processos de Seleção (Concurso Público ou* Teste Seletivo de execução direta ou indireta), de acordo com as necessidades administrativas e condições legais.

7.2. Plano de Contratação Anual: intenção nº *596/2026*

8. Previsão de data pretendida para a conclusão da contratação (assinado o instrumento contratual)

Prevê-se a assinatura do instrumento contratual até 02 de novembro de 2026.

9. Grau de prioridade da compra ou da contratação

( ) baixo
( ) médio
(x) alto

10. A presente contratação/aquisição depende de objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas:

(__) Não
(x) Sim . Intenção nº 596/2026

11. Indicação do(s) integrante(s) da equipe de planejamento

11.1. *Jéssica Medeiros, Agente Administrativo, 33.069-1*

11.3. *Aline Suelen Gurkevicz Sanches, Agente Administrativo, 33.168-2*

12. Indicação do(s) integrante(s) da equipe de fiscalização

12.1. *Tatiana Waleska Cardozo Zaror, Gestor, 26.740-1*

12.2. *Karina Bondezan da Rocha, Fiscal de Contrato, 27.191-1*

12.3 *Ricardo Barbosa, Suplente de Fiscal 36.435-1*

08
1

Declaro que os servidores indicados, foram comunicados e estão cientes de suas atribuições. Submeto o Documento de Formalização da Demanda para avaliação.

Aline Suelen Gurkevicz Sanches
33.168-2

Jéssica Medeiros
33.069-1

Joacir Aparecido Cosma
Secretário de Planejamento e Gestão

09
1.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é prover a manutenção do quadro de cargos, por meio de Concurso Público para provimento de vagas efetivas no âmbito Municipal.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021 e **inciso I do art. 9° da IN 006/2023-SEPLAG**).

A contratação de empresa para realização de Concurso Público visa cumprir o inciso II, artigo 37 da Constituição Federal, a qual determina que o provimento de vagas para cargos públicos se dará mediante aprovação em Concurso Público.

A seleção de cargos que fará parte do respectivo certame se deu em conformidade com as solicitações das Secretarias no âmbito Municipal por meio do planejamento apresentado pelas mesmas na LDO, assim como as demandas de reposições represadas de todas as secretarias municipais.

Considerando o disposto na Constituição Federal, o provimento de vagas dentro dos entes federativos só pode ocorrer por meio de Concurso de Provas e Títulos. O processo de seleção em questão, pode ocorrer de duas maneiras, por execução direta do ente, ou por contratação de empresa. O Município de Cascavel tem a capacidade de realizar processos de seleção por meio de execução direta para demandas pequenas, limitado à aplicação somente de provas objetivas. O processo em questão demandará aplicação de Prova Objetiva, Prova Dissertativa, Prova de Títulos e Prova Prática.

A necessidade de contratação de empresa especializada justifica-se pelo fato de o Município não possuir estrutura física, tampouco de pessoal, para operacionalização de um processo de seleção que envolva um número elevado de inscritos, bem como para operacionalização de todas as etapas pertinentes ao processo em questão.

A empresa organizadora de concursos pretendida possui pessoal capacitado para elaboração das provas, comprovadamente por meio de títulos de Especialização, Mestrado e Doutorado, com ampla experiência no ramo de elaboração de questões e demais etapas que envolvem o processo.

Por tratar-se de cargos que exigem nível fundamental, médio e superior, a expectativa de inscritos é alta e, portanto, faz-se necessária a contratação de empresa que possua equipamentos e sistema de informação qualificados garantindo a lisura e eficiência na realização do referido certame.

Salientamos que a empresa pretendida, Fundação de Apoio ao Campus de Paranavaí - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA, possui ampla estrutura no que tange a logística de impressão e garantia do sigilo do processo, atua em todo o Brasil, e possui grande reconhecimento em todo o Estado do Paraná, com capacidade de organizar e aplicar diversos processos de concurso concomitantemente.

A referida empresa já realizou processos no Município de Cascavel e em toda a região, demonstrando responsabilidade, modernidade na aplicação de suas etapas e eficiência em seus resultados.

A licitação deverá acontecer na modalidade Dispensa a fim de priorizar a contratação de uma instituição que tem finalidade de promoção de ensino e pesquisa, com inquestionável reputação ético-profissional e técnica, de forma que tal contratação tem fulcro no artigo 75 inciso XV da Lei 14.133/2021, atuando há tempo considerável na área de organização de Seleções Públicas, elaborando Concursos.

2 –DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021 e **inciso II do art. 9° da IN 006/2023-SEPLAG**).

A licitação deverá acontecer na modalidade Dispensa, a fim de priorizar a contratação de uma instituição que tem finalidade de promoção de ensino e pesquisa, com inquestionável reputação ético-profissional e técnica, de forma que tal contratação tem fulcro no Art. 75, inciso XV, da Lei Federal n° 14.133/2021:

> Art. 75. É dispensável a licitação:
> (...)
> XV - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;

Outrossim, a Súmula n° 287 do Tribunal de Contas da União esclarece:

> "É lícita a contratação de serviço de promoção de concurso público por meio de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, (*alterado pelo art. 75, inciso XV, da Lei 14.133/2021), desde que sejam observados todos os requisitos previstos no referido dispositivo e demonstrado o nexo efetivo desse objeto com a natureza da instituição a ser contratada, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado".

A Instituição deverá atender às cláusulas pré-estabelecidas no Termo de Referência, inclusive, quanto à legislação municipal vigente. Deverá atender, também, à documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista.

Além disso, deve ser uma entidade sem fins lucrativos de caráter educacional e ter inquestionável reputação ética, atendendo aos requisitos da Lei n.° 14.133/2021, atuando há tempo considerável na área de organização de Seleções Públicas, elaborando Concursos somente de forma completa com todas as etapas, desde planejamento e organização até a execução final do processo, de acordo com as fases solicitadas pelo Município.

As provas devem ser desenvolvidas com rigoroso sigilo, primando pela produção de questões inéditas, composta por banca avaliadora formada por especialistas, mestres e doutores experientes em avaliações públicas, contendo ainda estrutura e aparelhamento de segurança para garantir a inviolabilidade e integridade das provas.

3 – CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS.

Fundamentação: O catálogo eletrônico de padronização constitui ferramenta informatizada, disponibilizada e gerenciada pela Administração Pública Direta Municipal, com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem contratados pela Administração e que estarão disponíveis para a licitação ou para contratação direta. (inciso II do § 1° do art. 19 da Lei 14.133/2021 e **Portaria 0107/2023 - SEPLAG.)**

No que se refere ao catálogo eletrônico de padronização foi realizada consulta ao link https://www.gov.br/pncp/pt-

br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itenspadronizados, no qual é possível consultar o catálogo eletrônico do Governo Federal, e verifica-se que o mesmo disponibiliza para consulta somente os itens água mineral natural, sem gás, café e açúcar. Assim, não atendendo ao objeto desta aquisição.

4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso III do art. 9° da IN 006/2023-SEPLAG.)

Considerando o disposto na Constituição Federal, o provimento de vagas dentro dos entes federativos só pode ocorrer por meio de Concurso de Provas ou Provas e Títulos. O processo de seleção em questão ocorrerá por meio da contratação de empresa.

Conforme exposto na descrição da necessidade, o Município de Cascavel possui capacidade apenas para certames de pequeno porte, restritos a provas objetivas. Considerando que este concurso exigirá etapas adicionais e grande volume de candidatos, mostra-se imprescindível a contratação de instituição especializada, com experiência comprovada no setor.

A empresa organizadora de concursos possui profissionais capacitados para elaboração das provas, comprovadamente por meio de títulos de Especialização, Mestrado e Doutorado, com ampla experiência no ramo de elaboração de processos seletivos.

Por tratar-se de cargos que exigem nível fundamental, nível médio e nível superior, a expectativa de inscritos é alta e, portanto, faz-se necessária a contratação de empresa que possua equipamentos e sistema de informação qualificados garantindo a lisura e eficiência na realização do referido Concurso Público.

Ademais, a contratação por meio de dispensa de licitação irá afastar o risco de licitação deserta, pois a Instituição já se colocou à disposição para realizar o referido processo. Sendo notório que a empresa contratada possui reputação ilibada, possuindo grande reconhecimento na região, podendo ser possível garantir que cumprirá fielmente suas obrigações, pois não há registro de ocorrência que desabone técnica ou operacionalmente a Instituição.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7° e **inciso IV do art. 9° da IN 006/2023-SEPLAG**).

A solução é a contratação de Fundação constituída estatutariamente com a finalidade de promoção do ensino e pesquisa com unidade que ofereça serviço especializado para organização e operacionalização de concurso público para provimento de vagas e cadastro reserva para cargos efetivos do quadro do Município, realizada por meio de dispensa de licitação.

A execução do serviço se dará nas etapas que seguem:

1. A contratada revisa e entrega o conteúdo programático a ser aplicado nas Provas Objetivas;
2. A contratada envia para aprovação o Cronograma de execução do Concurso Público;
3. A contratada entrega o Edital de Abertura;
4. A contratada entrega a lista de candidatos inscritos;
5. Realização da Prova Objetiva, por parte da contratada;
6. Entrega do resultado da Prova, com desempate;
7. Realização da Banca de Verificação Fenotípica;

8. Entrega do resultado da Banca de Verificação Fenotípica;
9. Publicação do Edital de Homologação do Resultado Final;
10. Entrega do Banco de Dados de todos os candidatos.

12
1.

6 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e **inciso V do art. 9° da IN 006/2023-SEPLAG.**).

O serviço contratado é de natureza não continuada, e sim por escopo, consistindo na contratação de empresa para operacionalização de Concurso Público, podendo a execução ser subdividida em mais de um edital de abertura de acordo com a especificidade dos cargos. O edital prevê apenas aplicação de Prova Objetiva, com previsão de contrato de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do Termo de Dispensa de Licitação.

7– ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1° da Lei 14.133/21 e **inciso VI do art. 9° da IN 006/2023-SEPLAG**).

O valor da contratação é de R$ 571.500,00 (Quinhentos e setenta e um mil e quinhentos reais).

8 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e **inciso VII do art. 9° da IN 006/2023-SEPLAG**).

O serviço contratado será realizado de forma integral, sendo a operacionalização de Concurso Público para provimento de vagas e cadastro reserva de cargos públicos no Município de Cascavel, podendo ser subdividido em etapas de execução somente para fins de delimitar o pagamento das parcelas, sendo que cada parcela será paga após a execução de uma etapa específica do Concurso Público de acordo com o demonstrativo abaixo.

Parcela	Descrição da etapa executada	Pagamento
1ª	Pagamento em até 10 dias após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições.	50% (cinquenta por cento) do valor do contrato.
2ª	Pagamento em até 10 dias após a publicação do Edital com Resultado Preliminar (Notas Prova Objetiva).	25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.
3ª	Pagamento em até 10 dias após a publicação da Homologação do Resultado Final do Concurso Público.	25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

Caso haja cálculo de equiparação, o valor correspondente à diferença entre o quantitativo estimado de inscritos e as inscrições homologadas será descontado ou acrescido na última parcela do contrato.

9 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e

inciso VIII do art. 9º da IN 006/2023-SEPLAG).

Não se vislumbra nenhuma contratação correlata ou que venha a depender da contratação em tela.

13

10 - DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL.

Fundamentação: Identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 12, inciso VII da Lei 14.133/21 e **inciso IX do art. 9º da IN 006/2023-SEPLAG.)**

Considerando que a Administração Municipal está em fase de implantação do Plano de Contratações Anual (PCA), informamos que a presente demanda foi prevista no referido Plano, porém o mesmo encontra-se em fase de elaboração, não havendo no momento documento conclusivo, estando prevista na Intenção nº 596/2026.

11 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e **inciso X do art. 9º da IN 006/2023-SEPLAG**), bem como em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

A contratação de empresa especializada trará benefícios diretos para o Município de Cascavel/PR, pois visa garantir a qualidade das provas aplicadas, resultando em uma eficiente seleção de candidatos que na sequência se tornarão servidores públicos municipais.

A contratação por dispensa reduz o risco de licitação deserta, risco este já identificado em processos anteriores.

12 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e **inciso XI do art. 9º da IN 006/2023-SEPLAG**).

Não há providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato.

13 – DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e **inciso XII do art. 9º da IN 006/2023-SEPLAG**)

Os resíduos gerados com a aplicação das provas devem ser corretamente destinados de acordo com sua classificação. O processo tem objetivo de proporcionar o acesso da população ao serviço público promovendo sustentabilidade econômica e social.

14 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. **(inciso XIII do art. 9º da IN 006/2023-SEPLAG)**. Com isso, considerando que o objetivo do processo de concurso é a obtenção de uma lista de

candidatos classificados para prover a manutenção do quadro de servidores da Administração Direta e Indireta no âmbito Municipal, considerando que a reposição de servidores exonerados/aposentados é parte imprescindível para continuidade dos serviços prestados à população, assim como a abertura de novos serviços depende de acréscimo de pessoal ao quadro atual.

Dessa forma, declaramos que a contratação, por meio de dispensa de licitação, da Fundação constituída estatutariamente com a finalidade de promoção do ensino e pesquisa, com inquestionável reputação ético-profissional e técnica, que preste serviço especializado para organização e operacionalização de Concurso Público para provimento de vagas e cadastro reserva é a solução mais viável para o Município de Cascavel/PR.

15. INDICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO.

Jéssica Medeiros - 33.069-1 - Agente Administrativo

Aline Suelen Gurkevicz Sanches - 33.168-2 - Agente Administrativo

16. INDICAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO E FISCAIS.

GESTOR - Tatiana Waleska Cardozo Zaror - 26.470-1 - Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

FISCAL - Karina Bondezan da Rocha - 27.191-1- Gerente da Divisão de Gestão do Quadro de Pessoal

SUPLENTE DE FISCAL - Ricardo Barbosa - 36.435-1 - Agente Administrativo

Cascavel, 18 de agosto de 2026.

Elaborado por:

Aline Suelen Gurkevicz Sanches

33.168-2

Luana Kaila Miller Oliveira

35.142-1

De acordo,

Joacir Aparecido Cosma

Secretario de Planejamento e Gestão

MEMÓRIA DE CÁLCULO - CONTRATAÇÃO DE BANCA DE CONCUSO PÚBLICO

INTENÇÃO: XXX/2026

OBJETO: Contratação de empresa para operacionalização de Concurso Público

ITEM	Descrição dos Itens	Ano referência	Quantidade de inscritos	Empresa
1	Concurso Publico - Município de Cascavel	92/2024	5.590	**Fundação FAFIPA**
2	Concurso Publico - Município de Cascavel	223/2024	2.927	**Fundação FAFIPA**
3	Concurso Publico - Município de Cascavel	222/2024	3.760	**Fundação FAFIPA**
4	Concurso Publico - Município de Cascavel	277/2025	7.911	**Fundação FAFIPA**

Justificativa para a Abertura de Concurso Público no Município de Cascavel

A realização de Concurso Público pelo Município de Cascavel justifica-se pela necessidade de recomposição do quadro de pessoal efetivo, atualmente defasado em razão de aposentadorias, exonerações e aumento da demanda por serviços públicos essenciais.

A insuficiência de servidores compromete a continuidade e a eficiência administrativa, impactando diretamente a prestação dos serviços à população. Nesse contexto, o provimento de cargos efetivos mostra-se medida indispensável para garantir a regularidade e a qualidade das atividades desempenhadas pela Administração Pública.

Ressalta-se que a investidura em cargos públicos deve observar o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, sendo o concurso público o meio adequado para assegurar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Destaca-se, ainda, que a medida contribui para a substituição de vínculos precários, promovendo maior estabilidade institucional e redução de riscos jurídicos.

Por fim, registra-se que a realização do certame observa os limites e condições estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, com previsão orçamentária e compatibilidade com o planejamento financeiro do Município.

Cascavel, 18 de agosto de 2026

Elaborado por:

Aline Suelen Gurkevicz Sanches
Matricula nº 33.168-2

Luana Kaila Miiller Oliveira
Matrícula nº 35.142-1

Joacir Aparecido Cosma
Secretário de Planejamento e Gestão

45

16
1.

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

5656/2026 Contratação de empresa especializada para realização e operacionalização de Concurso Público para provimento de vagas e cadastro reserva de cargos públicos no Município de Cascavel.	Responsável pela Edição Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão	Data de Criação 18/08/2026

FASE DE ANÁLISE

RISCO 01			
(x) Planejamento da Contratação ( ) Seleção do Fornecedor ( ) Gestão do Contrato			
Probabilidade:	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto

Id	Dano
1.	Empresa não executar uma das fases do Concurso Público

Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Elaborar um Termo de Referência com critérios de penalidades.	1. Divisão de Gestão do Quadro de Pessoal/SEPLAG
2.	Fiscalizar as etapas do processo junto à empresa contratada	2. Fiscal do Contrato

Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Aplicar as sanções administrativas previstas, previsão de multa de acordo com a Lei nº 14.133/2021.	Departamento de Gestão de Aquisições Públicas/SEPLAG

RISCO 02			
(x) Planejamento da Contratação ( ) Seleção do Fornecedor ( ) Gestão do Contrato			
Probabilidade:	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	(x) Baixo	( ) Médio	( ) Alto

17

RISCO 02		
Id	**Dano**	
1.	Que o licitante não tenha suporte para oferecer o serviço dentro da demanda e características pertinentes.	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Elaborar um Termo de Referência com critérios de penalidades.	1. Divisão de Gestão do Quadro de Pessoal/SEPLAG
2.	Fiscalizar as etapas do processo junto à empresa contratada.	2. Fiscal do Contrato
Id	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.	Aplicar as sanções administrativas previstas, previsão de multa de acordo com a Lei nº 14.133/2021.	KARINA BONDEZAN DA ROCHA 27.191-1 RICARDO BARBOSA 36.435-1

Cascavel, 18 de agosto de 2026.

Elaborado por:

Aline Suelen Gurkevicz Sanches
Agente Administrativo
Matricula nº 33.168-2

Luana Kaila Miiller Oliveira
Agente Administrativo
Matrícula nº 35.142-1

De acordo:

Joacir Aparecido Cosma
Secretário de Planejamento e Gestão

18
1.

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, EXCETO TIC
[TAMBÉM APLICÁVEL PARA CONTRATAÇÃO INTEGRADA E SEMI-INTEGRADA]
LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
(Processo Administrativo nº 121056/2026)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço de empresa especializada para realização e operacionalização de Concurso Público para provimento de vagas e cadastro reserva de cargos públicos no Município de Cascavel, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Catser	Un. Med.	Quant.	Valor Un.	Valor Total
11	Prestação de serviços técnicos especializados para planejamento, organização e execução de Concurso Público, incluindo inscrições, aplicação de provas, correção, divulgação de resultados, recursos e demais etapas necessárias à seleção.	10014 – Recrutamento e Seleção de Pessoal/ Concurso Público / Vestibular	UND	01	571.500,00	R$ 571.500,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo e por escopo.

Prazo de vigência

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: MAI/2026

19
1.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto na Intenção nº 596/2025, sendo que o Plano de Contratações Anual encontra-se em elaboração.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 A instituição deverá ter a finalidade de promoção de ensino e pesquisa, com inquestionável reputação ético-profissional e técnica, entidade sem fins lucrativos de caráter educacional, atendendo aos requisitos da Lei n.º 14.133/21, atuando há tempo considerável na área de organização de Seleções Públicas, elaborando Concursos e Testes Seletivos somente de forma completa com todas as etapas, desde planejamento e organização até a execução final do processo, de acordo com as fases solicitadas pelo Município;

4.1.2 A Instituição deverá atender às cláusulas preestabelecidas neste Termo de Referência, inclusive, quanto às medidas de segurança de prevenção e combate à pandemias ou surtos endêmicos, bem como, à legislação municipal vigente. Deverá atender também à documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista; e

4.1.3 As provas devem ser desenvolvidas com rigoroso sigilo, deverão ser obrigatoriamente compostas por questões inéditas, constituída por banca avaliadora formada por especialistas, mestres e doutores experientes em avaliações públicas, contendo ainda estrutura e aparelhamento de segurança para garantir a inviolabilidade e integridade das provas.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - Condições de execução

5.1 Realizar os trabalhos que lhe são atribuídos com estrita observância aos preceitos da transparência, impessoalidade, moralidade, eficiência e legalidade, considerando as normas legais municipais, estaduais e federais que norteiam o assunto;

5.2 Possuir estrutura própria, como leitor de gabarito e sistema de informação, apropriada e capaz de atender as obrigações por parte da contratada;

5.3 Adaptar o sistema de informação com vistas às necessidades da contratante;

5.4 Observar as regras dispostas no Edital de Abertura de Concurso, o qual será elaborado pelo Município de Cascavel em conjunto com a contratada, no prazo previsto no item 10.14 e seus subitens deste Termo de Referência.

20
1.

5.5 Elaborar os editais de abertura assim como os demais editais que compõem o processo.

5.6 Em função das especificidades dos cargos, principalmente no que tange a obrigatoriedade de etapas como prova prática e prova de títulos, poderão ser abertos editais distintos;

5.7 Quando necessário, poderão ser publicados editais distintos para as etapas de Prova Escrita Objetiva, Prova Escrita Dissertativa, Prova de Títulos e Prova Prática, conforme as especificidades dos cargos, observado o cronograma de execução aprovado.

5.8 Receber as inscrições dos candidatos, por meio eletrônico, conforme especificado no item 7;

5.9 Receber os requerimentos de isenção da taxa de inscrição, de acordo com o previsto em legislação municipal e edital de concurso;

5.10 Fornecer arquivo digital dos candidatos inscritos, contendo todos os dados e informações contidos na ficha de inscrição destes;

5.11 Adaptar as provas e os locais de realização das mesmas, de acordo com as necessidades declaradas por candidatos com deficiência, de acordo com a análise e autorização da Comissão Organizadora de Concursos do Município;

5.12 Disponibilizar no site da contratada todas as informações referentes ao concurso, tais como: editais, avisos, gabaritos entre outros, para consulta e impressão;

5.13 A publicação dos editais de concurso em Órgão Oficial de imprensa ficará a cargo do Município de Cascavel, inclusive no que se refere aos custos gerados, cabendo à contratada apenas manter os editais em site próprio. A emissão dos documentos ficará sob responsabilidade do Município, sendo que a elaboração e formatação será em conjunto com a contratada.

5.14 Respeitar os horários para publicação no Órgão Oficial do Município, (envio de documentos para publicação até as 14h), enviando os documentos a serem publicados com antecedência mínima de 24 horas para possibilitar a assinatura e publicação dos mesmos.

5.15 Disponibilizar o ensalamento dos candidatos para impressão e consulta via Internet.

5.16 Elaborar, aplicar e corrigir as provas escritas, de acordo com as especificações descritas no item 8 e subitens deste Termo de Referência.

5.17 As provas deverão ser elaboradas por profissionais comprovadamente habilitados para as quais deverão ser consideradas as especificidades do cargo, tais como: nível de escolaridade, conteúdo programático, atribuições e habilidades do cargo.

5.18 A comprovação da habilitação dos profissionais responsáveis pela elaboração e fundamentação dos recursos deverá ser realizada por meio da entrega dos comprovantes de escolaridade (diplomas) destes profissionais à contratante.

5.19 Fornecer os resultados das provas escritas, objetiva e discursiva, com classificação e desempate, contendo: número da inscrição, nome do candidato, número do documento de identificação, data de nascimento e total de acertos nas questões específicas, quando couber, e média/nota final, por meio de documento impresso, devidamente assinado, e em arquivo de editor de texto ou planilha eletrônica.

5.20 Ainda deverá ser enviado arquivo digital conforme layout do SIAP – Sistema Integrado de Atos de Pessoal do Tribunal de Contas – PR, para fins de prestação de contas.

5.21 Fornecer arquivo digital para importação dos dados no Sistema de Recrutamento e Seleção contratado pelo Município de Cascavel conforme o layout definido pela empresa.

5.22 O desempate será realizado pela contratada, seguindo critérios objetivos definidos em edital, devendo o relatório de resultado final ser entregue ao Município com os desempates já realizados. Será utilizado o sorteio como último critério, sendo aplicado somente se persistir o empate depois de aplicados todos os demais critérios. Caso seja necessário utilizar o sorteio, ficará a cargo da Comissão Organizadora de Concurso realizá-lo.

21
1

5.23 Disponibilizar e remunerar os fiscais, coordenadores e equipes responsáveis pela limpeza, segurança e de primeiros socorros nos locais de realização das provas, conforme especificado no item 10 e subitens deste Termo de Referência, bem como providenciar os equipamentos e insumos necessários para o desenvolvimento das atividades pertinentes ao certame;

5.24 Manter representante da instituição, formalmente constituído, durante o período de organização, realização e conclusão do certame, o qual deverá manter-se disponível para o repasse de informações e orientações por parte da contratante.

5.25 Manter contato com os órgãos públicos responsáveis pela segurança e tráfego na localidade de realização das provas, objetivando conservar a segurança, a organização e a ordem nos locais de realização das provas;

5.26 Apresentar antes da finalização dos trabalhos declaração de que os responsáveis pela elaboração/correção das provas não são cônjuges, companheiro ou companheira, e parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau, dos candidatos inscritos, de acordo com Instrução Normativa TCE/PR vigente;

5.27 Cumprir as orientações e recomendações proferidas pela contratante.

5.28 Todos os equipamentos, materiais de expediente e demais insumos decorrentes da organização e realização de todas as etapas do processo seletivo abrangidas neste certame são de responsabilidade da contratada, ressalvados os casos explicitamente previstos em contrato.

5.29 A contratada deverá manter os originais dos cartões resposta e folhas das provas discursivas dos candidatos em arquivo, assim como os arquivos digitais referente à gravação em áudio e vídeo das etapas, quando couber, por pelo menos 05 (cinco) anos, a contar da data de realização das provas, fornecendo cópias e originais para análise, quando solicitado pela contratante.

5.30 As etapas que necessitam de gravação em áudio e vídeo , assim como a etapa da prova de títulos deverão ser encaminhadas por meio digital para a contratante.

5.31 Será exigida a alocação de profissionais devidamente habilitados para elaboração e avaliação das provas conforme as áreas de conhecimento atinentes aos cargos ofertados, bem como comprovação da qualificação desses profissionais.

6. DOS RECURSOS

6.1. Fornecer as respostas e fundamentação de possíveis recursos, dentro dos prazos estabelecidos pela Comissão Organizadora de Concursos do Município;

6.2. As respostas dos recursos deverão ser encaminhadas à Comissão Organizadora de Concursos do Município, devendo ser apresentadas de forma clara, concisa e fundamentada.

6.3. Os recursos dos candidatos poderão ser endereçados primeiramente à Comissão de Concursos do Município. A critério do Município poderá haver uma análise preliminar quanto à admissibilidade dos recursos que na sequência repassará à contratada os recursos que necessitarem de pareceres/respostas para fundamentar a decisão, que caberá a Comissão emitir.

6.4. Se a contratada possuir forma de recebimento dos recursos que considere eficiente e eficaz, o Município poderá avaliar tal opção quando da elaboração do edital de abertura do concurso.

6.5. Após análise de admissibilidade, e resposta fornecida pela Banca Elaboradora, caberá a Comissão Organizadora de Concursos a deliberação pela manutenção ou anulação da questão, assim como em casos omissos no edital de abertura e contrato.

7. DAS INSCRIÇÕES

7.1. É de responsabilidade da contratada a realização das inscrições para o concurso público, conforme especificado nos itens a seguir.

7.2. As inscrições deverão ser realizadas via Internet, por um período de pelo menos 15 (quinze) dias a ser determinado pelo Município.

7.3. No processo de realização das inscrições deverão ser solicitados, obrigatoriamente, os seguintes dados:

a) Nome completo do candidato;

b) Nome Social;

c) Data de Nascimento;

22
1.

d) Sexo do candidato;
e) Cargo pretendido;
f) Número do RG;
g) Número do CPF;
h) Telefone;
i) E-mail.

7.4. O sistema de informação deverá admitir apenas a inscrição na qual o CPF informado seja válido, com verificação junto ao banco de dados da Receita Federal.
7.5. Endereço completo, telefone fixo, telefone celular e e-mail.
7.6. Criação de senha individual para acessos específicos no sistema de concurso.
7.7. O sistema não pode permitir a efetivação do cadastro para inscrição contendo dados incompletos.
O link de Internet e a infraestrutura tecnológica disponibilizados pela contratada para realização das inscrições e divulgação dos editais deverão possuir capacidade e disponibilidade compatíveis com a demanda estimada do concurso, de modo a assegurar acesso simultâneo, estabilidade, segurança e continuidade do serviço durante os períodos de maior utilização.
7.8. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser feito unicamente por intermédio de boleto bancário, identificado com código da FEBRABAN.
7.9. Os boletos bancários deverão ser emitidos por instituição financeira indicada pelo Município, devendo os recursos serem creditados integralmente em conta corrente do Município de Cascavel.
7.10. O Município possui convênio com instituição financeira a fim de creditar os valores referentes à taxa de inscrição. Entretanto, cabe à contratada manter contato com a referida instituição para compatibilizar o sistema, solicitar chave de acesso, bem como realizar os testes necessários dos boletos referentes ao recolhimento da taxa de inscrição.
7.11. A contratada deverá fornecer ao Município, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar do dia útil subsequente ao encerramento das inscrições, arquivo magnético em planilha eletrônica ou editor de texto, contendo todos os dados referentes às inscrições realizadas a serem homologadas, a relação contendo aquelas não homologadas, identificando o respectivo motivo da não homologação, bem como dos candidatos isentos da taxa de inscrição, nos termos da Lei.
7.12. A contratada não poderá admitir inscrição paga fora do prazo estipulado no edital de abertura do concurso, tampouco aquela recolhida fora dos meios definidos em edital.

8. DAS PROVAS ESCRITAS – OBJETIVA, DISSERTATIVA E TÍTULOS

8.1. É de responsabilidade da contratada a organização de todo o processo para realização das provas.
8.2. As provas elaboradas pela contratada são de domínio do Município, podendo essa disponibilizar em seu Portal ou fazer qualquer outro tipo de uso que lhe for conveniente, uma vez que são produtos adquiridos, um dos objetos da licitação.
8.3. As provas deverão ser obrigatoriamente constituídas de questões objetivas, INÉDITAS, de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas diferentes, com apenas uma opção correta, e de elaboração de texto, quando couber.
8.4. Não poderão constar dentre as alternativas de respostas das questões as opções "N.D.A."- "nenhuma das alternativas", ou "todas as alternativas estão corretas" e/ou alternativas similares.
8.5. Entende-se por questões inéditas em concurso, aquelas que nunca foram publicadas ou impressas, tampouco questões idênticas ou semelhantes utilizadas em qualquer outro processo de seleção ou, ainda, que sejam consideradas de domínio público.
8.6. A composição das provas escritas está detalhado no item 10 e seus subitens.
8.7. As questões poderão ter pesos diferenciados entre si, conforme definido pelo Município no edital de concurso.
8.8. É de responsabilidade da contratada a elaboração do conteúdo programático o qual deverá ser revisado e aprovado pelo Município.
8.9. As questões deverão ser elaboradas, rigorosamente, em concordância com o conteúdo programático divulgado e atribuições dos cargos.
8.10. É de responsabilidade da contratada providenciar a adaptação das provas, dos equipamentos necessários e das salas especiais para os candidatos com deficiência, beneficiados com a reserva de vagas e ainda aos candidatos que solicitarem somente adaptações para realização da prova, conforme previamente deliberado pela Comissão de Concurso do Município.

23
1

8.11. As provas escritas poderão ser aplicadas aos candidatos em locais diferenciados desde que justificado, prevalecendo a opção por único local, sendo prerrogativa do Município a definição das datas e horários de realização das provas.
8.12. As provas aplicadas deverão ser disponibilizadas aos candidatos na forma definida pelo Município.
8.13. A correção das provas escritas objetivas deverá ser realizada por meio de leitura eletrônica/automatizada de cartões resposta sendo que esses deverão ser devidamente identificados com os dados pessoais do candidato e cargo pretendido devendo, ainda, conter campo específico para o colhimento da assinatura do candidato e dos fiscais de sala e, em havendo redação, as folhas definitivas para fins de correção não poderão conter dados do candidato, exceto código de identificação.
8.14. A contratada deverá fornecer os resultados da prova escrita no prazo definido no item 10 e subitens deste Termo de Referência, contendo o número da inscrição, o nome do candidato, o número do documento de identificação, a data de nascimento, as notas dos candidatos, inclusive da prova dissertativa, o total de acertos nas questões específicas para fins de desempate de nota e a classificação final, obedecidos todos os critérios de desempates.
8.15. É de responsabilidade da contratada a disponibilização dos locais de realização das provas escritas, sendo que, na data de realização, esses deverão estar devidamente higienizados, organizados, identificados e sinalizados para o recebimento dos candidatos.
8.16. A contratada deverá apresentar no prazo mínimo de 7 (sete) dias anteriores à data de realização das provas, contrato de locação ou documento equivalente que comprove o cumprimento do previsto no item 8.11 deste Termo de Referência.
8.17. O ensalamento dos candidatos deverá ser realizado respeitando-se a capacidade de cada sala, garantindo um espaçamento mínimo entre os candidatos, de forma a evitar a comunicação entre eles e garantir a lisura do processo e um ambiente adequado ao candidato.
8.18. O ensalamento dos candidatos com deficiência deverá ser feito de forma a respeitar sua deficiência e a condição especial solicitada. Podendo haver necessidade de alocar um único candidato por sala, respeitadas as solicitações dos candidatos e análise da Comissão Organizadora juntamente com a Equipe Multiprofissional.
8.19. A contratada deverá providenciar os equipamentos necessários à aplicação das provas aos candidatos com deficiência respeitadas às solicitações dos candidatos e análise da Comissão Organizadora juntamente com a Equipe Multi profissional.
8.20. É de responsabilidade da contratada a contratação de profissionais habilitados e capacitados para a elaboração das provas, sendo, também, de sua inteira responsabilidade, o total sigilo do conteúdo das provas.
8.21. A contratada deverá apresentar até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do edital de abertura, a relação dos elaboradores das provas, contendo: nome, graduação (comprovado por meio de certificado, juntamente com registro ao conselho de classe correspondente, devendo vir acompanhado das respectivas cópias autenticadas, atestando capacidade técnica para cada uma das áreas de conhecimentos afetas aos cargos ofertados), além das cópias de RG e CPF.
8.22. A contratada deverá apresentar no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis antes da realização da prova escrita, relação dos profissionais que atenderão os candidatos com deficiência, contendo o nome, o número do RG e CPF, bem como a formação específica na área da deficiência do candidato que atenderá, conforme segue:
8.23. Para atender os candidatos com deficiência auditiva, o profissional deverá comprovar formação em Curso de Tradutor e Intérprete de Libras, devendo vir acompanhado das respectivas cópias.
8.24. Para atender os candidatos com deficiência visual, mental ou física (quando couber), o profissional deverá comprovar formação em Curso de Educação Especial, devendo vir acompanhado das respectivas cópias.
8.25. Ao cargo de Professor caberá prova de títulos, sendo que a entrega dos títulos por parte dos candidatos ocorrerá em período a ser definido entre as partes, unicamente por meio de upload no sistema da contratada, que ficará responsável pela análise dos mesmos.

9. DAS PROVAS PRÁTICAS

9.1. Serão realizadas provas práticas para os cargos de Mecânico de Veículos à Diesel, Operador de Máquinas Leves, Operador de Máquinas Pesadas e Pedreiro de acordo com o especificado a seguir:
9.2. A prova prática dos cargos consistirá no desenvolvimento de atividades práticas, na presença de examinadores, abrangendo os conhecimentos profissionais necessários ao exercício dos cargos, com duração máxima a ser determinada no edital de concurso, e serão aplicadas ao quantitativo de candidatos aprovados de acordo com a linha de corte estabelecida no Edital de Abertura.
9.3. As provas práticas deverão ser aplicadas por profissionais capacitados nas áreas referentes aos cargos

acima relacionados.

9.4. A contratada deverá fornecer os resultados das provas práticas no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de realização das provas, contendo o número da inscrição, o nome do candidato, o número do documento de identificação, a data de nascimento, nota da prova objetiva, nota da prova prática, total de acertos nas questões específicas, média/nota final dos candidatos e classificação final, obedecidos todos os critérios de desempates.

9.5. Para a realização das provas práticas poderão ser utilizados locais e maquinários de propriedade do Município, a serem acordados entre as partes previamente à realização das provas.

9.5.1 Havendo necessidade de locação/aquisição de materiais a serem utilizados na aplicação das provas práticas, estes ficarão sob a responsabilidade da contratada.

9.5.2 Para os cargos onde se aplicará prova prática, obrigatoriamente a contratada deverá providenciar tendas (gazebo) que comportem os candidatos, equipe de organização, assim como garanta a execução das provas a serem realizadas ao ar livre.

9.6. Os locais e maquinários disponibilizados pelo Município deverão ser entregues, após a realização das provas, nas mesmas condições de conservação em que se encontravam antes de sua utilização, sendo de responsabilidade da contratada quaisquer danos ocorridos às instalações e aos maquinários durante o período em que estiverem sob sua responsabilidade.

9.7. São de responsabilidade da contratada, em relação à prova prática:

9.8. Contratação, coordenação, treinamento e pagamento dos examinadores, de acordo com as características descritas no item 5.6 e subitens;

9.9. Recepção, organização, identificação e orientação dos candidatos;

9.10. Aplicação dos testes, nos termos do contrato e dos editais de concurso, aos candidatos aprovados na prova escrita nos termos do item 8;

9.11. Organização e sinalização dos locais de prova para o recebimento dos candidatos e aplicação das provas;

9.12. Relatar em ata e comunicar à Comissão de Concurso e/ou Coordenação qualquer anormalidade no decorrer dos trabalhos;

9.13. A apuração dos resultados dos testes deverá ser fornecida ao Município, assim como cópia da avaliação de cada candidato.

9.14. Aquisição/locação de materiais necessários à aplicação de provas em áreas externas tais como barracas, gazebos etc.

10. DOS FISCAIS, APLICADORES E DEMAIS EQUIPES DE APOIO

10.1. A contratada deverá disponibilizar, em cada um dos locais de realização das provas, profissionais devidamente habilitados e capacitados para o desenvolvimento das seguintes atividades:

10.2. Aplicação das provas, de acordo com o descrito nos itens 5.4, 5.5 e 5.6 e seus subitens;

10.3. Coordenação dos locais de realização e das equipes envolvidas na aplicação das provas;

10.4. Recepção, organização, identificação e orientação dos candidatos;

10.5. Manutenção da segurança, de forma a garantir a integridade dos candidatos e dos locais de prova.

10.6. Equipe especializada em prestar primeiros socorros.

10.7. Equipe para limpeza e manutenção do local no decorrer da realização das provas.

10.8. É de responsabilidade da contratada o recrutamento, seleção, treinamento, coordenação e pagamento dos fiscais, examinadores e demais profissionais necessários para a realização da prova escrita.

10.9. Para a aplicação da prova escrita, a contratada deverá designar pelo menos 2 (dois) fiscais por sala com até 60 (sessenta) candidatos, acrescendo 1 (um) fiscal a cada 20 (vinte) candidatos adicionais.

10.10. Deverá designar, também, pelo menos 2 (dois) fiscais itinerantes, a cada 6 (seis) salas, sendo 1 (um) do sexo masculino e 1 (um) do sexo feminino.

10.11. Deverá designar 1 (um) fiscal por Banheiro, que fará o controle do fluxo de candidatos para seu uso, bem como para manter organizado e higienizado durante os trabalhos.

10.12. Deverá disponibilizar, ainda, aplicadores devidamente capacitados para a aplicação das provas aos candidatos com deficiência, quando necessário, conforme item 8.20 e subitens.

10.13. O valor de remuneração dos fiscais deve seguir o valor atual de mercado à época da aplicação de provas, podendo ser utilizado como referência a Lei Municipal nº 5.598/2010. Ainda, é obrigatório o fornecimento de lanche para os fiscais no período da manhã e da tarde.

10.14. **Local e horário da prestação dos serviços**

10.15. Os serviços prévios à aplicação das provas será prestado on line (correio eletrônico) por meio do contato da Empresa Contratada diretamente com o Departamento de Gestão de Pessoas da SEPLAG, por meio da Divisão de Gestão do Quadro de Pessoal.

25
1

10.16. As etapas de aplicação de provas serão realizadas no Município de Cascavel, sendo que o local de aplicação das etapas será divulgado por meio de edital específico.

10.17. Rotinas a serem cumpridas:

Etapa	Descrição	Prazo
1	A contratada revisa e entrega o conteúdo programático a ser aplicado nas Provas Escritas Objetivas.	Máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato.
2	A contratada envia para aprovação o Cronograma de Execução do Concurso Público.	Máximo de 15 (quinze) dias a contarda assinatura do contrato.
3	A contratada entrega o Edital de Abertura.	Máximo de 20 (vinte) dias a contar da assinatura do contrato.
4	A contratada entrega a lista de candidatos inscritos.	Máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar do dia subsequente ao encerramento das inscrições.
5	Realização da Prova Escrita Objetiva e da Prova Escrita Dissertativa, quando prevista.	Máximo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação do Edital de Abertura.
6	Entrega dos resultados da Prova Escrita Objetiva e da Prova Escrita Dissertativa, quando prevista, bem como do resultado da Prova de Títulos, quando prevista, com desempate e após o processamento dos recursos cabíveis.	Máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da realização das respectivas provas; havendo recursos, até 20 (vinte) dias úteis após o julgamento dos recursos do respectivo cargo.
7	Realização da Prova Prática, quando prevista.	Máximo de 30 (trinta) dias a contar da divulgação do resultado/classificação necessária para convocação dos candidatos à prova prática.
8	Entrega do resultado da Prova Prática, quando prevista, com desempate.	Máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da realização da prova prática.
9	Publicação do Edital de Homologação do Resultado Final.	Máximo de 10 (dez) dias úteis a contarda divulgação do Resultado Final.
10	Entrega do Banco de Dados de todos os candidatos.	Máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da publicação do Edital de Homologação do Resultado Final.

10.18. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

10.19. A demanda do órgão tem como base as seguintes características: elaboração e aplicação das etapas e cargos de acordo com demonstrativo abaixo.

10.20. A linha de corte das provas dissertativa, títulos e prática estão relacionadas no demonstrativo de cargos a serem providos.

10.21. As provas objetivas deverão conter 40 questões para todos os cargos, exceto os de nível fundamental que devem ter 30 questões.

10.22. O quantitativo de vagas imediatas e de cadastro reserva por cargo deverá observar o quadro de cargos e vagas constante do processo administrativo nº 121056/2026, que integra a instrução da contratação e deverá ser utilizado para o dimensionamento da execução do objeto.

10.23. Em relação aos cargos a serem providos segue demonstrativo de cargo, subdivididos por nível de escolaridade, também constando os tipos de provas necessários para cada cargo, assim como a linha de corte para aplicação:

Nº	CARGO/NÍVEL DE ESCOLARIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA DISSERTATIVA	CORTE	PROVA PRÁTICA	CORTE	PROVA TÍTULOS
	NÍVEL FUNDAMENTAL						
1	OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES	X			X	20	
2	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	X			X	50	
3	PEDREIRO	X			X	20	
	NÍVEL MÉDIO						
1	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	X	X	900			X
2	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	X					
3	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	X					
4	AGENTE FUNERARIO	X					
5	MECÂNICO DE VEÍCULOS À DIESEL	X			X	20	
6	TÉCNICO EM FARMÁCIA	X					
	NÍVEL SUPERIOR						
1	ADMINISTRADOR HOSPITALAR	X					
2	ANALISTA DE LAB. EM ANÁLISES CLÍNICAS	X					
3	ARQUITETO	X					
4	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	X					
5	ENFERMEIRO	X					
6	ENGENHEIRO AGRONOMO	X					
7	ENGENHEIRO AMBIENTAL	X					
8	ENGENHEIRO CIVIL	X					
9	ENGENHEIRO ELETRICISTA	X					
10	MÉDICO 40H - GENERALISTA	X					
11	MÉDICO 40H - MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE	X					
12	MÉDICO ESPECIALISTA - CARDIOLOGISTA	X					
13	MÉDICO ESPECIALISTA - DERMATOLOGISTA	X					
14	MÉDICO ESPECIALISTA - GENERALISTA	X					
15	MÉDICO ESPECIALISTA - INFECTOLOGISTA	X					
16	ORIENTADOR TÉCNICO ESPORTIVO	X					
17	PROFESSOR	X	X	900			X
18	PSICÓLOGO	X					

10.24. A composição das Provas Escritas se dará de acordo com nível de escolaridade e de acordo com o conteúdo programático a ser estabelecido em edital específico e de acordo com as quantidades que seguem:

10.25. A prova escrita para os cargos de **Operador de Máquinas Leves, Operador de Máquinas Pesadas e Pedreiro** deverá ter a seguinte composição:

27
1.

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES
CONHECIMENTOS GERAIS	
Língua Portuguesa	10
Raciocínio Lógico	10
Legislação Geral	05
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Conhecimentos do Cargo	05
TOTAL	30

10.26. A prova escrita para os cargos de **Agente Comunitário de Saúde*, Agente de Combate às Endemias, Agente Funerário, Mecânico de Veículos à Diesel e Técnico em Farmácia** deverá ter a seguinte composição:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES
CONHECIMENTOS GERAIS	
Língua Portuguesa	05
Raciocínio Lógico	05
Noções de Informática	05
Legislação Geral	05
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Conhecimentos do Cargo	20
TOTAL	40

*As áreas de Agente Comunitário de Saúde serão definidas no edital de abertura.

10.27. A prova escrita para o cargo de **Professor**, deverá ter a seguinte composição:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES
CONHECIMENTOS GERAIS	
Português	05
Matemática	05
História	05
Geografia	05
Ciências	05
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Fundamentos da Educação	15
TOTAL	40
PROVA DISSERTATIVA	

10.28. A prova escrita para o cargo de Professor de Educação Infantil, deverá ter a seguinte composição:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES
CONHECIMENTOS GERAIS	
Português	05
Matemática	05
História	05
Geografia	05
Ciências	05
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Noções de Higiene, Primeiros Socorros e Cuidados Infantis	05
Fundamentos da Educação	10
TOTAL	40
PROVA DISSERTATIVA	

10.29. A prova escrita para os cargos de **Arquiteto, Auditor Fiscal de Tributos Municipais, Engenheiro Agronomo, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista e Orientador Técnico Esportivo** deverá ter a seguinte composição:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES
CONHECIMENTOS GERAIS	
Língua Portuguesa	10
Legislação Geral	10
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Conhecimentos do Cargo	20
TOTAL	40

10.30. A prova escrita para os cargos de **Administrador Hospitalar, Analista de Laboratório Em Análises Clínicas, Enfermeiro, Médico 40 horas, Médico Especialista e Psicólogo**, deverá ter a seguinte composição:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES
CONHECIMENTOS GERAIS	
Saúde Pública	10
Legislação Geral	10
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Conhecimentos Específicos	20
TOTAL	40

10.31. As provas dos cargos de **Professor e Professor de Educação Infantil** deverão ter, ainda, em sua composição, a produção de um texto dissertativo, com no mínimo 25 linhas e no máximo 30 linhas.

10.32. É de responsabilidade da contratada a correção dos textos produzidos pelos candidatos, de acordo com os critérios estabelecidos no edital de concurso.

10.33. Serão corrigidos apenas os textos produzidos pelos candidatos que obtiverem nota mínima na prova escrita objetiva, conforme estabelecido no edital de concurso, e limitados de acordo com o demonstrativo de cargos e respectivas linhas de corte constante deste Termo de Referência.

29
1

Materiais a serem disponibilizados

10.34. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

10.35. Todos os equipamentos, materiais de expediente e demais insumos decorrentes da organização e realização de todas as etapas do processo seletivo, abrangidas neste certame são de responsabilidade da contratada, ressalvados os casos explicitamente previstos em contrato.

Especificação da garantia do serviço

10.36. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

10.37. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

11.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

11.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

11.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

11.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

11.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos

30

defeitos observados.

11.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

11.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

11.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

11.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

11.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

11.20. Cabe ao gestor do contrato:

11.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.20.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.20.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

11.20.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

11.20.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.20.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

11.20.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

11.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

31
1.

11.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

11.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.

12.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

12.2.1 não produziu os resultados acordados,

12.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

12.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

12.3. O recebimento se dará por etapas, cada entrega está prevista na tabela abaixo, sendo cada etapa acompanhada pelo fiscal do contrato.

12.4. O recebimento de cada etapa abaixo indicada, após a verificação de sua execução integral e conformidade, caracteriza o recebimento provisório da respectiva etapa.

12.5. O recebimento definitivo será emitido pelo gestor do contrato, após o recebimento provisório das etapas, a verificação da regularidade da execução e a conclusão de todas as etapas do concurso, inclusive a homologação final de todos os cargos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento do termo detalhado pelo fiscal.

Etapa	Descrição	Prazo
1	A contratada revisa e entrega o conteúdo programático a ser aplicado nas Provas Escritas Objetivas.	Máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato.
2	A contratada envia para aprovação o Cronograma de Execução do Concurso Público.	Máximo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato.
3	A contratada entrega o Edital de Abertura.	Máximo de 20 (vinte) dias a contar da assinatura do contrato.
4	A contratada entrega a lista de candidatos inscritos.	Máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar do dia subsequente ao encerramento das inscrições.
5	Realização da Prova Escrita Objetiva e da Prova Escrita Dissertativa, quando prevista.	Máximo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação do Edital de Abertura.

Etapa	Descrição	Prazo
6	Entrega dos resultados da Prova Escrita Objetiva e da Prova Escrita Dissertativa, quando prevista, bem como do resultado da Prova de Títulos, quando prevista, com desempate e após o processamento dos recursos cabíveis.	Máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da realização das respectivas provas; havendo recursos, até 20 (vinte) dias úteis após o julgamento dos recursos do respectivo cargo.
7	Realização da Prova Prática, quando prevista.	Máximo de 30 (trinta) dias a contar da divulgação do resultado/classificação necessária para convocação dos candidatos à prova prática.
8	Entrega do resultado da Prova Prática, quando prevista, com desempate.	Máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da realização da prova prática.
9	Publicação do Edital de Homologação do Resultado Final.	Máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da divulgação do Resultado Final.
10	Entrega do Banco de Dados de todos os candidatos.	Máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da publicação do Edital de Homologação do Resultado Final.

12.5.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, descritas na tabela acima, estiverem executados em sua totalidade.

12.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

12.7. Ao final de cada período/evento de faturamento:

12.7.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

12.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

12.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

12.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

33
1.

Liquidação

12.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

12.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

12.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;
II) a data da emissão;
III) os dados do contrato e do órgão contratante;
IV) o período respectivo de execução do contrato;
V) o valor a pagar; e
VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

12.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

12.20.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

12.20.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

12.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.23. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

12.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

12.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

12.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

12.27. O valor da licitação será de R$ 571.500,00 (quinhentos e setenta e um mil e quinhentos reais), para uma estimativa prevista de 11.500 (onze mil e quinhentos) candidatos inscritos homologados.

12.28. Na hipótese do número de inscritos homologados ultrapassar os 11.500 (onze mil e quinhentos) candidatos

estimados, será realizado cálculo de equiparação.

12.29. O valor unitário por candidato foi calculado da seguinte maneira: pela divisão do valor do contrato - R$ 571.500,00 (quinhentos e setenta e um mil e quinhentos reais) - pela quantidade estimada de candidatos inscritos homologados, no caso 11.500 (onze mil e quinhentos) candidatos, ou seja R$ 49,69 (quarenta e nove reais e sessenta e nove centavos).

12.30. A cada candidato que exceder o quantitativo estimado será pago o valor unitário por candidato de R$ 29,82 (vinte e nove reais e oitenta e dois centavos), referente a 60% do valor unitário por candidato).

12.31. O valor correspondente será pago juntamente com a última parcela do contrato.

12.32. Na hipótese do número de inscritos homologados não alcançar a estimativa de inscritos 11.500 (onze mil e quinhentos), será realizado cálculo de equiparação.

12.33. A cada candidato abaixo do quantitativo estimado será descontado o valor de R$ 29,82 (vinte e nove reais e oitenta e dois centavos) por candidato.

12.34. O valor correspondente será descontado do valor a ser pago na última parcela do contrato.

12.35. Salientamos que o valor a ser pago por candidato abaixo ou acima do estimado não equivale ao valor integral pago por candidato uma vez que a elaboração de provas representa um custo fixo para todos os candidatos, sendo que a diferença só será estimada sobre o custo com despesas provenientes do dia da aplicação das provas.

12.36. O pagamento dos valores será realizado em 03 (três) parcelas, após as etapas descritas nos subitens a seguir:

Primeira parcela: Após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições (50% do valor do contrato):

Segunda parcela: Após a publicação do Edital com Resultado Preliminar (Notas Prova Objetiva) (25% do valor do contrato):

Terceira parcela: Após a publicação da Homologação do Resultado Final do Concurso (25% do valor do contrato).

12.37. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

12.38. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.39. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.40. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

12.41. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

12.42. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.43. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.44. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.45. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.46. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.47. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

35
1

12.48. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

12.49. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

12.50. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

12.51. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.52. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

12.53. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

12.54. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4 Multa:

13.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 07 (sete) dias.

13.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "**e**" a "**h**" de 20% (**vinte** por cento) do valor da contratação.

13.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "**c**", de 20%

(**vinte** por cento).

13.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "**b**", de 15% (**quinze** por cento) do valor da contratação.

13.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 15% (**quinze** por cento) do valor da contratação.

13.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "**a**", de 05% (**cinco** por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada nos termos da legislação aplicável.

13.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

13.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

13.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP),

37
1.

instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIMES DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

14.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

14.2. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso XV, da Lei n° 14.133/2021.

14.3. Será adotado valor Unitário.

Regime de Execução

14.4. Trata-se de serviço não continuado, e sim por escopo, a ser contratado mediante dispensa por valor, nos termos justificados nos Estudos Preliminares, a fim de priorizar a contratação de uma instituição que tem finalidade de promoção de ensino e pesquisa, com inquestionável reputação ético-profissional e técnica, de forma que tal contratação tem fulcro no artigo 75, inciso XV da Lei 14.133/21.

14.5. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da IN 01/2018 SEPLAG, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 9° da aludida Instrução Normativa, cuja execução indireta é vedada.

14.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

14.7. O regime de execução será por preço unitário.

Exigências de habilitação

14.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

14.9. Comprovação de finalidade estatutária da instituição compatível com as atividades previstas no art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, mediante apresentação do estatuto social ou documento equivalente, com a demonstração de que a instituição possui finalidade institucional relacionada ao ensino, à pesquisa, à extensão, ao desenvolvimento institucional, científico e tecnológico ou ao estímulo à inovação, conforme aplicável.

14.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

14.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.16. A comprovação poderá ser realizada mediante documento cadastral equivalente emitido pelo órgão competente, incluindo SINTEGRA, cadastro municipal, inscrição/cadastro mobiliário, alvará ou documento equivalente, conforme a natureza jurídica e a legislação aplicável.

14.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

14.19. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

14.20. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: MAI/2026

39
1

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\textbf{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\textbf{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\textbf{Passivo Circulante}}$$

14.21. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10%** do **valor total estimado da contratação – aplicável para o contrato de escopo.**

14.22. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

14.23. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

14.24. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

14.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

14.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

14.27. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

14.27.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

14.28. *Registro ou inscrição da instituição na entidade profissional competente, quando cabível, em plena validade;*

14.29. Atestado de Capacidade Técnica. Prova de atendimento aos requisitos de experiência na organização de processos seletivos ou concursos públicos de complexidade e porte semelhantes, previstos na lei 14.133/2021.

Qualificação Técnico-Operacional

14.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.31. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

14.31.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços de organização de concursos públicos ou processos seletivos, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

14.31.2 contrato(s) que comprove(m) a execução, de concurso públicos e processos seletivos com número de candidatos com o porte estimado do certame a ser realizado, envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número estimado de inscritos neste certame;

14.31.3 Contrato(s) que comprovem o uso de sistema informatizado seguro para gestão de inscrições, elaboração de provas e divulgação de resultados, assegurando a confidencialidade, integridade e rastrabilidade das informações.

14.32. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

14.33. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.34. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

14.35. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Qualificação Técnico-Profissional

14.36. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

14.36.1 O trabalho será executado pela CONTRATADA, sob o responsável técnico pela Banca Examinadora de Concurso Público Externo, Fábio Ribeiro de Proença, CPF Nº 005.665.499-56.

14.36.2 O profissional acima indicado deverá participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.37. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

14.38. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos. Mantém-se esta exigência para assegurar a correspondência da documentação apresentada pela pessoa jurídica habilitada.

14.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

15. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DA PESQUISA DE PREÇOS E COMPROVAÇÃO CADASTRAL

15.1. Deverão integrar a instrução do processo administrativo: (i) a pesquisa de preços, mediante orçamentos de empresas, banco de preços, pesquisas em fontes oficiais ou na internet, notas fiscais, contratos ou documentos equivalentes, conforme disponibilidade e pertinência; e (ii) a prova de inscrição no cadastro de contribuintes da instituição a ser contratada, mediante SINTEGRA, cadastro municipal, alvará ou documento equivalente, conforme a natureza jurídica e a legislação aplicável.

41

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 571.500,00 (quinhentos e setenta e um mil e quinhentos reais), conforme documentação de pesquisa de preços a ser juntada ao processo.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Cascavel.

17.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão;
II) Fonte de recursos: Vínculo 14 C/C 17.051-8 - Concurso Público;
III) Elemento de despesa: III.3.339.039.480.000.000.000 - Serviço de seleção e treinamento

17.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

18. DA PROPOSTA

18.1. A proposta e composição de custos apresentadas pela instituição FAFIPA estão descritas abaixo:

DESPESAS	Elaboração de Questões (Questões, Diagramação e Revisão)	R$	67.844,20
	Impressões Provas	R$	21.798,60
	Prova Objetiva - Equipes de Fiscalização, Locais de Aplicação e Materiais	R$	342.743,20
	Prova Objetiva - Coordenadores Fundação, Diárias, Hospedagem, Transporte	R$	7.335,90
	Prova Discursiva/Redação - Folhas de redação personalizadas, Elaboração e Correção	R$	34.631,20
	Prova Prática - Avaliadores, Equipes de Fiscalização, Locais de Aplicação e Materiais	R$	18.357,30
	Prova Prática - Coordenadores Fundação, Diárias, Hospedagem, Transporte	R$	4.718,40
	TAF - Avaliadores, Equipes de Fiscalização, Locais de Aplicação e Materiais	R$	-
	TAF - Coordenadores Fundação, Diárias, Hospedagem, Transporte	R$	-
	Prova Psicológica	R$	-
	Exames de Sanidade Física - ESAFI	R$	-
	Prova Didática - Avaliadores, Equipes de Fiscalização, Locais de Aplicação e Materiais	R$	-
	Prova Didática - Coordenadores Fundação, Diárias, Hospedagem, Transporte	R$	-
	Prova de Títulos - Avaliação, correção, emissão de resultados	R$	20.169,80
	Investigação de Conduta	R$	-
	Heteroidentificação	R$	9.016,70
	Publicidade	R$	3.501,60
	Taxa Bancária	R$	-
	Inscrições Análise de Laudos PCD	R$	6.040,30
	Suporte e Sistema Fundação FAFIPA	R$	35.392,80
	TOTAL DESPESAS	**R$**	**571.550,00**
ITEM 1	PROPOSTA FINANCEIRA PARA (Nº de candidatos homologados)		11.500

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: MAI/2026

42
1.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Cascavel, 18 de agosto de 2026.

Equipe de Planejamento:

Aline Suelen Gurkevicz Sanches
Agente Administrativo
Matrícula nº 33.168-2

Luana Kaila Müller Oliveira
Agente Administrativo
Matrícula nº 35.142-1

Joacir Aparecido Cosma
Secretário de Planejamento e Gestão

43
1

ANEXO 01

(Processo Administrativo n.º 121056/2026)

1. Considerando as opções abaixo, deve ser analisado pela Unidade requisitante e definido uma das duas redações para serem utilizadas:

> Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional."

1.1 Informamos que, na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte PODERÃO se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

2. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Quinta – 'PREÇO', a opção por manter ou suprimir a redação abaixo:

> "O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos."

2.1 Informamos que o contrato deverá ser firmado pelo VALOR CERTO a ser pago à contratada.

3. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Sétima – 'REAJUSTE', a indicação do(s) índice(s) de reajuste dos preços inicialmente contratados, após o interregno de um ano;

3.1 Informamos que o índice a ser adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE.

4. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, informamos, quanto à GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL prevista em sua Cláusula Décima, que:

I. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

5. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Décima Segunda a previsão da EXTINÇÃO CONTRATUAL, informamos que deverá constar, no instrumento contratual, a seguinte redação:

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

6. Considerando a Resolução n.º 069/2024 da Procuradoria Geral do Município de Cascavel, informamos que, em seu item 4. 'DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS', deverá constar a seguinte redação:

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços, visto que a contratação se dará por dispensa de licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares

7. Por fim, relacionamos abaixo os servidores designados para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17.872/2023 neste processo:

Servidor	Matrícula	Secretaria/Setor	Função
Tatiana Waleska Cardozo Zaror	26.740-1	SEPLAG/ Departamento de Gestão de Pessoas	Gestor de Contrato
Karina Bondezan da Rocha	27.191-1	SEPLAG/ Divisão de Gestão do Quadro de Pessoal	Fiscal de Contrato
Ricardo Barbosa	36.435-1	SEPLAG/ Setor de Processos de Seleção	Suplente de Fiscal de Contrato

45
1.

Cascavel, 18 de agosto de 2026.

Elaborado por:

Aline Suelen Gurkevicz Sanches
Agente Administrativo
Matrícula 33.168-2

Luana Kaila Miiller Oliveira
Agente Administrativo
Matrícula 35.142-1

Ciente,

Joacir Aparecido Cosma
Secretário de Planejamento e Gestão

INTENÇÃO 596/26

Validador

46
1.

FUNDAÇÃO

FAFIPA

PROPOSTA INSTITUCIONAL

+300

CIDADES ATENDIDAS

em todo o Brasil

CONCURSOS PÚBLICOS | PROCESSOS SELETIVOS | VESTIBULARES | AVALIAÇÕES

concursos.fundacaofafipa.org.br

PROPOSTA COMERCIAL Nº 173/2026

Prestação de Serviços Técnicos Especializados para realização do Concurso Público do

MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: c42dccfc4a46eda0c28c74053e2672ad85880c3fbcc255dcfdc51edd134d8009
Link de validação: https://valida.ae/381863567a37f0e113da1929d38a1c64148db35a741b52f2c

47
1.

1. BREVE APRESENTAÇÃO

ÁREA DE ATUAÇÃO. Educação Superior, promovendo cursos de formação e pós-graduação, capacitação docente, bem como, a construção de projetos educacionais, ambientais, além do planejamento, organização e execução de CONCURSOS PÚBLICOS e PROCESSOS SELETIVOS.

A Fundação Fafipa conforme Estatuto, está vinculada ao Campus de Paranavaí, que é um dos sete Campus da Universidade Estadual do Paraná, denominado Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – FAFIPA, sendo reconhecido de utilidade pública municipal, mediante a Lei nº 2.761/2006, por ser uma entidade sem fins lucrativos de caráter educacional, e ter inquestionável reputação ética, podendo ser contratada por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do inciso XV do artigo 75, da Lei nº 14.133/21.

Art. 75. É dispensável a licitação:
XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;

Há mais de 20 anos a Fundação atua na área de organização de Seleções Públicas, realizando desde planejamento e organização até a execução final do processo, de acordo com as fases solicitadas pelo contratante. Além de prova de conhecimento composta por prova objetiva e subjetiva.

A Fundação realiza, além dos serviços citados, também outros tipos de avalições conforme a seguir:
Avaliação Física, Psicológica, Didática, Prática, Exames Médicos, Coleta de Informações para Pesquisa Social (FDB), Etapa de Afrodescendentes.

Da Estrutura:

- Acesso restrito às áreas de impressão e embalagem das provas, com sistema biométrico e facial de segurança
- Impressão de cadernos de questões e materiais em ambiente próprio. Sala Cofre
- Impressoras com capacidade total de 136.800 impressões/dia (08 horas de trabalho), resultando em aproximadamente 14.000 cadernos de provas/dia
- Sala de Leitura óptica e digitalização com scanners de alta velocidade e capacidade de 7.200 folhas/horas, sistema de tratamento de imagens (folhas de respostas)
- Monitoramento com câmeras gravando 24 horas por dia. Sistema de alarmes e monitoramento, sistema GPRS
- Veículos para transporte de provas e materiais, monitorados e rastreados por satélite
- Coletores de Digitais e Detectores de Metais
- Identificação das equipes trabalho, com crachás, coletes e bonés e sinalização dos locais de aplicação
- Portal de Candidato, Portal do Colaborador, Portal do Contratante
- Possibilidade de: Questões com 4 ou 5 alternativas, cadernos de prova com embaralhamento de questões e alternativas, gerando vários tipos de provas

Sendo as provas desenvolvidas com rigoroso sigilo, primando pela produção de questões inéditas, composta por banca avaliadora formada por especialistas, mestres e doutores, experientes em avaliações públicas. O setor de Elaboração é responsável pela seleção desses profissionais, bem como pelo recebimento, revisão, diagramação, montagem e conferência das provas.

A Fundação conta com coordenadores que acompanham a aplicação de todas as fases, realizando o treinamento das equipes.

Atuando em todo o Brasil, os principais contratantes da Fundação são Câmaras Municipais, Prefeituras, Autarquias, Consórcios Intermunicipais, Companhias de Habitação, Conselhos de Classe, Fundações, Aeroportos, Companhias de Água e Energia e Universidades. Dentre eles o de **"maior destaque é da Policia e Bombeiro Militar"**. Órgão público que contratou a Fundação FAFIPA para a realização do concurso no estado do Paraná, com 123.937 candidatos que participaram do processo, que contou com aplicação de provas em 16 cidades do Estado do Paraná, sendo elas Campo Mourão, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória.

Além da aplicação da prova de conhecimentos, composta por prova objetiva e subjetiva (redação), a Fundação foi responsável pelas fases de avaliação psicológica, exame de capacidade e sanidade física, e coleta de Informações para Pesquisa Social (FDB).

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: c42dccfc4a46eda0c28c74053e2672ad85880c3fbcc255dcfdc51edd134d8009
Link de validação: https://valida.ae/3818635567a37f0e113da1929d38a1c64148db35a741b52f2c

2. EXPERIÊNCIA E RESULTADOS ALCANÇADOS

Com mais de **20 anos de atuação**, a Fundação FAFIPA consolidou-se como referência na organização e execução de concursos públicos e processos seletivos, dispondo de estrutura técnica, logística e tecnológica para atender certames de diferentes portes e complexidades, sempre pautada pela segurança, transparência e qualidade dos serviços prestados.

- **Atuação Nacional**

Com atuação em todo o território nacional, a Fundação FAFIPA já atendeu **mais de 300 municípios**, demonstrando capacidade operacional para conduzir concursos públicos e processos seletivos de pequeno, médio e grande porte.

Destaques:

- Atuação nas cinco regiões brasileiras;
- Mais de **200 municípios atendidos** no Estado do Paraná;
- Experiência em órgãos municipais, estaduais, autarquias, fundações, empresas públicas, conselhos profissionais e forças de segurança.
- **Indicadores de Performance**

Os indicadores abaixo refletem a experiência operacional da Fundação FAFIPA.

PROCESSOS REALIZADOS	INSCRIÇÕES PROCESSADAS	CANDIDATOS HOMOLOGADOS
810	2.167.199	1.482.199

Principais Certames Realizados

Dentre os principais certames realizados pela Fundação FAFIPA, destacam-se:

ÓRGÃO / CLIENTE	UF	ANO	HOMOLOGADOS
Polícia Militar do Paraná	**PR**	2012	**123.950**
Secretaria de Estado da Saúde – SESA/PR	**PR**	2025	**92.725**
Município de Londrina	**PR**	2015	**47.750**
Município de Arapongas	**PR**	2019	**26.276**
Município de Cariacica	**ES**	2010	**19.710**
Município de Maringá	**PR**	2014	**17.719**
Concurso Público do Município de Foz do Iguaçu	**PR**	2026	**16.589**
Secretaria de Estado da Justiça – SEJU/PR	**PR**	2026	**16.408**
Câmara Municipal de São José dos Pinhais	**PR**	2023	**12.165**
COPEL – Companhia Paranaense de Energia	**PR**	2006	**11.978**
Câmara Municipal de Canoas	**RS**	2025	**11.149**
Município de Itapoá	**SC**	2021	**10.785**
Município de Ivinhema	**MS**	2020	**7.539**
Município de Ituverava	**SP**	2023	**6.076**

Nota de Amparo Legal: A Fundação FAFIPA é uma entidade sem fins lucrativos reconhecida de utilidade pública, o que permite sua contratação por **Dispensa de Licitação** (Art. 75, inciso XV da Lei nº 14.133/21).

Validador
48
1
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: c42dccfc4a46eda0c28c74053e2672ad85880c3fbcc255dcfdc51edd134d8009
Link de validação: https://valida.ae/381863567a37f0e113da1929d38a1c64148db35a741b52f2c

49

3. RESUMO DA PROPOSTA

3.1. OBJETO: Planejamento, organização e realização do Concurso Público.

3.2. TABELA DE CARGOS

CARGOS	NÍVEL DE ENSINO	TIPOS DE AVALIAÇÃO
ADMINISTRADOR HOSPITALAR	SUPERIOR	OBJETIVA
ANALISTA DE LAB. EM ANÁLISES CLÍNICAS	SUPERIOR	OBJETIVA
ARQUITETO	SUPERIOR	OBJETIVA
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	SUPERIOR	OBJETIVA
ENFERMEIRO	SUPERIOR	OBJETIVA
ENGENHEIRO AGRONOMO	SUPERIOR	OBJETIVA
ENGENHEIRO AMBIENTAL	SUPERIOR	OBJETIVA
ENGENHEIRO CIVIL	SUPERIOR	OBJETIVA
ENGENHEIRO ELETRICISTA	SUPERIOR	OBJETIVA
MÉDICO 40H - GENERALISTA	SUPERIOR	OBJETIVA
MÉDICO ESPECIALISTA - CARDIOLOGISTA	SUPERIOR	OBJETIVA
MÉDICO ESPECIALISTA - DERMATOLOGISTA	SUPERIOR	OBJETIVA
MÉDICO ESPECIALISTA - GENERALISTA	SUPERIOR	OBJETIVA
MÉDICO ESPECIALISTA - INFECTOLOGISTA	SUPERIOR	OBJETIVA
MÉDICO ESPECIALISTA - MEDICIONA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE	SUPERIOR	OBJETIVA
ORIENTADOR TÉCNICO ESPORTIVO	SUPERIOR	OBJETIVA
PROFESSOR	SUPERIOR	OBJETIVA|DISCURSIVA|TÍTULOS
PSICÓLOGO	SUPERIOR	OBJETIVA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	MÉDIO	OBJETIVA|DISCURSIVA|TÍTULOS
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	MÉDIO	OBJETIVA
AGENTE DE APOIO	MÉDIO	OBJETIVA
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	MÉDIO	OBJETIVA
MECÂNICO DE VEÍCULOS À DIESEL	MÉDIO	OBJETIVA|PRÁTICA
TÉCNICO EM FARMÁCIA	MÉDIO	OBJETIVA
AGENTE FUNERARIO	FUNDAMENTAL	OBJETIVA
OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES	FUNDAMENTAL	OBJETIVA|PRÁTICA
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	FUNDAMENTAL	OBJETIVA|PRÁTICA
PEDREIRO	FUNDAMENTAL	OBJETIVA|PRÁTICA

3.3. COMPONENTES DAS PROVAS

3.3.1. PROVA – OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

A Prova Objetiva será composta por questões inéditas com 05 (cinco) alternativas cada, distribuídas conforme abaixo:

CARGOS	GRUPOS EMENTA
ARQUITETO AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS ENGENHEIRO AGRONOMO ENGENHEIRO AMBIENTAL ENGENHEIRO CIVIL ENGENHEIRO ELETRICISTA ORIENTADOR TÉCNICO ESPORTIVO PSICÓLOGO	**CONHECIMENTOS GERAIS** Língua Portuguesa – 10 Legislação Geral – 10 **CONHECIMENTOS ESPECÍFICO** Específicas – 20 **Total: 40 Questões Objetivas**
ADMINISTRADOR HOSPITALAR ANALISTA DE LAB. EM ANÁLISES CLÍNICAS ENFERMEIRO MÉDICO 40H - GENERALISTA MÉDICO ESPECIALISTA - CARDIOLOGISTA MÉDICO ESPECIALISTA - DERMATOLOGISTA MÉDICO ESPECIALISTA - GENERALISTA MÉDICO ESPECIALISTA - INFECTOLOGISTA MÉDICO ESPECIALISTA - MEDICIONA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE	**CONHECIMENTOS GERAIS** Saúde Pública – 10 Legislação Geral – 10 **CONHECIMENTOS ESPECÍFICO** Específicas – 20 **Total: 40 Questões Objetivas**

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: c42dccfc4a46eda0c28c74053e2672ad85880c3fbcc255dcfdc51edd134d8009
Link de validação: https://valida.ae/381863567a37f0e113da1929d38a1c64148db35a741b52f2c

PROFESSOR	Língua Portuguesa – 05 Matemática – 05 História – 05 Geografia – 05 Ciências – 05 Fundamentos da Educação – 15 Discursiva – 01 **Total: 40 Questões Objetivas + 01 Discursiva**
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Língua Portuguesa – 05 Matemática – 05 História – 05 Geografia – 05 Ciências – 05 Noções de Higiene, Primeiros Socorros e Cuidados Infantis – 05 Fundamentos da Educação – 10 Discursiva – 01 **Total: 40 Questões Objetivas + 01 Discursiva**
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE AGENTE DE APOIO AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS MECÂNICO DE VEÍCULOS À DIESEL TÉCNICO EM FARMÁCIA	**CONHECIMENTOS GERAIS** Língua Portuguesa – 05 Matemática/Raciocínio Lógico – 05 Noções de Informática – 05 Legislação Geral – 05 **CONHECIMENTOS ESPECÍFICO** Específicas – 20 **Total: 40 Questões Objetivas**
AGENTE FUNERÁRIO OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS PEDREIRO	**CONHECIMENTOS CONHECIMENTOS GERAIS** Língua Portuguesa – 10 Raciocínio Lógico – 10 Legislação Geral – 05 **CONHECIMENTOS ESPECÍFICO** Específicas – 05 **Total: 30 Questões Objetivas**

A aplicação da prova terá duração de até 04 (quatro) horas, no período matutino e vespertino, no Município de Cascavel/PR.

SERVIÇO – RESPONSABILIDADES	COMPETÊNCIA
Disponibilização dos locais de aplicação para aplicação das provas objetivas com capacidade mínima para atendimento ao número de inscritos homologados no Concurso, composto de carteiras em padrão adulto.	**CONTRATADA**
Contratação, treinamento e remuneração das equipes de aplicação	**CONTRATADA**

3.3.2. DISCURSIVA

A realização da prova DISCURSIVA, que ocorrerá concomitantemente à aplicação da prova objetiva, seguirá os cargos descritos na tabela de cargos. Ressalta-se, contudo, que somente serão corrigidas as questões discursivas dos candidatos que estiverem classificados dentro da linha de corte estabelecida abaixo e/ou obtiverem a pontuação estabelecida, caso tenha:

CARGO	PROVA	LINHA DE CORTE
PROFESSOR	DISCURSIVA	1.000 PRIMEIROS COLOCADOS DA PROVA OBJETIVA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DISCURSIVA	1.000 PRIMEIROS COLOCADOS DA PROVA OBJETIVA

3.3.3. PROVA PRÁTICA

A PROVA PRÁTICA, será aplicada aos cargos descritos na tabela de cargos. Somente será convocado para participar desta fase do certame os candidatos que estiverem classificados dentro da linha de corte estabelecida abaixo e/ou obtiverem a pontuação estabelecida, caso tenha:

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: c42dccfc4a46eda0c28c74053e2672ad85880c3fbcc255dcfdc51edd1348009
Link de validação: https://valida.ae/381863567a37f0e113da1929d38a1c64148db35a741b52f2c

CARGO	PROVA	LINHA DE CORTE
MECÂNICO DE VEÍCULOS À DIESEL	PRÁTICA	30 PRIMEIROS COLOCADOS DA PROVA OBJETIVA
OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES	PRÁTICA	50 PRIMEIROS COLOCADOS DA PROVA OBJETIVA
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	PRÁTICA	30 PRIMEIROS COLOCADOS DA PROVA OBJETIVA
PEDREIRO	PRÁTICA	30 PRIMEIROS COLOCADOS DA PROVA OBJETIVA

SERVIÇO – RESPONSABILIDADES	COMPETÊNCIA
Fornecimento de locais, materiais e equipamentos. **(Prova Prática)**	**CONTRATANTE**
Contratação, treinamento e remuneração da equipe de aplicação	**CONTRATADA**

3.3.5. PROVA DE TÍTULOS

A Contratada realizará a avaliação de todos os documentos enviados no **ENDEREÇO ELETRÔNICO DA INSTITUIÇÃO ORGANIZADORA,** para a prova de títulos, de acordo com as pontuações estabelecidas no Edital de Abertura. Somente estará habilitado a participar desta fase do certame o candidato que obtiver APROVAÇÃO NA **PROVA DISCURSIVA** referente aos cargos descritos na tabela de cargos.

3.3.6. PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DA AUTODECLARAÇÃO (HETEROIDENTIFICAÇÃO)

Por meio de edital normativo, dispondo das informações necessárias referentes ao procedimento, serão convocados os candidatos inscritos e aprovados nas reservas de vagas de candidatos que se autodeclararem Pretos, Pardos e Indígena para processo de **HETEROIDENTIFICAÇÃO** da condição autodeclarada no ato da inscrição.

SERVIÇO – RESPONSABILIDADES	COMPETÊNCIA
Disponibilização de plataforma *on-line* para realização da etapa.	**CONTRATADA**
Contratação, treinamento e remuneração dos membros da banca.	**CONTRATADA**

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: c42dccfc4a46eda0c28c74053e2672ad85880c3fbcc255dcfdc51edd134d8009
Link de validação: https://valida.ae/381863567a37f0e113da1929d38a1c64148db35a741b52f2c

4. DOS SERVIÇOS OFERECIDOS

4.1 CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A Fundação FAFIPA dispõe de **capacidade técnica, operacional, administrativa e logística** compatível com a execução integral dos serviços propostos, possuindo **equipe técnica multidisciplinar, infraestrutura própria, sistemas informatizados** e **mecanismos de segurança** adequados à realização de concursos públicos e processos seletivos.

A instituição dispõe de **estrutura física e tecnológica própria**, incluindo **parque gráfico, sala-cofre**, equipamentos especializados e sistemas destinados ao processamento, digitalização, tratamento de informações e acompanhamento das etapas do certame.

A estrutura institucional permite a constituição de **bancas examinadoras qualificadas,** equipes de coordenação, suporte operacional, análise de recursos, elaboração de provas e demais atividades necessárias à execução integral do objeto contratado, assegurando **rigor técnico, imparcialidade, segurança** e **qualidade** em todas as etapas do processo.

Os serviços serão executados em conformidade com a legislação vigente, observando os princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, segurança da informação, proteção de dados pessoais** e **desenvolvimento sustentável.**

Para a execução dos serviços, a Fundação FAFIPA compromete-se a:

✓ Executar diretamente os serviços relacionados ao objeto contratado, por meio de **estrutura própria** e **equipe especializada**, sem subcontratação total ou parcial do objeto;

✓ Disponibilizar **suporte técnico, operacional e jurídico** durante todas as etapas do certame, mantendo **preposto responsável** pelo acompanhamento da execução contratual;

✓ Manter infraestrutura tecnológica com mecanismos de **controle de acesso, monitoramento, backup automatizado** e protocolos de segurança aplicáveis;

✓ Adotar mecanismos de **segurança, sigilo, rastreabilidade** e **controle,** assegurando a integridade das informações e a confidencialidade dos dados;

✓ Atuar em conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018);**

✓ Disponibilizar sistemas eletrônicos para **inscrições, recursos, acompanhamento** e **divulgação dos atos do certame;**

✓ Fornecer relatórios, arquivos digitais e informações necessárias ao atendimento da **CONTRATANTE** e órgãos de controle;

✓ Elaborar e submeter à aprovação da **CONTRATANTE** o planejamento executivo dos serviços e o cronograma detalhado de execução após a formalização da contratação.

4.2 DA ANÁLISE DAS LEGISLAÇÕES

✓ Realização de diagnóstico em conjunto com a comissão designada pela **CONTRATANTE,** contemplando levantamento dos dados técnicos, legislação pertinente, critérios de avaliação, requisitos legais e demais normas aplicáveis ao certame.

4.3 DA ELABORAÇÃO DOS EDITAIS

✓ Elaboração de todos os Editais e documentos complementares que regerão o certame, observando a legislação vigente e as necessidades específicas da **CONTRATANTE;**

✓ Revisão técnica e jurídica dos documentos produzidos;

✓ Encaminhamento dos documentos para análise e validação da **CONTRATANTE.**

4.4 DA DIVULGAÇÃO

✓ Divulgação do Concurso Público ou Processo Seletivo em meios de comunicação especializados e demais canais adequados;

✓ Disponibilização das informações relativas ao certame no endereço eletrônico institucional;

✓ Divulgação de editais, comunicados, gabaritos, resultados e demais atos oficiais;

✓ Disponibilização do **PORTAL DO CANDIDATO** para acompanhamento de inscrições, locais de prova, horários, resultados e demais informações.

SERVIÇO – RESPONSABILIDADES	COMPETÊNCIA
Despesas com publicações obrigatórias previstas na Instrução Normativa TCE (Edital de Abertura, Edital de Homologação dos Inscritos e Edital de Homologação final) veiculadas no Diário Oficial.	**CONTRATANTE**

4.5 DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

✓ Elaboração do layout e arte final dos formulários de inscrição;

✓ Processamento das inscrições exclusivamente por meio eletrônico, através de sistema próprio;

✓ Disponibilização de requerimentos eletrônicos e gerenciamento das inscrições;

✓ Atendimento aos candidatos por Call Center, e-mail e canais eletrônicos de suporte;

Validador
52
1.
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: c42dccfc4a46eda0c28c74053e2672ad85880c3fbcc255dcfdc51edd134d8009
Link de validação: https://valida.ae/381863567a37f0e113da1929d38a1c64148db35a741b52f2c

53
1.

✓ Disponibilização à **CONTRATANTE** de acesso aos sistemas de acompanhamento das inscrições e relatórios gerenciais.

✓ A Fundação FAFIPA disponibiliza à CONTRATANTE ambiente gerencial para acompanhamento em tempo real das inscrições e relatórios operacionais do certame.

Exemplo de painel gerencial de acompanhamento das inscrições:

INSCRIÇÕES POR CARGO

Cargo	Total	Pago	Não Pago	Isento	Gratuito	Confirmados
1082 - Analista Administrativo - Paranavaí	714	331	165	218	0	549
1083 - Bibliotecário - Paranavaí	55	15	12	8	0	23
1085 - Engenheiro Agrônomo - Paranavaí	113	63	34	16	0	79
1086 - Engenheiro de Segurança do Trabalho - Paranavaí	91	49	26	16	0	65
1091 - Farmacêutico - Paranavaí	303	168	72	48	0	236
1092 - Assistente Social - Paranavaí	214	87	57	70	0	157
112 - Nutricionista - Paranavaí	93	60	23	10	0	70
1127 - Professor de Educação Física - Paranavaí	149	82	38	29	0	111
132 - Acendente de Cabineteiro Dentário - Paranavaí	41	17	20	4	0	21
160 - Agente Comunitário de Saúde - Colorinha	461	218	155	67	0	285

Figura 1 – Tela ilustrativa do sistema de gerenciamento de inscrições da Fundação FAFIPA, demonstrando painel gerencial com quantitativos por cargo, situação das inscrições, pagamentos, isenções e confirmações.

✓ O sistema disponibiliza relatórios estatísticos e indicadores gerenciais destinados ao acompanhamento operacional do certame.

Exemplo de relatórios estatísticos do sistema:

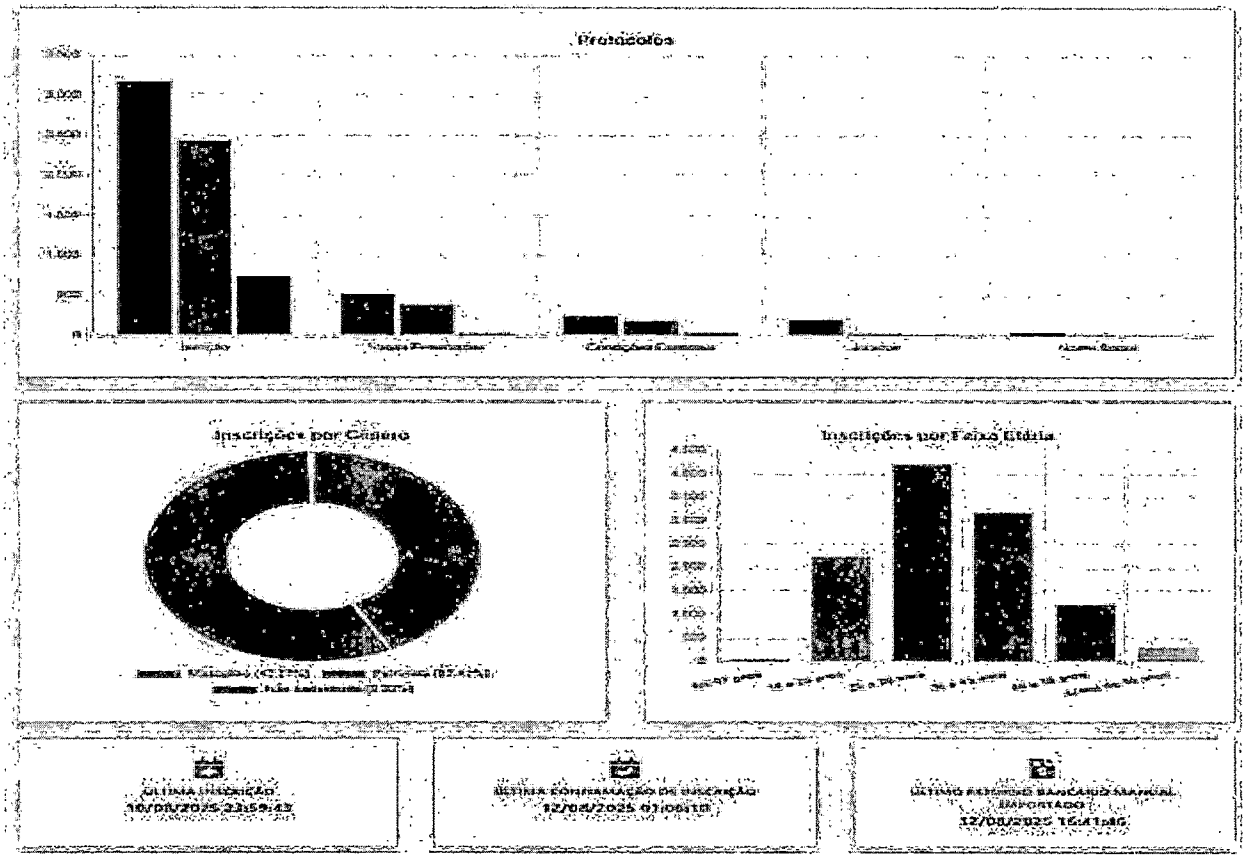


Figura 2 – Tela ilustrativa do sistema de gerenciamento de inscrições da Fundação FAFIPA, apresentando relatórios estatísticos e indicadores relacionados a protocolos, vagas reservadas, condições especiais, gênero e faixa etária dos candidatos.

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: c42dccfc4a46eda0c28c74053e2672ad85880c3fbcc255dcfdc51edd134d8009
Link de validação: https://valida.ae/3818635567a37f0e113da1929d38a1c64148db35a741b52f2c

✓ A plataforma permite acompanhamento da evolução das inscrições durante todo o período do certame.

Exemplo de acompanhamento temporal e situação das inscrições:

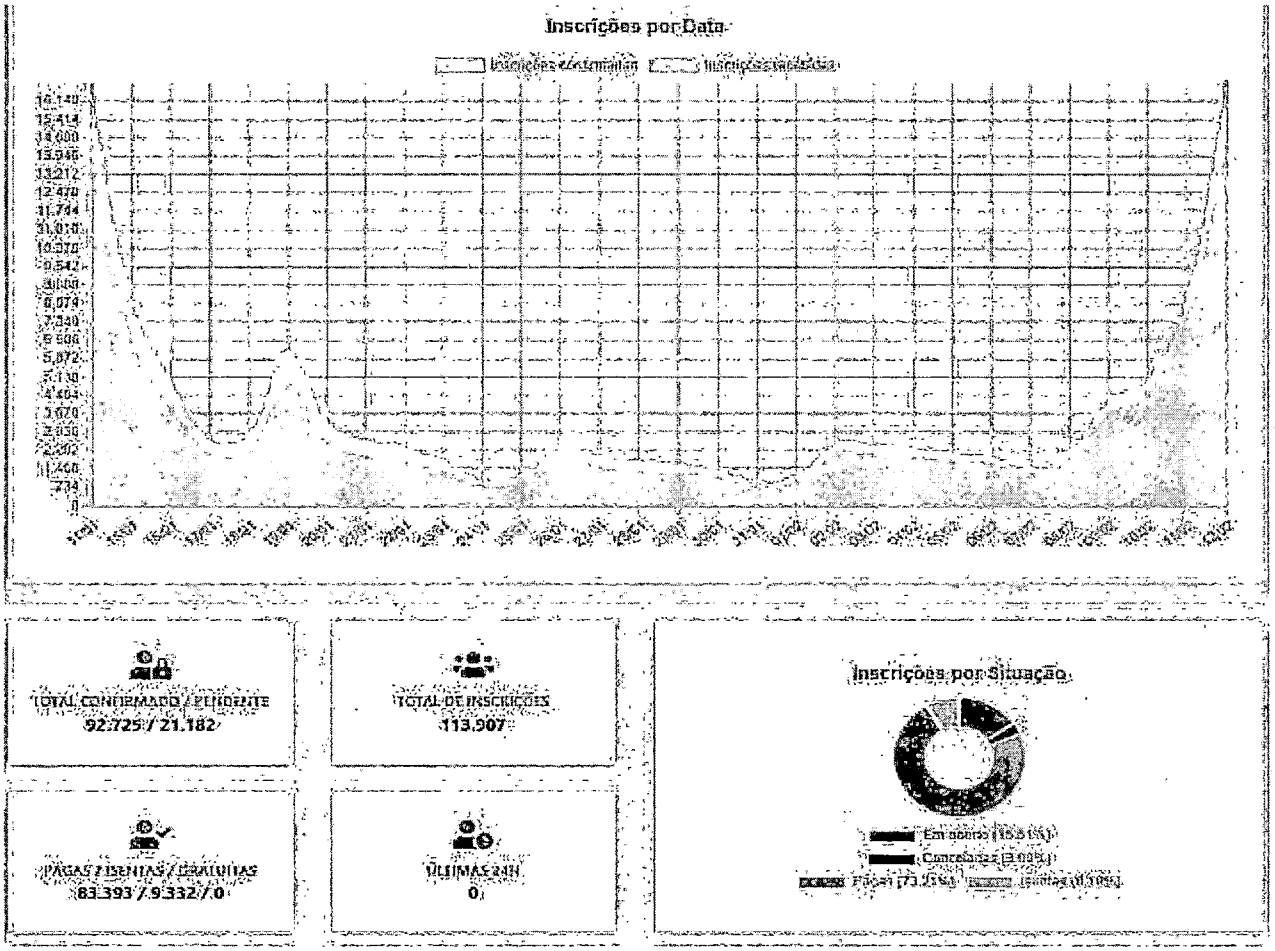


Figura 3 – Tela ilustrativa do sistema de gerenciamento de inscrições da Fundação FAFIPA, demonstrando acompanhamento da evolução das inscrições, quantitativos gerais, confirmações, pagamentos, isenções e situação das inscrições.

4.6 DA PREPARAÇÃO DO MATERIAL PARA APLICAÇÃO DAS PROVAS

✓ Elaboração de questões inéditas produzidas por profissionais qualificados com experiência em avaliações públicas;

✓ Constituição de bancas examinadoras compatíveis com as áreas de conhecimento exigidas pelo certame, observados os princípios da imparcialidade, segurança, sigilo e rigor técnico;

✓ Revisão técnica, linguística e diagramação dos materiais;

✓ Produção de materiais acessíveis, incluindo provas ampliadas, braile e recursos específicos quando necessário;

✓ Aplicação de rigorosos critérios de segurança e sigilo;

✓ Manutenção do absoluto sigilo quanto ao conteúdo das provas até o momento da aplicação;

✓ Definição conjunta do conteúdo programático entre a instituição realizadora e a **CONTRATANTE**.

4.7 DAS PROVAS

✓ Identificação individualizada dos cadernos de questões e materiais relacionados ao certame;

✓ Padronização dos materiais e instruções aos candidatos;

✓ Conferência digital dos materiais antes da embalagem;

✓ Utilização de malotes e lacres de segurança com mecanismos de rastreabilidade;

✓ Produção de materiais acessíveis para atendimento às pessoas com deficiência.

4.8 DO TRANSPORTE DO MATERIAL DE APLICAÇÃO DAS PROVAS

✓ Transporte dos materiais por veículos próprios ou supervisionados pela instituição;

✓ Utilização de malotes lacrados e identificados;

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: c42dccfc4a46eda0c28c74053e2672ad85880c3fbcc255dcfdc51edd1348009
Link de validação: https://valida.ae/381863567a37f0e113da1929d38a1c64148db35a7741b52f2c

55
1.

✓ Utilização de sala-cofre ou ambiente seguro, quando aplicável;

✓ Controle formal dos procedimentos de abertura e fechamento dos materiais sigilosos.

4.9 DA APLICAÇÃO DAS PROVAS:

✓ Disponibilização de equipe operacional compatível com o quantitativo de candidatos e características do certame;

✓ Treinamento padronizado das equipes mediante procedimentos operacionais, manuais institucionais e materiais orientativos específicos, visando assegurar a uniformidade dos procedimentos adotados durante a aplicação das provas;

✓ Registro em ata de todos os procedimentos realizados durante a aplicação das provas;

✓ Atendimento especializado às pessoas com deficiência, observadas as necessidades específicas apresentadas pelos candidatos;

✓ A Fundação FAFIPA poderá utilizar mecanismos adicionais de segurança e identificação, incluindo procedimentos de coleta biométrica nas folhas de respostas e detectores de metais durante a aplicação das provas, observadas as características e necessidades específicas do certame;

✓ Adoção de procedimentos de fiscalização e controle destinados a assegurar a lisura, segurança e integridade do processo de aplicação.

4.10 DA CORREÇÃO DAS PROVAS

✓ Divulgação dos gabaritos e imagens individualizadas das folhas de respostas no **PORTAL DO CANDIDATO;**

✓ Correção das provas por sistema informatizado com tratamento digital de imagens, utilizando equipamentos de alta performance compatíveis com a demanda operacional do processo;

✓ Divulgação dos resultados dos recursos conforme critérios e regras previstas no edital regulador do certame.

4.11 DO PROCESSAMENTO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

✓ Processamento dos dados conforme critérios estabelecidos no edital;

✓ Aplicação dos critérios de classificação e desempate previstos no instrumento regulador do certame;

✓ Divulgação dos resultados das etapas e do resultado final no portal institucional e demais meios previstos no edital.

4.12 DA ASSESSORIA JURÍDICA

✓ Prestação de assessoria jurídica durante todas as etapas do certame, inclusive em eventuais demandas administrativas ou judiciais relacionadas ao objeto;

✓ Acompanhamento jurídico institucional desde o início da prestação dos serviços até a homologação final do certame, podendo atuar em demandas posteriores relacionadas à execução contratual.

4.13 DOS ARQUIVOS E INTEGRAÇÕES COM ÓRGÃOS DE CONTROLE

✓ Elaboração e disponibilização de arquivos, relatórios e layouts exigidos pelos órgãos de controle e fiscalização, observadas as normas vigentes;

✓ Será elaborado e disponibilizado à **CONTRATANTE**, dentro dos prazos estabelecidos, arquivos específicos destinados à integração e importação em sistemas dos Tribunais de Contas Estaduais, quando aplicável.

4.14 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD

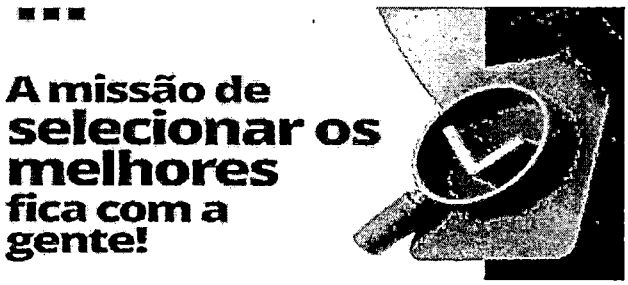
✓ Todos os dados pessoais e sensíveis coletados no âmbito do certame serão tratados em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – **LGPD (Lei nº 13.709/2018);**

✓ Serão adotadas medidas técnicas e administrativas voltadas à proteção, confidencialidade, integridade e utilização das informações exclusivamente para as finalidades relacionadas ao certame.

4.15 DA COMISSÃO EXAMINADORA

✓ Disponibilização da documentação relacionada à composição das bancas examinadoras, incluindo Declarações de Parentesco, documentos comprobatórios de vínculo, titulação dos examinadores e demais documentos exigidos pelos órgãos de controle e fiscalização;

✓ Observância dos prazos e exigências estabelecidos pelos órgãos de controle e legislação aplicável.



Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: c42dccfc4a46eda0c28c74053e2672ad85880c3fbcc255dcfdc51edd134d8009
Link de validação: https://valida.ae/381863567a37f0e113da1929d38a1c64148db35a741b52f2c

FUNDAÇÃO FAFIPA

Fundação de apoio ao campus de Paranavaí - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA

Avenida Paraná, 794 A - Paranavaí - PR | Fone/Fax: 44 3422.9352 | Caixa Postal: 671
CNPJ: 05.566.804/0001-76 | Inscrição Estadual Isenta
Reconhecida de Utilidade Pública - Lei Municipal 2.761/2006

Razão Social: FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI – FAFIPA
Contato: e-mail fabio@fundacaofafipa.org.br, kelton@fundacaofafipa.org.br
Telefone [44] 3422-9352, WhatsApp [44] 99116-6892
Local: Paranavaí - Paraná
CNPJ: 05.566.804/0001-76
Dados Bancários: Banco Itaú | Agência 0246 | C/C 57218-4

DO PREÇO PROPOSTO

Para planejamento, organização e execução do Concurso Público do Município de Cascavel/PR a **FUNDAÇÃO FAFIPA**, propõe como preço **o valor abaixo:**

PLANILHA DE CUSTOS:

DESPESAS	Elaboração de Questões (Questões, Diagramação e Revisão)	R$	67.844,20
	Impressões Provas	R$	21.798,60
	Prova Objetiva - Equipes de Fiscalização, Locais de Aplicação e Materiais	R$	342.743,20
	Prova Objetiva - Coordenadores Fundação, Diárias, Hospedagem, Transporte	R$	7.335,90
	Prova Discursiva/Redação - Folhas de redação personalizadas, Elaboração e Correção	R$	34.631,20
	Prova Prática - Avaliadores, Equipes de Fiscalização, Locais de Aplicação e Materiais	R$	18.357,30
	Prova Prática - Coordenadores Fundação, Diárias, Hospedagem, Transporte	R$	4.718,40
	TAF - Avaliadores, Equipes de Fiscalização, Locais de Aplicação e Materiais	R$	-
	TAF - Coordenadores Fundação, Diárias, Hospedagem, Transporte	R$	-
	Prova Psicológica	R$	-
	Exames de Sanidade Física - ESAFI	R$	-
	Prova Didática - Avaliadores, Equipes de Fiscalização, Locais de Aplicação e Materiais	R$	-
	Prova Didática - Coordenadores Fundação, Diárias, Hospedagem, Transporte	R$	-
	Prova de Títulos - Avaliação, correção, emissão de resultados	R$	20.169,80
	Investigação de Conduta	R$	-
	Heteroidentificação	R$	9.016,70
	Publicidade	R$	3.501,60
	Taxa Bancária	R$	-
	Inscrições Análise de Laudos PCD	R$	6.040,30
	Suporte e Sistema Fundação FAFIPA	R$	35.392,80
	TOTAL DESPESAS	**R$**	**571.550,00**
ITEM 1	PROPOSTA FINANCEIRA PARA (Nº de candidatos homologados)		**11.500**

Validador
56
1
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: c42dccfc4a46eda0c28c74053e2672ad85880c3fbcc255dcfdc51edd134d8009
Link de validação: https://valida.ae/381863567a37f0e113da1929d38a1c64148db35a741b52f2c

57
1

A cada candidato que exceder o quantitativo estimado será pago o valor unitário por candidato de **R$ 29,82 (vinte e nove reais e oitenta e dois centavos), (referente a 60% do valor unitário por candidato).**
Na hipótese do número de inscritos homologados **NÃO** alcançar a estimativa de inscritos **11.5000 (onze mil e quinhentos),** será realizado cálculo de equiparação. A cada candidato abaixo do quantitativo estimado será descontado o valor de **R$ 29,82 (vinte e nove reais e oitenta e dois centavos)** por candidato.

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	PORCENTAGEM	DATA
1	50%	Após a Homologação das inscrições;
2	25%	Após a publicação do Edital com Resultado Preliminar (Notas Prova Objetiva);
3	25%	Após a publicação da Homologação do Resultado Final do Concurso

SIGNATÁRIO
Assinado eletronicamente por
Fabio Ribeiro de Proença
Data: 17/07/2026 10:54
#f17485e681e411f18138420101a2b6021

Paranavaí, 17 de julho de 2026

Fabio Ribeiro de Proença
GERENTE DE GESTÃO
Fundação FAFIPA

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: c42dccfc4a46eda0c28c74053e2672ad85880c3fbcc255dcfdc51edd134d8009
Link de validação: https://valida.ae/3818635567a37f0e113da1929d38a1c64148db35a741b52f2c

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

58
1.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA PESQUISA DE MERCADO

Eu, **ALINE SUELEN GURKEVICZ SANCHES**, Matrícula nº 33.168-02, declaro para os devidos fins que os preços de referência para aquisição de bens e/ou contratação de serviços constantes da Requisição ao Compras nº 5656/2026 foram determinados a partir de ampla pesquisa de preço conforme estabelece a Instrução Normativa SEPLAG 002/2023 e estão de acordo com os preços praticados no mercado.

Cascavel, 18 de agosto de 2026.

Aline Suelen Gurkevicz Sanches

ALINE SUELEN GURKEVICZ SANCHES
Divisão de Gestão do Quadro de Pessoal

Ciente,

JOACIR APARECIDO COSMA
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

MAPA COMPARATIVO DOS PREÇOS PESQUISADOS – I.N. nº 02/2023 – SEPLAG

ITEM	CATMAT/CATSER	CÓDIGO	Descrição dos Itens	Valor (R$)	Quantidade de inscritos	Preço unitário por candidato	Empresa	Tipo
1	10014	485310	Concurso Público - Município de Cascavel	R$ 571.500,00	11.500	R$ 49,65	Fundação FAFIPA	Orçamento
2	10014	485310	Concurso Público - Município de Cascavel	R$ 611.000,00	8.900	R$ 47,65	COGEPS UNIOESTE	Orçamento
3	10014	485310	Concurso Público - Município de Cascavel	R$ 498.666,00	8.000	R$ 62,33	Instituto CONSULPLAN	Orçamento
4	10014	485310	Concurso Público - Município de Cascavel	R$ 381.200,00	8.000	R$ 47,65	Fundação FAFIPA	Contrato
5	10014	485310	Concurso Público - Município de Cascavel	R$ 457.800,00	11.000	R$ 41,61	Fundação FAFIPA	Contrato
6	10014	485310	Concurso Público - Município de Francisco Beltrão	R$ 239.990,00	4.000	R$ 59,99	Fundação FAFIPA	Contrato
7	10014	485310	Concurso Público - Município de São Mateus do Sul	R$ 194.750,00	4.000	R$ 48,68	Fundação FAFIPA	Contrato
8	10014	485310	Concurso Público - Município de Paranavaí	R$ 403.900,00	7.000	R$ 49,65	Fundação FAFIPA	Contrato
9	10014	485310	Concurso Público - Município de Rio Branco do Sul	R$ 256.500,00	3.000	R$ 85,50	Fundação FAFIPA	Contrato
10	10014	485310	Concurso Público - Conselho Regional de Contabilidade do Paraná - CRC/PR	R$ 172.280,00	3.650	R$ 47,20	Fundação FAFIPA	Contrato
11	10014	485310	Concurso Público - Município de Araucária	R$ 198.434,90	6.470	R$ 30,67	Fundação FAFIPA	Contrato

Optou-se pelo menor preço ofertado pelo fornecedor, considerando a previsão de candidatos inscritos, bem como a capacidade técnica da instituição.

Cascavel, 18 de agosto de 2026

Elaborado por:

Aline Suelen Gurkevicz Sanches
Matricula nº 33.168-2

Luana Kaila Miller Oliveira
Matrícula nº 35.142-1

Ciente,

Joacir Aparecido Cosma
Secretário de Planejamento e Gestão

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Reitoria - CNPJ 78680337/0001-84
Rua Universitária, 1619 - Fone: (45) 3220-3000 - Fax: (45) 3324-4590
Jardim Universitário - Cx. P. 000701 - CEP 85819-110 - Cascavel - Paraná
www.unioeste.br

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

60
1.

COORDENADORIA GERAL DE CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS

Ofício nº 135/2026-COGEPS

Cascavel, 05 de agosto de 2026

Assunto: Orçamento para Realização do Concurso Público do município de Cascavel - PR

Em atendimento ao solicitado por essa entidade, encaminhamos em anexo, nova proposta de Orçamento com a redução de um cargo e quantitativo de inscritos, para realização do Concurso Público. No valor **de R$ 611.000,00 (seiscentos e onze mil reais), para uma projeção de 01 até 8.900 inscritos e deferidos**. **Sendo a presente proposta válida por 60 dias.** O orçamento foi elaborado com base nos cargos solicitados conforme as seguintes explicações:

1. O Orçamento foi realizado de conformidade com a Resolução nº 127/2025- COU, de 07/08/2025, do Conselho Universitário – COU.
2. Segue a proposta:

de R$ 611.000,00 (seiscentos e onze mil reais). O Orçamento foi elaborado para uma previsão de **01 até 8.900** candidatos inscritos e com inscrição deferida. **Caso o número de inscritos ultrapasse o previsto, a UNIOESTE cobrará um adicional de 45,00 (quarenta e cinco reais) por candidato excedente acima de 8.900 CANDIDATOS. Valor esse que será pago juntamente com a segunda parcela.**

3. A proposta prevê para os cargos de Nível Fundamental o número de 40 questões objetivas de múltipla escolha com quatro alternativas, sendo somente uma correta. Com provas de Português 05 questões, 5 de Matemática e raciocínio lógico; 10 questões de Conhecimentos Gerais e 20 questões de conhecimento Específicos, conforme especificado no Termo de Referência;
4. A proposta prevê para os cargos de Nível Médio o número de 40 questões objetivas de múltipla escolha com quatro alternativas, sendo somente uma correta. Com provas de Português 05 questões, 5 de Matemática e raciocínio lógico; 05 questões de Conhecimentos de Informática, 05 questões de Conhecimentos Gerais e 20 questões de conhecimento Específicos, conforme especificado no Termo de Referência;
5. A proposta prevê para os cargos de Nível Superior o número de 40 questões objetivas de múltipla escolha com quatro alternativas, sendo somente uma correta. Com provas de Português 05 questões, 5 de Matemática e raciocínio lógico; 05 questões de Conhecimentos de Informática, 05 questões de Conhecimentos Gerais e 20 questões de conhecimento Específicos, conforme especificado no Termo de Referência;
6. A proposta está embasada conforme quadro de cargos descrito no termo de referência e o número de questões e tipo de prova descritas para todos os cargos.
7. Na proposta poderá ser considerada uma nota de corte, para que os candidatos sejam considerados classificados.
8. A proposta prevê avaliação de títulos para todos os candidatos classificados para os cargos de nível de magistério e classificados na prova objetiva e dissertativa;

61
1

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Reitoria - CNPJ 78680337/0001-84
Rua Universitária, 1619 - Fone: (45) 3220-3000 - Fax: (45) 3324-4590
Jardim Universitário - Cx. P. 000701 - CEP 85819-110 - Cascavel - Paraná
www.unioeste.br

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

9. A proposta prevê aplicação de prova Prática para os candidatos dos cargos de Operador de Máquinas Leves e Operador de Máquina Pesadas, mecânico de veículo a Diesel, Pedreiro classificados na prova objetiva, com base em uma linha de corte a ser estabelecido em comum acordo,
10. A proposta prevê aplicação de prova dissertativa (Redação) aos 1000 primeiros candidatos classificados na prova objetiva dos cargos de Professor e Professor de Educação Infantil, caso não tenha classificados na faixa de 1000 em um dos cargos a diferença poderá ser transferida para o outro cargo,
11. A proposta prevê que as provas objetivas serão aplicadas em dois períodos (parte da manhã e da tarde), no município de Cascavel, porém caso o município não comporte o ensalamento as provas poderão ser aplicadas em dois finais de semanas diferentes ou no sábado a noite.
12. **Forma de pagamento**: 50% será efetuado, após a Homologação das inscrições do Concurso Público, 30% após a publicação da nota da prova objetiva e os 20% restante após a entrega do relatório final.
13. A UNIOESTE elabora Concursos somente de forma completa com todas as etapas desde a inscrição até a homologação do certame;
14. Esta Coordenadoria auxilia na elaboração de todos os Editais que deverão ser publicados no site de Concursos da UNIOESTE e no Diário Oficial do Município;
15. O Cronograma para realização do Concurso deve ser feito de comum acordo com esta Coordenadoria, a fim de ajustar todas as atividades do certame e dos prazos legais a serem observados na forma da legislação aplicável os quais cumpriremos rigorosamente; desde que não conflite com outros concursos já em andamento;
16. As provas são elaboradas por docentes credenciados pela UNIOESTE e cadastrados nesta Coordenadoria, tendo a responsabilidade da elaboração, revisão, acompanhamento e responder a todos os recursos interpostos pelos candidatos;
17. Esta Coordenadoria poderá realizar o Concurso na forma de dispensa de licitação e/ou inexigibilidade por ser uma instituição pública de ensino, pesquisa e extensão possuindo em seu Estatuto a prerrogativa de oferecer uma prestação de serviço de notório saber e técnica;
18. Possuímos toda documentação necessária para agilizar o processo, para a contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais de notória especialização.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Universitária nº 1619, Cascavel, Paraná, CEP: 85819-110, inscrita no CNPJ sob o nº 78.680.337/0001-84, Telefone (45) 3220-3000, e-mail: cogeps@unioeste.br, neste ato devidamente representada pelo Reitor Prof. Dr. Alexandre Almeida Webber, portador do RG nº 474.121-9 e CPF/MF nº 941.238.109-34 e Professor Dr. Carlos Alberto Piacenti CPF 461.225.406-68, coordenador da COGEPS

Nos colocamos à disposição para outras informações e esclarecimentos acerca do certame.
Atenciosamente,

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO PIACENTI

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Reitoria - CNPJ 78680337/0001-84
Rua Universitária, 1619 - Fone: (45) 3220-3000 - Fax: (45) 3324-4590
Jardim Universitário - Cx. P. 000701 - CEP 85819-110 - Cascavel - Paraná
www.unioeste.br

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

62
1.

Coordenador Geral de Concursos e Processos Seletivos da Unioeste
45 32207452 OU 45 999314602

A/C
RICARDO BARBOSA DIVISÃO DE GESTÃO DO QUADRO DE PESSOAL - SEPLAG
SETOR DE PROCESSOS DE SELEÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL - PR

INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES

63
1.

PROPOSTA

INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES

Interessado:

Prefeitura Municipal de Cascavel

Rua Rita Bueno de Angeli, 189 – 2º Piso – Jd. Esplanada II – Indaiatuba/SP – CEP: 13331-616 – Fone/FAX: (19) 3875.0495
www.igecs.org.br – E-mail: comercial@igecs.org.br

64
1.

INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES

Indaiatuba, 6 de outubro de 2026.

À
Prefeitura Municipal de Cascavel

REFERENTE: Proposta para realização de Concurso Público

OBJETO: Contratação de Entidade ou Fundação para prestação de serviço técnico-especializado, objetivando a realização de Concurso Público para o preenchimento de vagas da Administração.

Em atendimento a solicitação de proposta, o **IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES**, instituição sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 10.669.581/0001-02, sediada na Rua Rita Bueno de Angeli, 189, 2° Piso, Jardim Esplanada II – CEP 13.331-616, Indaiatuba/SP, vem pelo presente apresentar proposta para realização do trabalho.

I - APRESENTAÇÃO

O **IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES**, regularmente constituído nos termos da **Lei n° 9.790 de 23 de março de 1999**, é uma instituição incumbida estatutariamente ao desenvolvimento social, profissional, institucional, educacional, a pesquisas e extensões, contemplando no Artigo 4° de seu Estatuto os seguintes objetivos:

❑ Promover a assistência social, assistência à saúde, o voluntariado e o associativismo;

❑ Promover e organizar cursos, treinamentos, capacitação profissional, seminários, feiras e exposições;

❑ Organizar treinamentos de atualização profissional e de interação com escolas e centros de pesquisa;

❑ Promover integração de ações com setor governamental e iniciativa privada;

❑ Desenvolver campanha de prevenção e atividades educativas para a comunidade;

❑ Formar parcerias com Instituições Públicas e Privadas;

❑ Elaborar, editar e distribuir matéria informativos, técnicos e científicos;

❑ Elaborar, desenvolver e executar estudos, pesquisas, programas e projetos nas áreas: assistência social, saúde, tecnologia, esportes, educação, meio ambiente, turismo, cultura, telecomunicação, administração, segurança pública, trânsito, urbanismo, infraestrutura e segurança alimentar;

❑ Administrar e manter hospitais, clínicas de repouso, clínicas, unidades de saúde, centros de imagens, laboratórios, praças públicas e central de compra associativa;

❑ Estabelecer convênios com empresas, associações, profissionais autônomos e pessoas físicas, que beneficiem os associados e seus dependentes e agregados, nas áreas de saúde, vida e previdência, jurídica, cultural, artística, esportiva, de comercio e de turismo;

❑ Promover assistência a segurança alimentar e nutricional;

❑ Incentivar e desenvolver atividades para implementar as economias e atividades sociais dos municípios;

❑ Desenvolver atividades experimentais, não lucrativas de comercio, serviços, produção, emprego e crédito;

❑ Elaborar e executar projetos de assistência social e formação profissional, com crianças, adolescentes e adultos, assegurando o direito a educação, saúde, cultura, esporte e lazer, buscando o estímulo do raciono e criatividade, através de atividades esportivas, artísticas e culturais;

❑ Elaborar e executar Concursos Públicos, Processos Seletivos, Reestruturação Administrativa, Planos Educacionais, Estatuto de Magistério e Funcionalismo, Projetos de Código Tributário e Legislação Tributária;

❑ Elaborar e executar censo e pesquisas quantitativas e qualitativas; e

❑ Elaborar e executar plano diretor, planos municipais e legislação de uso de solo e correlatos.

II - DOS SERVIÇOS:

A presente proposta tem por objetivo a prestação de serviço técnico-especializado, na elaboração, diagramação, impressão, logística, bem como todo e qualquer ato pertinente à organização e aplicação das provas para a realização de Concurso Público / Processo Seletivo, para preenchimento de vagas dos cargos/empregos do quadro de pessoal do Ente Público.

III – DOS CARGOS/EMPREGOS:

Conforme solicitação do ente público.

IV - DA METODOLOGIA E EXECUÇÃO:

O **IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** se compromete a prestar seus serviços, com excelência e alto padrão de responsabilidade, com rigor administrativo, ética e profissionalismo, de modo a cumprir com eficiência o objeto proposto, realizando os trabalhos de acordo com as normas técnicas, em estrita observância às legislações federal, estadual e municipal, realizando as seguintes atividades:

- ✓ Planejamento e levantamento técnico para execução do certame;
- ✓ Edital de abertura de inscrições contendo o conteúdo programático das provas e bibliografias sugeridas quando pertinentes;
- ✓ Elaboração dos Editais por fases e de Homologação;
- ✓ Tabulação das Inscrições;
- ✓ Elaboração e reprodução das provas, desenvolvidas para cada Cargo;
- ✓ Providenciar o empacotamento das provas e a sinalização das salas e corredores onde serão realizadas as provas;
- ✓ Providenciar pessoal qualificado para coordenação, fiscalização das provas, testes e análise de documentos como títulos e afins, quando houver;
- ✓ Correção das provas e atribuição de notas, por candidato/por cargo.

- ✓ Emissão de relatório/classificação final por cargo;
- ✓ Responsabilidade pela inviolabilidade e sigilo das informações;
- ✓ Assessorar a Comissão Fiscalizadora, na avaliação e julgamento de possíveis recursos;
- ✓ Acompanhamento de recursos referentes ao certame; e
- ✓ Manutenção de toda a documentação em seu escritório até a análise final do Tribunal de Contas no processo do certame.

1. ELABORAÇÃO DE EDITAIS

O **IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** realizará a elaboração de Editais e Avisos relacionados ao processo, especialmente o Edital de Abertura de Concurso Público / Processo Seletivo, estabelecendo todos os regramentos para inscrições, convocação para as provas, aplicação e julgamento das provas, recursos, resultados, cronograma e conteúdo programático, incluindo demais avaliações pertinentes, quando aplicável.

Essa elaboração se dará através do prévio estudo da documentação que compôs o processo licitatório, em especial o Termo de Referência, bem como do documento contratual, assim como de toda e qualquer legislação aplicável às diferentes etapas de execução do certame, desde os processos de inscrição e isenção, até a homologação deste.

As minutas tramitadas contemplarão todos os procedimentos que comporão a execução do certame, de forma clara e coesa, com linguagem adequada para compreensão de todos os possíveis candidatos, utilizando-se da norma culta padrão da Língua Portuguesa para tal, sem permitir qualquer possibilidade de dúbia interpretação, ou semelhante.

Em especial, destaca-se a elaboração dos Programas de Prova relacionados à etapa de Prova Objetiva, realizando o estudo das atribuições previstas a cada uma das Áreas de Atuação previstas no certame, com as legislações atuais e aplicáveis, bem como conteúdo que perpasse desde o conhecimento basilar necessário para a execução de tais atribuições, até os assuntos mais modernos relacionados a cada espectro das atuações profissionais.

Ainda, serão indicados os técnicos especializados, dentre eles um profissional que será o Gestor dos Serviços e Responsável Técnico pela Execução dos Trabalhos e que acompanhará todo o procedimento perante este Ente Público, abrangendo a elaboração de minuta de Editais e avisos; a ativação, desenvolvimento e realização de cada fase dos trabalhos, bem como representação ante a Comissão de Fiscalização.

2. DIVULGAÇÃO

A publicação do Edital, na imprensa oficial local, bem como dos demais editais e comunicados atinentes às informações básicas deste certame serão de responsabilidade do Ente Público.

O **IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** poderá elaborar cartazes com as informações básicas relativas a este certame, bem como divulgação nas mídias sociais e em veículos especializados. Poderão ser impressos vários exemplares do cartaz criado que deverão ser distribuídos em locais estratégicos, para afixação no intuito de divulgar o certame.

O Instituto providenciará o encaminhamento de "release" para jornais e rádios contendo informações sobre o certame, assim como também divulgará todas as suas fases no site www.igecs.org.br.

67
1.

3. INSCRIÇÕES

3.1. Procedimento para efetuar a inscrição

O período de inscrição será definido de comum acordo com o Ente Público considerando, sempre, a data de publicação do Edital e o período do mês mais propício para recolhimento do valor da inscrição.
As inscrições serão realizadas exclusivamente pela internet, no site www.igecs.org.br que disponibilizará, no período destinado à inscrição, a ficha e o Edital, bem como orientações para que os interessados possam realizar suas inscrições mediante o preenchimento da ficha de inscrição e o pagamento de taxa, por meio de boleto bancário, em qualquer agência bancária.

A efetivação da inscrição se dará somente com o pagamento do boleto bancário e/ou subsidiariamente, pelo pagamento via pix com leitura de QR Code.

Para efetuar a inscrição, o candidato poderá utilizar-se de serviços públicos de acesso à internet, como o PROGRAMA ACESSA SÃO PAULO ou congêneres, que disponibiliza infocentros (locais públicos para acesso à internet), para o atendimento ao público que não dispõe de meios para realizar a inscrição.

3.2. Candidatos que pretendam se inscrever como Pessoa com Deficiência

No período de inscrição – de acordo com determinação a constar no Edital – os candidatos deverão:

a) declarar-se (na ficha de inscrição), como pessoa com deficiência; e

b) enviar/anexar (upload) diretamente no site, no ato da inscrição, laudo(s) médico(s) devidamente assinado por médico responsável que ateste(m) a deficiência e/ou justifique(m) as solicitações de confecção de provas especiais (ampliada) ou de condições especiais (local de fácil acesso, tempo adicional, ledor, entre outros) para realização da(s) prova(s) que forem requerida(s) no momento da inscrição.
O Instituto irá proceder com a análise dos documentos recebidos, fornecendo listagem das pessoas com deficiência deferidas e encaminhará ao Ente Público.

3.3. Acompanhamento

Durante o período de inscrição o **IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** manterá o Ente Público ciente do número de candidatos inscritos no certame.

3.4. Ficha de Inscrição

A ficha de inscrição conterá campos para os dados pessoais do candidato, necessários para o seu cadastramento e requerimento a ser preenchido pelo candidato.

4. CADASTRAMENTO

O **IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** constituirá banco de dados dos candidatos interessados em concorrer às vagas ofertadas e fará análise de inscritos mediante verificação das inscrições pagas, tudo em consonância com a Política de Privacidade prevista na LGPD e disposta no site do Instituto.

Os trabalhos de elaboração de listas e processamento serão executados por meio eletrônico, sob a responsabilidade do Instituto.

Após a depuração dos arquivos retornos contendo as baixas bancárias, serão encaminhados ao Ente Público e divulgados no site:

a) Estatística de inscrições efetivadas;
b) Listagem de inscritos por cargo contendo: inscrição, nome, documento e data de nascimento;
c) Listagem de candidatos com deficiência inscritos;
d) Listagem de solicitações de condições especiais; e
e) Outras listagens que se fizerem previstas ao edital.

Caberá ao **IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** a atualização do banco de dados sempre que houver solicitações requeridas pelos candidatos, desde a inscrição até a emissão da classificação final, exceto entre o período de publicação da convocação da prova ao dia da prova, onde o candidato deverá atualizar suas informações no dia da prova juntamente ao fiscal de sala, bem como após a homologação do certame, momento qual as listagens com os dados são encaminhadas ao Ente Público.

5. FASES E PROVAS

O certame constará de fases e provas a serem definidas com o Ente Público, baseadas em legislação própria.

5.1. Elaboração das Provas

As provas serão elaboradas por Bancas Examinadoras, previamente designadas pelo Instituto, especializadas e responsáveis pela avaliação do conhecimento e habilidades dos candidatos, abrangendo as capacidades de compreensão, aplicação, análise e avaliação, devendo valorizar o raciocínio e privilegiar a reflexão sobre a memorização e a qualidade sobre a quantidade.

O Instituto elaborará provas especiais para candidatos com deficiência, indicados no formulário de inscrição.

Os membros das bancas elaborarão, de forma isolada, as questões de modo a assegurar que nenhum deles obtenha conhecimento do conteúdo global a ser aplicado.

As questões elaboradas serão submetidas a uma banca de críticos, composta por profissionais distintos da banca de elaboração, para verificação da correta formulação das questões.

O Instituto irá comparar os gabaritos fornecidos pela banca de elaboração com os gabaritos da banca de críticos e, em caso de divergências, a banca de elaboração irá reformular a questão.

5.2. Impressão e Empacotamento das Provas

O **IGECS – INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** será responsável pela elaboração, confecção do original, impressão e empacotamento das provas, em quantidade suficiente para atender ao número de inscritos, sendo que a impressão das provas será feita em gráfica própria.

O preparo do material será executado por técnicos de inteira confiança do Instituto, em ambiente sigiloso. Tais profissionais são especializados em arte e diagramação de provas e gabaritos para leitura óptica.

As capas dos cadernos de prova apresentarão conjunto de instruções e recomendações aos candidatos.

As folhas de respostas das questões das provas serão personalizadas e identificadas.

O quantitativo de provas impressas será acrescido uma porcentagem adequada do número de inscritos (cota de segurança).

As folhas de respostas das questões das provas serão adequadas ao sistema de correção e avaliação por meio de leitura óptica e sistema de processamento de dados.

O caderno de questões e as folhas de respostas das provas serão confeccionados em impressora de alto desempenho, promovendo a qualidade de impressão e a legibilidade, utilizando no corpo do texto uma fonte de, no mínimo, dez pontos.

O acondicionamento das provas será realizado após a impressão, conforme o número de candidatos alocados por local/prédio de aplicação e sala. Este processo consistirá na contagem, conferência e selagem das provas em malotes devidamente etiquetados e lacrados.

Cada local/prédio de aplicação conterá – dentro de sua caixa de provas – malotes com provas reservas devidamente identificados e lacrados.

5.3. Transporte

As provas impressas, empacotadas e lacradas serão transportadas até os locais/prédios de aplicação por representantes do **IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES**, sendo o retorno do material também de responsabilidade do Instituto.

5.4. Gabarito

O gabarito preliminar será disponibilizado no site do **IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** em conformidade com o cronograma elaborado entre o Instituto e o Ente Público.

5.5. Quebra de sigilo

Todos os procedimentos realizados são revestidos de segurança e sigilo máximos, todavia, na remota hipótese de quebra de sigilo é de inteira responsabilidade do **IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** a realização de nova prova no prazo máximo de 90 (noventa) dias, arcando com todas as despesas decorrentes da nova aplicação.

6. PREPARAÇÃO PARA APLICAÇÃO DAS PROVAS

Os locais onde ocorrerão as provas serão fornecidos pelo Ente Público e serão preparados por representantes do **IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES**. Além das provas já empacotadas e devidamente lacradas, o Instituto providenciará formulários e impressos necessários para a aplicação das provas: setas indicativas; indicação de sanitários, crachás (supervisor, coordenador, assistente de coordenação e fiscal), listagens para serem afixadas no portão e na

porta da sala, reservas de provas e cartões de respostas, lacres, canetas, tesouras, fitas crepe, fitas zebradas, termo de responsabilidade do fiscal, listas de presenças, carimbos de "ausente" em vermelho para constar nas listas de presenças, entre outros materiais de comum acordo entre o Instituto e o Ente Público.

7. APLICAÇÃO DAS PROVAS

7.1. Locais de Provas

Os locais de aplicação das provas serão os estabelecimentos selecionados pelo Ente Público, entre aqueles que possuam infraestrutura adequada para permitir a boa acomodação física dos candidatos, facilidade de acesso, inclusive pelos candidatos com necessidades especiais.

As provas objetivas serão aplicadas no município do Ente Público e caso o número de candidatos inscritos seja superior ao previsto à disponibilização dos locais, serão realizadas provas nas cidades da região.

7.2. Prova Objetiva

A Prova Objetiva consiste em questões objetivas, com enunciado e alternativas de resposta, em quantidade a ser definida, acerca de conteúdos previstos no Programa de Prova do Edital.

Na aplicação desta etapa de prova, os são distribuídos nos locais de provas e recebem no dia da aplicação um caderno de questões e uma folha de respostas para transcrição, que será processado mediante correção óptica.

7.3. Coordenação Geral

O **IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** irá disponibilizar coordenadores e assistentes de coordenação devidamente treinados para aplicação das provas e irá selecionar fiscais do município do Ente Público para trabalhar no dia da prova.

Para dar suporte aos coordenadores e assistentes de coordenação e centralizar informações sobre o decorrer do certame, o Instituto manterá plantão com o pessoal familiarizando com as normas, exigências e trâmites estipulados.

8. CORREÇÃO DAS PROVAS

As folhas de respostas das provas objetivas, marcadas pelos candidatos com caneta de tinta azul ou preta, serão corrigidas por meio eletrônico "leitura óptica" e/ou "processamento de imagem".

Os trabalhos de leitura óptica e de consistência dos resultados serão executados pelo Instituto sob sua integral responsabilidade.

Os resultados obtidos serão processados nas dependências do **IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES**, em estrito cumprimento ao disposto no Edital e instrumentações especiais para obtenção do resultado preliminar.

71

9. DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS E RESULTADOS

9.1. Gabarito Preliminar

Conforme cronograma ajustado, o **IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** disponibilizará em seu site o Gabarito Preliminar e concedido período recursal para questionamentos.

9.2. Gabarito Final

Os gabaritos finais de todos os cargos poderão ser processados somente após o julgamento dos recursos tempestivamente protocolados.

9.3. Classificação Preliminar

Além das análises de ocorrências citadas pelos candidatos no dia da prova e após apuração dos recursos de gabarito preliminar e eventual provimento de recursos, o Instituto processará a Classificação Preliminar, totalizando a nota do candidato, para obtenção da listagem de candidatos aprovados, reprovados e ausentes – por cargo – em ordem alfabética, com consequente período recursal sobre a referida divulgação.

A referida listagem será enviada ao Ente Público e divulgada no site do Instituto.

9.4. Interposição de Recursos

Para interposição de recurso o candidato deverá acessar o site do Instituto e seguir as orientações previstas em Edital.

Serão recebidos os recursos referentes ao Gabarito Preliminar, Classificação Preliminar e eventual divulgação que se fizer necessária.

9.5. Classificação Final

Suplantada a análise recursal, a classificação final poderá ser processada e divulgada para todos os interessados.

Nesta etapa será fornecido ao Ente Público o banco de dados dos candidatos aprovados no certame, mediante homologação do edital.

10. PROVAS DIVERSAS (Títulos, Discursiva, Redação, Prática, TAF, entre outras, se houver)

10.1. Avaliação de Títulos

A avaliação de títulos dos candidatos acontece por meio eletrônico, onde é concedido período de inclusão dos documentos no site para posterior análise da banca. Sendo assim, quando solicitado em razão ao cargo pleiteado, o candidato deverá enviar, conforme edital e/ou cronograma, os seus títulos para a conjunta verificação e avaliação. Para isso, é necessário o candidato atentar-se às especificações referentes a prova de títulos.

10.2. TAF – Teste de Aptidão Física

O Teste de Aptidão Física avalia candidatos quanto ao preparo físico destes para as atividades cotidianas do cargo pleiteado. Podem ser realizados diversos tipos de exercícios avaliativos, como de corrida, flexão, barra, entre outros.

Ao término da avaliação, o candidato toma ciência de sua nota e aprovação/reprovação, assinando sua Ficha de Avaliação, havendo oportunidade de manifestação pessoal acerca de todo o procedimento.
Cumpre destacar que os candidatos são identificados por numeração durante a realização da avaliação, de forma que os avaliadores não tenham conhecimento nominal de cada um.

Os locais de aplicação do TAF, bem como materiais serão de responsabilidade do Ente Público.

10.3. Prova Prática

A Prova Prática se destina a avaliar a experiência e os conhecimentos práticos e técnicos que os candidatos possuem no desempenho de atividades que são inerentes ao cargo pleiteado, constando de demonstração prática de sua habilitação na execução das atribuições do cargo, resultando em Ficha de Avaliação da Prova Prática.

Esta etapa de Prova é avaliada por profissionais devidamente qualificados nas atribuições dos cargos em questão, bem como experientes na avaliação de candidatos em provas dessa natureza. Os candidatos são convocados para a Prova Prática e comparecem no local, sendo avaliados em atividade previamente estabelecida, assim como os critérios que estarão sob análise dos avaliadores.

Os locais de aplicação da Prova Prática, bem como os veículos, ferramentas e materiais serão de responsabilidade do Ente Público.

10.4. Redação

A Prova de Redação consiste na elaboração de um texto em gênero específico, com base em um Tema Proposto com auxílio de textos motivadores, em número específico de linhas e com requisitos de correção previamente estabelecidos no edital.

Através desta Prova é possível determinar a capacidade do candidato de versar acerca de um tema observando a norma culta da Língua Portuguesa, bem como a construção de um texto coeso e coerente.

Nesta Prova, os candidatos preenchem uma Folha de Respostas a qual é desidentificada, assegurando a isonomia no ato de correção. Somente após a correção, quando da divulgação das notas, faz-se a identificação das Folhas de Respostas.

A Prova de Redação pode ser aplicada em conjunto com a Prova Objetiva ou em momento separado, até mesmo sendo uma etapa única de avaliação.

10.5. Discursiva (Peça Processual e/ou Parecer Jurídico)

A Peça Processual consiste na avaliação de candidatos no que tange ao desempenho técnico-jurídico, sobre temas relacionados ao cargo pleiteado, observando conteúdo programático previamente estabelecidos no Edital de Abertura e Inscrições.

Nesta Prova, os candidatos preenchem uma Folha de Respostas ao enunciado/problema proposto, a qual é desidentificada, assegurando a isonomia no ato de correção. Somente após a correção, quando da divulgação das notas, faz-se a identificação das Folhas de Respostas.

A Prova Discursiva pode ser aplicada em conjunto com a Prova Objetiva ou em momento separado, até mesmo sendo uma etapa única de avaliação.

10.6. Discursiva (Dissertativa)

A Prova Discursiva de caráter dissertativo objetiva que o candidato responda de forma textual a questionamentos que partem de conteúdo previamente estabelecido, sendo analisado para além da temática abordada, a sua capacidade de coesão e coerência, bem como conhecimento da norma culta da Língua Portuguesa.

Nesta Prova, os candidatos preenchem uma Folha de Resposta da Prova Discursiva a qual é desidentificada, assegurando a isonomia no ato de correção. Somente após a correção, quando da divulgação das notas, faz-se a identificação das Folhas de Respostas da Prova Discursiva.

A Prova Discursiva pode ser aplicada em conjunto com a Prova Objetiva ou em momento separado, até mesmo sendo uma etapa única de avaliação.

10.7. Avaliação Psicológica

A avaliação psicológica consiste na aplicação de testes e entrevistas com candidatos, avaliando-se a capacidade destes para a assunção das responsabilidades do cargo pleiteado. Ela é executada por profissionais devidamente qualificados, capacitados, e com experiência em avaliações em certames.

Cada avaliação psicológica resulta em um Laudo Psicológico, bem como na possibilidade de uma entrevista devolutiva ao candidato, para especificar o resultado apresentado no Laudo.

Com a Avaliação Psicológica, maximiza-se a proximidade do perfil dos candidatos para com as exigências que os cargos/empregos possuem na prática profissional do dia a dia, com base nas atribuições legais previstas.

10.8. Didática

A Prova Didática consiste na avaliação de candidatos a cargos de docência, na qual os candidatos entregam aos examinadores um plano de aula e o apresentam no dia da prova.

Ao término da avaliação, o candidato toma ciência de sua nota e aprovação/reprovação, assinando sua Ficha de Avaliação, havendo oportunidade de manifestação pessoal acerca de todo o procedimento.

10.9. Outras Avaliações

Além das provas acima, há ainda, a possibilidade de outros métodos avaliativos, como Análise de Documentos e Comissão de Heteroidentificação Racial, os quais precisam constar em legislação municipal para a devida realizada da banca.

11. REGISTROS

A critério da Banca, poderá no transcorrer da aplicação da(s) prova(s), ocorrer varredura (detector de metais), bem como registros de imagens e vídeos no(s) local(is) de aplicação. Tal registro, se realizado, será de responsabilidade da Banca, cabendo somente a esta, a coleta, guarda e a utilização do material coletado para fins de registro interno, respeitado o devido direito constitucional de imagem e som de todos os envolvidos, não sendo disponibilizados quaisquer dos registros a nenhum dos candidatos.

12. CRONOGRAMA

Os cronogramas de execução dos certames serão estabelecidos por acordo entre as partes. Nele, há a descrição de todas as etapas cronológicas do certame, desde a minuta do edital até a homologação.

As datas são pensadas estrategicamente em relação ao calendário disponível, considerando datas de maior interesse, feriados e demais atividades que possam auxiliar a tomada de decisão acerca das melhores datas para todos os envolvidos.

Após a aprovação do cronograma de execução, em caso de eventuais atrasos no cumprimento dos prazos ocorridos independentemente da vontade das partes, será feita a compensação, em número de dias de atraso.

Serão realizadas todas as fases necessárias, durante a vigência contratual, a fim de atender a demanda e expectativas do Ente Público, cujo cronograma será definido entre as partes.

13. RECURSOS E DEMANDAS JUDICIAIS

O **IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** disponibilizará profissionais legalmente habilitados para receber, analisar e responder aos eventuais recursos administrativos e ações judiciais interpostas por candidatos ou por terceiros (pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas), referentes ao certame.

No aspecto jurisdicional, a banca dispõe de suporte jurídico especializado para fornecer os subsídios e esclarecimentos referentes aos serviços prestados, composto por advogados especialistas na área de Direito Administrativo, com ampla atuação em causas judiciais e extrajudiciais envolvendo certames públicos.

Cada parte se responsabilizará por sua defesa, nas medidas judiciais propostas, referentes aos processos, cabendo à Assessoria do Instituto fornecer subsídios necessários nas demandas propostas contra o Ente Público.

14. RESPONSABILIDADES DO ENTE PÚBLICO

- ✓ Fornecimento e providências de todos os dados, locais, informações, esclarecimentos e especificações necessários, para a completa e correta realização do certame, em prazo compatível com a execução do serviço;
- ✓ Emissão e envio ao Instituto da Ordem de Serviço;
- ✓ Publicações oficiais exigidas;

75

- ✓ Verificação, fiscalização, aprovação e recebimento dos serviços executados;
- ✓ Arquivamento dos documentos de acordo com a exigência legal;
- ✓ Chamamento dos candidatos obedecendo a ordem de classificação, em conformidade com a legislação vigente.

15. PARQUE GRÁFICO COM CONTROLE DE ACESSO

A composição estrutural do **IGECS – INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** conta com parque gráfico próprio, com alta capacidade de impressão e resolução do material, sendo devidamente monitorado 24h/dia com circuito interno de CFTV e controle de acesso biométrico, proporcionando a segurança na produção dos cadernos de prova, cartões de respostas e demais materiais necessários para o certame.

As impressoras disponíveis são equipadas com finalizadores que imprimem, dobram e grampeiam os cadernos de prova automaticamente, sem necessidade de intervenção humana, com alta capacidade de impressão diária para atendimento de grandes demandas.

Além de monitoramento diário, o parque gráfico possui controle de acesso biométrico, com restrito acesso de funcionários, garantindo interação com os dados somente por um grupo pequeno de pessoas.

16. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, PREVENÇÃO À FRAUDE E GESTÃO DE RISCOS OPERACIONAIS

16.1. Sistema da Informação

O **IGECS – INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** possui acompanhamento tecnológico eficaz, com gestão de dados, manutenção da infraestrutura lógica e suporte de dados com monitoramento de rede e arquivos digitais criptografados para segurança das informações.

Além de Firewall, utilizamos certificados SSL para site e o sistema de gestão de concursos com intuito de garantir a segurança dos dados dos usuários, os quais são tratados em conformidade com a LGPD.

Além disso, nossa rede também é planejada para trabalho com controle hierarquizado de acessos, onde cada setor possui acesso controlado para minimizar riscos de vazamentos de dados. Os sistemas possuem gestão de logs, capazes de identificar todo tratamento de informações gerenciados para auditorias de segurança e verificação da integridade dos procedimentos.

16.2. Metodologia Antifraude

Além do parque gráfico próprio visto anteriormente, capaz de realizar impressões de alta qualidade, com acesso controlado por biometria, o **IGECS – INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** adota sistema de cartões personalizados com logomarca e código de barras, bem como proibição de uso de celulares nas dependências sensíveis.

Para as aplicações, são utilizados invólucro plásticos opacos para lacrar todo e qualquer aparelho eletrônico dos participantes, além de submeter estes ao uso de detector de metal na ida aos sanitários e vedação ao uso de acessórios de chapelaria dentro dos locais de aplicação.

Ainda, os fiscais são treinados para verificar eventual uso de óculos com inteligência artificial, bem como conferência obrigatória de documentos na entrada das salas para barramento de candidatos não autorizados ou identificação de candidatos homônimos, assegurando a higidez da aplicação em conformidade com o edital.

16.3. Gestão de Riscos Operacionais

O **IGECS – INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** adota metodologia de gestão de riscos operacionais voltada à prevenção, identificação, monitoramento e mitigação de eventos que possam comprometer a regular execução do certame, assegurando a continuidade dos serviços, o cumprimento do cronograma e a lisura de todas as etapas.

Ainda na fase de planejamento são identificados os principais riscos relacionados aos sistemas informatizados, locais de aplicação, equipe técnica, transporte e guarda de materiais sigilosos, bem como eventuais tentativas de fraude, estabelecendo medidas preventivas e planos de contingência para cada situação.

Para mitigação desses riscos, o Instituto dispõe de equipe técnica capacitada, estrutura de contingência, redundância dos sistemas, rotinas de backup, monitoramento contínuo dos ambientes tecnológicos e suporte jurídico e administrativo, adotando imediatamente as providências necessárias para preservar a segurança das informações, a isonomia entre os candidatos e a regularidade do certame.

16.3.1. Matriz de Riscos Operacionais

Risco Operacional	***Medida Preventiva***	***Plano de Contingência***
Indisponibilidade do sistema de inscrições	Monitoramento contínuo, backup e redundância dos serviços	Restabelecimento do sistema e prorrogação do prazo de inscrição, quando necessário
Ausência de fiscais ou coordenadores	Banco de profissionais previamente cadastrados	Substituição imediata por profissionais treinados
Interrupção de energia ou internet	Equipamentos e infraestrutura de contingência	Realocação da operação ou continuidade por meio de procedimentos alternativos
Tentativa de fraude ou quebra de sigilo	Controle de acesso, monitoramento, lacres, biometria e detector de metais	Registro da ocorrência, isolamento da situação e adoção das medidas administrativas e legais cabíveis
Intercorrências no local de prova	Planejamento logístico e equipe de coordenação presente	Adoção imediata do plano de contingência e comunicação ao Ente Público

16.4. Indicadores de Desempenho e Controle de Qualidade

Com vistas ao acompanhamento permanente da execução contratual, o **IGECS – INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** adota procedimentos internos de controle de qualidade e monitoramento da execução contratual, acompanhando o cumprimento do cronograma, a estabilidade dos sistemas, a correta execução das etapas do certame e a conformidade dos serviços com a legislação e as disposições editalícias.

77

Todos os materiais técnicos produzidos são submetidos a conferência e revisão antes de sua divulgação, possibilitando a identificação de eventuais inconsistências e a adoção imediata de medidas corretivas, assegurando a qualidade dos serviços prestados e o aperfeiçoamento contínuo dos procedimentos internos.

17. EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

Com vistas à excelência nos serviços prestados, além da equipe administrativa e de suporte, o **IGECS – INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** conta com banca própria composta por Doutores, Mestres, Especialistas e Graduados nas mais diversas áreas do conhecimento, sendo responsáveis pela elaboração e análise de recursos relativos às questões objetivas e discursivas dos certames.

Dentro da Banca Examinadora, o Instituto dá preferência àqueles com formação estritamente alinhada às áreas de atuação previstas no certame e com experiência na elaboração de provas para seleção de pessoal.

De posse do edital, os profissionais analisam e desenvolvem as questões com base em um estudo aprofundado das atribuições de cada cargo, em consonância com o conteúdo programático definido no edital.

Todos possuem vínculo contratual, o qual dispõe de cláusulas de ineditismo de questões, sigilo e responsabilidade, sem o prévio conhecimento da cidade do certame.

As questões elaboradas passam por rigoroso processo de revisão por parte da equipe revisora para garantir que sejam inéditas e sem plágio.

18. EQUIPE OPERACIONAL

18.1. Coordenadores e Assistentes

O **IGECS – INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** dispõe de Coordenadores e Assistentes com vasta experiência em Concursos Públicos e Processos Seletivos, sendo estes designados em quantidade suficiente, para atendimento à demanda do Contratante.

Nas respectivas etapas de Prova, os Coordenadores e Assistentes são os representantes e responsáveis pela plena execução das provas, conferindo se todos os procedimentos editalícios estão sendo seguidos, bem como orientando e conduzindo o trabalho dos Fiscais, com os quais os Coordenadores têm contato desde a criação dos grupos de trabalho para fins de treinamento e auxílio em questionamentos que possam surgir.

18.2. Fiscais

No dia das provas, além da equipe de coordenação, faz-se necessário o auxílio dos Fiscais (Sala, Apoio, Servente), notadamente quanto às provas de natureza objetiva.

Durante o desenvolvimento das inscrições, o Instituto inicia o planejamento quantitativo de fiscais que poderão vir a ser necessários, bem como estabelece contato com Recrutadores, os quais serão responsáveis pelo elenco das informações dos Fiscais, conferindo requisitos mínimos adequados e experiência na função.

Em momento oportuno antecedente à prova, os coordenadores realizam treinamentos e capacitações presenciais com todos os fiscais envolvidos, para assegurar o alinhamento da fiscalização por todos, explicitando passo a passo o que cada fiscal deve fazer, apresentando um detalhamento da etapa de prova, resguardando pleno diálogo para dúvidas.

Dentre as principais atividades dos fiscais, destacam-se o controle de fluxo dos locais, o acesso dos candidatos mediante conferência de documentos, a transmissão de informações relevantes e o respectivo acompanhamento da aplicação, a condução aos sanitários e o zelo pelos locais.

19. SUPORTE A INFORMAÇÃO E APOIO

Para esclarecimentos de dúvidas dos candidatos e/ou atendimento comercial para os órgãos interessados em contratar o **IGECS – INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES**, disponibilizamos alguns meios de contato, conforme abaixo:

- ✓ Atendimento telefônico;
- ✓ Atendimento via e-mail;
- ✓ Atendimento virtual através de Chatbot;

Os dois primeiros canais funcionam em horário comercial, com atendimento humanizado para resolução imediata de demanda. Já o atendimento virtual, opera 24horas por dia e podem ser esclarecidas as principais dúvidas do certame.

20. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

20.1. Sustentabilidade

Com pensamento consciente, o **IGECS – INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** dá preferência a utilização de equipamento com eficiência energética adequada, com vistas a redução do consumo de eletricidade, bem como faz uso de papel reciclado nos materiais de expediente, exceto naqueles utilizados nos certames, notadamente na impressão de provas e cartões respostas.
Além disso, em consonância com a segurança da informação e alinhamento à sustentabilidade, procuramos utilizar essencialmente os meios eletrônicos para comunicação e tramitação de documentos.

Suplantado certame, os materiais são catalogados e acondicionados na sede da banca pelo prazo mínimo previsto no contrato, sendo que após esse período, os documentos não sensíveis são encaminhados para reciclagem.

20.2. Estrutura para realização dos trabalhos e registros fotográficos

INSTALAÇÕES:

Escritório próprio todo mobiliado, estimado em 510 m² de construção, composto em:

- ✓ Administrativo (Financeiro/Contabilidade/RH);
- ✓ Área de Serviços (Cozinha/Copa/Lavanderia);
- ✓ Diretoria;
- ✓ Portaria/Recepção;
- ✓ Sala de Espera;
- ✓ Centro de Processamento de Dados (Servidores);
- ✓ Sala de Reuniões;
- ✓ Sala de Capacitação;
- ✓ Sala de Apoio Técnico à Gerência;
- ✓ Sala de Arquivo das provas;
- ✓ Sala de Impressão de Provas/Gabaritos (Parque Gráfico monitorado e com acesso biométrico);
- ✓ Operacional completo para diagramação, montagem, preparação e correção de provas para Concursos Públicos e Processos Seletivos.

INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES

SEDE DO INSTITUTO:





Rua Rita Bueno de Angeli, 189 – 2º Piso – Jd. Esplanada II – Indaiatuba/SP – CEP: 13331-616 – Fone/FAX: (19) 3875.0495
www.igecs.org.br – E-mail: comercial@igecs.org.br

80
1.

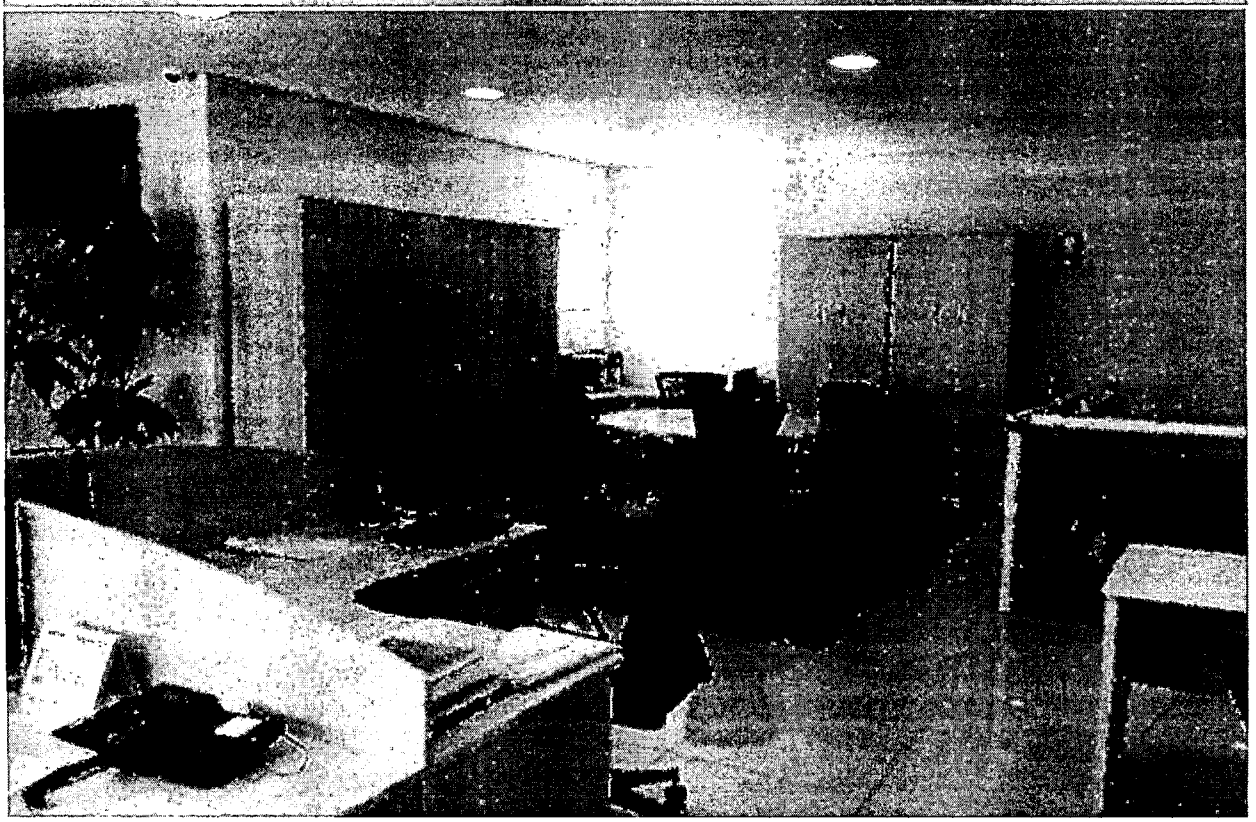
INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES



Rua Rita Bueno de Angeli, 189 – 2º Piso – Jd. Esplanada II – Indaiatuba/SP – CEP: 13331-616 – Fone/FAX: (19) 3875.0495
www.igecs.org.br – E-mail: comercial@igecs.org.br

81
1.

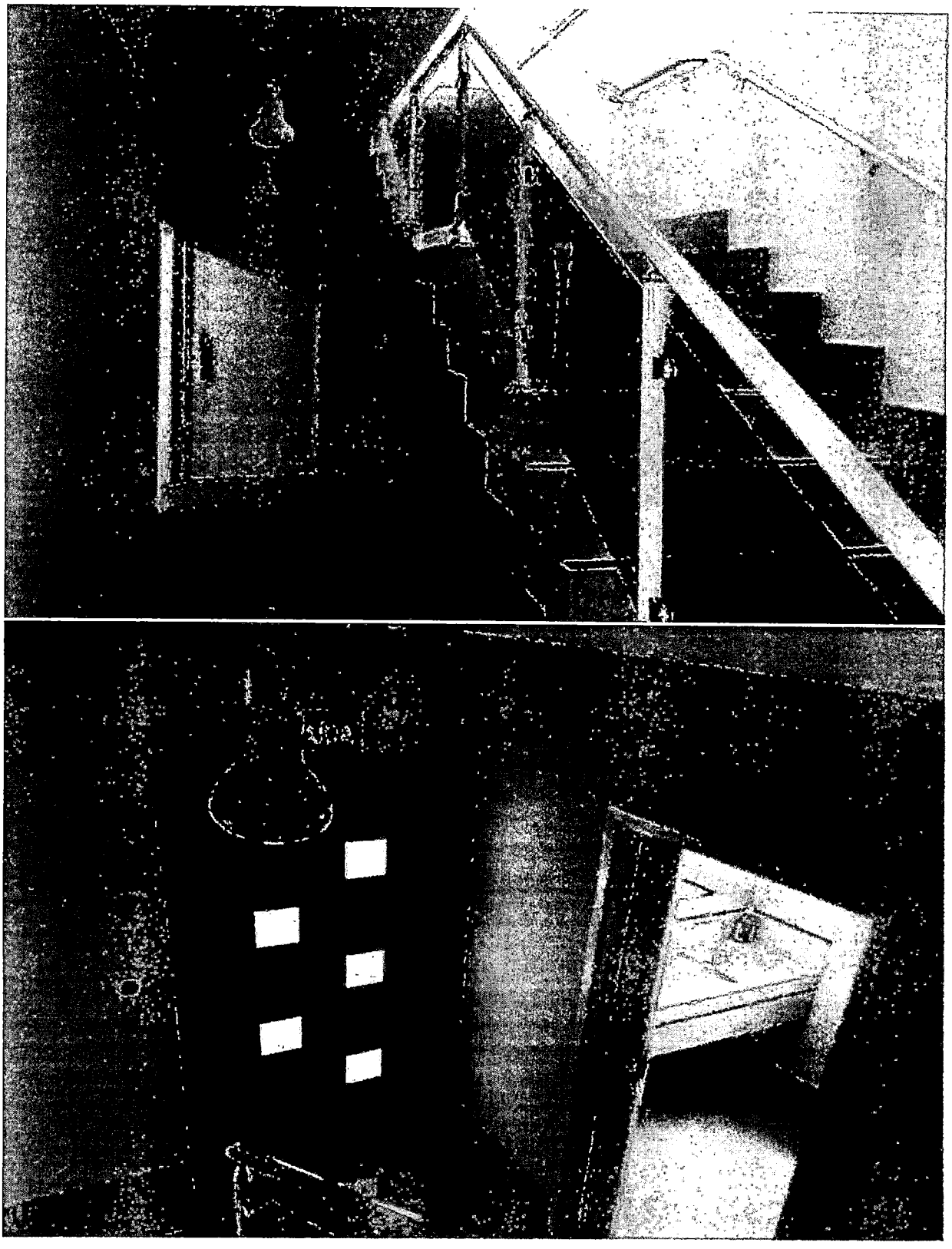




Rua Rita Bueno de Angeli, 189 – 2º Piso – Jd. Esplanada II – Indaiatuba/SP – CEP: 13331-616 – Fone/FAX: (19) 3875.0495
www.igecs.org.br – E-mail: comercial@igecs.org.br

82
1.

INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES



Rua Rita Bueno de Angeli, 189 – 2º Piso – Jd. Esplanada II – Indaiatuba/SP – CEP: 13331-616 – Fone/FAX: (19) 3875.0495
www.igecs.org.br – E-mail: comercial@igecs.org.br

83
1.



Rua Rita Bueno de Angeli, 189 – 2º Piso – Jd. Esplanada II – Indaiatuba/SP – CEP: 13331-616 – Fone/FAX: (19) 3875.0495
www.igecs.org.br – E-mail: comercial@igecs.org.br

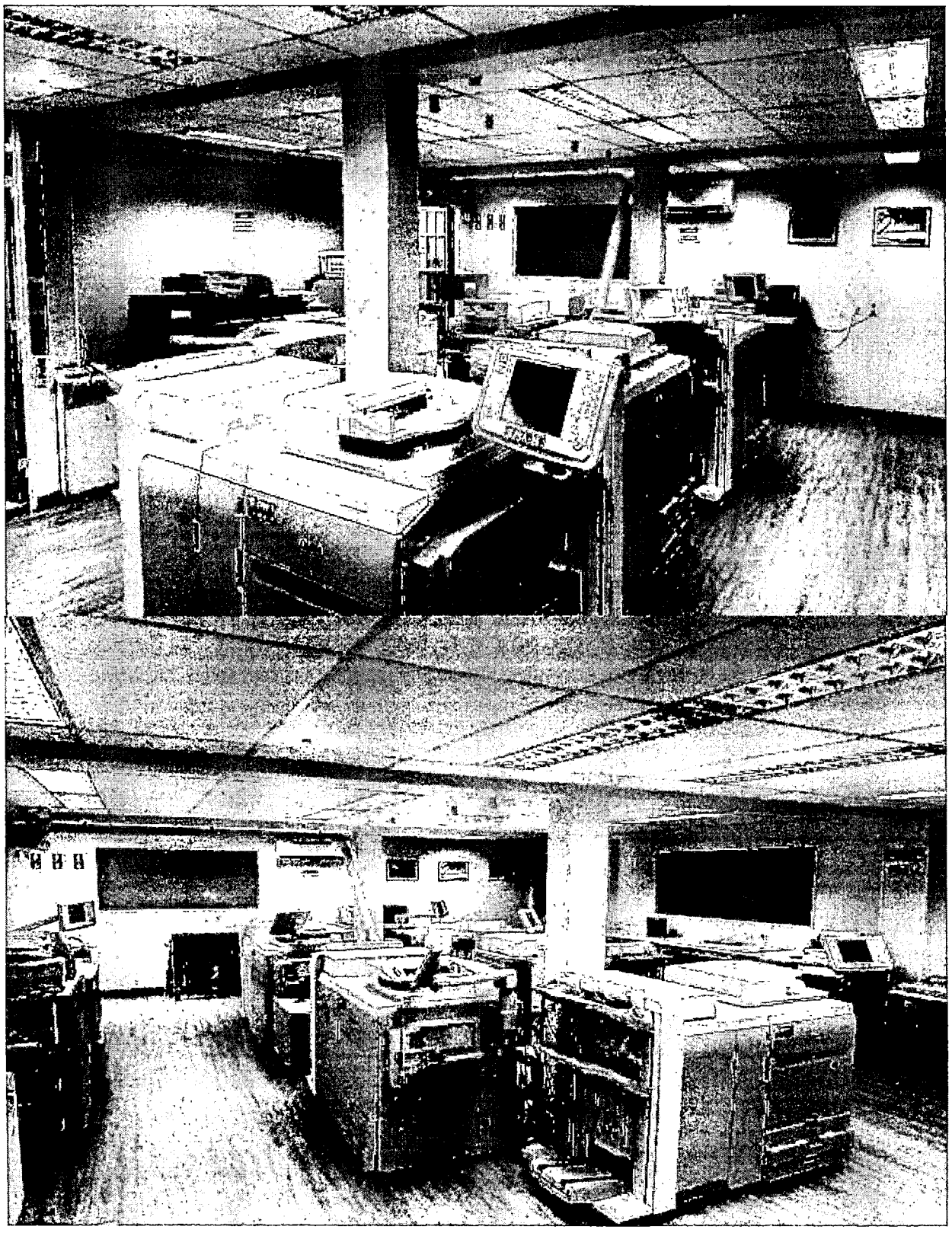
84
1.

INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES



Rua Rita Bueno de Angeli, 189 – 2º Piso – Jd. Esplanada II – Indaiatuba/SP – CEP: 13331-616 – Fone/FAX: (19) 3875.0495
www.igecs.org.br – E-mail: comercial@igecs.org.br

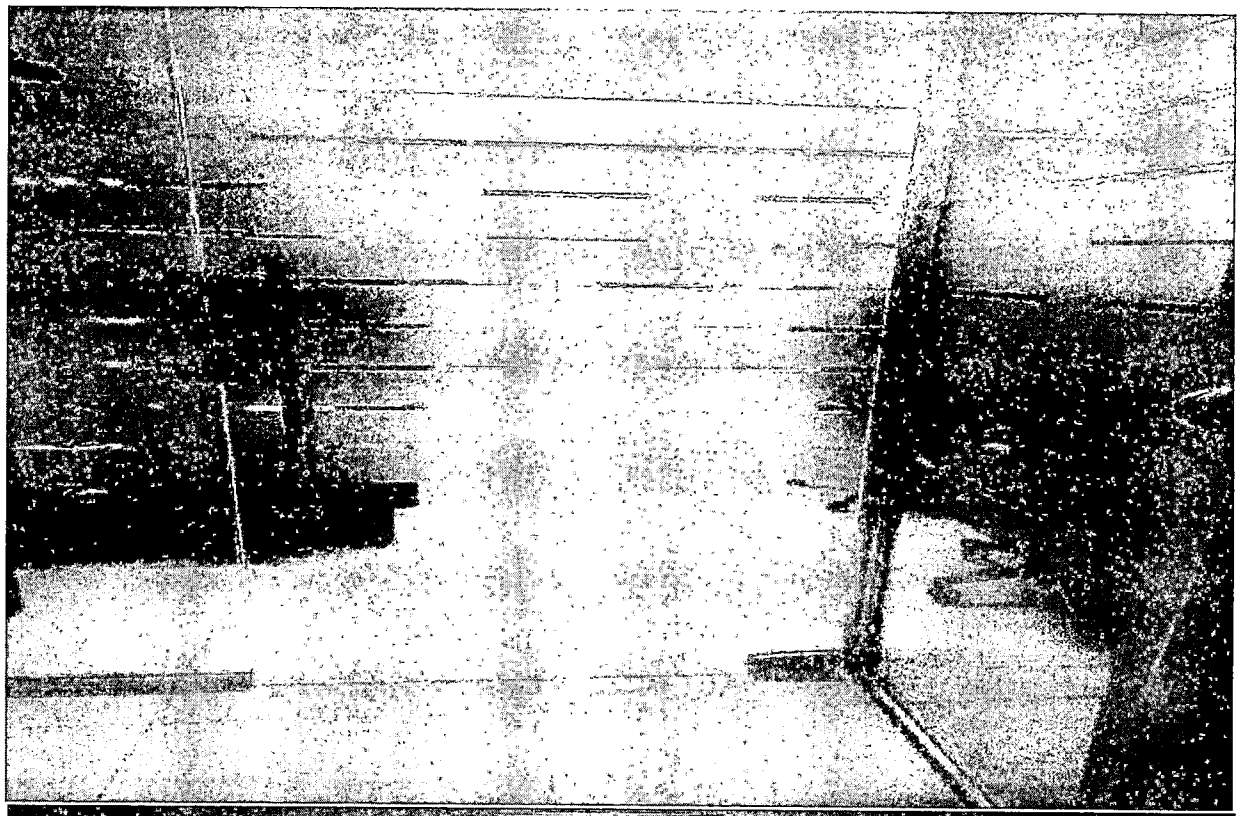
85
1.



Rua Rita Bueno de Angeli, 189 – 2º Piso – Jd. Esplanada II – Indaiatuba/SP – CEP: 13331-616 – Fone/FAX: (19) 3875.0495
www.igecs.org.br – E-mail: comercial@igecs.org.br

86

INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES

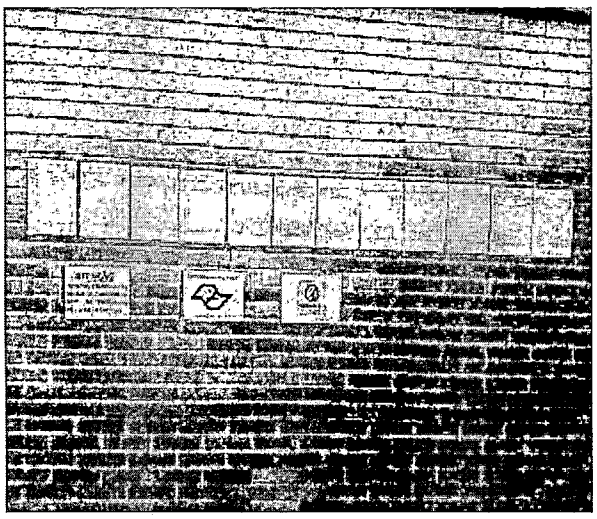




Rua Rita Bueno de Angeli, 189 – 2º Piso – Jd. Esplanada II – Indaiatuba/SP – CEP: 13331-616 – Fone/FAX: (19) 3875.0495
www.igecs.org.br – E-mail: comercial@igecs.org.br

INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES

SEGURANÇA, ORGANIZAÇÃO, MATERIAL E APLICAÇÃO:

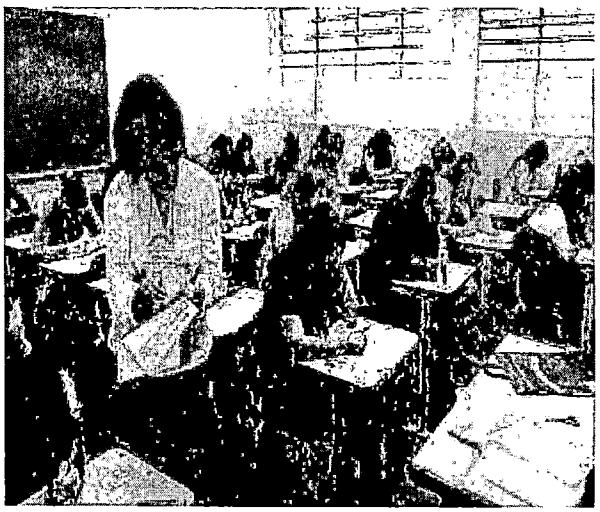












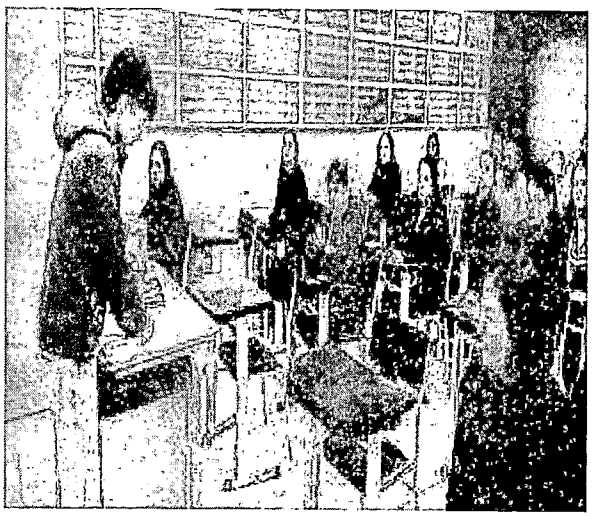
Rua Rita Bueno de Angeli, 189 – 2º Piso – Jd. Esplanada II – Indaiatuba/SP – CEP: 13331-616 – Fone/FAX: (19) 3875.0495
www.igecs.org.br – E-mail: comercial@igecs.org.br

88
1.

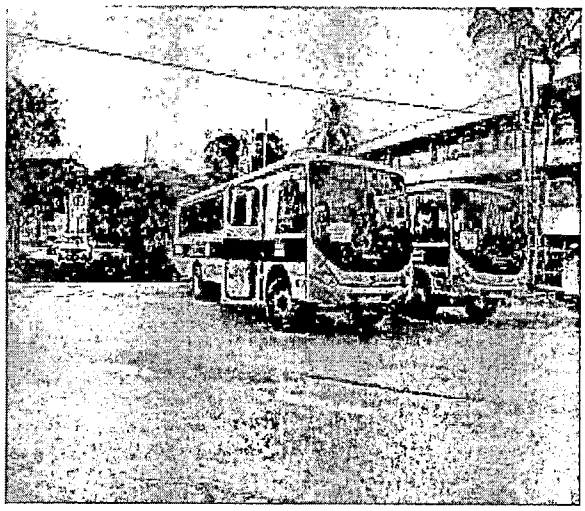
INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES

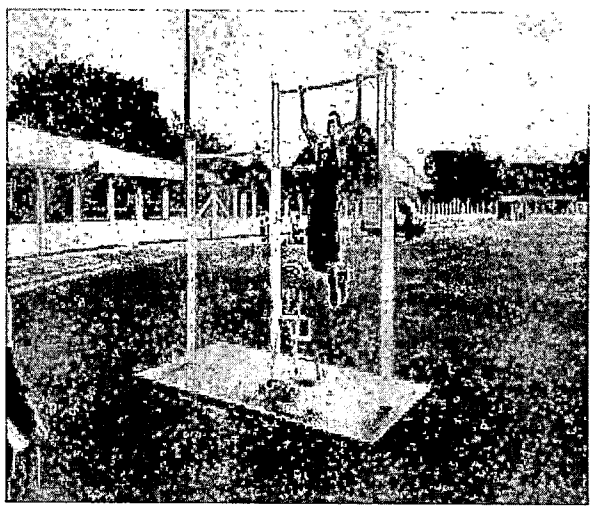












Rua Rita Bueno de Angeli, 189 – 2º Piso – Jd. Esplanada II – Indaiatuba/SP – CEP: 13331-616 – Fone/FAX: (19) 3875.0495
www.igecs.org.br – E-mail: comercial@igecs.org.br

89
1.

EQUIPAMENTOS:

Equipamento	Qtd.	Descrição	Fabricante	Modelo
Central de Monitoramento	01	Sistema de alarme e monitoramento 24 horas em todo o prédio com microfilmagem composto de 17 câmeras ligadas à Central de Monitoramento, com sensores de movimento e backup	Arganet e Vivo	TecVoz
Servidor	01	Servidor de Rede / Sistema Operacional: Windows Server 2008 / Processador: Intel Core2Duo E7500 / Memória RAM: 4Gb / Discos Rígidos RAID-I	Dell	PowerEdge
Servidor	01	Servidor de Rede / Sistema Operacional: Windows Server 2022 / Processador: Intel(R) Xeon(R) E-2324G CPU @ 3.10GHz 3.10 GHz / Memória RAM: 16Gb / Discos Rígidos RAID-I 2TB	Dell	PER250
Servidor	01	Servidor de Rede / Sistema Operacional: Windows Server 2022 / Processador: Intel(R) Xeon(R) E-2378 CPU @ 2.6GHz / Memória RAM: 16Gb / Discos Rígidos RAID-I 4TB	Dell	PER250
PC	01	Sistema Operacional: Windows 7 Ultimate / Processador: Intel Core2Duo E7500 / Memória RAM: 4Gb / Capacidade de Disco: 500Gb	Dell	Inspiron 560s
PC	01	Sistema Operacional: Windows 7 Ultimate / Processador: Intel Core2Duo E7500 / Memória RAM: 4Gb / Capacidade de Disco: 500Gb	Dell	Vostro 230
PC	01	Sistema Operacional: Windows 7 Ultimate / Processador: Intel Core2Duo E7500 / Memória RAM: 2Gb / Capacidade de Disco: 500Gb	Dell	Vostro 230
PC	01	Sistema Operacional: Windows XP / Processador: Intel Celeron / Memória RAM: 512Mb / Capacidade de Disco: 250Gb	Command	
PC	01	Sistema Operacional: Windows 7 Ultimate / Processador: Intel Core2Duo E7500 / Memória RAM: 2Gb / Capacidade de Disco: 500Gb	Dell	Vostro 230
PC	01	Sistema Operacional: Windows 7 Ultimate / Processador: Intel Core2Duo E7500 / Memória RAM: 4Gb / Capacidade de Disco: 500Gb	Dell	Vostro 230
PC	01	Sistema Operacional: Windows 7 Ultimate / Processador: Intel Core2Duo E7500 / Memória RAM: 4Gb / Capacidade de Disco: 500Gb	Dell	Vostro 230
PC	01	Sistema Operacional: Windows 7 Ultimate / Processador: Intel Core2Duo E7500 / Memória RAM: 4Gb / Capacidade de Disco: 500Gb	Dell	Vostro 230
PC	01	Sistema Operacional: Windows 7 Ultimate / Processador: Intel Core2Duo E7500 / Memória RAM: 4Gb / Capacidade de Disco: 500Gb	Dell	Vostro 230
PC	01	Sistema Operacional: Mac OS / Processador: Intel Core i5 / Memória RAM 8Gb / Capacidade de Disco: 1Tb	Apple	ME086BZ
PC	01	Sistema Operacional Windows 8.1 64 bit / Processador: Intel Core i5 / Memória RAM 8GB / Capacidade de Disco: 1TB	Dell	All In One 5348

90
1.

INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES

Equipamento	Qtd.	Descrição	Fabricante	Modelo
PC	01	Sistema Operacional Windows 8.1 64 bit / Processador: Intel Core i5 / Memória RAM 8GB / Capacidade de Disco: 500GB	Dell	Inspiron 13 7347
Notebook	01	Sistema Operacional: Windows XP / Processador: Intel Celeron D / Memória RAM: 512mb / Capacidade de Disco: 250GB	Positivo	
Notebook	01	Sistema Operacional: Windows XP / Processador: Intel Celeron D / Memória RAM: 512mb / Capacidade de Disco: 250GB	Compaq	
Notebook	01	Sistema Operacional: Windows 7 Ultimate / Processador: Intel Core2Duo / Memória RAM: 4Gb / Capacidade de Disco: 500Gb	Sony	Vaio
Notebook	04	Sistema Operacional: Windows 7 Ultimate / Processador: Intel Core2DUO / Memória RAM: 2GB / Capacidade de Disco: 500GB	Positivo	
Impressora	02	LEXMARK MS911DE P/125K - 54G0P00 – IMPRIME FRENTE E VERSO/ DOBRA E GRAMPEIA	LEXMARK	54G0P00
Multifuncional	01	Multifuncional FAX/Fone/Impressora/Scanner	HP	Officejet 4355
Multifuncional	01	Multifuncional FAX/Fone/Impressora/Scanner	Laser	CLX-3305FW
Multifuncional	01	Ricoh MP 9003 PCL 6	Ricoh	9003
Multifuncional	01	Ricoh MP 9003 PCL 6	Ricoh	9003
Multifuncional	01	Ricoh 4510SF	Ricoh	4510
Multifuncional	01	Ricoh 4510DN	Ricoh	4510
Impressora	01	Impressora Laser Colorida	HP	Laserjet CP1525w Color
Impressora	01	Impressora Laser Preto e Branco	HP	Laserjet P1005
Impressora	01	Impressora Laser Preto e Branco	HP	Laserjet 1200
Impressora	02	Impressora Laser Preto e Branco	HP	Laserjet 1000
Impressora	01	Impressora Laser Preto e Branco	Samsung	ML-1865W
Impressora	01	Impressora Laser Preto e Branco	HP	M401DNE
Copiadora	01	Copiadora Preto e Branco	Konica/ Minolta	211
Scanner	01	Scanner de Mesa resolução 1200X1200 dpi	Canon	Canonscan LIDE100
Leitora Óptica	02	Leitora Óptica de marcas automática	LOHS	Opscan 40 MI
Leitora Óptica	02	Ez-Data Leitora Óptica de Marcas, para coleta de dados, com software controlador para geração de arquivos.	Scantron	EZ-DATA
Televisor	02	LCD 42"	Samsung Gradiente	
No-break	15	Diversas marcas e modelos	-	-

Equipamento	Qtd.	Descrição	Fabricante	Modelo
Câmera Digital	03	Câmera Digital Sony Cybershot 16.1 Mega Pixels	Sony	DSC-W710
Conexão Internet	01	Link de conexão via fibra óptica 300Mbps	Vivo	
Telefonia	01	2 linhas telefônicas / Central PABX / 24 ramais	SIEMENS	
Telefonia VOIP	01	2 linhas telefônicas / PABX NUVEM / 8 ramais	Telefonia Fácil	
Rádio Telefonia	06	Rádio/Celular	Nextel	
Grampeador	02	Grampeador / dobradeira de livreto	ZY	ZY-1
Refiladora	01	Refiladora 4X1 – A3 – Modelo A445	Rexel	A445
Automóvel	01	Fiat Uno / 2008	Fiat	
Automóvel	01	Toyota Etios / 2016	Toyota	2016
Automóvel	01	Fiat Strada Freedom 13CD / 2020/2021	Fiat	2020/2021
Automóvel	01	Fiat Mobi Like / 2022/2023	Fiat	2022/2023
Aparelho GPS	03	Aparelho GPS – Global Position System	Garmim	
Aparelho GPS	01	Aparelho GPS – Global Position System	Foston	
Detector de Metal	1000	Diversas marcas e modelos	Super Scan	
Projetor	01	Projetor 3000 Lumens	Epson	S18+
Estações de Trabalho	13	Estações de Trabalho Completas com suporte e estrutura para desenvolvimento de todos os serviços	-	-
GESTOR DE SISTEMA	01	GESTOR DE EDITAIS 1ª área: Site: Cadastro de Concursos; Cadastro de candidatos; Gerenciador financeiro (importa os arquivos de retorno, gerando assim a lista de homologação); e Publicações. 2ª área: Sistema: Gerenciamento dos candidatos; Gera lista de presença, lista de porta; Cartões respostas para leitura óptica, Cadastro de prova de títulos; Cadastro de Prova prática; Cadastro dos gabaritos para futura publicação; Correção por leitura óptica de sistema próprio; Relatórios; Resultado parcial (ordem alfabética, notas); Resultado Final (classificação, Aprovados); e Relatório de nota de títulos e prática. Link para tráfego dos dados dos concursos:	MH INFORMÁTICA LTDA	
Processamento de Imagem	01	Licenca de Uso Perpetua do software KaptureAll Easy Teste – Versao 8.0	HSINFORMÁTICA	RTHOMPSON
FireWall	-	Em todos os computadores	-	-
Antivírus	-	kaspersky small office security – em todos os computadores	kaspersky	Nº 4 small office

92
1.

INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES

CLIENTES E SERVIÇOS REALIZADOS PELO GRUPO:

Ente	Objeto
CÂMARA DE VEREADORES DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU - SP	CONCURSO / SELETIVO
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALELPOPOLIS – SP	CONCURSO / SELETIVO
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO – SP	CONCURSO / SELETIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE AMERICANA – SP	CONCURSO / SELETIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ – SP	REESTRUTURAÇÃO
	CONCURSO / SELETIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI – SP	CONCURSO / SELETIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAIEIRAS – SP	CONCURSO / SELETIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUAPIARA – SP	CONCURSO / SELETIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPETININGA – SP	CONCURSO / SELETIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI – SP	CONCURSO / SELETIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JANDIRA – SP	REESTRUTURAÇÃO
	CONCURSO / SELETIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU – SP	CONCURSO / SELETIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MAIRINQUE - SP	CONCURSO / SELETIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA – SP	CONCURSO / SELETIVO
	ASSESSORIA JURÍDICA
CÂMARA MUNICIPAL DE POÁ – SP	CONCURSO / SELETIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ - SP	CONCURSO / SELETIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DE PIRAPORA - SP	CONCURSO / SELETIVO
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S/A - CEASA CAMPINAS - SP	CONCURSO / SELETIVO
COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS - COHAB - SP	CONCURSO / SELETIVO
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE ATIBAIA SAAE - SP	CONCURSO / SELETIVO
COMPANHIA ITUANA DE SANEAMENTO - CIS - SP	CONCURSO / SELETIVO
COMPANHIA TROLEIBUS ARARAQUARA - CTA - SP	CONCURSO / SELETIVO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE AMERICANA - SP	CONCURSO / SELETIVO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BARUERI - SP	CONCURSO / SELETIVO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE HORTOLÂNDIA - SP	CONCURSO / SELETIVO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITU - SP	CONCURSO / SELETIVO
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO DO SUL – MS	CONCURSO / SELETIVO
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO - CRESS 9ª REGIÃO-SP - SP	CONCURSO / SELETIVO
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE AMERICANA - SP	CONCURSO / SELETIVO
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS - DAEV - SP	CONCURSO / SELETIVO
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BARUERI - FIEB - SP	CONCURSO / SELETIVO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE LOUVEIRA - FUMHAB - SP	CONCURSO / SELETIVO
FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS - SP	CONCURSO / SELETIVO
GUARDA MUNICIPAL DE AMERICANA – SP	CONCURSO / SELETIVO
HOSPITAIS DR. MÁRIO GATTI, OURO VERDE E MATERNIDADE DE CAMPINAS - SP	RESIDÊNCIA MÉDICA
HOSPITAL MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI – SP	RESIDÊNCIA MÉDICA
HOSPITAL MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI E PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS - SP	RESIDÊNCIA MÉDICA
HOSPITAL WALTER FERRARI DE JAGUARIÚNA, HOSPITAL AUGUSTO DE OLIVEIRA CAMARGO DE INDAIATUBA e a SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITATIBA - SP	RESIDÊNCIA MÉDICA
INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A. - IMA - SP	CONCURSO / SELETIVO

INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES

Ente	Objeto
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS - SP	CONCURSO / SELETIVO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COTIA - SP	CONCURSO / SELETIVO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE HORTOLÂNDIA - HORTOPREV - SP	CONCURSO / SELETIVO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA DO MUNICÍPIO DE TATUÍ - SP	CONCURSO / SELETIVO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CAJAMAR - IPSSC - SP	CONCURSO / SELETIVO
IPREJAN - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE JANDIRA (ONÍCIO DE BRITO VILAS BOAS) - SP	CONCURSO / SELETIVO
MUNICÍPIO DE ARARAS – SP	CONCURSO / SELETIVO
MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS – SP	CONCURSO / SELETIVO
MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA – SP	CONCURSO / SELETIVO
MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D´OESTE - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU – SP	REESTRUTURAÇÃO
	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TUPÃ - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA DE BERTIOGA – SP	REESTRUTURAÇÃO
PREFEITURA DE JACAREÍ – SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA DE MONTEIRO LOBATO – SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA – SP	REESTRUTURAÇÃO
	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ – SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA – SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA – SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHAPÉU – SP	REESTRUTURAÇÃO
	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI – SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA – SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS – SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIA – SP	CAPACITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO – SP	REESTRUTURAÇÃO
	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTIVA GERBI – SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPÓ – GO	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA – SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPEVA – SP	REESTRUTURAÇÃO
	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA – SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA - SP	CONCURSO / SELETIVO

INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES

Ente	Objeto
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE – SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUETE – SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIRENDABA - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÂNIA - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFARD – SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO BRANCO - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DE PIRAPORA - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ – SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUÍ – SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE DO SUL - SP	CONCURSO / SELETIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO - SP	CONCURSO / SELETIVO
SALUS & SALUTIS – SP	CONCURSO / SELETIVO
SANEAMENTO BÁSICO VINHEDO - SANEBAVI – SP	REESTRUTURAÇÃO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE DE SOROCABA - SP	CONCURSO / SELETIVO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ - SAAE - SP	CONCURSO / SELETIVO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SALTO - SAAE - SP	REESTRUTURAÇÃO
	CONCURSO / SELETIVO
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO - SANASA CAMPINAS - SP	CONCURSO / SELETIVO
SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DA CIDADE DE LEME - SP	CONCURSO / SELETIVO

V - DA CONTRATAÇÃO

1. DISPENSA DE LICITAÇÃO

A contratação dos serviços especializados do **IGECS**, instituição sem fins lucrativos, poderá ser feita com dispensa de prévio procedimento licitatório, com fundamento no **art. 75, XV, da Lei Federal nº 14.133/2021:**

> "É dispensável a licitação: contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos."

2. DO PREÇO

Valor Fixo: R$ 747.500,00 (setecentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais).

Forma de Pagamento: Conforme Termo de Referência.

Estimativa: Orçamento elaborado com base em estimativa prévia de 11.500 candidatos.

3. PRAZO

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Legislação aplicável.

Os prazos para execução de cada certame obedecerão aos cronogramas previamente definidos de comum acordo entre o IGECS e o Ente Público.

VI - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Considerando todas as atividades a serem realizadas, nos preços propostos estão incluídos todas as despesas e custos, tais como: transporte, alimentação e estadia dos profissionais, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas à prestação dos serviços.

O **IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES** atenderá fielmente às exigências deste Ente Público, bem como às eventuais solicitações que se fizerem necessárias.

Esperamos que a proposta apresentada atenda as demandas e necessidades, ficando no aguardo de suas manifestações.

Atenciosamente,

IGECS - INSTITUTO DE GESTÃO DE CIDADES
Zuleica Quintana Pinheiro - DIRETORA

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 28/2026

Local: Cambará/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE CAMBARA

Unidade compradora: 75442756000190 - UNIDADE ADMINISTRATIVA

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, XV

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 20/07/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 75442756000190-1-000100/2026 **Fonte:** Elotech Gestão Pública Ltda

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Informação complementar:

em conformidade com o Artigo 75, Inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 275.670,00	R$ 275.670,00

Itens | Arquivos | Atas de Registro de Preço | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário
1	CONTRATACAO DE EMPRESA PARA ELABORACAO DE CONCURSO PUBLICO	1	R$ 275.670,0

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

< Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

97
1

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.**

Validador

98
1.

CONTRATO Nº	**: 96/2026 ID 9313079**
CONTRATANTE	: MUNICÍPIO DE CAMBARÁ.
CONTRATADO	: FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI - FAFIPA.
OBJETO	: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.
VALOR ESTIMADO GLOBAL	: R$ 275.670,00 (duzentos e setenta e cinco mil seiscentos e setenta reais)
PROCESSO	: 56/2026
FUNDAMENTO	: Art. 75, XV, da Lei Federal n 14.133/2021
DISPENSA Nº	: 28/2026

Pelo presente instrumento particular, doravante denominado **CONTRATANTE** o **MUNICÍPIO DE CAMBARÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 75.442.756/0001-90, com sede à Avenida Brasil, 1.229, Paço Municipal, Cambará - PR, neste ato representado pelo Sr. Prefeito, WALCIR JOAQUIM, brasileiro, casado, portador do RG nº 12.493.895-3, inscrito no CPF nº 158.794.388-30, e de outro lado, denominado CONTRATADO FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI - FAFIPA, inscrito no CNPJ nº 05.566.804/0001-76 com sede na Avenida Paraná, 794-A, Andar 1, Jardim América, Município de Paranavaí - PR, neste ato representado pelo Sr. VALDIR CIPRIANO DE OLIVEIRA, têm entre si justo e contratado as seguintes cláusulas:

LOTE 1:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
01	**115756**	**Contratação de instituição brasileira, sem fins lucrativos, para execução integral do Concurso Público**	**UND**	**01**	**R$ 275.670,00**	**R$ 275.670,00**
					TOTAL:	**R$ 275.670,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, para atender à Secretaria Municipal de Administração.

1.2 CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE OU FUNDAÇÃO PÚBLICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS, OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR, BEM COMO A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA, COM O FORNECIMENTO COMPLETO DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS E A EXECUÇÃO DE TODAS AS ATIVIDADES ENVOLVIDAS E CORRELATAS, EM ESPECIAL A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS, ALÉM DE TODA A LOGÍSTICA NECESSÁRIA À

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc676648105e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf85555104b3ab

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMBARÁ – PR..

1.3 O valor total deste contrato é de R$ 275.670,00 (duzentos e setenta e cinco mil seiscentos e setenta reais), compreendendo a execução do objeto para 3.000 (três mil) candidatos inscritos, podendo ter aditivo, limitado à 25%, em caso de inscrições excedentes.

1.4 Em caso de inscrições excedentes à 3.000 (três mil) candidatos inscritos, o valor por inscrição adicional será de R$ 35,00 (quarenta e cinco reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

2.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da assinatura, podendo ser prorrogado conforme prevê a legislação, caso não haja a finalização do objeto, em conformidade com o art. 111 da lei 14.133/2021.

2.2 A execução do serviço será de até 6 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Da Segurança e Integridade do Certame

a) Compete à instituição contratada executar integralmente todas as etapas necessárias à organização e realização do concurso público, observando rigorosamente as disposições constantes neste Termo de Referência, no edital do certame e na legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021, assegurando elevados padrões de qualidade técnica, segurança institucional e confiabilidade operacional em todas as fases do processo seletivo.

b) A contratada deverá prover todos os recursos humanos, técnicos, operacionais e logísticos necessários à execução dos serviços, abrangendo, entre outras atividades, a elaboração das provas, a organização logística da aplicação dos exames, a correção das avaliações, o processamento dos resultados, a análise e julgamento dos recursos administrativos e a elaboração dos relatórios técnicos correspondentes.

c) Durante toda a execução contratual, a instituição contratada deverá manter comunicação permanente com o fiscal do contrato e com a Comissão Fiscalizadora do concurso público, prestando informações sempre que solicitado e colaborando com as atividades de acompanhamento e controle exercidas pela Administração Pública.

d) A contratada responderá integralmente por eventuais falhas, vícios, omissões ou irregularidades na execução do objeto, devendo adotar todas as medidas necessárias para prevenir riscos operacionais e garantir a regularidade, a lisura e a transparência do certame, mantendo, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

e) Além disso, a instituição contratada deverá adotar protocolos rigorosos de segurança institucional e controle operacional em todas as etapas do concurso público, com o objetivo de assegurar a integridade, o sigilo e a confiabilidade

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc67664810 5e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf85555104b3ab

Validador

100
1.

do processo seletivo. Para esse fim, deverão ser observadas, no mínimo, as seguintes medidas:

I – manutenção de sigilo absoluto quanto ao conteúdo das provas, com acesso restrito apenas aos membros da banca examinadora diretamente responsáveis por sua elaboração;

II – adoção de procedimentos de controle e rastreabilidade na impressão, armazenamento, transporte e distribuição dos cadernos de prova e cartões-resposta;

III – utilização de envelopes lacrados e malotes invioláveis para transporte do material sigiloso;

IV – controle de acesso aos locais de impressão e guarda das provas;

V – registro formal das etapas de produção, armazenamento e guarda do material do certame;

VI – adoção de medidas de contingência para eventualidades ocorridas durante a aplicação das provas;

VII – manutenção de registros documentais e operacionais que permitam a rastreabilidade das etapas do concurso público e possibilitem eventual auditoria pelos órgãos de controle, inclusive pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

f) A contratada deverá realizar a manutenção, durante toda a execução contratual, das condições de habilitação e qualificação exigidas;

g) A contratada deverá realizar o cumprimento das exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, conforme prevê a legislação vigente.

3.2. ETAPAS NECESSÁRIAS A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO A CARGO DA CONTRATADA:

3.2.1. Elaborar os instrumentos normativos do Concurso (Edital e Anexos) que serão preparados baseados nas informações e dados definidos pela Administração Pública Municipal.

3.2.2. O referido edital e seus anexos somente serão divulgados após parecer da Procuradoria Municipal;

3.2.3. Elaborar a minuta do edital, de acordo com a legislação vigente, em especial a Lei n°. 46//2024 e Lei do Concurso Público de Cambará.

3.3. DEFINIR, PARA ELABORAÇÃO DO EDITAL:

a) Requisitos para efetuar as inscrições;

b) Procedimentos para as inscrições com isenção da taxa de inscrições com base no Decreto Federal 6.593/2008;

c) As fases do Concurso;

d) Procedimentos para impetrar recursos;

e) Critérios de desempate;

f) Vagas para deficientes com base na Lei Municipal nº 1.211/2002, Lei Municipal nº 1.549/2013, Lei Estadual nº 18.419/2015, bem como a Súmula nº 377 do STJ, e às demais normas que venham a ampliar o rol de critérios para as pessoas com deficiência.

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc67664810 5e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf855551 04b3ab

g) Datas, horários e locais para inscrição;
h) Cronograma, devendo ser acatado as possíveis revisões propostas pela Administração;

3.4. TODAS AS DEMAIS ETAPAS NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO:
3.4.1. Responsabilizar-se pela formação de equipe técnica especializada e experiente que trabalhará em estreita articulação com a Comissão do Concurso;
3.4.2. Divulgar o evento seletivo em homepage própria e na página do município de Cambará, ora CONTRATANTE, incluindo todos os editais na íntegra, para os candidatos interessados terem acesso. Também deverá estar disponível a legislação municipal exigida na bibliografia;
3.4.3. No período compreendido entre as publicações do Edital de Abertura do Concurso Público e da Homologação do Resultado Final, o Sítio Oficial do Concurso Público será o da CONTRATADA.
3.4.4. Deverá ser disponibilizado para o candidato, no Sítio Oficial do Concurso Público, consulta individual sobre a sua participação no certame, em especial:
a) Acompanhamento da inscrição;
b) Local de prova;
c) Boletim de desempenho detalhado por nota de todas as disciplinas ou conforme critério adotado para resultado das provas e;
d) Apreciação e decisão dos recursos interpostos.
3.4.5. Proceder o cadastramento geral e específico por cargo dos candidatos inscritos;
3.4.6. A inscrição dos candidatos, que será realizada por meio eletrônico (via Internet);
3.4.7. O pagamento das inscrições será realizado via boleto bancário emitido pela CONTRATADA, em nome da Prefeitura Municipal de Cambará/PR em conta bancária a ser aberta para tal fim.
3.4.8. Disponibilizar sítio para recebimento das inscrições via internet;
3.4.9. Analisar tecnicamente as questões de provas;
3.4.10. Editorar as provas;
3.4.11. Imprimir e grampear as provas;
3.4.12. Envelopar os cadernos de questões de provas e cartões de respostas;
3.4.13. Ensacar (em malotes) os envelopes e transportar com segurança e sigilo;
3.4.14. Manter as provas sob sigilo absoluto;
3.4.15. Acondicionar as provas em envelopes lacrados e invioláveis, com os cadernos de questões e cartões de respostas por local de realização, providenciando o fechamento dos malotes com segurança (cadeados, lacres e/ou outros);
3.4.16. Mapear e organizar as provas por sala e local, de acordo com o previsto no Edital em quantidade suficiente para atender a todos os candidatos inscritos, além de cadernos reservas;
3.4.17. Aplicar as provas;
3.4.18. Corrigir os cartões de respostas para elaboração dos resultados;
3.4.19. Avaliar as provas;

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc676648105e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf85555104b3ab

Validador

102

3.4.20. Prestar os serviços e material necessário para aplicação das provas, folhas de assinatura, folhas de respostas e material de sinalização para cada um dos locais de prova;
3.4.21. Confeccionar e prestar os serviços com manuais e formulários de registro de ocorrências para uso dos Coordenadores e Fiscais;
3.4.22. A contratada deverá processar e entregar as listagens de resultados do concurso público por cargo, contemplando separadamente os candidatos aprovados nas modalidades de ampla concorrência, reserva de vagas para candidatos afrodescendentes e reserva para pessoas com deficiência (PCD), em ordem de classificação e por número de inscrição, bem como elaborar e fornecer, adicionalmente, uma listagem geral única por cargo, contendo todos os aprovados independentemente da modalidade de concorrência, organizada exclusivamente por ordem final de classificação, com vistas a subsidiar os atos de convocação da Prefeitura de Cambará, devendo todas as listagens ser entregues em formato digital editável e físico, conforme prazos estabelecidos no cronograma de execução.
3.4.23. Preparar e identificar os locais para aplicação das provas. Todas as provas deverão ser aplicadas no Município de Cambará/PR;
3.4.24. Divulgar o gabarito preliminar até 24 (vinte e quatro) horas após a aplicação das provas no site oficial do concurso;
3.4.25. Divulgar o gabarito oficial até 05 (cinco) dias após a divulgação do gabarito preliminar no site oficial do concurso;
3.4.26. Receber e examinar os recursos dos candidatos;
3.4.27. Levantar e analisar os resultados;
3.4.28. Prestar os serviços dados, instrumentos legais e sugestões de respostas para subsidiar a análise e julgamento de eventuais recursos interpostos pelos candidatos nas diversas etapas de realização do Concurso;
3.4.29. Apoiar o Chefe do Poder Executivo e a Comissão de Concurso da Prefeitura com argumentos para a resposta a eventuais ações judiciais, fornecendo todos os dados e informações necessárias, assumindo total responsabilidade pelos atos por si praticados;
3.4.30. Disponibilizar condições especiais para os candidatos com deficiência, gestantes, lactantes e outros candidatos que necessitem de outras condições especiais, desde que seja solicitado pelos interessados em formulário próprio;
3.4.31. Responsabilizar-se por todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento do objeto;
3.4.32. Responsabilizar-se pelo transporte, segurança e guarda dos malotes contendo as provas, até o local e momento da realização;
3.4.33. Elaborar lista, em arquivo PDF pesquisável, dos candidatos aprovados e eliminados do concurso de acordo com os critérios do edital para o cargo;
3.4.34. Elaborar lista final dos candidatos classificados no concurso com o nome, cargo, bairro/distrito, número de inscrição e notas gerais em meio impresso e encadernadas e enviar à CONTRATANTE;
3.4.35. Elaborar lista geral dos candidatos em ordem alfabética e por classificação e enviar à CONTRATANTE;
3.4.36. Elaborar lista geral do concurso por ordem de classificação em cada cargo e

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc676648105e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf85555104b3ab

103

bairro/distrito, contendo todos os dados dos candidatos, inclusive endereço e telefone, situação no concurso (classificação, não classificação, eliminação) e notas gerais e enviar à CONTRATANTE;

3.4.37. Todas as listas deverão ser entregues em mídia digital e impressas;

3.4.38. Apresentar relatório final, contendo todos os dados do certame e listagem dos resultados para homologação;

3.4.39. Apresentar relatório, em mídia digital, de estatísticas globais percentuais e quantitativas do concurso, sobre os seguintes parâmetros:

a) Candidato/vaga: ampla concorrência, afrodescendente e PCD;
b) Candidato/vaga x cargo;
c) total de inscritos.

3.4.40. Apresentar relatório final, em mídia digital, do cadastro dos candidatos, inclusive endereço completo e o resultado final do concurso listado por classificação;

Elaboração de:

a) Mapa geral de inscritos;
b) Listas de presença dos candidatos;
c) Cartão de respostas;
d) Controle de presentes/faltosos por local.

3.4.41.Convocar a coordenação setorial, executores, itinerantes, fiscais e pessoal de apoio para atuarem na aplicação da prova;

3.4.42.Distribuir o pessoal de aplicação das provas pelos locais de execução das mesmas;

3.4.43.Elaborar manual orientativo para todo o pessoal envolvido;

3.4.44.Convocar, para reuniões os coordenadores, executores e itinerantes para receberem as instruções contidas nos manuais;

3.4.45.Providenciar todo o instrumental e material necessário à realização das provas;

3.4.46.Prestar informações aos candidatos em sua sede, por e-mail e/ou por telefone, em todas as fases do concurso público, devendo ser disponibilizado na internet para consulta e impressão.

3.4.47.Caberá a CONTRATADA a elaboração do Dossiê contemplando todos os elementos administrativos referentes ao certame, que servirá de base para o CONTRATANTE, bem como para o Tribunal de Contas, quando da realização de auditoria;

3.4.48.As despesas com estadia, alimentação, transporte dos funcionários e remuneração dos profissionais necessários para a execução dos serviços serão por conta da CONTRATADA, referente àqueles que cabem a ela executar;

3.4.49.Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

3.4.50.O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 14.133/2021.

3.5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

3.5.1 Nos termos do edital a ser futuramente publicado, os valores das taxas de inscrição do concurso público serão definidos conforme o nível de escolaridade

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc67664810 5e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf85555104b3ab

Validador

104

exigido para o cargo, observando-se os seguintes parâmetros:

a) – R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para os cargos de nível médio;

b) – R$ 200,00 (duzentos reais) para os cargos de nível superior.

3.5.2 Os valores arrecadados com as inscrições pertencerão integralmente ao Município de Cambará/PR, sendo destinados à conta específica indicada pela Administração Municipal no edital do certame.

3.5.3 Ressalta-se que tais valores não integrarão a remuneração da instituição contratada, a qual será remunerada exclusivamente pelo valor fixo estabelecido no contrato administrativo decorrente da presente contratação, inexistindo qualquer participação da contratada na arrecadação das taxas de inscrição.

3.6. quanto à fase de inscrição, serão obrigações da contratada:

3.6.1. Disponibilização de sistema eletrônico seguro para a realização das inscrições online, com endereço específico (link) a ser amplamente divulgado.

3.6.2. Hospedagem e manutenção da página de inscrição durante todo o período previsto no edital, com suporte técnico adequado e funcionalidade compatível com grande volume de acessos simultâneos.

3.6.3. Abertura de canal de suporte e atendimento ao candidato, seja por e-mail, chat ou telefone, para esclarecimentos técnicos sobre o processo de inscrição.

3.6.4. Geração automática do boleto bancário ou guia de pagamento para cada inscrição finalizada, contendo instruções claras e prazo de vencimento, em conformidade com os parâmetros definidos pela Administração.

3.6.5. Registro e controle do número de inscrições pagas, com conferência e validação das informações bancárias e encaminhamento periódico de relatórios gerenciais à Administração.

3.6.6. Geração da lista oficial de inscrições homologadas, a ser validada pela comissão fiscalizadora, com indicação de eventuais pendências ou irregularidades identificadas.

3.6.7. Adequação do sistema às regras de isenção de taxa, quando for o caso (hipossuficiência, doadores de sangue etc.), conforme previsto no edital e na legislação municipal.

3.6.8. Garantia de confidencialidade dos dados pessoais dos candidatos, observando integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

3.7. CADASTRO NO BANCO DE DADOS

3.7.1 Após a divulgação do resultado final, a Instituição contratada deverá encaminhar ao contratante na forma digitalizada todos os materiais referentes à realização do concurso público, tais como: caderno de provas por cargo, cartões respostas dos candidatos, banco de dados com todas as informações dos inscritos, num prazo máximo de 15 (quinze) dias após a realização da prova objetiva. A contratada deverá fornecer arquivos e bancos de dados compatíveis com os sistemas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para importação.

3.8. DA PROVA E FASE

3.8.1 A prova objetiva, de caráter classificatório e eliminatório, será elaborada de

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc67664810 5e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf855551 04b3ab

105
1.

acordo com as exigências do cargo a ser preenchido, com os conteúdos programáticos constantes em anexo do EDITAL, a ser disponibilizado no site da Instituição contratada;

3.9. QUALIFICAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

3.9.1. A instituição contratada deverá constituir equipe técnica especializada responsável pela elaboração, revisão, validação e correção das provas do concurso público.

3.9.2. A equipe técnica deverá ser composta por profissionais com formação superior e comprovada experiência nas respectivas áreas de conhecimento dos cargos ofertados no concurso, observada a compatibilidade entre a especialidade do profissional e o conteúdo programático da prova a ser elaborada.

3.9.3. A contratada deverá assegurar que os profissionais responsáveis pela elaboração das provas possuam, no mínimo:

I – formação superior compatível com a área de conhecimento da disciplina ou conteúdo a ser elaborado;
II – experiência comprovada na elaboração, revisão ou coordenação de provas de concursos públicos, processos seletivos ou avaliações educacionais;
III – independência técnica e ausência de conflito de interesses com candidatos ou com a Administração Pública contratante.

3.9.4. A instituição contratada deverá manter sigilo absoluto sobre a identidade dos membros da banca examinadora, garantindo a confidencialidade de todas as etapas relacionadas à elaboração, revisão e guarda das provas.

3.9.5. A contratante poderá, a qualquer tempo, solicitar à contratada declaração formal acerca da qualificação da equipe técnica responsável pela elaboração das provas, sem prejuízo da preservação do sigilo necessário à segurança do certame.

3.10. GESTÃO E PROTEÇÃO DE DADOS

3.10.1. A instituição contratada deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança, confidencialidade e integridade dos dados pessoais dos candidatos inscritos no concurso público.

3.10.2. A contratada será responsável pelo tratamento adequado dos dados pessoais dos candidatos, devendo adotar medidas técnicas e administrativas capazes de proteger os dados contra acessos não autorizados, vazamentos ou qualquer forma de tratamento inadequado.

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc67664810 5e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf855555104b3ab

Validador

106

3.10.3. É vedado à contratada utilizar ou compartilhar os dados pessoais coletados para finalidade diversa daquela prevista na execução do concurso público.

3.10.4. A execução do contrato deverá observar práticas de gestão e mitigação de riscos, visando garantir a regularidade, transparência e segurança do concurso público.

3.10.5. Consideram-se riscos relevantes da contratação, entre outros:

I – vazamento ou divulgação indevida do conteúdo das provas;
II – falhas logísticas na aplicação das provas;
III – inconsistências na correão ou divulgação dos resultados;
IV – judicialização do certame em razão de falhas operacionais ou administrativas.

3.10.6. A instituição contratada deverá adotar medidas de controle e segurança, tais como:

I – procedimentos de sigilo e segurança na elaboração e armazenamento das provas;
II – controle de acesso aos locais de impressão e guarda das provas;
III – rastreabilidade das etapas do concurso;
IV – procedimentos de contingência para eventualidades durante a aplicação das provas.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 A Administração Pública obrigar-se-á:

a) Compete à Administração Pública Municipal assegurar à contratada todas as condições materiais, técnicas e institucionais necessárias para o regular e integral cumprimento das obrigações contratuais, observando-se o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis ao certame. Caberá ao ente contratante fornecer tempestivamente as informações, documentos e acessos indispensáveis à boa execução do objeto, especialmente no que diz respeito à legislação local, aos dados funcionais, às unidades administrativas envolvidas e às deliberações institucionais relacionadas ao concurso público.

b) A Administração designará formalmente um servidor público como fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com competência para acompanhar, registrar e avaliar todas as fases da execução contratual, inclusive por meio de anotações sistemáticas em registro próprio. O fiscal será

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc67664810 5e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf85555104b3ab

107
1.

responsável por zelar pela fiel observância das obrigações assumidas pela contratada, comunicando imediatamente quaisquer falhas, omissões ou inconformidades verificadas, e adotando as providências necessárias à apuração e à correção das irregularidades.

c) Paralelamente, já se encontra regularmente constituída, por ato formal do Chefe do Poder Executivo, a Comissão Fiscalizadora responsável pelo acompanhamento técnico da execução do Concurso Público nº 001/2026. Compete à referida comissão supervisionar todas as fases do certame — desde o planejamento até a homologação — incluindo, dentre outras atribuições, a conferência das provas, o julgamento de recursos administrativos, a validação dos resultados e a análise do banco de dados final. A atuação articulada entre o fiscal do contrato e a Comissão Fiscalizadora visa garantir o pleno cumprimento do objeto contratado, com segurança jurídica, controle institucional e respeito aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência administrativa.

d) Será também atribuição da contratante acompanhar o recebimento dos produtos e serviços prestados, realizando a verificação técnica e documental em conjunto com os membros da Comissão Fiscalizadora do certame, com o devido registro das ocorrências. Toda e qualquer intercorrência ou fato relevante relacionado à execução do contrato deverá ser formalmente comunicado à contratada, especialmente nos casos que demandarem correções, ajustes operacionais ou esclarecimentos.

e) Por fim, compete à Administração realizar o pagamento contratual conforme estipulado na cláusula financeira do contrato, respeitado o prazo legal previsto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, condicionado ao cumprimento integral das exigências formais, à apresentação dos documentos fiscais e comprobatórios e à emissão do atesto definitivo de execução contratual pela autoridade competente.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO E DOS PREÇOS

5.1 Os contratos regidos pela lei 14.133/2021 poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc67664810 5e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf85555104b3ab

Validador

108

de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela lei 14.133/2021;

II - por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea "d" do inciso II do item 5.1 do edital, às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

5.2 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do item 5.1 deste edital, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

5.3 As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do item 5.1 do edital, não poderão transfigurar o objeto da contratação.

5.4 Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no item 5.2 do edital.

5.5 Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc67664810 5e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf85555104b3ab

109
f.

5.6 Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

5.7 Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

5.8 A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

§ 1° O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da lei 14.133/2021.

§ 2° Em conformidade com o disposto no art. 92, inciso XI, da Lei n° 14.133/2021, a Administração se compromete a analisar e responder, de forma fundamentada, a eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro apresentada pela contratada no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do pedido devidamente instruído com a documentação comprobatória pertinente.

5.9 A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

5.10 Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

I - para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no item 5.2 do edital;

III - por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 da lei 14.133/2021;

IV - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

5.11 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

5.12 Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc67664810 5e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf85555104b3ab

Validador

110

para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I - à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II - ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

§ 1º A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

§ 2º É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

§ 3º A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

§ 4º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

§ 5º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II do item 5.12 do edital, poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

§ 6º A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

5.13 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - empenho de dotações orçamentárias.

5.14 Após período de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado, poderá a Administração reajustar o valor registrado em conformidade com o índice de INPC ou

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc676648105e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf85555104b3ab

outro índice que for mais vantajoso para a Administração Pública.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. OBJETIVO DA EXECUÇÃO

a) O modelo de execução contratual tem por finalidade assegurar a entrega de resultados eficazes, seguros e tempestivos, mediante a realização de todas as etapas inerentes à organização, planejamento, operacionalização e conclusão do Concurso Público nº 001/2026, destinado ao provimento de cargos efetivos no quadro de pessoal do Município de Cambará/PR.

b) A contratada deverá executar o objeto com observância às normas legais aplicáveis, aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública e às cláusulas contratuais firmadas, assegurando qualidade técnica, lisura, rastreabilidade, segurança institucional e controle social em todas as fases do certame.

6.2. ETAPAS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

a) O concurso público será executado por meio de dois editais distintos, sob coordenação de uma única instituição contratada, observando cronogramas integrados e definição prévia das fases do certame, incluindo provas objetivas, eventuais provas práticas, teste de aptidão física, avaliação de títulos, investigação de conduta social e procedimentos de heteroidentificação e perícia médica, quando aplicáveis, com indicação das linhas de corte e critérios de aprovação constantes do edital.

6.2.1. Estruturação do Certame

6.2.1.1 Em razão da diversidade de cargos contemplados, das distintas etapas de avaliação exigidas pela legislação aplicável e da necessidade de otimização da logística de execução do concurso público, o certame será estruturado mediante a publicação de dois editais distintos, ambos executados pela mesma instituição contratada e submetidos à coordenação da Comissão Organizadora e da Comissão Fiscalizadora do Concurso Público.

6.2.1.1.1 Edital nº 01 – Cargos Administrativos, Técnicos e Profissionais, o primeiro edital contemplará os cargos de:

a) Agente Comunitário de Saúde;
b) Agente de Controle de Endemias;
c) Assessor Jurídico;
d) Assistente Social;
e) Auditor de Tributos Municipais;
f) Biomédico;
g) Dentista 40h;
h) Enfermeiro 40h;
i) Engenheiro Agrônomo;
j) Engenheiro Civil;
k) Farmacêutico;
l) Fiscal de Posturas;
m) Fiscal de Tributos;
n) Fisioterapeuta;
o) Fonoaudiólogo;
p) Inspetor de Alunos;
q) Musicoterapeuta;
r) Médico Clínico Geral 40h;

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc676648105e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf85555104b3ab

Validador

112

s) Médico Veterinário;
t) Nutricionista;
u) Psicólogo;
v) Secretário Escolar;
w) Técnico em Agrimensura;
x) Técnico em Agropecuária;
y) Técnico em Enfermagem;
z) Técnico em Raio-X;
aa) Terapeuta Ocupacional;
bb) Procurador Jurídico;
cc) Atendente de Consultório Dentário (cadastro de reserva).

6.2.1.1.1.1 Para os cargos contemplados neste edital poderão ser exigidas prova objetiva, prova discursiva, prova de títulos ou outras etapas compatíveis com a natureza das atribuições do cargo, observadas as disposições constantes do respectivo edital.

6.2.2 Edital nº 02 – Guarda Municipal

a) O segundo edital será destinado exclusivamente ao cargo de Guarda Municipal.
b) Além da prova objetiva, poderão ser previstas etapas complementares compatíveis com as peculiaridades do cargo e com a legislação aplicável, incluindo teste de aptidão física, avaliação psicológica, investigação social, exame médico e outras fases legalmente exigíveis.
c) Os critérios de aprovação, eliminação, classificação, linhas de corte e demais requisitos específicos serão estabelecidos nos respectivos editais, observada a legislação vigente e as deliberações da Comissão Organizadora.

6.3 Início da Execução

a) A execução do contrato terá início a partir da assinatura do instrumento contratual e da emissão da respectiva nota de empenho.
b) A contratada será formalmente comunicada da autorização para início da execução e deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, mobilizar sua equipe técnica e operacional, disponibilizar estrutura de atendimento aos candidatos e iniciar os trabalhos de planejamento conjunto com a Administração Municipal.
c) O prazo máximo estimado para a execução integral do objeto é de até 6 (seis) meses, contados da autorização de início da execução, podendo sofrer ajustes em razão de necessidades administrativas ou operacionais devidamente justificadas.

6.4. Entregas dos Serviços Contratuais

6.4.1 A execução ocorrerá de forma contínua e coordenada, observando cronograma oficial aprovado pela Comissão Fiscalizadora do concurso.

6.4.1.1 Constituem produtos contratuais mínimos a serem entregues pela contratada:

a) – elaboração da minuta do edital e respectivos anexos, em articulação com a equipe técnica municipal;
b) – publicação oficial do edital e demais atos do certame;
c) – operacionalização das inscrições dos candidatos;
d) – elaboração, impressão, guarda sigilosa, transporte e aplicação das provas;
e) – correção técnica das avaliações;

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc676648105e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf855551104b3ab

f) – análise e julgamento dos recursos administrativos;

g) – divulgação dos resultados preliminares e finais;

h) – elaboração de relatórios técnicos de cada etapa;

i) – entrega do banco de dados completo do certame;

j) – arquivamento institucional da documentação do concurso;

k) – prestação de contas relativa às inscrições, quando aplicável.

6.5. Dos Locais de Aplicação das Provas

a) A instituição contratada deverá disponibilizar, organizar e administrar toda a estrutura física necessária à realização das provas do concurso público, observando a estimativa de até aproximadamente 3.000 (três mil) candidatos inscritos adotada para fins de dimensionamento do certame.

b) Os locais de aplicação deverão possuir capacidade compatível com o quantitativo de candidatos efetivamente inscritos, observadas condições adequadas de acessibilidade, segurança, iluminação, ventilação, mobiliário, sinalização e conforto, em conformidade com a legislação aplicável e com as normas técnicas pertinentes.

c) Caso necessário para atendimento da demanda estimada, a contratada poderá utilizar mais de um estabelecimento de ensino ou outro espaço apto à realização das provas, devendo a distribuição dos candidatos observar critérios de logística, segurança, acessibilidade e eficiência operacional.

d) Compete exclusivamente à contratada a seleção, reserva, organização e operacionalização dos locais de aplicação das provas, bem como a disponibilização do pessoal necessário à coordenação, fiscalização e apoio às atividades desenvolvidas durante a realização do certame.

e) A definição dos locais de prova deverá ser previamente comunicada à Comissão Fiscalizadora do Concurso Público, acompanhada de demonstrativo da capacidade de atendimento da estrutura disponibilizada, para fins de acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

6.6. Dos Critérios de Aprovação, Eliminação e Classificação

a) A instituição contratada deverá elaborar as minutas dos editais do concurso público observando critérios objetivos de aprovação, eliminação, classificação e desempate, compatíveis com a natureza e a complexidade dos cargos abrangidos pelo certame.

b) Os respectivos editais deverão prever, quando aplicável, notas mínimas de aprovação, critérios de habilitação para fases subsequentes, linhas de corte, critérios de desempate, pesos das avaliações e demais regras necessárias à adequada seleção dos candidatos.

c) Para os cargos submetidos a múltiplas etapas de avaliação, os editais deverão estabelecer de forma clara e objetiva os critérios de convocação para as fases subsequentes, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, isonomia, transparência e eficiência administrativa.

d) As regras de aprovação, eliminação, classificação e desempate deverão ser

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc67664810 5e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf855555104b3ab

Validador

114

previamente submetidas à apreciação da Comissão Organizadora e da Comissão Fiscalizadora do Concurso Público antes da publicação dos respectivos editais.

6.7. Recebimento e Verificação

6.7.1 O recebimento definitivo dependerá da apresentação de relatórios circunstanciados de todas as etapas executadas, demonstrativos estatísticos, banco de dados consolidado, comprovação de segurança da informação, rastreabilidade dos atos praticados e entrega integral do dossiê do certame para fins de auditoria e fiscalização.
6.7.2 O recebimento do objeto contratual ocorrerá em duas etapas, na forma dos arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021, compreendendo recebimento provisório e recebimento definitivo.
6.7.2.1 Recebimento Provisório - O recebimento provisório será realizado no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da comunicação formal da contratada acerca da conclusão da execução dos serviços, mediante verificação preliminar da conformidade do objeto executado com as disposições do Termo de Referência e do contrato.
6.7.2.1.1 Para fins de recebimento provisório, a contratada deverá apresentar relatório técnico circunstanciado contendo, no mínimo:
a) descrição detalhada das atividades executadas em cada fase do certame;
b) comprovação documental da realização de todas as etapas do concurso público;
c) banco de dados completo dos candidatos inscritos;
d) registros administrativos, operacionais e financeiros relacionados à execução do certame;
e) atas, listas, relatórios, recursos, resultados e demais documentos produzidos durante a execução contratual.

6.7.2.1.2 Nesta etapa, a fiscalização contratual verificará:
a) a regularidade formal da documentação apresentada;
b) a conformidade da execução com o Termo de Referência;
c) o cumprimento dos prazos previstos no cronograma;
d) a adequação técnica dos serviços executados;
e) o cumprimento das obrigações contratuais, trabalhistas, fiscais e previdenciárias aplicáveis.

6.7.2.1.3 Constatadas pendências, inconsistências ou irregularidades, a contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias.

6.7.2.2 Recebimento Definitivo - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 03 (três) dias úteis após o recebimento provisório, desde que sanadas todas as eventuais pendências identificadas pela fiscalização.

6.7.2.2.1 O recebimento definitivo ficará condicionado:
a) à homologação do resultado final do concurso público;
b) à comprovação do integral cumprimento das obrigações contratuais;
c) à aceitação definitiva dos serviços pela Administração.

6.7.2.2.2 O recebimento definitivo será formalizado mediante lavratura de Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade da contratada pelos vícios, defeitos ou incorreções eventualmente constatados posteriormente.

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc676648105e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf85555104b3ab

115
1

6.8. Fiscalização e Acompanhamento
6.8.1 A fiscalização do contrato será exercida por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
6.8.2 Para fins do contrato, a fiscalização será exercida pelo servidor Juliano Ribeiro Michelato, Diretor do Departamento de Recursos Humanos, que atuará com apoio da Comissão Fiscalizadora do Concurso Público, previamente constituída por ato do Chefe do Poder Executivo.
6.8.2.1 Compete à fiscalização:
a) – acompanhar todas as etapas da execução;
b) – registrar ocorrências e intercorrências;
c) – verificar a conformidade dos serviços prestados;
d) – avaliar a regularidade da execução contratual;
e) – comunicar eventuais irregularidades à Administração.
6.9. Encerramento da Execução
6.9.1 A execução contratual será considerada concluída após:
a) – entrega de todos os produtos previstos no Termo de Referência;
b) – homologação do resultado final do concurso público;
c) – entrega dos relatórios técnicos e banco de dados completo;
d) – inexistência de pendências administrativas ou operacionais.
6.10 Após essas etapas, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, com o encerramento formal da execução contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO E CERTIDÕES

7.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega contra-apresentação da nota fiscal/fatura, acompanhada pelo empenho, devidamente atestada pelo contratante e obrigatoriamente acompanhada das certidões negativas (CND de INSS e CRF do FGTS e CNDT).

7.2 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada, sendo que o prazo estabelecido no item anterior será reiniciado após a reapresentação.

7.3 Os produtos destinados à Secretaria de Assistência Social deverão ter a Nota Fiscal / Fatura emitida para FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNPJ: 12.334.190/0001-62, endereço: Rua Coronel Leôncio de Castro n° 751, Cambará – PR, CEP: 86390-000.

7.4 Os produtos destinados à Secretaria de Saúde deverão ter a Nota Fiscal / Fatura emitida para FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ. 09.335.385/0001-12 – Centro – CEP. 86.390-000 – Cambará – PR.

7.5 Os produtos destinados às demais Secretarias deverão ter a Nota Fiscal / Fatura deverá ser emitida para PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMBARÁ – CNPJ. 75.442.756/0001-90, endereço: Avenida Brasil, nº 1229, Cambará – PR, CEP: 86390-

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc67664f105e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf85555104b3ab

Validador

116

000.

7.6 O contratado prestador de serviço e/ou fornecedor de bens deverá emitir a nota fiscal em observância às regras de retenção estabelecidas pela legislação tributária, devendo destacar o IR no documento fiscal conforme Instrução Normativa RFB n 1234/2012 e Decreto Municipal 2981/2022. Bem como deverá observar a legislação deste município referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando for o caso.

7.7 Cabe ao contratado comprovar qualquer situação especial para não incidência, seja ela decorrente do enquadramento de imunidade, isenção ou qualquer forma, condição excepcional observada pela norma federal.

7.8 A não realização do destaque do IR na nota fiscal não impede que a retenção seja realizada, a qual se dará de acordo com os percentuais estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

7.9 No caso de atraso de pagamento pelo Contratante, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão à conta das dotações orçamentárias:

Red.	Unid Orç	Função; Subfunção; Programa	Proj/Ativ	Categoria Econômica; Grupo de despesa; Modalidade; Elemento de despesa	Categoria Econômica; Grupo de despesa; Modalidade; Elemento de despesa; Desdobramento e detalhamento da despesa	Fonte
1120	03.001	04.122.0003	2.070	3.3.90.39.00.00.00.00	3.3.90.39.48.00.00.00	21000
97	03.002	04.128.0003	2.080			1000
114	03.003	04.122.0003	2.003			1000

CLÁUSULA NONA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 A gestão contratual estará vinculada ao Contrato Administrativo a ser firmado entre o Município de Cambará/PR e a instituição contratada, cuja identificação completa será inserida após a conclusão do procedimento de contratação.

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc676648105e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf855551 04b3ab

117
1.

9.2 O objeto do contrato consiste na prestação de serviços técnicos especializados para organização, planejamento, operacionalização e conclusão do Concurso Público nº 001/2026, destinado ao provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal do Município de Cambará/PR, contemplando vagas de nível médio e nível superior, conforme especificações constantes no edital e neste Termo de Referência.
9.3 A vigência contratual será estabelecida conforme o cronograma de execução previsto neste Termo de Referência e na minuta contratual, iniciando-se com a assinatura do contrato e emissão da nota de empenho, e encerrando-se após a homologação final do certame, sem prejuízo da prática de atos administrativos residuais necessários à conclusão formal do processo.
9.4 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada de forma contínua e sistemática por servidor formalmente designado como fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com o apoio da Comissão Fiscalizadora do Concurso Público, previamente constituída por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.
9.5 Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução das obrigações assumidas pela contratada, registrar ocorrências, verificar a conformidade dos serviços prestados com o Termo de Referência e comunicar à Administração eventuais falhas, irregularidades ou inconformidades verificadas durante a execução.
9.6 A gestão administrativa do contrato será exercida pela Secretaria Municipal de Administração, que atuará na coordenação das atividades relacionadas ao acompanhamento contratual, garantindo a integração entre a contratada, o fiscal do contrato e a Comissão Fiscalizadora do concurso.
9.7 O acompanhamento da execução será realizado com base em instrumentos de controle técnico e administrativo, tais como cronograma de execução do certame, relatórios técnicos emitidos pela contratada, registros de reuniões, atas de deliberação da comissão fiscalizadora e demais documentos comprobatórios das etapas executadas.
9.8 A contratada deverá apresentar relatórios descritivos de cada fase concluída do concurso público, contendo a descrição das atividades realizadas, evidências documentais das etapas executadas e registro de eventuais intercorrências operacionais. Tais relatórios serão analisados pela fiscalização e pela Comissão Fiscalizadora, que poderão emitir parecer quanto à regularidade da etapa executada e à continuidade do processo.
9.9 Serão objeto de verificação específica, dentre outros aspectos, a regularidade da elaboração e publicação do edital, a organização e aplicação das provas, a análise e julgamento dos recursos administrativos, a consolidação dos resultados e a integridade do banco de dados do certame.
9.10 Eventuais inconformidades identificadas durante a execução deverão ser formalmente comunicadas à contratada, que será notificada para adoção das medidas corretivas necessárias no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação vigente.
9.11 Todos os atos de acompanhamento e fiscalização serão registrados em instrumentos próprios de controle administrativo, com apoio da Secretaria Municipal de Administração e da Procuradoria Jurídica quando necessário, assegurando a rastreabilidade das decisões e a transparência da gestão contratual.
9.12 A gestão do contrato será orientada pelo princípio do resultado, buscando garantir a execução eficiente e segura do objeto contratado, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública.
9.13 O Gestor do Contrato será o secretário Municipal de Administração;
9.14 O Fiscal do Contrato será o servidor Juliano Ribeiro Michelato;

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc67664810 5e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf855551 04b3ab

Validador

118

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação mesmo que parcial para o fornecimento dos itens objeto deste edital sob pena de aplicação das penalidades à empresa que estiver em desacordo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, bem como no Decreto Municipal nº 3.229/2023.

11.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

11.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

11.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

11.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:

a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

11.2.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc67664810 5e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf85555104b3ab

119
1.

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Concorrência ou a execução do contrato;
b) fraudar a Concorrência ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo da concorrência, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.2.3.2. A sanção prevista no item 23.2.3, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Cambará, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3. Poderá ser aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor o valor do contrato licitado.

11.3.1. Para as infrações previstas no item 11.2.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.3.2. Para as infrações previstas no item 11.2.3, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
11.7.2. as peculiaridades do caso concreto;
11.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
11.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.8. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Dispensa em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc676648105e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf855555104b3ab

Validador

120

sanções.

11.10 - Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, definidos na legislação civil, desde que devidamente comprovados e aceitos pela CONTRATANTE, o atraso na entrega do objeto contratado implica, no pagamento pela contratada, de multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor contratado, isentando-se, a CONTRATANTE, do pagamento de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no caput deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da lei 14.133/2021;

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc67664810 5e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf855551 04b3ab

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º do item 15.1 do edital, observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da lei 14.133/2021.

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.2 A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc67664810 5e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf855551 04b3ab

Validador

122

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

12.3 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na lei 14.133/2021, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do item 12.1 do edital, ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do item 12.1 do edital, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– RETENÇÃO DE VALORES A ENCARGOS

13.1 - A contratante reterá, quando for o caso, dos pagamentos efetuados ao contratado, percentuais equivalentes aos encargos incidentes, do valor bruto dos serviços realizados e constantes da nata fiscal/fatura, nos termos da lei federal 9.711 de 20 de novembro de 1998 e ordem de serviço/INSS n 209, de 20 de maio de 1999.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO E DA GARANTIA

14.1 - Fica o presente contrato, vinculada aos termos do edital da correspondente DISPENSA e seus anexos, assim como à proposta apresentada pelo contratado.

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc676648105e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf855551104b3ab

14.2 - Será exigida garantia de execução contratual, nos termos dos artigos 96 a 100 da Lei Federal nº 14.133/2021, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato.

14.3 - O CONTRATADO deverá apresentar, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado, nos termos do art. 92, XII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.4 – Caso o contratado opte pela modalidade seguro-garantia, esta deverá ser apresentada até a assinatura do contrato, nos termos do art. 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1 - Os fornecedores deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e o fornecimento do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.

15.2 - Na hipótese de a contratação decorrente deste procedimento licitatório vir a se tornar elegível para financiamento do Banco Mundial, no âmbito do PROREDES-BIRD, deverão ser atendidas, além da legislação nacional, as regras específicas do Banco para prevenir e combater fraudes e corrupção que possam ocorrer no contexto do uso de recursos do Empréstimo durante a preparação e execução dos projetos financiados pelo Banco, ficando estabelecido que:

15.2.1- Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

15.2.2- Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática conluiada": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc67664810 5e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf85555104b3ab

promover inspeção.

15.3 - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, pelo BIRD, mediante adiantamento ou reembolso, este Banco imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.4 - Considerando os propósitos destas cláusulas, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, pelo BIRD, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FUNDAMENTO

16.1 – Este contrato será regido de acordo com a lei 14.133/2021 e alterações subsequentes, Decreto Municipal nº 3.217/2023, termos do edital da correspondente DISPENSA, bem como à proposta do contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ELEIÇÃO DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Cambará estado do Paraná, para dirimir quaisquer controvérsias resultantes deste instrumento.

Cambará, 20 de julho de 2026.

WALCIR JOAQUIM:15879438830

Assinado de forma digital por WALCIR JOAQUIM:15879438830
Dados: 2026.07.23 11:13:17 -03'00'

CONTRATANTE
Walcir Joaquim

SIGNATÁRIO
Assinado eletronicamente por
Valdir Cipriano De Oliveira
Data: 23/07/2026 09:46

CONTRATADA
Valdir Cipriano De Oliveira

Testemunhas:

Validador
124
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 5efc2b77c92391bc676648105e44f9f5ec5d33e666f9a55ae4728106cd24ffb3
Link de validação: https://valida.ae/86dd86f8346c983822cf581bf8455cf547ecf85555104b3ab

125
1

> Editais

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 4/2026

Última atualização 30/03/2026

Contratação na origem não informada Processo Eletrônico na origem não informado

Portal Nacional de Contratações Públicas Entrar

Órgão/Entidade: 76.206.606/0001-40 - MUNICIPIO DE FOZ DO IGUACU

Unidade compradora: 76206606000140 - MUNICIPIO DE FOZ DO IGUAÇU **Localidade da Unidade:** Foz do Iguaçu/PR

Órgão/Entidade sub-rogado: não informado **Unidade compradora sub-rogada:** não informada

Localidade da Unidade sub-rogada: não informada

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, XV

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 30/03/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 76206606000140-1-000110/2026 **Fonte:** Elotech Gestão Pública Ltda

Objeto:

Contratação de 1 (uma) instituição especializada, pública ou privada, sem fins lucrativos, para a execução integral de concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Município de Foz do Iguaçu – PR, incluindo elaboração, aplicação e correção de provas, análise de recursos, etapas práticas e/ou de títulos quando aplicável, divulgação dos resultados e demais procedimentos necessários até a homologação final do certame, nos termos da tabela abaixo,conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 1.265.000,00	R$ 0,00

Itens | Arquivos | Atas de Registro de Preço | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário
1	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em concurso público Giig.17489	1	R$ 1.265.000

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

126
1

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2026

O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Getúlio Vargas nº 280, inscrita sob o CNPJ/MF nº 76.206.606/0001-40, doravante CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Joaquim Silva e Luna e, **FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI – FAFIPA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.566.804/0001-76, com sede à Avenida Paraná nº 794-A, 1º Andar, Jardim América, Paranavaí/PR, doravante CONTRATADA, neste ato representado por **Valdir Cipriano de Oliveira**, conforme atos constitutivos da empresa. Considerando, as atribuições legais conferidas ao gestor municipal e, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e, demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é *a execução integral de concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Município de Foz do Iguaçu – PR, incluindo elaboração, aplicação e correção de provas, análise de recursos, etapas práticas e/ou de títulos quando aplicável, divulgação dos resultados e demais procedimentos necessários até a homologação final do certame*, conforme demais especificações no Termo de Referência/edital de licitação originando o Processo de Dispensa nº 4/2026, tendo em vista o que consta no **Processo Digital nº 11043/2026** e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se no caput do Art. 75, inciso II e XV da Lei 14.133/2021 e suas alterações e demais disposições legais, no que couber.

Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição e anexação, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da Contratada: atos convocatório, edital supracitado, com todos os seus anexos, especificações, proposta da proponente vencedora, parecer de julgamento e legislação pertinente à espécie.

Parágrafo Primeiro - Será incorporada a este contrato, mediante Termos Aditivos, qualquer modificação que venha ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações no objeto, especificações, prazos e/ou normas gerais, com as devidas justificativas, em conformidade com os arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo - A assinatura do presente contrato indica que a contratada possui plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se às normas da lei específica e a totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

Parágrafo Terceiro - O Sistema Eletrônico Oficial Municipal utilizado para elaboração e validação legal do presente documento é o SISTEMA DE INFORMAÇÕES DIGITAIS (SID). A assinatura eletrônica e a elaboração deste documento estão amparadas pelo Decreto nº 28.900, de 20 de janeiro de 2021; Lei nº 4.536, de 4 de setembro de 2017, que autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos

PREFEITURA FOZ
Secretaria da Administração e Recursos Humanos
Cidade que Inspira e trabalha

administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nº 3.971, de 17 de Abril de 2012 e 4.057, de 19 de Dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela prestação dos serviços, o percentual de **55%** **cinqüenta e cinco por cento)** do valor financeiro bruto arrecadado com as taxas de inscrição, sendo o valor global estimado de **R$ 1.265.000,00 (*um milhão e duzentos e sessenta e cinco mil reais*)**, valor que será empenhado à conta de recursos da seguinte dotação orçamentária: **04.001.04.122.0130.2022.3.3.90.39.1000, sendo o cronograma de Desembolso abaixo discriminado:**

PARCELA	PORCENTAGEM	DATA
1	25%	em até 15 (quinze) dias após a homologação definitiva das inscrições
2	25%	em até 15 (quinze) dias após a realização da prova objetiva.
3	25%	em até 15 (quinze) dias após a conclusão de todas as etapas avaliativas.
4	25%	em até 15 (quinze) dias após a homologação da classificação final

CLÁUSULA QUARTA - DA ARRECADAÇÃO E DESTINAÇÃO DAS TAXAS DE INSCRIÇÃO

1. Os valores arrecadados a título de taxa de inscrição no concurso público deverão ser integralmente recolhidos ao Tesouro Municipal, por meio de conta bancária específica indicada pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, observadas as rotinas, prazos e procedimentos definidos pela Administração.
2. Compete à CONTRATADA a operacionalização do sistema de inscrições, a emissão das guias ou meios de pagamento autorizados, o acompanhamento das confirmações bancárias, a consolidação das informações financeiras e a prestação de contas detalhada à Administração acerca do quantitativo de inscritos e dos valores arrecadados.
3. A remuneração da CONTRATADA será calculada mediante aplicação do percentual contratualmente estabelecido sobre o valor bruto arrecadado com as taxas de inscrição, sendo o respectivo pagamento realizado pela Administração após a consolidação dos dados financeiros e conferência pelos setores competentes.
4. É expressamente vedado à CONTRATADA o recebimento direto, retenção automática ou movimentação, a qualquer título, de valores referentes às taxas de inscrição dos candidatos, seja por meio de contas próprias, intermediários, plataformas não autorizadas ou qualquer outro mecanismo que não aquele formalmente definido pela Administração.
5. O descumprimento do disposto nesta cláusula caracterizará infração contratual grave, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive rescisão contratual, sem prejuízo das demais medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, contados da formalização/celebração deste (data do contrato) período estimado da homologação da contratação da empresa até a homologação final do concurso, podendo, no caso de extrema necessidade, devidamente justificada pela Contratada ou Contratante, com anuência da Comissão Especial de Concurso, ser prorrogado com base no art.111, previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DO CUSTEIO, REMUNERAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO E REPASSE DOS VALORES

1. A execução integral do objeto contratual será custeada exclusivamente por meio da arrecadação das taxas de inscrição pagas pelos candidatos, não havendo desembolso direto de recursos orçamentários do Município para pagamento da remuneração da CONTRATADA.
2. A remuneração da CONTRATADA corresponderá à percentual incidente sobre o valor total efetivamente arrecadado com as taxas de inscrição, conforme definido no instrumento contratual.
3. O percentual pactuado deverá constar expressamente no contrato administrativo, constituindo a única forma de remuneração pelos serviços prestados, abrangendo todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do certame.
4. Os valores arrecadados a título de taxas de inscrição constituem receita pública vinculada ao certame e serão integralmente destinados ao Município, cabendo à Administração realizar o repasse do percentual devido à CONTRATADA, na forma e nos prazos estabelecidos contratualmente, após a comprovação da execução das etapas correspondentes.
5. O quantitativo estimado de inscrições informado pela Administração possui caráter meramente referencial, não constituindo garantia mínima de arrecadação, nem gerando direito a complementação financeira, indenização ou reequilíbrio econômico-financeiro em razão de eventual variação no número efetivo de candidatos inscritos.
6. A CONTRATADA assume integralmente o risco decorrente da variação do número de inscritos, declarando ciência de que sua remuneração está diretamente vinculada ao montante efetivamente arrecadado.
7. A remuneração da CONTRATADA, correspondente ao percentual pactuado sobre o valor total efetivamente arrecadado com as taxas de inscrição, será repassada de forma parcelada, mediante prestação de contas e ateste da execução das etapas do certame.
8. O valor total devido à CONTRATADA será apurado após o encerramento do período de inscrições, com base no montante efetivamente arrecadado, aplicando-se o percentual contratualmente definido.
9. O repasse ocorrerá de forma fracionada, observados os seguintes marcos de execução: a) 25% (vinte e cinco por cento) do valor total apurado, após a homologação definitiva das inscrições; b) 25% (vinte e cinco por cento), após a realização da prova teórico-objetiva; c) 25% (vinte e cinco por cento), após a conclusão de todas as etapas avaliativas previstas no certame; d) 25% (vinte e cinco por cento), após a homologação da classificação final e aprovação dos relatórios finais pela Administração.

10. O repasse de cada parcela ficará condicionado: a) À comprovação da execução regular da etapa correspondente; b) À apresentação da respectiva prestação de contas; c) Ao ateste formal da Comissão Especial de Concurso Público e do fiscal do contrato.
11. É vedada qualquer forma de antecipação de pagamento, sendo os repasses estritamente vinculados à execução das etapas previstas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. A CONTRATADA deverá planejar, desenvolver e executar integralmente o objeto contratado por meio de sua estrutura técnica, administrativa e funcional própria, assegurando a fiel observância das especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.
2. A CONTRATADA deverá dedicar-se à execução do objeto com a diligência necessária à adequada conclusão do certame, observando padrões de qualidade, ética, eficiência, segurança da informação e excelência técnica compatíveis com a natureza e a complexidade do concurso público.
3. Compete à CONTRATADA promover a divulgação institucional do certame nos meios de comunicação compatíveis com a natureza do serviço, inclusive meios digitais e imprensa regional, sempre em conformidade com as diretrizes previamente aprovadas pela Administração, vedada qualquer divulgação não autorizada ou que extrapole os limites do objeto contratual.
4. A CONTRATADA deverá zelar pela imagem, credibilidade e reputação institucional do Município de Foz do Iguaçu, pautando suas ações pelos princípios da boa-fé objetiva, legalidade, impessoalidade, transparência e interesse público.
5. A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo e confidencialidade absolutos sobre todas as informações, documentos, dados pessoais, conteúdos de prova, materiais e demais elementos relacionados ao concurso público, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger tais informações contra acessos não autorizados, vazamentos ou uso indevido, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
6. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias, securitárias e demais encargos decorrentes direta ou indiretamente da execução do objeto contratado, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, nos termos da legislação vigente.
7. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente os prazos e etapas definidos para a execução do certame, admitindo-se alterações apenas quando formalmente justificadas e previamente autorizadas pela Administração, por intermédio da Comissão Especial de Concurso Público.
8. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, nos termos do art. 122, §2º, da Lei nº 14.133/2021, devendo a execução ocorrer exclusivamente por meio da estrutura própria da CONTRATADA, ressalvadas hipóteses legalmente admitidas e expressamente autorizadas pela Administração.
9. A CONTRATADA deverá responder, de forma técnica, clara e fundamentada, aos questionamentos administrativos formalizados pela Administração Municipal ou aos recursos apresentados pelos

PREFEITURA FOZ
Secretaria da Administração e Recursos Humanos
Cidade que Inspira e trabalha

candidatos, durante todo o período de execução do contrato e dentro do prazo de validade do concurso público, quando relacionados às etapas sob sua responsabilidade.

10. Mediante solicitação formal da Administração e justificativa de interesse público devidamente motivada, a CONTRATADA deverá adotar as providências técnicas necessárias para viabilizar, quando possível, a antecipação da homologação de resultados referentes a cargos específicos, observadas as etapas obrigatórias do certame e a segurança jurídica do processo.
11. A CONTRATADA responderá integralmente pelos danos materiais, morais ou patrimoniais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, relacionada à execução do objeto contratado, sem prejuízo das responsabilidades administrativas, civis e penais cabíveis.
12. A responsabilidade da CONTRATADA subsiste ainda que os danos decorram de atos praticados por seus empregados, prepostos, colaboradores ou quaisquer pessoas sob sua coordenação ou supervisão, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
13. A CONTRATADA obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado quando forem constatados vícios, defeitos, falhas, irregularidades ou incorreções resultantes da execução, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis.
14. Eventuais prejuízos causados ao Município em razão de falhas na execução do concurso público, inclusive aqueles decorrentes de nulidades, anulações judiciais, vazamentos de informações, irregularidades em etapas avaliativas ou descumprimento das obrigações assumidas, deverão ser integralmente suportados pela CONTRATADA, observado o devido processo legal.
15. **A obrigação, da CONTRATADA, de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta (*inciso XVI, do Artigo 92 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021*).**

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

1. Rejeitar, no todo ou em parte, etapas, produtos, relatórios, sistemas ou atos que não atendam às exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável;
2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, por meio de gestor e fiscal(is) formalmente designados, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal vigente;
3. Prestar as informações necessárias à adequada execução do objeto, desde que solicitadas formalmente pela CONTRATADA e em tempo hábil;
4. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de seus representantes formalmente designados;
5. Analisar e deliberar, de forma motivada, sobre solicitações de ajustes de cronograma ou de prorrogação de prazo apresentadas pela CONTRATADA, observado o interesse público e os limites legais;

6. Efetuar o pagamento, quando aplicável, nas condições e prazos estabelecidos no contrato, observada a modelagem remuneratória adotada;
7. Registrar e notificar formalmente a CONTRATADA acerca de eventuais irregularidades ou descumprimentos contratuais, fixando prazo razoável para correção.
8. Assegurar o apoio institucional necessário à execução do certame, inclusive mediante disponibilização de informações técnicas, validação de atos essenciais e interlocução com os setores administrativos envolvidos.
9. Eventuais solicitações formuladas pela Administração não implicarão, por si só, prorrogação automática dos prazos contratuais, salvo quando formalmente reconhecida à necessidade de ajuste.
10. A Administração não responderá por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos decorrentes de atos praticados pela CONTRATADA, seus empregados, prepostos ou colaboradores.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Os servidores abaixo identificados declaram ciência de sua indicação para a Gestão e Fiscalização do Contrato, nos termos da Portaria nº 83280/2025, publicada no Diário Oficial do Município nº 5352 de 14 de novembro de 2025, comprometendo-se a cumprir as responsabilidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 32398/2024, que regulamenta a matéria.

Gestor do Contrato: Larissa Ferreira, Secretária Municipal da Administração e Recursos Humanos Matrícula nº 20176.02;

Fiscal Técnico: Márcia Luana Gonzalez, Agente Administrativo Júnior Matrícula nº 22371.01;

Fiscal Administrativo: Giovana Sivieri, Agente Administrativo Júnior Matrícula nº 24403.01.

As servidoras designadas declaram estar cientes de que lhes compete acompanhar a execução contratual, verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, registrar e comunicar formalmente quaisquer ocorrências relevantes, solicitar esclarecimentos quando necessário e adotar as providências indispensáveis para assegurar a regularidade e a conformidade dos serviços prestados. Também se comprometem a manter registros atualizados, consolidar informações para subsidiar decisões administrativas e atuar de acordo com as orientações internas e a legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, em seu Artigo 155, o licitante/adjudicatário que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

PREFEITURA FOZ
Secretaria da Administração e Recursos Humanos
Cidade que Inspira e trabalha

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013.

Ainda:

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a reincidência de transgressões por parte da contratante, levando em consideração todos os atos celebrados com a CONTRATANTE, bem como os danos causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei n° 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA APLICAÇÃO DAS MULTAS

Quando da aplicação de multas, o CONTRATANTE notificará à CONTRATADA que terá prazo de 10 (*dez*) dias para recolher à Tesouraria do CONTRATANTE a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO DO OBJETO e DA RESCISÃO (EXTINÇÃO)

Dado o teor da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, em seus artigos:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no caput deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto,

PREFEITURA FOZ
Secretaria da Administração e Recursos Humanos
Cidade que Inspira e trabalha

inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES REFERENTE À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.*

5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
6. *É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
7. *A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
9. *A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
11. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
12. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
13. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

São os requisitos jurídicos, técnicos, fiscais, sociais, trabalhistas e econômico-financeiros que o licitante/contratado(a) deve cumprir para demonstrar sua capacidade de executar o objeto do contrato, requisitos estes, definidos no edital da licitação.

No ato da formalização contratual, deve haver uma confirmação/ratificação de que a contratada mantém todas as condições que o habilitaram a participar e vencer a licitação.

A verificação da manutenção das condições de habilitação é uma obrigação contínua da contratada e da fiscalização.

A exigência decorre da legislação brasileira de licitações, conforme a atual Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) estabelecem o princípio de que as condições de habilitação exigidas na fase de licitação devem ser mantidas durante toda a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

PREFEITURA FOZ
Secretaria da Administração e Recursos Humanos
Cidade que Inspira e trabalha

Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, cujo teor define que a divulgação dos Contratos firmados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para sua eficácia e seus aditamentos, bem como a divulgação no respectivo sítio oficial (Diário Oficial Municipal-DOM) na Internet, em atenção ao art. 8°, §2°, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7°, §3°, inciso V, do Decreto n° 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n° 14.133, de 2021, na Lei n° 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento contratual, que será assinado de forma eletrônica e/ou digital, na plataforma disponibilizada pelo Município de Foz do Iguaçu, garantida a eficácia das Cláusulas, publicado ainda em diário oficial do município, para que produza seus efeitos legais.

Foz do Iguaçu/PR, 30 de março de 2026.

Documento assinado de forma digital/eletrônica, cfe Decreto n° 28.900/2021-PMFI.

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 59/2026

Última atualização 23/07/2026

Contratação na origem não informada Processo Eletrônico na origem não informado

Órgão/Entidade: 76.417.005/0001-86 - MUNICIPIO DE CURITIBA

Unidade compradora: 103 - SMGP-Secretaria Municipal de Gestão de Pessoal **Localidade da Unidade:** Curitiba /PR

Localidade da Unidade sub-rogada: não informada

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 13.303/2016, Art. 29, XV

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 23/07/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 76417005000186-1-000243/2026 **Fonte:** Município de Curitiba

Objeto:

Contratação de Instituição ou Empresa para prestação de serviços técnico-especializados de planejamento, organização, elaboração e execução das etapas do Concurso Público para a Administração Direta, Autarquias e Fundações de Direito Público.

Informação complementar:

Contratação de Instituição ou Empresa para prestação de serviços técnico-especializados de planejamento, organização, elaboração e execução das etapas do Concurso Público para a Administração Direta, Autarquias e Fundações de Direito Público.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 1.859.936,00	R$ 1.859.936,00

Itens | Arquivos | Atas de Registro de Preço | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário
1	ORGANIZAÇÃO, para concurso público.	1	R$ 1.859.936,

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel

diploma.

139
1.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.**

MUNICÍPIO DE CURITIBA

140

PUBLICADO NO D.O.M
Nº 132 DE 20/07/2026

Contrato nº 27.851 de prestação de serviços técnico-especializados de planejamento, organização, elaboração e execução das etapas do Concurso Público para a Administração Direta de Curitiba que entre si celebram **o MUNICÍPIO DE CURITIBA** e a **FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ – FAFIPA**

Aos treze dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, presentes o **MUNICÍPIO DE CURITIBA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, CNPJ/MF nº 76.417.005/0001-86, neste ato representado pela Secretária Municipal de Gestão de Pessoal, **DANIELE REGINA DOS SANTOS**, CPF/MF nº 872.198.679-72, e de outro lado a **FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ – FAFIPA**, inscrito no CNPJ/MF nº 05.566.804/0001-76, sediada na Av. Paraná, nº 794-A, bairro Jardim América, na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Diretor Presidente **VALDIR CIPRIANO DE OLIVEIRA**, CPF/MF nº 576.253.609-20, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam o presente contrato de Prestação de Serviços tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº **01-106943/2026 - PMC**, com fundamento no artigo 75, inciso XV da Lei Federal nº 14133/2021 e Decreto Municipal nº 700/2023, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, organização, elaboração e execução das etapas de Concurso Público para a Administração Direta de Curitiba, considerando o estabelecido no Termo de Referência da **CONTRATANTE** e a Proposta nº 121/2026 da **CONTRATADA**, partes integrantes deste instrumento.

Parágrafo primeiro

A **CONTRATADA** será responsável pelo planejamento, organização, elaboração e execução das etapas de Concurso Público para o provimento de vagas para os cargos de Agente Administrativo, Analista de Finanças, Analista Administrativo, Assistente Social, Auditor Fiscal de Tributos Municipais, Contador, Engenheiro Civil, Fiscal de Obras e Posturas, Fiscal e Procurador do Município.

Parágrafo segundo

O Concurso será realizado no Município de Curitiba na data, horário e local informados por meio de editais normativos. As etapas do Concurso constam no Termo de Referência da **CONTRATANTE.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, se acordado entre as partes e desde que obedecida a legislação vigente.

Parágrafo único

I. Nos contratos assinados presencialmente, a data de início de vigência será contada a partir daquela indicada acima das assinaturas, no final do instrumento;
II. Nos contratos assinados digitalmente, considera-se o contrato celebrado na data da última assinatura, dentre as partes Contratantes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E PAGAMENTO

O valor final da prestação de serviços terá por base o número de inscrições efetivadas.

Parágrafo primeiro

Pela prestação dos serviços, a **CONTRATADA** terá como pagamento o valor global de R$ 1.859.936,00 (um milhão oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e trinta e seis reais) para até 52600 (cinquenta e dois mil e seiscentos) candidatos homologados.

Parágrafo segundo

A **CONTRATADA** receberá o valor de R$ 1.859.936,00 (um milhão oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e trinta e seis reais) previsto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula pela gestão administrativa e financeira de suas obrigações que correspondem à execução do Concurso Público por meio de depósito do valor financeiro da seguinte maneira:

I. 60% (sessenta por cento) do valor contratado, valor este que deverá ser solicitado 10 (dez) dias corridos após a publicação da relação preliminar das inscrições homologadas;
II. 30% (trinta por cento) do valor contratado, valor este que deverá ser solicitado 10 (dez) dias corridos após a data de aplicação da Prova de Conhecimentos; e
III. 10% (dez por cento) do valor contratado, valor este que deverá ser solicitado 15 (quinze) dias corridos após a entrega da "Relação Classificatória Final".

Parágrafo terceiro

Caso o número de candidatos se confirme abaixo de 52.600 (cinquenta e dois mil e seiscentos) candidatos, a **CONTRATANTE** se responsabilizará pelo pagamento do valor global fixo citado acima.

Parágrafo quarto

Caso o número de inscritos ultrapasse o previsto, será cobrado o valor de R$ 35,00 (trinta e cinco reais) por candidato excedente, com atualização do valor global contratado formalizado por meio de termo de apostilamento. O pagamento no formato estabelecido no Parágrafo Segundo desta cláusula já considerará o referido acréscimo no valor global.

Parágrafo quinto

O valor correspondente às inscrições isentas, por força legal, se houver, será absorvido pela **CONTRATANTE**. A análise e concessão das solicitações de isenção de inscrições serão realizadas pela **CONTRATADA**, com validação da **CONTRATANTE**.

Parágrafo sexto

Os custos da emissão de boletos bancários ficarão à cargo da **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo

Os candidatos efetuarão o pagamento do valor da Taxa de Inscrição por meio de boleto bancário ou via Pix em favor da Prefeitura Municipal de Curitiba, sendo a quantia arrecadada depositada em conta corrente a ser aberta exclusivamente para esta finalidade.

Parágrafo oitavo

Os valores correspondentes aos percentuais mencionados no Parágrafo segundo desta Cláusula Terceira serão creditados em conta corrente da **CONTRATADA**, mediante apresentação de Nota Fiscal à Prefeitura Municipal de Curitiba, acompanhada da comprovação de sua regularidade fiscal conforme relação de documentos apresentada no art. 138 do Decreto Municipal nº 700/2023.

Parágrafo nono

Todo o processo de cadastro da Nota Fiscal será de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**, por meio do sistema PROCEC – Pagamentos utilizando do *link*:

https://procecpagamentos.curitiba.pr.gov.br/Home/Pagamentos

I. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos

oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

II. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas reparadoras.

III. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

IV. No corpo da Nota Fiscal, ou em campo apropriado, deverá ser informado o número do contrato.

V. A Nota Fiscal e as faturas discriminativas deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional e atender, quando for o caso, ao previsto no Decreto Estadual nº 3.330/2008, relativo à apresentação de Nota Fiscal eletrônica.

VI. Na Nota Fiscal deverão ser indicados o nome do Banco, nome e número da agência e número da Conta Corrente, onde será creditado o valor.

Parágrafo décimo

A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, os comprovantes de regularidade perante a receita Federal e a Dívida Ativa da União; a Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação dos Certificados correspondentes, bem como a certidão de regularidade dos tributos estaduais, expedida pela secretaria de estado da fazenda; a certidão de regularidade dos tributos municipais, expedida pela Prefeitura Municipal (incluindo tributos mobiliários e imobiliários) e a certidão de regularidade de débitos trabalhistas (CNDT), expedida pela justiça do trabalho. Todas as Certidões deverão estar atualizadas junto ao portal E-Compras do Município de Curitiba (https://e-compras.curitiba.pr.gov.br/).

Parágrafo décimo primeiro

Serão realizadas eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal e fatura fornecida pela **CONTRATADA,** no que couber, respeitada a legislação pertinente, especialmente a Lei Complementar nº 123/2006.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE VALORES

Os valores acordados poderão ser alterados, por reajuste em sentido estrito, após o interregno de doze meses contado da data do orçamento estimado, com base na variação do IPCA/IBGE, mediante simples apostilamento, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021 e nos termos previstos no Decreto Municipal nº 700/2023 e demais normas de regência.

Parágrafo primeiro

O requerimento de reajuste de preços ou revisão de preços deverá ser requerido tempestivamente pela **CONTRATADA,** sob pena de preclusão de direito.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
06001.04122.0007.2023.339039.0.2.000

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Planejar, organizar e realizar o Concurso Público em conformidade com o especificado no Termo de Referência e manter sigilo sobre todas as etapas previstas.
b) Indicar as equipes de Coordenação, Técnica e de Apoio, as quais serão responsáveis pelo desenvolvimento dos serviços contratados.
c) Para fins de prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, deverá:
    I. Designar os membros da Comissão examinadora, a qual deverá ser composta por membros com capacidade técnica para cada uma das áreas de conhecimentos atinentes ao cargo previsto no Termo de Referência, com a indicação da qualificação profissional de cada membro;
        1. Todos os membros da Comissão Examinadora deverão preencher o "Termo de Responsabilidade", a ser encaminhado pelo Departamento de Desenvolvimento de Políticas de Pessoal, após a efetivação do contrato, no qual constarão tópicos referentes ao sigilo e da não participação como candidato, inclusive de parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau;
        2. Todos os membros da Comissão Examinadora deverão autorizar a divulgação de seus nomes em ato a ser publicado com a composição da Comissão Examinadora;
        3. Nenhum membro da Comissão Examinadora poderá possuir qualquer vínculo com instituições que ofereçam cursos preparatórios para concursos.

145
f.

II. Comprovar a existência de vínculo entre os examinadores e a **CONTRATADA**, mediante apresentação de cópia: do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, ou Ato de Nomeação, ou registro em Carteira de Trabalho, etc.

III. Enviar cópia dos diplomas dos examinadores, ou de seus Currículos Lattes devidamente registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que ateste a capacidade técnica para cada uma das áreas de conhecimentos afetas ao cargo ofertado.

d) Responder pelos serviços que executar, na forma da legislação aplicável.

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.

f) Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação.

g) Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento.

h) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros.

i) Responsabilizar-se integralmente pela realização das etapas de sua competência, previstas no item 8 deste Termo de Referência, abrangendo: divulgações, inscrições, atendimento aos candidatos, informação ao candidato, provas, preparação para aplicação das provas, cartão resposta, aplicação das provas, gabaritos e recursos, processamento dos resultados, resultado final e outros procedimentos de segurança, assessoria jurídica e relatórios finais.

j) Promover e dar ampla divulgação do concurso, inscrições, publicações dos resultados e demais etapas do procedimento legal, pelos seguintes meios de veiculação: endereço eletrônico (internet) de página da **CONTRATADA**, redes sociais, material gráfico e demais meios suficientes à publicação do certame.

k) Fornecer toda a infraestrutura necessária para a consecução dos procedimentos do concurso: recursos materiais, tecnológicos, humanos, instalações físicas, aplicação de provas, segurança, fiscalização e outros.

l) Responsabilizar-se por quaisquer custos decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídos por força de Lei, relacionados com o cumprimento do contrato.

m) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus empregados ou prepostos, quando nas suas dependências, no desempenho dos serviços relativos ao contrato firmado ou em conexão com ele.

n) Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de quaisquer de seus empregados, prepostos ou contratados.

o) Responder às demandas judiciais sobre os fatos relacionados à realização do concurso público, encaminhando à **CONTRATANTE** todas as informações pertinentes e necessárias a eventuais defesas judiciais, ainda que tenha esgotado o prazo de validade do concurso.

p) Avocar para si o ônus decorrente de todas as reclamações e/ou ações judiciais e ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros contra a **CONTRATANTE**, procedente da prestação dos serviços do objeto deste Termo de Referência.

q) Arcar com os prejuízos decorrentes de anulações de provas já realizadas e/ou de mudanças em sua data de aplicação, quando o motivo ensejador desses fatos for de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Participar de todas as reuniões propostas pela **CONTRATADA**.

II. Disponibilizar a descrição atualizada do cargo contendo a relação das atividades a serem desempenhadas e as competências técnicas de ingresso, itens necessários para a elaboração da prova de conhecimentos e demais etapas do Concurso Público.

III. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

IV. Notificar a **CONTRATADA** sempre que houver obrigação contratual pendente, obedecendo à hierarquia das sanções administrativas, até a sua completa regularização.

V. Validar todas as listagens solicitadas neste Termo de Referência, antes da sua publicação.

VI. Fornecer a logomarca da Prefeitura Municipal de Curitiba para incorporá-la às listagens, bem como layouts de arquivos.

VII. Acompanhar, fiscalizar, controlar, gerenciar o contrato, registrar as eventuais irregularidades encontradas nas inspeções, ficando também responsável pela validação dos serviços prestados pela **CONTRATADA**, por meio de servidores(as) especialmente designados.

147
1.

VIII. É vedada à Prefeitura Municipal de Curitiba e aos seus servidores a prática de atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**, como exercer o poder de mando sobre os empregados, devendo reportar-se somente ao(à) responsável, exceto quando estritamente essencial para orientá-los quanto aos procedimentos atinentes à execução dos serviços.

IX. Contratar a instituição bancária para o recolhimento dos valores referentes ao pagamento das taxas de inscrição.

X. Assumir os custos dos serviços bancários para a emissão, liquidação, baixa de boletos e recolhimento de valores referentes ao pagamento das taxas de inscrição pelos candidatos. Os candidatos efetuarão o pagamento do valor da taxa de inscrição por meio de boleto bancário ou via Pix em favor da Prefeitura Municipal de Curitiba, sendo a quantia arrecadada depositada em conta corrente a ser aberta exclusivamente para esta finalidade.

XI. Arcar integralmente com os custos das inscrições deferidas com isenção legal. Caberá à **CONTRATADA** a análise processual dos pedidos de isenção, cuja concessão definitiva estará sujeita à validação e homologação da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa a **CONTRATADA** que descumprir qualquer condição estabelecida no Termo de Referência, ou cometer quaisquer infrações previstas no art. 155, da Lei Federal n° 14.133/2021, quais sejam:

Parágrafo primeiro

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo segundo

A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no parágrafo primeiro ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, garantindo o exercício dos direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo terceiro

Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo quarto

A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do parágrafo primeiro, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo quinto

A sanção de multa, calculada na forma do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo sexto

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do parágrafo primeiro, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

149
1.

Parágrafo sétimo

A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do parágrafo primeiro, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no parágrafo sexto desta cláusula, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo oitavo

A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

Parágrafo nono

As sanções previstas nos incisos I, III e IV do parágrafo segundo artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II deste mesmo parágrafo.

Parágrafo décimo

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo décimo primeiro

A aplicação das sanções previstas parágrafo segundo artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser extinto sem ônus, de comum acordo entre as partes, ou unilateralmente nas condições e hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual

deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
II. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
III. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
IV. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
V. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
VI. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
VII. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

Parágrafo primeiro

Na hipótese de a **CONTRATANTE** solicitar a extinção, deverá efetuar comunicação por escrito, com antecedência de até 60 (sessenta) dias, à **CONTRATADA**, sendo então pagos os serviços comprovadamente devidos, não cabendo à **CONTRATADA** qualquer outra compensação ou indenização, seja a que título for.

Parágrafo segundo

Na hipótese de a **CONTRATADA** solicitar a extinção, esta deverá continuar prestando os serviços por período a ser estipulado pela **CONTRATANTE**, a contar da data do recebimento da solicitação de extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais e municipais de licitações e contratos Administrativos, a Lei nº 13.655/2018 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos, Decreto Municipal nº 700/2023 e as disposições do Termo de Referência.

151
1.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEI ANTICORRUPÇÃO

A **CONTRATADA** está obrigada a cumprir e exigir o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e Decreto nº 8.420/2015, e deve observar e fazer observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, rechaçando qualquer ato ou atividade que constitua ou possa ser entendido como ato lesivo aos interesses da Administração Pública. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

I. "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

II. "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

III. "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV. "Prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

V. "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos fiscais do contrato nomeados pela **CONTRATANTE**, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de uma ou mais de uma das práticas previstas acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da **CONTRATANTE** promover inspeções.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Visando à proteção dos direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nos Decretos Municipais nº 31/2026 e nº 2.101/2025, ou outros que vierem a substituí-los.

Parágrafo primeiro

A **CONTRATADA** atuará na condição de **Operadora**, tratando os dados pessoais exclusivamente para a execução do objeto deste contrato, sendo-lhe vedada a utilização para fins distintos, sob pena de rescisão e sanções legais.

Parágrafo segundo

Em caso de qualquer incidente de segurança ou suspeita de vazamento de dados, a **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente a **CONTRATANTE** no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DESIGNAÇÃO DOS GESTORES E FISCAIS

A fim de exercer as atribuições descritas no art. 62 e 63 do Decreto Municipal nº 2193/2023 ficam designados:
Gestor Titular: Dayane Cristina Puska, matrícula nº 145.218
Gestor Suplente: Leandro Pietsrzak, matrícula nº 189.763
Fiscal Titular: Alexandre Augusto Neves Fonseca, matrícula nº 73.192
Fiscal Suplente: Camila Cristina Vaz, matrícula nº 86.014

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA

Fica eleito o Foro da Cidade de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas advindas administrativamente, ou por comum acordo entre as partes subscritoras deste contrato de adesão, que desde logo renuncia a qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente contrato na presença de duas testemunhas, em uma via da qual serão extraídas quantas cópias forem necessárias.

Palácio 29 de Março, 13 de julho de 2026

Documento assinado digitalmente
DANIELE REGINA DOS SANTOS:87219867972
CPF : 87219867972
Assinado por: AC VALID RFB v5
Data: 16/07/2026 10:16:25 -03:00

DANIELE REGINA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoal

VALDIR CIPRIANO DE OLIVEIRA:57625360920
Assinado de forma digital por VALDIR CIPRIANO DE OLIVEIRA:57625360920
Dados: 2026.07.14 17:40:53 -03'00'

VALDIR CIPRIANO DE OLIVEIRA
Diretor Presidente – FAFIPA

Documento assinado digitalmente
PEDRO ERNESTO SOUTO DE GIACOMETTI:06224446970
CPF : 06224446970
Assinado por: AC VALID RFB v5
Data: 16/07/2026 11:13:22 -03:00

1ª Testemunha
Nome
CPF

MAURICIO LAURINDO BROCCA:03592387936
Digitally signed by MAURICIO LAURINDO BROCCA:03592387936
DN: cn=MAURICIO LAURINDO BROCCA:03592387936, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=(em branco), email=mbrocca@curitiba.pr.gov.br
Date: 2026.07.16 11:30:45 -03'00'

2ª Testemunha
Nome
CPF

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

153

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 30/09/2026 16:07:53

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI - FAFIPA**
CNPJ: **05.566.804/0001-76**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 09/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 09/2026 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 09/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 09/2026 (Diário Oficial da União - CEAF) , 09/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

Dados da consulta: 30/09/2026 16:08:25

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CNEP

CPF / CNPJ sancionado: 05.566.804/0001-76

Consulta

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDAD
Nenhum registro encontrado									

154

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

155
0.

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 05566804000176

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

156
1

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	05.566.804/0001-76 DUNS®: 679189712
Razão Social:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO CIENCI
Nome Fantasia:	
Situação do Fornecedor:	Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 12/08/2027
Natureza Jurídica:	FUNDAÇÃO PRIVADA
MEI:	Não
Porte da Empresa:	Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Nada Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui pendências em um ou mais níveis de cadastramento. Para mais informações, utilize as funcionalidades de consulta disponíveis.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	22/03/2027	Automática
FGTS		Validade:	01/10/2026	Automática
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	20/02/2027	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	(Isento)	Validade:	07/12/2024	(*)
Receita Municipal		Validade:	31/10/2024	(*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: 31/12/2024 (*)

157
1

FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ – FAFIPA

REG. TIT. DOC. E P. JURÍDICAS
000681
PARANAVAÍ - PR

ESTATUTO

6ª REFORMA ESTATUTÁRIA

TÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I
DA ENTIDADE, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º. A FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ – FAFIPA, cujo Campus é componente da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com duração indeterminada, com sede na Avenida Paraná nº 794-A, esquina com a Rua Guaporé, 1º andar, Centro, CEP 87705-190 na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, regendo-se pelo presente Estatuto, instituída através de escritura pública.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva poderá abrir escritório sucursal da Fundação em outras localidades e regiões do País para oferta de seus serviços e desenvolvimento de projetos científicos e culturais.

Art. 2º. A natureza da Fundação não poderá ser alterada nem serem substituídos ou suprimidos seus objetivos, nos exatos termos em que expressos e que regidos por este Estatuto e normas legais que lhe sejam aplicáveis, e observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência e sujeitas, em especial à fiscalização do Ministério Público Estadual, nos termos do Código Civil e Código de Processo Civil e à legislação trabalhista.

Fundação de apoio ao campus de Paranavaí - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA

Fundação FAFIPA

Avenida Paraná, 794 A - Paranavaí - PR | Fone/Fax: 44 3422.9352 | Caixa Postal: 671
CNPJ: 005.566.804/0001-76 | Inscrição Estadual Isenta
Reconhecida de Utilidade Pública - Lei Municipal 2.761/2006

REG. TIT. DOC. E P. JURÍDICAS
000681
PARANAVAÍ - PR

CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES

Art. 3º. Constitui objetivos básicos da Fundação apoiar o Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, promovendo o desenvolvimento científico, tecnológico e estímulo à inovação e as relações institucionais entre o Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, a comunidade universitária e a sociedade, através de:

I – promoção da integração do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí–Empresa–Estado e Sociedade;

II – articulação com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, visando a forma de colaboração, firmando contratos ou convênios, para execução de programas de pesquisa, ou prestação de serviços no desenvolvimento de atividades de formação, aperfeiçoamento, recrutamento e seleção de pessoal através de concursos ou testes seletivos;

III – capacitação e valorização dos recursos humanos vinculados ou de interesse do desenvolvimento tecnológico e da pesquisa, dentro de seu programa de ação;

IV – promoção e fomento de estudos, pesquisas e prestação de serviços para órgãos públicos e privados;

V – implementação e instituição do sistema de bolsas de estudo e de investigação científica para o aprimoramento de recursos humanos;

VI – promoção e apoio aos cursos, simpósios, seminários, conferências e estudos que visem à melhoria do ensino, além de outros que contribuam para a melhoria de técnicos e profissionais que atuam nos diversos setores da sociedade;

159

REG. TIT. DOC. E P. JURÍDICAS
000681
PARANAVAÍ - PR

VII – prestação de serviços e realização de pesquisas que atendam as necessidades dos setores público e privado, dentro dos cânones acadêmicos, que permitam o atendimento dos objetivos e o treinamento de pessoal especializado;

VIII – oferecimento de apoio institucional às entidades de ensino e pesquisa, e a pesquisadores, na transferência ou difusão de tecnologia ao setor produtivo;

IX – incentivo aos pesquisadores de entidades de ensino e pesquisa, que detenham ou tenham desenvolvido novas tecnologias ou processos a iniciarem seus próprios empreendimentos;

X – apresentação de pedido de outorga para executar serviços de rádio difusão, com fins exclusivamente educativos, junto ao Ministério das Comunicações e órgãos competentes, e implementar o sistema, após sua concessão e instalação, atendendo aos objetivos da Fundação;

XI – administração de bens próprios;

XII – promoção de atividades não conveniadas que visem à divulgação da Fundação junto à comunidade empresarial e científica, dentre outras;

XIII – investimentos em benfeitorias (mobiliários, equipamentos e edificações);

XIV – realização de convênios para promover ensino na modalidade "à distância" em todos os níveis;

XV – realização de contratos, acordos de parceria, convênios, termos de cooperação ou ajustes individualizados;

XVI – realização de termo de outorga para concessão de bolsas, auxílios e verba variável;

Fundação de apoio ao campus de Paranavaí - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA

Avenida Paraná, 794 A - Paranavaí - PR | Fone/Fax: 44 3422 9352 | Caixa Postal: 671
CNPJ: 005.566.804/0001-76 | Inscrição Estadual Isenta
Reconhecida de Utilidade Pública - Lei Municipal 2.761/2006

REG. TIT. DOC. E P. JURÍDICAS
00681
PARANAVAÍ - PR

XVII – realização de contratos, acordos de parceria, convênios, termos de cooperação ou ajustes individualizados com Organizações Sociais ou Entidades Privadas, Fundações, Fundos, Sistema Estadual de Parques Tecnológicos e outras agências oficiais de fomento, Secretarias de Estado, autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, por prazo determinado.

CAPÍTULO III
DO PATRIMÔNIO

Art. 4º. O patrimônio é constituído pela dotação inicial de R$ 1.830,00 (um mil, oitocentos e trinta reais), valor este referente à contribuição fornecida à razão de R$ 30,00 (trinta reais) pelos instituidores conforme relação abaixo:

N.º	NOME	RG	ESTADO
1.	Alice Massako Ohe Takejima	669.608-2	PR
2.	Aluísio de Almeida Andriolli	3.586.290-0	PR
3.	Amélia Emiko Hirai	571.119-3	PR
4.	Antonio Carlos Utrila Garcia	3.609.709-4	PR
5.	Antonio Rodrigues Varela Neto	887.742-4	PR
6.	Atílio Gavioli Filho	4.047.007-7	PR
7.	Carlos Antonio MazzinVantini	3.094.865-3	PR
8.	Carlos da Silva	861.051-7	PR
9.	Carlos Ropelatto Fernandes	3.816.387-6	PR
10.	Cássia Regina Dias Pereira	3.392.859-9	PR
11.	Daniel de Lima	4.052.843-1	PR
12.	Dermeval Nunes da Silva	762.478-6	PR
13.	Eliane Cordeiro dos Santos de Oliveira	3.770.809-7	PR
14.	Elias de Souza Júnior	1.397.954-5	PR
15.	Elódia Dolores de Andrade Tanouye	1.114.314-8	PR
16.	Emília Ohe	5.175.523-5	PR
17.	Isabel Cristina Ferreira	3.319.814-0	PR
18.	Ivan Ferreira da Cruz	1.334.484-1	PR
19.	Joana Ramos Herculano	1.893.666-6	PR
20.	João Egídio da Silva	1.405.397-2	PR
21.	José Antonio Demétrio	2.179.285-3	PR

161

REG. TIT. DOC. E P. JURÍDICAS
000681
PARANAVAÍ - PR

22.	José Augusto Alves Netto	4.119.097-5	PR
23.	José Carlos Bertacchi	6.394.245-6	PR
24.	José Paszczuk	1.199.848-8	PR
25.	Lucila Akiko Nagashima	755.574-1	PR
26.	Lucílio da Silva	2.103.421-5	PR
27.	Luiz Antonio Piai	8.966.655-4	PR
28.	Luiz Ferreira de Abreu	973.460-0	PR
29.	Luzia Bana	518.429-0	PR
30.	Marco Antonio Pereira de Albuquerque	3.069.401-5	PR
31.	Maria Antonia Ramos Costa	2.146.568-2	PR
32.	Maria Elisa Dias Fraga	1.504.070-0	PR
33.	Marilene Mieko Yamamoto Pires	1.255.480-0	PR
34.	Marluz Aparecida Tavares da Conceição	4.172.268-1	PR
35.	Maysa Ricardo da Silva Figueira	3.088.529-5	PR
36.	Miguel Faria	4.037.694-1	PR
37.	Miriam Resende Mendes	457.375-7	PR
38.	Nair Campana	717.334-2	PR
39.	Nair Kusunoki	2.182.161-6	PR
40.	Nilva de Oliveira Brito dos Santos	856.524-4	PR
41.	Onivaldo Izidoro Pereira	710.269-0	PR
42.	Pedro Baraldi	3.333.128-2	PR
43.	Rafael Benjamin Cargnin Filho	1.932.340-4	PR
44.	Regina Maria Torrezan de Souza	802.507-0	PR
45.	Reginaldo Fernandes Ferreira	4.147.689-3	PR
46.	Renato Benvindo Frata	1.030.476-8	PR
47.	Roberto Leme Batista	2.034.089-4	PR
48.	Ronalda Carvalho Neves Cargnin	2.048.580-9	PR
49.	Sebastião Geraldo Barbosa	961.805-8	PR
50.	Sonia Maria Soares dos Santos	4.548.752-0	PR
51.	Sydnei Roberto Kempa	8.421.221-0	PR
52.	Takeshi Sugauara	383.772-6	PR
53.	Tânia Marli Rocha Garcia	3.569.593-1	PR
54.	Tiuiti Nakae	724.880-6	PR
55.	Valcir Jesuz Moreira	5.450.701-1	PR
56.	Valmir Alves Torres da Silveira	486.180-9	PR
57.	Vanderlei Amboni	3.102.914-7	PR

Fundação de apoio ao campus de Paranavaí - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA

Fundação FAFIPA

Avenida Paraná, 794 A - Paranavaí - PR | Fone/Fax: 44 3422 9352 | Caixa Postal: 671
CNPJ: 005.566.804/0001-76 | Inscrição Estadual Isenta
Reconhecida de Utilidade Pública - Lei Municipal 2.761/2006

REG. TIT. DOC. E P. JURÍDICAS
000681
PARANAVAÍ - PR

58.	Veraci Lopes da Silva	4.118.638-0	PR
59.	Walter José Bertoluci	1.331.723-2	PR
60.	Zeli do Carmo de Souza	720.518-0	PR
61.	Zilda Ferreira Barbosa	1.222.314-5	PR

Parágrafo Único. O patrimônio é ainda constituído por bens e valores que ao mesmo venham a ser adicionados, através:

a) de doações feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas, com o fim específico de incorporação ao patrimônio.

b) da parte dos resultados líquidos provenientes de suas atividades que, a critério do Conselho Superior, ouvido o Ministério Público, deva ser incorporado ao patrimônio.

Art. 5°. Todas as rendas da Fundação serão aplicadas na manutenção, desenvolvimento e persecução dos objetivos fixados no artigo 3º.

CAPÍTULO IV
DAS RECEITAS/RENDIMENTOS

Art. 6°. Constituem receitas ou rendimentos ordinários da Fundação:

a) os rendimentos resultantes de atividades relacionadas direta ou indiretamente com as finalidades estabelecidas no artigo 3.º deste Estatuto;

b) as remunerações que receber por serviços prestados;

c) as rendas em seu favor, constituídas por terceiros;

d) os provenientes dos títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;

e) as rendas próprias dos bens móveis e imóveis que possua;

f) os juros bancários e outras receitas eventuais;

163

REG. TIT. DOC. E P. JURÍDICAS
000681
PARANAVAÍ - PR

g) os usufrutos a ela conferidos;

h) taxa de administração.

Art. 7°. Constituem receitas/rendimentos extraordinários da Fundação as subvenções do Poder Público e quaisquer auxílios de particulares, para o desempenho de suas atividades.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I
DA FUNDAÇÃO E DIREÇÃO

Art. 8°. A Fundação é dirigida por um Conselho Superior e as atribuições executivas serão exercidas por uma Diretoria Executiva, escolhida pelo Conselho Superior dentre:

a) professores efetivos do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí;

b) agentes Universitários efetivos do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí;

c) membros instituidores da Fundação.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO SUPERIOR

Art. 9°. O Conselho Superior compor-se-á dos seguintes membros:

a) 6 (seis) membros natos:

Fundação de apoio ao campus de Paranavaí - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA

Fundação FAFIPA

Avenida Paraná, 794 A - Paranavaí - PR | Fone/Fax: 44 3422 9352 | Caixa Postal: 671
CNPJ: 005.566.804/0001-76 | Inscrição Estadual Isenta
Reconhecida de Utilidade Pública - Lei Municipal 2.761/2006

REG. TIT. DOC. E P. JURÍDICAS
000681
PARANAVAÍ - PR

- o DIRETOR do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí;

- o VICE-DIRETOR do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí;

- o responsável pela Divisão de Administração e Finanças do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí;

- o responsável pela Divisão de Ensino de Graduação do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí;

- o responsável pela Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí;

- o responsável pela Divisão de Extensão e Cultura do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

b) 1 (um) representante dos Agentes Universitários do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí;

c) 3 (três) instituidores da Fundação;

d) 3 (três) representantes do corpo docente do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí;

§ 1°. O mandato dos membros natos iniciará a partir da nomeação e tomada de posse em seu cargo no Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí e terminará na data que ocorrer o seu afastamento de cargo no Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí. Os demais membros terão mandato de 2 (dois) anos.

REG. TIT. DOC. E P. JURÍDICAS
000681
PARANAVAÍ - PR

165

§ 2°. Os Agentes Universitários, os Instituidores da Fundação que mantiverem vínculo com o Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, e o Corpo Docente, do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí reunidos em assembleia, convocada pelo Presidente do Conselho Superior da Fundação, indicarão através de eleição, eleito pelos seus pares, 01 (um) representante efetivo dos Agentes Universitários do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí e 01 (um) suplente em caso de vacância; 03 (três) Instituidores efetivos da Fundação e 01 (um) em caso de vacância; 03 (três) representantes efetivos do Corpo Docente do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí e 01 (um) suplente em caso de vacância, para a composição do Conselho Superior, conforme disposto nas alíneas "b", "c" e "d" deste artigo. Havendo mais de 01 (um) candidato efetivo e 01 (um) suplente entre os pares, o sistema de eleição será a majoritária, através de voto secreto, em cédula apropriada. Existindo apenas 01 (um) candidato efetivo e suplente a eleição deverá ser por aclamação. A posse dos eleitos se dará mediante o respectivo termo de posse.

§ 3°. Quando não houver mais número suficiente de instituidores da Fundação, ou quando em Assembléia os instituidores decidirem não indicar três membros, caberá ao Conselho Superior preencher as vagas não ocupadas pelos instituidores, com nomes indicados pelos Conselheiros no exercício de seus mandatos e escolhidos dentre os professores do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, por maioria simples, em reunião do Conselho Superior.

§ 4°. Quando não houver indicação dos Agentes Universitários ou dos representantes do corpo docente, caberá ao Conselho Superior preencher as referidas vagas, na forma do parágrafo anterior.

§ 5°. O Presidente do Conselho Superior será sempre o Diretor do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí e terá mandato enquanto perdurar seu mandato no Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

§ 6°. Os conselheiros indicados, em casos de vacância, exercerão suas funções pelo prazo restante do mandato de seus antecessores.

Fundação de apoio ao campus de Paranavaí - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA

Fundação FAFIPA

Avenida Paraná, 794 A - Paranavaí - PR | Fone/Fax: 44 3422 9352 | Caixa Postal 671
CNPJ: 005.566.804/0001-76 | Inscrição Estadual Isenta
Reconhecida de Utilidade Pública - Lei Municipal 2.761/2006

REG. TIT. DOC. E P. JURÍDICAS
000681
PARANAVAÍ - PR

§ 7º. Será permitida a recondução de membros do Conselho Superior somente por duas vezes.

§ 8º. Perderá, automaticamente, seu mandato o conselheiro que perder a condição que deu origem ao seu mandato ou desligamento de suas funções no Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

§ 9º. O não comparecimento às reuniões ordinárias do Conselho Superior deverá ser justificado, podendo o Conselho Superior considerar vago o mandato do conselheiro que deixar de comparecer, sem justificativa, a duas reuniões ordinárias consecutivas.

Art. 10. Na composição do Conselho Superior fica vedada a acumulação de mandatos por uma mesma pessoa.

§ 1º. Os membros natos deverão optar pelo mandato correspondente à sua condição de membro nato.

§ 2º. No caso em que, no Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, uma mesma pessoa seja responsável por duas áreas cujos titulares são membros natos do Conselho Superior, essa acumulação acarretará a automática redução do número de membros natos do Conselho, aglutinando-se as áreas acumuladas em um só mandatário.

§ 3º. Nos demais casos, o membro deverá optar por um dos mandatos e o outro será considerado vago, sendo preenchido na forma prevista no Artigo 9.º.

Art. 11. Ao Conselho Superior compete traçar as políticas e diretrizes a serem implementadas pela Diretoria Executiva, bem como:

a) determinar a orientação geral e objetivos da Fundação;

b) aprovar os planos anuais de atividades, o relatório anual e a proposta orçamentária, elaborados pela Diretoria Executiva, em observância àquela orientação;

c) orientar a política patrimonial financeira da Fundação dentro de suas disponibilidades;

d) escolher a Diretoria Executiva, que será composta por um Diretor-Presidente, um Diretor-Administrativo, um Diretor-Científico e um Diretor-Financeiro;

e) eleger, anualmente, os membros do Conselho Superior, no caso previsto no Artigo 9.°, § 3.° e § 4.°;

f) destituir membros da Diretoria Executiva;

g) prover a ocupação de qualquer cargo vago na Diretoria Executiva;

h) deliberar sobre a aceitação de doações com encargos, mediante prévia aprovação do Ministério Público;

i) determinar, ao fim de cada exercício, a parte dos rendimentos líquidos a ser incorporada ao patrimônio;

j) aprovar a alienação de bens móveis e imóveis da Fundação, mediante aprovação prévia do Ministério Público;

l) deliberar sobre os casos omissos deste Estatuto, ouvido o Ministério Público, quando couber;

m) aprovar o Regimento Interno.

§ 1°. Para qualquer deliberação será necessária a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior.

§ 2°. As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria simples dos presentes, exceto quanto aos itens "j" e "m", para os quais exigir-se-ão 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

Art. 12. Compete ao Presidente do Conselho Superior:

a) convocar o Conselho, ordinária ou extraordinariamente;

REG. TIT. DOC. E P. JURÍDICAS
000681
PARANAVAÍ - PR

b) dirigir os trabalhos do Conselho, exercendo, em suas deliberações, somente o direito de voto de qualidade;

c) convocar a assembleia de que trata o § 2.º do art. 9.º. A assembleia será convocada através de editais, contendo os assuntos da pauta, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, publicados no site oficial do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí e da Fundação;

d) Convocar a reunião para a eleição de que trata o § 2.º do art. 23;

e) Empossar os membros da Diretoria Executiva e membros do Conselho Fiscal.

Art.13. O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, semestralmente, e extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias.

§ 1º. As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Superior, através de editais, contendo os assuntos da pauta, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, publicados no site oficial do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí e da Fundação.

§ 2º. As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas também a requerimento de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos conselheiros.

CAPÍTULO III
DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 14. A Diretoria Executiva será constituída por um Diretor-Presidente, um Diretor-Administrativo, um Diretor-Científico e um Diretor-Financeiro.

§ 1º. A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente, e extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias.

169

REG. TIT. DOC. E P. JURÍDICAS
000681
PARANAVAÍ - PR

§ 2º. As reuniões serão convocadas através de editais, contendo os assuntos da pauta, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, publicados no site oficial do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí e da Fundação.

§ 3º. Para a instalação das reuniões da Diretoria Executiva exigir-se-á o número mínimo de 3 (três) de seus membros, sendo obrigatória a presença do Diretor-Presidente dentre os mesmos.

Art. 15. Os Diretores serão escolhidos pelo Conselho Superior, dentre:

a) Professores efetivos do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí;

b) Agentes Universitários efetivos do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí;

c) Membros Instituidores da Fundação.

Parágrafo Único. Os Diretores terão mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida duas reconduções, inclusive no mesmo cargo. A posse dos membros da Diretoria Executiva será mediante o respectivo termo de posse.

Art. 15-A. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante aprovação do Conselho Superior, o limite de recondução de que trata o parágrafo único do art. 15, poderá ser de até três reconduções, inclusive no mesmo cargo.

Art. 16. À Diretoria Executiva compete:

a) aprovar acordos, convênios e contratos da Fundação com outras entidades;

b) aprovar e submeter ao Conselho Superior a tabela de salários e demais vantagens a serem atribuídas aos empregados da Fundação;

Fundação de apoio ao campus de Paranavaí - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA

Fundação FAFIPA

Avenida Paraná, 794 A - Paranavaí - PR | Fone/Fax: 44 3422 9352 | Caixa Postal: 671
CNPJ: 005.566.804/0001-76 | Inscrição Estadual Isenta
Reconhecida de Utilidade Pública - Lei Municipal 2.761/2006

REG. TIT. DOC. E P. JURÍDICAS
000681
PARANAVAÍ - PR

c) propor e submeter ao Conselho Superior as possíveis modificações estatutárias;

d) aprovar a contratação dos empregados da Fundação e escolher entre os mesmos o Secretário Executivo;

e) aprovar o plano anual de atividades da Fundação e submetê-lo ao Conselho Superior;

f) aprovar as normas relativas à prestação de serviços;

g) aprovar e submeter ao Conselho Superior o relatório anual das atividades da Fundação;

h) aprovar e submeter ao Conselho Superior a proposta orçamentária da Fundação;

i) elaborar o Regimento Interno e submetê-lo à aprovação do Conselho Superior;

j) Após o término de cada exercício financeiro, a Diretoria Executiva deverá apresentar os demonstrativos contábeis, exigidos por Lei, que serão apreciados e julgados pelo Conselho Fiscal;

k) Após a aprovação das contas anuais dos relatórios e demonstrativos contábeis pelo Conselho Fiscal da Fundação, os mesmos serão submetidos à fiscalização do Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código de Processo Civil.

Art. 17. São atribuições e deveres do Diretor-Presidente, além daqueles que o Conselho Superior lhe atribuir:

a) representar a Fundação ou prover a representação em Juízo ou fora dele;

b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

c) gestionar recursos junto às entidades financeiras governamentais, paraestatais, particulares, nacionais e estrangeiras;

REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
000681
PARANAVAÍ - PR

171

d) determinar as atividades, não previstas neste Estatuto, que competem aos Diretores Administrativo, Financeiro e Científico, desde que previstas no Regimento Interno;

e) constituir procuradores;

f) assinar acordos, convênios e contratos da Fundação com outras entidades, após a aprovação da Diretoria Executiva;

g) receber e dar quitação dos direitos e deveres da Fundação sempre em conjunto com um dos outros Diretores;

h) estabelecer e fazer cessar as relações jurídicas e de emprego com os empregados da Fundação.

Art. 18. Nos impedimentos do Diretor-Presidente, o mesmo será substituído por um dos Diretores, na ordem estabelecida pelo artigo 14.

Parágrafo único. No caso de vacância ou renúncia de qualquer dos Diretores da Diretoria Executiva, proceder-se-á a nomeação de novo Diretor, para mandato complementar, de acordo com o disposto no artigo 15.

Art. 19. São atribuições e deveres do Diretor-Administrativo, além daqueles que o Diretor-Presidente lhe atribuir, conforme Regimento Interno:

a) submeter, anualmente, à Diretoria Executiva, a tabela de salários e demais vantagens a serem atribuídas aos empregados da Fundação;

b) contratar os empregados necessários à Fundação, após a aprovação da Diretoria Executiva;

c) decidir as questões pertinentes a direitos, deveres e vantagens do pessoal técnico-administrativo da Fundação;

d) propor à Diretoria Executiva as normas relativas à prestação de serviços;

e) supervisionar os serviços administrativos da Fundação.

Fundação de apoio ao campus de Paranavaí - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA

Fundação FAFIPA

Avenida Paraná, 794 A - Paranavaí - PR | Fone/Fax: 44 3422.9352 | Caixa Postal: 67
CNPJ: 005.566.804/0001-76 | Inscrição Estadual Isenta
Reconhecida de Utilidade Pública - Lei Municipal 2.761/2006.

REG. TIT. DOC. E P. JURÍDICAS
000681
PARANAVAÍ - PR

Art. 20. São atribuições e deveres do Diretor-Financeiro, além daqueles que o Diretor-Presidente lhe atribuir, conforme Regimento Interno:

a) organizar a proposta orçamentária anual e submetê-la à aprovação da Diretoria Executiva;

b) elaborar e acompanhar as prestações de contas relativas às atividades da Fundação;

c) elaborar nas épocas próprias os balanços e balancetes da Fundação;

d) verificar que a execução da auditoria externa se processe nas épocas próprias;

e) supervisionar tecnicamente os serviços de contabilidade e finanças da Fundação;

f) acompanhar as avaliações em eventuais processos de alienações de imóveis.

Art. 21. São atribuições e deveres do Diretor-Científico, além daqueles que o Diretor-Presidente lhe atribuir, conforme Regimento Interno:

a) organizar o plano anual de atividades da Fundação e submetê-lo à aprovação da Diretoria Executiva;

b) elaborar e submeter à Diretoria Executiva o relatório anual de atividades científicas da Fundação e providenciar sua divulgação após a aprovação do Conselho Superior;

c) analisar os projetos de pesquisa, de prestação de serviços e de auxílios, submetidos à Fundação, recorrendo à assessoria técnica especializada;

d) acompanhar a execução dos projetos de pesquisa e de prestação de serviços contratados ou apoiados pela Fundação;

e) verificar junto aos responsáveis técnicos de cada projeto, a observância dos cronogramas de execução, responsabilizando-os pela eventual falta de cumprimento das cláusulas contratuais;

f) presidir um conselho científico, de caráter consultivo, a ser regulamentado pelo Regimento Interno.

Art. 22. Para a execução das atividades administrativas da Fundação a Diretoria Executiva contará com uma Secretaria Executiva, cuja composição e atribuições serão fixadas em Regimento Interno.

§ 1°. As atividades da Secretaria Executiva serão coordenadas por um Secretário Executivo, escolhido pela Diretoria Executiva.

§ 2°. Ao Secretário Executivo os Diretores poderão, com aprovação da Diretoria Executiva, delegar funções previstas neste Estatuto.

CAPÍTULO IV
DO CONSELHO FISCAL

Art. 23. O Conselho Fiscal será composto por (06) membros, sendo 03 (três) efetivos e 03 (três) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, dentre:

a) Professores efetivos do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí;

b) Agentes Universitários efetivos do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí;

c) Membros Instituidores da Fundação.

§ 1°. O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, sendo permitida duas reconduções.

Fundação de apoio ao campus de Paranavaí - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA

Fundação FAFIPA

Avenida Paraná, 794 A - Paranavaí - PR | Fone/Fax: 44 3422.9352 | Caixa Postal: 671
CNPJ: 005.566.804/0001-76 | Inscrição Estadual Isenta
Reconhecida de Utilidade Pública - Lei Municipal 2.761/2006

REG. TIT. DOC. E P. JURÍDICAS
000681
PARANAVAÍ - PR

§ 2º. O Conselho Fiscal será dirigido pelo seu Presidente, eleito por seus pares, em reunião convocada para tal fim. Havendo mais de um candidato entre os pares, o sistema de eleição será a majoritária, através de voto secreto, em cédula apropriada. Existindo apenas um candidato a eleição deverá ser por aclamação.

§ 3º. O Conselho Fiscal somente deliberará com a maioria de seus membros.

§ 4º. O Conselho Fiscal reunir-se-á ainda, ordinariamente, uma vez em cada semestre e extraordinariamente, tantas vezes quantas necessárias, sempre por convocação de seu Presidente, através de editais contendo os assuntos da pauta, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, publicados no site oficial do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí e da Fundação;

§ 5º. A eleição dos membros do Conselho Fiscal de que trata o caput, será pelo sistema de eleição majoritária, através de voto secreto, em cédula apropriada. Apresentando-se para a eleição apenas 03 (três) candidatos a membros efetivos e 03 (três) candidatos a membros suplentes, a eleição deverá ser por aclamação. A posse dos eleitos se dará mediante o respectivo termo de posse.

Art. 24. Compete ao Conselho Fiscal:

a) aprovar os relatórios finais de atividades, a prestação de contas e o balanço geral da Fundação, em cada exercício;

b) exercer o controle interno, podendo, para tanto, examinar livros, papéis, escrituração contábil e administrativa, estado de caixa e valores em depósito e adotar as demais providências julgadas necessárias.

Art. 24-A. O exercício financeiro da Fundação deverá coincidir com o ano civil.

175

REG. TIT. DOC. E P. JURÍDICAS
000681
PARANAVAÍ - PR

CAPÍTULO V
DA REFORMA ESTATUTÁRIA E EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO

Art. 25. Para se poder alterar o Estatuto da Fundação é mister:

I – que a reforma seja deliberada por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior da Fundação;

II – que não contrarie os fins desta;

III – que seja submetida à aprovação do Ministério Público.

Art. 26. A Fundação extinguir-se-á nos casos previstos em lei (Art. 1.204, do Código de Processo Civil), cabendo a verificação da ocorrência de qualquer dessas hipóteses legais à maioria absoluta do Conselho Superior, ouvido o Ministério Público.

Parágrafo Único. Extinta a Fundação, todos os seus bens passarão ao patrimônio do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, previamente submetida à aprovação do Ministério Público.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. Os membros do Conselho Superior, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não perceberão remuneração pelo desempenho de seus cargos.

Parágrafo Único. É vedada a distribuição de lucros, dividendos ou bonificação, sob qualquer título, aos dirigentes da Fundação, ressalvado o ressarcimento de despesas.

Art. 28. Os membros do Conselho Superior, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela Fundação.

Fundação de apoio ao campus de Paranavaí - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA

Fundação FAFIPA

Avenida Paraná, 794 A - Paranavaí - PR | Fone/Fax: 44 3422.9352 | Caixa Postal: 671
CNPJ: 005.566.804/0001-76 | Inscrição Estadual Isenta
Reconhecida de Utilidade Pública - Lei Municipal 2.761/2006

REG. TIT. DOC. E P. JURÍDICAS
000681
PARANAVAÍ - PR

Art. 29. É vedado aos membros do Conselho Superior e, em especial aos membros da Diretoria Executiva, o uso do nome da Fundação em fianças ou avais.

Parágrafo Único. A concessão de fianças e avais em assuntos de interesse da Fundação dependerá de expressa e prévia autorização do Conselho Superior da Fundação, vedada a tomada desta decisão "*ad referendum*".

Art. 30. Os empregados da Fundação serão admitidos mediante contrato, nos termos da legislação trabalhista, pela qual se regerão.

Art. 31. Anualmente, será publicado em jornal de maior circulação local o demonstrativo da receita e das despesas, realizadas no exercício anterior.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 32. A posse do primeiro Conselho Superior dar-se-á em até 60 (sessenta) dias após o registro da Fundação no Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos do Art. 9.º, alíneas "a", "b", "c", "d", e § 2.º, deste Estatuto.

Art. 33. A Diretoria Executiva, eleita na Assembleia de Instalação da Fundação, terá caráter provisório e mandato de 6 (seis) meses, após o quê aplicar-se-á o disposto no Artigo 15, deste Estatuto.

Paranavaí-PR, 09 de junho de 2022

1º TABELIONATO DE NOTAS

Maria Antonia Ramos Costa
PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR

1º TABELIONATO DE NOTAS

Carlos Antonio Vantini Mazzin
ADVOGADO OAB-PR-34526

1º TABELIONATO DE NOTAS

Camila Beletatti
SECRETÁRIA "Ad Hoc"

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Promotoria de Justiça de Paranavaí-PR

Para os efeitos do disposto no art. 417 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Paraná, AUTORIZO o registro deste documento.

Paranavaí -(PR), 20 de Junho de 2022

Promotor(a) de Justiça

1º Tabelionato de Notas de Paranavaí - PR
Av. Paraná, 404 - Centro - 87.704-100 - Fone: (44) 3423-3131 - luizjosefavero@hotmail.com

RECONHEÇO por SEMELHANÇA a(s) firma(s) Assinada(s) de:
[0153769]-CAMILA BELETATTI
[0010625]-MARIA ANTONIA RAMOS COSTA
[0009724]-CARLOS ANTONIO VANTINI MAZZIN
EM TESTº: DA VERDADE
Paranavaí, 08 de Julho de 2022
CRISTIANE MACHADO DA SILVA - ESCREVENTE
Selo: F913X.hOqtY.kuDsI-TneYo.Orzls
Consulte em: funarpen.com.br

Registro Civil de Pessoas Naturais
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Registro de Títulos e Documentos

COMARCA DE PARANAVAÍ - PARANÁ CNPJ 04.072.082/0001-30
Rua: Manoel Ribas, 2190 - Fone: (44) 3423-8119 - Caixa Postal, 203
e-mail: pedidos_paranavai@hotmail.com

Yara Maschio Souza
Escrevente Indicada

Dante Ramos Junior
OFICIAL

Carlos Augusto P. Lima
Escrevente Substituto

CERTIDÃO

CERTIFICO, atendendo a pedido verbal de parte interessada e para que produza seus legais e jurídicos efeitos, que revendo neste Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica, os livros existentes, deles verifiquei constar o registro de um **6ª ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**, registrado em data de 04/08/2022, no **LIVRO** A-035, sob o **Nº** 0000681 e protocolado sob o **Nº** 65.665, pelo qual a **FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ - FAFIPA**, uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede na Avenida Paraná nº 794-A, esquina com a Rua Guaporé, 1º andar, Centro, CEP 87705-190 na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, que tem como Foro o da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, adquiriu personalidade Jurídica na forma da Lei. **PRAZO DE DURAÇÃO:** O prazo de duração é indeterminado. **OBJETIVOS:** Os objetivos da entidade são: Art. 3º. Constitui objetivos básicos da Fundação apoiar o Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, promovendo o desenvolvimento científico, tecnológico e estímulo à inovação e as relações institucionais entre o Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, a comunidade universitária e a sociedade, através de: I – promoção da integração do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí–Empresa–Estado e Sociedade; II – articulação com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, visando a forma de colaboração, firmando contratos ou convênios, para execução de programas de pesquisa, ou prestação de serviços no desenvolvimento de atividades de formação, aperfeiçoamento, recrutamento e seleção de pessoal através de concursos ou testes seletivos; III – capacitação e valorização dos recursos humanos vinculados ou de interesse do desenvolvimento tecnológico e da pesquisa, dentro de seu programa de ação; IV – promoção e fomento de estudos, pesquisas e prestação de serviços para órgãos públicos e privados; V – implementação e instituição do sistema de bolsas de estudo e de investigação científica para o aprimoramento de recursos humanos; VI – promoção e apoio aos cursos, simpósios, seminários, conferências e estudos que visem à melhoria do ensino, além de outros que contribuam para a melhoria de técnicos e profissionais que atuam nos diversos setores da sociedade; VII – prestação de serviços e realização de pesquisas que atendam às necessidades dos setores público e privado, dentro dos cânones acadêmicos, que permitam o atendimento dos objetivos e o treinamento de pessoal especializado; VIII – oferecimento de apoio institucional às entidades de ensino e pesquisa, e a pesquisadores, na transferência ou difusão de tecnologia ao setor produtivo; IX – incentivo aos pesquisadores de entidades de ensino e pesquisa, que detenham ou tenham desenvolvido novas tecnologias ou processos a iniciarem seus próprios empreendimentos; X – apresentação de pedido de outorga para executar serviços de rádio difusão, com fins exclusivamente educativos, junto ao Ministério das Comunicações e órgãos competentes, e implementar o sistema, após sua concessão e instalação, atendendo aos objetivos da Fundação; XI – administração de bens próprios; XII – promoção de atividades não conveniadas que visem à divulgação da Fundação junto à comunidade empresarial e científica, dentre outras; XIII – investimentos em benfeitorias (mobiliários, equipamentos e edificações); XIV – realização de convênios para promover ensino na modalidade "à distância" em todos os níveis; XV – realização de contratos, acordos de parceria, convênios, termos de cooperação ou ajustes individualizados; XVI – realização de termo de outorga para concessão de bolsas, auxílios e verba variável; **XVII** – realização de contratos, acordos de parceria, convênios, termos de cooperação ou ajustes individualizados com Organizações Sociais ou Entidades Privadas, Fundações, Fundos, Sistema Estadual de Parques Tecnológicos e outras agências oficiais de fomento, Secretarias de Estado, autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, por prazo determinado. **PATRIMÔNIO:** Art. 4º. O patrimônio é constituído pela dotação inicial de R$ 1.830,00 (um mil, oitocentos e trinta reais), valor este referente à contribuição fornecida à razão de R$ 30,00 (trinta reais) pelos instituidores. **RECEITAS:** São fontes de recurso para manutenção (receitas) da associação: Art. 6º. Constituem receitas ou rendimentos ordinários da Fundação: a) os rendimentos resultantes de atividades relacionadas direta ou indiretamente com as finalidades estabelecidas no artigo 3.º deste Estatuto; b) as remunerações que receber por serviços prestados; c) as rendas em seu favor, constituídas por terceiros; d) os provenientes dos títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade; e) as rendas próprias dos bens móveis e imóveis que possua; f) os juros bancários e outras receitas eventuais; g) os usufrutos a ela conferidos; h) taxa de administração. Art. 7º. Constituem receitas/rendimentos extraordinários da Fundação as subvenções do Poder Público e quaisquer auxílios de particulares, para o desempenho de suas atividades. **ADMINISTRAÇÃO:** São órgãos

 Selo F919MarqdehQssI98X8kEb7Zw Consulte em https://selo.funarpen.com.br/Consultaua na Página 2

178

Serviço Registral de Paranavaí
CARIMBO REGISTRO ELETRONICO
Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Dante Ramos Júnior - Oficial

6ª ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA
PROTOCOLADO Nº 0065665
REGISTRADO Nº 0000681
LIVRO A-035
ARQ Nº 022
Paranavaí - PR, 04 de agosto de 2022.

Yara Maschio Tamoue Vespato - Escrevente Indicada
Selo Digital nº F915MarQdeHQHsI98zt3Eb7ZG
Valide esse selo em https://selo.funarpen.com.br/consulta

REGISTRO CIVIL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOA JURÍDICA - CARTÓRIO DE
Dante Ramos Junior
Oficial
Carlos Augusto P. de Lima
Yara Maschio Souza
Escreventes Substitutos
CNPJ 04.072.082/0001-30
Paranavaí -PR

Registro Civil de Pessoas Naturais
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Registro de Títulos e Documentos

COMARCA DE PARANAVAÍ - PARANÁ CNPJ 04.072.082/0001-30
Rua: Manoel Ribas, 2190 - Fone: (44) 3423-8119 - Caixa Postal, 203
e-mail: pedidos_paranavai@hotmail.com

Yara Maschio Souza
Escrevente Indicada

Dante Ramos Junior
OFICIAL

Carlos Augusto P. Lima
Escrevente Substituto

administrativos e deliberativos da entidade: Art. 8º. A Fundação é dirigida por um Conselho Superior e as atribuições executivas serão exercidas por uma Diretoria Executiva, escolhida pelo Conselho Superior dentre: a) professores efetivos do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí; b) agentes Universitários efetivos do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí; c) membros Instituidores da Fundação. Art. 9º. O Conselho Superior compor-se-á dos seguintes membros: a) 6 (seis) membros natos: - o DIRETOR do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí; - o VICE-DIRETOR do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí; - o responsável pela Divisão de Administração e Finanças do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí; - o responsável pela Divisão de Ensino de Graduação do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí; - o responsável pela Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí; - o responsável pela Divisão de Extensão e Cultura do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí. b) 1 (um) representante dos Agentes Universitários do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí; c) 3 (três) instituidores da Fundação; d) 3 (três) representantes do corpo docente do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí. **RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA:** Art. 28. Os membros do Conselho Superior, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela Fundação. **REPRESENTAÇÃO:** Art. 17. São atribuições e deveres do Diretor-Presidente, além daqueles que o Conselho Superior lhe atribuir: a) representar a Fundação ou prover a representação em Juízo ou fora dele. **ALTERAÇÃO DO ESTATUTO:** Art. 25. Para se poder alterar o Estatuto da Fundação é mister: I – que a reforma seja deliberada por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior da Fundação; II – que não contrarie os fins desta; III – que seja submetida à aprovação do Ministério Público. **DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE:** Art. 26. A Fundação extinguir-se-á nos casos previstos em lei (Art. 1.204, do Código de Processo Civil), cabendo a verificação da ocorrência de qualquer dessas hipóteses legais à maioria absoluta do Conselho Superior, ouvido o Ministério Público. **DESTINO DO PATRIMÔNIO NO CASO DE DISSOLUÇÃO:** Parágrafo Único. Extinta a Fundação, todos os seus bens passarão ao patrimônio do Campus de Paranavaí, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, previamente submetida à aprovação do Ministério Público. **NADA MAIS.**

O referido é verdade e dou fé.
Paranavaí, 04 de agosto de 2022.

Yara Maschio Tanoue Volpato
Escrevente Indicada

REGISTRO CIVIL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOA JURÍDICA - CARTÓRIO
Dante Ramos Junior
Oficial
Carlos Augusto P. de Lima
Yara Maschio Souza
Escreventes Substitutos
CNPJ 04.072.082/0001-30
Paranavaí - PR

FUNARPEN
SELO DIGITAL
F919M.arqde.hQssI
98X8k.Eb7Zw
https://selo.funarpen.com.br

180
1.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.566.804/0001-76 **MATRIZ**		**27/03/2003**

NOME EMPRESARIAL
FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI - FAFIPA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.31-7-00 - Educação superior - graduação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
306-9 - Fundação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV PARANA	**794-A**	**ANDAR: 1;**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
87.705-190	**JARDIM AMERICA**	**PARANAVAI**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FAFIPA@FAFIPA.ORG	**(44) 3422-9352**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**27/03/2003**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **15/09/2026** às **12:13:09** (data e hora de Brasília).

182
1-

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE FAZENDA

CERTIDÃO DE CADASTRO MUNICIPAL nº. 39

Certificamos a pedido da parte interessada, conforme processo abaixo informado, que verificando em nossos arquivos e demais assentamentos existentes junto a este Departamento de Tributação e Fiscalização Tributária, verifica-se que o(a) contribuinte está cadastro(a) neste município, com as seguintes informações:

Processo da Certidão (Protocolo) nº.: de .

Empresa: **FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULDADE ESTADUA**

Endereço: **Avenida PARANA, nº 794**

Econômico (CMC): **14464**

CNPJ: **05.566.804/0001-76**

Atividade(s): **0085.3/17.00 - Educação superior - graduação**

Início da Atividade: **28/10/2005**

Situação do Registro: **Início**

Data situação: **28/10/2005**

Está certidão não tem validade como Certidão Negativa de Débitos.

É o que cumpria certificar, e para constar nos termos regulamentares vigentes, expedimos a presente CERTIDÃO para que produza os efeitos legais.

Paranavaí(PR), 12 de maio de 2025.

182
1.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI - FAFIPA
CNPJ: 05.566.804/0001-76

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:49:32 do dia 16/07/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 12/01/2027.
Código de controle da certidão: **89E4.4F38.8E9C.3A22**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

183
1

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 39593339-27

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **05.566.804/0001-76**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 23/09/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Portal de Emissão de Certidões (26/05/2026 08:52:18)

184

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
ESTADO PARANÁ
SECRETARIA DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS 37428/2026

Contribuinte

Nome/Razão:	**2181401 - FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI - FAFIPA**
CNPJ/CPF:	05.566.804/0001-76
Endereço:	AVENIDA PARANA, 794
Complemento:	1º ANDAR
Bairro:	JARDIM AMERICA — Cidade: Paranavaí - PR

Finalidade

Certidão de Débito - Contribuinte

Observações

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
25/08/2026	**90 dias**

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dividas que venham a ser apuradas, de responsabilidade do contribuinte abaixo identificado C E R T I F I C O que, em nome de **FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI - FAFIPA** até a presente data não existem, em aberto, débitos de tributos municipais.

Paranavaí - PR, 25 de agosto de 2026.

Voltar | Imprimir

185
1.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.566.804/0001-76

Razão social: FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULDADE ES

Endereço: AV PARANA 794-A ANDAR: 1;/ JARDIM AMERICA / PARANAVAI / PR / 87705-190

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/09/2026 a 01/10/2026

Certificação Número: 2026090208521233987484

Informação obtida em 17/09/2026 11:01:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

186
1.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI - FAFIPA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 05.566.804/0001-76
Certidão nº: 47457602/2026
Expedição: 12/05/2026, às 15:44:43
Validade: 08/11/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI - FAFIPA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.566.804/0001-76, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PARANAVAI

OFICIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
AV. PARANA, 1422 - JARDIM AMÉRICA
PARANAVAI/PR - 87705900

TITULAR
EDILBERTO FERREIRA DA SILVA
JURAMENTADOS
ALEXANDRE VELASCO CEREJA
MAYCON TANAKA DE REZENDE

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os registros no banco de dados dos arquivos de distribuição referente a **AÇÃO DE FALENCIA NESTE FORO JUDICIAL - LEI Nº 11.101/2005**, sob minha guarda neste cartório verificou **NÃO CONSTAR** nenhum registro em andamento contra:

FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI - FAFIPA

CNPJ 05.566.804/0001-76, no período compreendido entre a presente data e os últimos 20 anos que a antecedem.

PARANAVAI/PR, 24 de Agosto de 2026

MAYCON TANAKA DE REZENDE

Maycon Tanaka de Rezende
Empregado Juramentado

JUIZO DE DIREITO DA
COMARCA DE PARANAVAÍ
Cartório Distribuidor e Anexos
Edilberto Ferreira da Silva
Titular
Alexandre Velasco Cereja
Empregado Juramentado
Maycon Tanaka de Rezende
Empregado Juramentado

Certificação

Custas = R$ 47,25

188

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PARANAVAI

OFICIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
AV. PARANA, 1422 - JARDIM AMÉRICA
PARANAVAI/PR - 87705900

T I T U L A R
EDILBERTO FERREIRA DA SILVA
J U R A M E N T A D O S
ALEXANDRE VELASCO CEREJA
MAYCON TANAKA DE REZENDE

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os registros no banco de dados dos arquivos de distribuição referente a **PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL NESTE FORO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - LEI Nº 11.101/2005**, sob minha guarda neste cartório verificou **NÃO CONSTAR** nenhum registro em andamento a favor de:

FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI - FAFIPA

CNPJ 05.566.804/0001-76, no período compreendido entre a presente data e os últimos 20 anos que a antecedem.

PARANAVAI/PR, 24 de Agosto de 2026

MAYCON TANAKA DE REZENDE

Maycon Tanaka de Rezende
Empregado Juramentado

JUIZO DE DIREITO DA
COMARCA DE PARANAVAÍ
Cartório Distribuidor e Anexos
Edilberto Ferreira da Silva
Titular
Alexandre Velasco Cereja
Empregado Juramentado
Maycon Tanaka de Rezende
Empregado Juramentado

Certificação

Custas = R$ 47,25

FUNDAÇÃO FAFIPA

Fundação de apoio ao campus de Paranavaí - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA

Avenida Paraná, 794 A - Paranavaí - PR | Fone: 44 3422.9352 | Caixa Postal: 671
CNPJ: 05.566.804/0001-76 | Inscrição Estadual Isenta
Reconhecida de Utilidade Pública - Lei Municipal 2.761/2006

Validador

189

1.

CAPACIDADE FINANCEIRA - 2024

Declaramos que a demonstração abaixo corresponde a real situação da proponente.

Esse índice foi obtido no balanço do exercício social de **2024.**

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão a demonstração.

ÍNDICES

Liquidez Geral (LG) = (AC + RLP) / (PC + ELP)

Liquidez Geral (LG) = (6.708.071,78 + 0,00) / (787.257,12 + 0,00)

LG = 8,52

Liquidez Geral (LG) = (AC + RLP) / (PC + ELP)

LG = (6.708.071,78 + 0,00) / (787.257,12 + 0,00)

LG = 8,52

Solvência Geral (SG) = AT / (PC + ELP)

Solvência Geral (SG) = 7.465.208,12 / (787.257,12 + 0,00)

SG = 9,48

SIGNATÁRIO
Assinado eletronicamente por
Valdir Cipriano De Oliveira
Data: 24/06/2026 08:43
#e604a8ad36f2b11f1818d12010a2a6021

Valdir Cipriano de Oliveira
CRC 031128/O-8

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 2957697cb43d21a8e79f097e57a247e1142dab709b7733bd68ea52f1fb49fe6f
Link de validação: https://valida.ae/9d0cd6e451e8cd8a1c5857385ed9bfbc3718423f5e20fd354

190
1

FUNDAÇÃO FAFIPA

Fundação de apoio ao campus de Paranavaí - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA

Avenida Paraná, 794 A - Paranavaí - PR | Fone: 44 3422.9352 | Caixa Postal: 671
CNPJ: 05.566.804/0001-75 | Inscrição Estadual Isenta
Reconhecida de Utilidade Pública - Lei Municipal 2.761/2006

CAPACIDADE FINANCEIRA – 2025

Declaramos que a demonstração abaixo corresponde à real situação da proponente.

Esse índice foi obtido no balanço do exercício social de **2025**.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão a demonstração.

ÍNDICES

Liquidez Geral (LG) = (AC + RLP) / (PC + ELP)

LG = (7.123.282,70 + 0,00) / (587.946,11 + 0,00)

LG = 12,12

Liquidez Corrente (LC) = AC / PC

LC = 7.123.282,70 / 587.946,11

LC = 12,12

Solvência Geral (SG) = AT / (PC + ELP)

SG = 8.067.104,88 / (587.946,11 + 0,00)

SG = 13,72

SIGNATÁRIO
Assinado eletronicamente por
Valdir Cipriano De Oliveira
Data: 24/06/2026 08:43
f60fa8ad3612b11f1818d42010a2b021

Valdir Cipriano de Oliveira
CRC 031128/O-8

Validador
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 2957697cb43d21a8e79f097e57a247e1142dab709b7733bd68ea52f1fb49fe6f
Link de validação: https://valida.ae/9d0cd6e451e8cd8a1c5857385ed9bfbc3718423f5e20fd354

191
1

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.4.1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
	05.566.804/0001-76	

NOME EMPRESARIAL
FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2025 a 31/12/2025
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Livro Diário Geral	24

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF

ARQUIVOS SUBSTITUÍDOS (HASH)

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	05566804000176	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FACULDAD:05566804000176	920670150371265967 3	16/04/2026 a 16/04/2027	Não
Contador	16512928920	IVAN FERREIRA DA CRUZ:16512928920	669691350418471559 3	28/01/2026 a 28/01/2027	Não
Administrador	57625360920	VALDIR CIPRIANO DE OLIVEIRA:57625360920	549308530156838636 3	16/04/2026 a 16/04/2027	Sim

NÚMERO DO RECIBO:
16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.
A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 25/05/2026 às 13:52:33

62.65.10.10.91.41.F4.1F
AC.E3.B7.CE.53.BA.E2.E
B

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo nos termos do Decreto nº 9.555/2018, dispensando-se qualquer outra forma de autenticação. Este recibo comprova a autenticação.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025 — CNPJ: 05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
NIRE	
CNPJ	05.566.804/0001-76
Número de Ordem	24
Natureza do Livro	Livro Diário Geral
Município	Paranavaí
Data do arquivamento dos atos constitutivos	27/03/2003
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2025
Quantidade total de linhas do arquivo digital	60671

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Natureza do Livro	Livro Diário Geral
Número de ordem	24
Quantidade total de linhas do arquivo digital	60671
Data de inicio	01/01/2025
Data de término	31/12/2025

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA				
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025	CNP	05.566.804/0001-76	Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025				

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido			Total (R$)
	Patrimonio Realizado (R$)	Superavit do Exercicio (R$)	Deficit de Exercicios (R$)	
Saldo Inicial em 01.01.2025	283.441,90	7.237.322,27	(-)842.813,17	6.677.951,00
Superavit do exercicio		801.207,77		801.207,77
Saldo Final em 31.12.2025	283.441,90	8.038.530,04	(-)842.813,17	7.479.158,77
Notas				

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

169

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 7.465.208,12	R$ 8.067.104,88
CIRCULANTE		R$ 6.708.071,78	R$ 7.123.282,70
DISPONIBILIDADES		R$ 12,24	R$ 1.232,24
CAIXA		R$ 0,00	R$ 0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 12,24	R$ 1.232,24
Banco Itau S.A. c/c 57218-4		R$ 10,00	R$ 10,00
Banco Itaú - Unespar		R$ 2,24	R$ 1.222,24
VALORES A RECEBER		R$ 6.627.336,56	R$ 7.071.084,62
CLIENTES		R$ 537.535,80	R$ 158.645,70
Prefeitura Municipal Maria Helena		R$ 0,00	R$ 0,00
Municipio de Lindoeste		R$ 0,00	R$ 0,00
Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco		R$ 0,00	R$ 0,00
Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná		R$ 0,00	R$ 0,00
Prefeitura Municipal de Campo Largo		R$ 0,00	R$ 0,00
Municipio Nova Prata do Iguaçu/PR		R$ 0,00	R$ 0,00
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Ivai		R$ 0,00	R$ 2.100,00
Prefeitura Municipal de Paranavaí		R$ 0,00	R$ 43.508,60
Prefeitura Municipal de Joaquim Tavora		R$ 0,00	R$ 0,00
Prefeitura Municipal de Itapoa		R$ 164.999,50	R$ 61.570,00
Camara Municipal de Chavantes		R$ 0,00	R$ 16.242,50
Prefeitura Municipal Campo Mourão		R$ 158.450,00	R$ 0,00
Universidade Estadual do Paraná		R$ 0,00	R$ 0,00
Prefeitura MunicipalL De Chavantes		R$ 39.037,50	R$ 0,00
Prefeitura Municipal de Cascavel		R$ 93.225,00	R$ 0,00
Camara Municipal de Mangueirinha		R$ 0,00	R$ 0,00
Municipio Bela Vista da Caroba/PR		R$ 0,00	R$ 0,00
Camara Municipal de Campo Mourão		R$ 0,00	R$ 0,00
Municipio de Carazinho		R$ 0,00	R$ 0,00
Camara Municipal de Indianópolis		R$ 0,00	R$ 0,00
Autarquia Municipal de Mobilidade, Transito e Cidadania - Transitar		R$ 0,00	R$ 8.724,60

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Municipio São Simão		R$ 0,00	R$ 9.540,00
Municipio de Aramina		R$ 0,00	R$ 16.960,00
Prefeitura Municipal de Uniflor		R$ 81.823,80	R$ 0,00
OUTROS CREDITOS		R$ 6.084.298,37	R$ 6.902.296,46
BANCO ITAU S.A. APLIC.FINANCEIRA		R$ 6.084.298,37	R$ 6.902.296,46
ADIANTAMENTOS		R$ 1.924,25	R$ 6.564,32
Adiantamentos a Funcionarios		R$ 0,00	R$ 0,00
Adiantamento de Viagens (Concursos)		R$ 1.924,25	R$ 6.564,32
IMPOSTOS A RECUPERAR		R$ 3.578,14	R$ 3.578,14
Inss a Compensar		R$ 2.885,21	R$ 2.885,21
Irrf a Compensar		R$ 692,93	R$ 692,93
ESTOQUES		R$ 80.722,98	R$ 49.494,02
MATERIAIS DE EXPEDIENTE		R$ 80.722,98	R$ 49.494,02
Materiais de Expediente		R$ 80.722,98	R$ 49.494,02
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE		R$ 0,00	R$ 1.471,82
DESPESAS E ENCARGOS A APROPRIAR		R$ 0,00	R$ 1.471,82
Seguros a Vencer		R$ 0,00	R$ 1.471,82
ATIVO NÃO - CIRCULANTE		R$ 757.136,34	R$ 850.597,18
IMOBILIZADO		R$ 1.238.314,46	R$ 1.434.450,57
IMOBILIZADO		R$ 1.238.314,46	R$ 1.434.450,57
Edificacoes de Terceiros		R$ 27.575,00	R$ 27.575,00
Moveis e Utensilios		R$ 195.250,21	R$ 235.602,74
Maquinas e Equipamentos		R$ 626.411,30	R$ 782.194,88
Veiculos		R$ 286.000,00	R$ 286.000,00
Biblioteca		R$ 68.912,95	R$ 68.912,95
Edificações de Terceiros - Logistica e TI		R$ 34.165,00	R$ 34.165,00
(-) DEPRECIACAO		R$ (481.178,12)	R$ (583.853,39)
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA		R$ (481.178,12)	R$ (583.853,39)
(-) (-) Edificacoes		R$ (9.733,23)	R$ (9.758,20)
(-) (-) Moveis e Utensilios		R$ (150.034,62)	R$ (153.100,60)
(-) (-) Maquinas e Equipamentos		R$ (204.750,01)	R$ (241.840,80)
(-) (-) Veiculos		R$ (80.709,94)	R$ (138.184,94)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
(-) (-) Edificações - TI e Logistica		R$ (10.591,16)	R$ (10.591,16)
(-) (-) Biblioteca		R$ (25.359,16)	R$ (30.377,69)
PASSIVO A DESCOBERTO		R$ 0,00	R$ 93.225,00
SUPERAVIT OU DEFICIT		R$ 0,00	R$ 93.225,00
SUPERAVIT		R$ 0,00	R$ 93.225,00
Ajuste Exercicios Anteriores		R$ 0,00	R$ 93.225,00
P A S S I V O		R$ 7.465.208,12	R$ 8.067.104,88
CIRCULANTE		R$ 787.257,12	R$ 587.946,11
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 85,00	R$ 0,00
EMPRESTIMOS		R$ 85,00	R$ 0,00
Deposito a Classificar		R$ 85,00	R$ 0,00
FORNECEDORES		R$ 194.652,18	R$ 91.942,02
FORNECEDORES DE SERVIÇOS		R$ 194.652,18	R$ 91.942,02
FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA		R$ 0,00	R$ 1.136,08
TELESHOPPING COM PROD TEL LTDA		R$ 280,00	R$ 0,00
DIGITAL COPY SOLUÇÕES LTDA		R$ 9.327,02	R$ 15.819,30
EDITORA NOROESTE LTDA		R$ 0,00	R$ 604,30
JOVEMAC EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA		R$ 500,00	R$ 0,00
ELETROCIDADE COM DE MAT ELETR LTDA		R$ 0,00	R$ 0,00
PG SISTEMAS DE SEGURANÇA EIRELI		R$ 5.118,37	R$ 6.594,85
MARIA GABRIELA LOPES -SERVIÇOS MÉDICOS ME		R$ 2.524,50	R$ 0,00
CLINICA MARCANTONIO S/S		R$ 656,95	R$ 0,00
C.A.C COMERCIO DE PAPEIS LTDA		R$ 0,00	R$ 0,00
CARTOKRAFT EMBALAGENS LTDA		R$ 0,00	R$ 0,00
AO3 TECNOLOGIA LTDA		R$ 3.321,74	R$ 3.189,68
COMPANHIA SULAMERICANA DE DISTRIBUIÇÃO		R$ 0,00	R$ 545,99
ALELO S/A		R$ 12.715,27	R$ 12.715,27
IMPACTA SOLUÇÕES WEB LTDA ME		R$ 37.920,24	R$ 0,00
DANIELI VENDRAMIN DE SOUZA		R$ 11.274,30	R$ 4.427,43
DEL REY COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA		R$ 0,00	R$ 659,57

197

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025 — CNPJ: 05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ROQUE PAPELARIA LTDA		R$ 651,64	R$ 375,84
BRACAR AUTO POSTO LTDA		R$ 125,70	R$ 123,78
CASA DO AUTOMÓVEL PCS E ACS P VEICULOS LTDA		R$ 2.145,67	R$ 0,00
LAPIS DE COR LIVRARIA E PAPELARIA LTDA		R$ 13.375,38	R$ 17.276,86
MAGAZINE LUZIA S/A		R$ 0,01	R$ 0,00
PSICOMASTER ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL S/S LTDA		R$ 20.814,38	R$ 0,00
ESTRELA DA GUIA INDUSTRIA E COMERCIO DE PVC LTDA		R$ 756,00	R$ 756,00
M Z ILUMINAÇÕES E MATERIAIS ELETRICOS		R$ 1.164,40	R$ 0,00
LFL DOS SANTOS & BORGES LTDA		R$ 0,00	R$ 799,30
MAI & MAI CLINICA MÉDICA LTDA		R$ 476,75	R$ 0,00
NEUPACK EMBALAGENS LTDA		R$ 25.399,73	R$ 0,00
A PAGINA DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA		R$ 172,50	R$ 0,00
SAMUEL HENRIQUE PINTO SOTO		R$ 799,40	R$ 0,00
ESTOFADOS MARABÁ		R$ 3.500,00	R$ 0,00
MTT COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS		R$ 500,00	R$ 0,00
COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS NOROESTE LTDA		R$ 3.695,10	R$ 293,66
TOQUE FINAL SELIGRAFIA LTDA		R$ 2.825,00	R$ 0,00
MARIA NATALINA CURTI - ME		R$ 5.049,00	R$ 0,00
E A BRANDÃO BRINDES		R$ 0,00	R$ 320,00
SAT SOM COMPONENTES ELETRONICOS LTDA		R$ 1.369,00	R$ 0,00
S. A. ZAGO DISTRIBUIDORA		R$ 1.880,00	R$ 0,00
PARAISO COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS		R$ 930,46	R$ 0,00
SIMONETTI PIRES & SIMONETTI LTDA		R$ 130,00	R$ 230,00
GO INFLAVEIS PROMOCIONAIS LTDA EPP		R$ 4.114,00	R$ 0,00
BRETZ SALGADOS LTDA		R$ 2.655,00	R$ 0,00
M R CAMBURI INFORMATICA EPP		R$ 1.400,00	R$ 0,00
TECNOCUBO 3D COMERCIO & IMPORTAÇAO		R$ 496,38	R$ 0,00
TONY COM DE MANGUEIRA E FERRAGENS LTDA		R$ 1.449,06	R$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
COOPERATIVA DE PRODUÇAO AGROPECUARIA VIT		R$ 775,00	R$ 0,00
REMAR COMERCIO IMP. EXP. EIRELI		R$ 3.000,00	R$ 0,00
GP PNEUS LTDA		R$ 683,70	R$ 0,00
MEDIVO S/A		R$ 0,00	R$ 0,00
LAYOUT COMUNICAÇÃO LTDA		R$ 5.120,00	R$ 0,00
VALENTE CLINICA MEDICA LTDA		R$ 1.050,00	R$ 0,00
OLI STORE LTDA		R$ 4.430,53	R$ 0,00
R A BERTELLI ENCARDENAÇOES - ME		R$ 80,00	R$ 0,00
FN ALMEIDA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA		R$ 0,00	R$ 656,95
LIVRARIA E TIPOGRAFIA ECLETICA		R$ 0,00	R$ 950,00
PAPELARIA E COPIADORA SOCOPIAS LTDA		R$ 0,00	R$ 198,00
PLASTICOS 500 LTDA		R$ 0,00	R$ 7.244,92
CIRLEI DOMINGOS		R$ 0,00	R$ 6.750,00
JULIO CESAR PEREIRA DO NASCIMENTO - JOGOMAC		R$ 0,00	R$ 592,36
COLIBRI PAPEIS LTDA		R$ 0,00	R$ 2.765,60
LABCOMPANY PROD. E SERV. LTDA		R$ 0,00	R$ 0,00
VIDRAÇARIA PARANÁ COMERCIO DE VIDROS LTDA - ME		R$ 0,00	R$ 752,78
DENTECK LTDA - FILIAL		R$ 0,00	R$ 6.163,50
OBRIGACOES FISCAIS E SOCIAIS		R$ 592.519,94	R$ 496.004,09
OBRIGACOES FISCAIS E SOCIAIS		R$ 27.648,02	R$ 16.119,86
Irf a Recolher - Fundação		R$ 23.652,84	R$ 11.014,47
Inss a Recolher		R$ 136,63	R$ 136,63
Irf a Recolher sobre RPAs		R$ 1.433,87	R$ 1.540,41
Retenção de Issqn a Recolher		R$ 16,08	R$ 0,00
Pis s/ folha a Recolher		R$ 1.351,93	R$ 1.642,85
Contribuicao Sindical a Recolher		R$ 451,46	R$ 515,02
Retenção Pis/Cofins/Csll		R$ 600,21	R$ 1.270,48
Concurso Preserv Sarandi		R$ 5,00	R$ 0,00
OBRIGACOES TRABALHISTAS		R$ 101.868,38	R$ 81.525,74
Salarios e Ordenados a Pagar		R$ 67.043,53	R$ 79.530,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Decimo Terceiro a Pagar		R$ 28.436,15	R$ 0,00
Consignação Plano de Saude		R$ 6.294,80	R$ 1.920,74
Consignação de Vale Transporte		R$ 93,90	R$ 75,00
OUTRAS OBRIGACOES		R$ 3.554,00	R$ 117.592,56
Assistência Contábil a Pagar		R$ 3.554,00	R$ 2.500,00
R.P.A. a Pagar - Fundação		R$ 0,00	R$ 112.440,36
R.P.A a Pagar - Concursos		R$ 0,00	R$ 2.652,20
Retenções a Recolher		R$ 388,22	R$ 457,66
Retenção Pis/Cofins/Ir/Csll/Inss - Concurso		R$ 220,00	R$ 220,00
IRRF RETIDO A RECOLHER		R$ 168,22	R$ 237,66
Provisões para Encargos Trabalhistas		R$ 102.081,37	R$ 118.783,86
Férias + 1/3		R$ 102.081,37	R$ 118.783,86
Décimo Terceiro Salário		R$ 0,00	R$ 0,00
Obrigações Previdenciárias		R$ 157.734,00	R$ 140.637,90
Inss a Recolher		R$ 87.944,14	R$ 85.370,58
Inss Provisão para Férias		R$ 47.639,70	R$ 35.518,26
Inss Provisão para 13º		R$ 0,00	R$ 0,00
Fgts a Recolher		R$ 9.434,24	R$ 8.358,69
Fgts Provisão para Férias		R$ 12.715,92	R$ 11.390,37
Fgts Provisão para 13º		R$ 0,00	R$ 0,00
Receitas a Realizar		R$ 199.245,95	R$ 20.886,51
Concurso Câmara de Foz do Iguaçu		R$ 280,00	R$ 0,00
Concurso Campina Grande		R$ 147,50	R$ 0,50
Concurso Pref.Municipal de Espigão Alto do Iguaçu		R$ 150,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Itapoá		R$ 103.429,50	R$ 0,00
Concurso Camara Municipal de Pato Branco		R$ 74.040,00	R$ 0,00
Concurso Camara Municipal de Paiçandu		R$ 170,00	R$ 0,00
Concurso Conselho Regional de Farmácia - CRF/MT		R$ 15.748,95	R$ 0,00
Concurso Municipio de Ariranha do Ivaí-PR		R$ 5.150,00	R$ 0,00
Concurso Camara Municipal de Gravataí/RS		R$ 130,00	R$ 0,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Concurso São João Boa Vista - Prev		R$ 0,00	R$ 1.780,00
Concurso Camara Municipal Engenheiro Beltrão		R$ 0,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão		R$ 0,00	R$ 130,00
Concurso Câmara Municipal de Campo Mourão		R$ 0,00	R$ 696,00
Concurso Camara Municipal de Indianópolis		R$ 0,00	R$ 0,00
Concurso Municipio de Guairaçá		R$ 0,00	R$ 500,00
Concurso Prefeitura Municipal Carazinho		R$ 0,00	R$ 180,00
Concurso Prefeitura Municipal de Aramina/SP		R$ 0,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Guatiguá/PR		R$ 0,00	R$ 0,00
Concurso São Pedro do Ivai		R$ 0,00	R$ 0,01
Concurso Prefeitura Municipal Amaporã		R$ 0,00	R$ 17.600,00
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 6.677.951,00	R$ 7.479.158,77
PATRIMONIO		R$ 283.441,90	R$ 283.441,90
PATRIMONIO SOCIAL		R$ 283.441,90	R$ 283.441,90
Patrimonio Realizado		R$ 283.441,90	R$ 283.441,90
SUPERAVIT OU DEFICIT		R$ 6.394.509,10	R$ 7.195.716,87
SUPERAVIT		R$ 7.237.322,27	R$ 8.038.530,04
Superavit do Exercicio		R$ 7.237.322,27	R$ 8.038.530,04
(-) DEFICIT		R$ (842.813,17)	R$ (842.813,17)
(-) Deficit de Exercicios		R$ (842.813,17)	R$ (842.813,17)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA OPERACIONAL		R$ 8.365.936,40	R$ 7.324.679,95
RECEITA COM CURSOS E PÓS GRADUAÇÃO		R$ 61.531,16	R$ 74.371,12
Seminário sobre Genero		R$ 2.330,00	R$ 0,00
Semana de Estudos Contábeis		R$ 6.240,00	R$ 5.410,00
Semana de Estudos de Administração		R$ 6.665,00	R$ 0,00
Seminário de História		R$ 30,00	R$ 0,00
Jornada Juridica Paranavaí		R$ 3.120,00	R$ 3.330,00
Sellp Seminário de Estudos Linguisticos e Literários de Paranavaí		R$ 4.760,00	R$ 5.630,00
Juceff - Jogos Universitários do Curso de Educação Fisica		R$ 5.481,00	R$ 0,00
Pós Graduação		R$ 23.500,00	R$ 9.650,00
Universidade Estadual do Paraná		R$ 0,00	R$ 44.401,12
Semana de Enfermagem		R$ 7.920,00	R$ 1.500,00
Curso de Arbitragem em Atletismo		R$ 1.285,16	R$ 0,00
Mestrado Matemática - Unespar		R$ 200,00	R$ 0,00
Mestrado Enfermagem - Unespar		R$ 0,00	R$ 4.450,00
CONCURSOS		R$ 7.812.681,41	R$ 6.539.191,27
Concurso Cafeara		R$ 160.810,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Maringá		R$ 16.140,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Cambé		R$ 26.450,00	R$ 12.750,00
Concurso Câmara Municipal de Toledo		R$ 37.960,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura de Ubiratã		R$ 76.200,00	R$ 67.512,00
Concurso Prefeitura Municipal Nova Aliança do Ivai		R$ 0,00	R$ 129.831,00
Concurso Prefeitura Municipal de Maria Helena		R$ 0,00	R$ 85.328,00
Concurso Câmara Municipal de Arirnha do Ivaí		R$ 0,00	R$ 3.500,00
Prefeitura Municipal Pinhais		R$ 403.623,95	R$ 136.363,60
Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul		R$ 0,00	R$ 84.840,00
Prefeitura Municipal de Mercedez		R$ 0,00	R$ 51.730,00
Terminais Aereos Maringa SBMG S/A		R$ 6.675,00	R$ 0,00
Prefeitura Municipal de Londrina		R$ 163.630,00	R$ 0,00
Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck		R$ 10.197,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Nova Esperança		R$ 239.862,90	R$ 0,00
Concurso Municipio de Planalto		R$ 0,00	R$ 15.200,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

202
1

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Consórcio Int.Mun. Saúde Costa Oeste do Paraná		R$ 0,00	R$ 71.650,00
Prefeitura Municipal de Lunardelli		R$ 14.968,80	R$ 0,00
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte do Paraná		R$ 0,00	R$ 101.227,50
Concurso Câmara Municipal Guarapuava		R$ 0,00	R$ 196.537,50
Concurso Camara Municipal de Igarapava		R$ 0,00	R$ 80.510,00
Concurso Câmara Municipal de Cerro Azul		R$ 0,00	R$ 20.121,00
Concurso Prefeitura Municipal de Novo Horizonte		R$ 0,00	R$ 11.910,00
Concurso Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul		R$ 0,00	R$ 331.228,37
Fundo de Previdência Municipal de Araucária		R$ 0,00	R$ 71.675,00
Concurso Foz Prev		R$ 0,00	R$ 59.156,24
Concurso Consórcio Intermunicipal Caiuá - Ambiental (CiCa)		R$ 0,00	R$ 53.062,50
Concurso Municipio Santo Antonio da Platina		R$ 0,00	R$ 42.300,00
Concurso Municipio de General Carneiro/PR		R$ 0,00	R$ 5.200,00
Concurso Inst.Prev.Serv.São João da Boa Vista		R$ 0,00	R$ 28.320,00
Concurso Prefeitura Municipal de Ampere		R$ 0,00	R$ 12.792,00
Concurso Prefeitura Municipal de Mariópolis		R$ 0,00	R$ 9.980,00
Concurso Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão		R$ 0,00	R$ 291.245,00
Concurso Camara Municipal de Canoas		R$ 0,00	R$ 276.790,27
Concurso Prefeitura do Municipio de Lindoeste		R$ 0,00	R$ 121.263,00
Concurso Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco		R$ 0,00	R$ 126.396,00
Concurso Camara Municipal de Candói		R$ 0,00	R$ 1.770,00
Concurso Prefeitura Municipal de Douradina		R$ 0,00	R$ 115.716,00
Concurso Autarquia Municipal de Mobilidade, Transito e Cidadania - Transitar		R$ 0,00	R$ 48.373,80
Concurso Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu		R$ 0,00	R$ 20.412,00
Concurso Prefeitura Municipal de Leopolis		R$ 0,00	R$ 145.242,00
Concurso Prefeitura Municipal de Pato Branco		R$ 0,00	R$ 91.591,00
Prefeitura Municipal de Missal		R$ 0,00	R$ 23.300,00
Concurso Prefeitura Municipal de Jaguapita		R$ 0,00	R$ 13.719,00
Concurso Camara Municipal Carambei		R$ 0,00	R$ 42.210,00
Concurso Camara Municipal de Pinhais		R$ 0,00	R$ 179.664,55

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Concurso Camara Municipal de Mirasselva		R$ 0,00	R$ 9.400,00
Concurso Prefeirua Municipal de Ibaiti		R$ 7.203,90	R$ 0,00
Instituto Previdênciario Social dos Servidores Municipio de Dourados		R$ 0,00	R$ 19.800,00
Concurso Prefeitura Municipal de Toledo		R$ 22.400,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de São João do Triunfo		R$ 114.980,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura do Municipio de Uniflor		R$ 189.040,00	R$ 36.102,50
Camara de Cambará		R$ 24.160,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Quatiguá		R$ 0,00	R$ 23.100,00
Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná		R$ 0,00	R$ 113.400,00
Prefeitura Municipal de Guairaçá		R$ 0,00	R$ 8.950,00
Concurso Prefeitura Municipal de Nova Aurora		R$ 0,00	R$ 107.167,50
Prefeitura Municipal de Terra Rica		R$ 6.416,67	R$ 0,00
Camara Municipal de Nova Aliança		R$ 0,00	R$ 17.200,00
Prefeitura Municipal de Piraquara		R$ 67.661,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Araucária		R$ 398.776,73	R$ 619.800,00
Concurso Prefeitura Municipal de Terra Boa		R$ 0,00	R$ 37.315,00
Concurso Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul		R$ 93.115,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Cianorte		R$ 234.900,00	R$ 38.100,00
Concurso Prefeitura Municipal de Santiago do Sul		R$ 0,00	R$ 19.405,00
Concurso Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu		R$ 95.802,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Mirador		R$ 55.750,00	R$ 0,00
Concurso Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA-PR		R$ 8.200,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipio de Cafelândia		R$ 0,00	R$ 41.350,00
Consócio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Paraná		R$ 15.075,00	R$ 0,00
Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Ibaiti		R$ 3.425,00	R$ 0,00
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná - Cispar		R$ 36.645,00	R$ 0,00
Concurso.Prefeitura Municipal de Campo Largo		R$ 132.160,00	R$ 202.464,00
Concurso Prefeitura Municipal de Grandes Rios		R$ 103.750,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Medianeira		R$ 219.895,00	R$ 0,00

204

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Concurso Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Ivai		R$ 0,00	R$ 2.100,00
Concurso Prefeitura Municipal de Moreira Sales		R$ 108.550,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Brasilândia		R$ 228.500,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Matinhos		R$ 147.500,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Paranavaí		R$ 0,00	R$ 664.951,60
Concurso Prefeitura Municipal de Cerro Azul		R$ 31.605,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal Joaquim Tavora		R$ 0,00	R$ 73.080,00
Concurso Camara Municipal Novo Horizonte do Sul		R$ 107.190,00	R$ 0,00
Concurso Camara Municipal Brasilândia		R$ 15.000,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Sabaudia		R$ 25.500,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Itapoa		R$ 164.999,50	R$ 0,00
Prefeitura Municipal de Realeza		R$ 22.250,00	R$ 11.236,00
Concurso Prefeitura Municipal Caarapo-MS		R$ 23.026,25	R$ 0,00
Consórcio Intermunicipal de Saúde - Cis Amerios		R$ 8.600,00	R$ 0,00
Camara Municipal de Mangueirinha		R$ 0,00	R$ 9.200,00
Prefeitura Municipal Pontal do Paraná		R$ 12.160,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Toledo		R$ 63.300,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul		R$ 0,00	R$ 92.751,05
Concurso Prefeitura Municipal de Candoi		R$ 0,00	R$ 15.930,00
Concurso Prefeitura Municipal Campo Mourão		R$ 158.450,00	R$ 247.070,00
Concurso Prefeitura Municipal de Ariranha do Ivai		R$ 5.250,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Jardim Olinda		R$ 20.801,25	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba/PR		R$ 0,00	R$ 16.560,00
Concurso Camara Municipal de Campo Mourão		R$ 0,00	R$ 80.588,70
Concurso Municipal de Carazinho		R$ 0,00	R$ 73.620,00
Concurso Camara Municipal de Indianópolis		R$ 0,00	R$ 11.192,00
Concurso Prefeitura Municipal de Jaguapitã		R$ 0,00	R$ 9.146,00
Concurso Prefeitura Bela Vista do Paraiso		R$ 0,00	R$ 9.461,25
Municipio Carambei		R$ 0,00	R$ 44.820,00
Concurso Camara Municipal Miguelopolis		R$ 0,00	R$ 10.744,50
Concurso Prefeitura Municipal de São Simão		R$ 0,00	R$ 9.540,00
Concurso Municipio Aramina		R$ 0,00	R$ 16.960,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped CONTÁBIL

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Concurso Prefeitura Municipal de Colombo		R$ 76.200,00	R$ 56.504,76
Concurso Prefeitura Municipal de Assis Chateubriano		R$ 95.750,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Ituverava		R$ 31.088,75	R$ 0,00
Concurso Serviço Autonomo de Água e Esgoto - Santa Isabel do Ivai		R$ 3.150,00	R$ 0,00
Concurso Camara de São Gabriel do Oeste		R$ 31.218,00	R$ 0,00
Concurso Camara Municipal de Palmas		R$ 50.975,00	R$ 0,00
Concurso Camara Municipal de Nova Fatima		R$ 96.300,00	R$ 0,00
Concurso Camara Municipal Rolandia		R$ 5.050,00	R$ 0,00
Concurso Consórcio Intermunicipal de Saúde - PM Pato Branco		R$ 60.980,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Juranda		R$ 9.555,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal Espigão Alto do Iguaçu		R$ 11.850,70	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Chavantes		R$ 39.037,50	R$ 0,00
Concurso Câmara Municipal de Guaira		R$ 18.413,65	R$ 10.687,50
Fundação Municipal Vigilancia de Navegantes		R$ 114.352,50	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Capanema		R$ 46.811,25	R$ 0,00
Concurso Camara Municipal Marechal Candido Rondon		R$ 21.175,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal Abatia		R$ 107.637,50	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal Nova Santa Barbara		R$ 68.250,00	R$ 0,00
Concurso Câmara Municipal de Araucária -PR		R$ 253.964,55	R$ 0,00
Concurso Camara Municipal Porto Rico		R$ 9.600,00	R$ 0,00
Concurso Consórcio Intermunicipal de Saúde - Videira/SC		R$ 16.500,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Tapira		R$ 88.405,00	R$ 0,00
Concurso Camara Municipal de Guaiba		R$ 54.750,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Guarapuáva		R$ 843.475,43	R$ 0,00
Concurso Previserv. Sarandi		R$ 101.350,00	R$ 0,00
Concurso Consórcio Intermunicipal de Saúde de Guarapuáva		R$ 28.900,00	R$ 0,00
Concurso Camara Municipal Rio Branco do Ivaí		R$ 10.500,00	R$ 0,00
Concurso Instituto Cerro Azul Prev		R$ 27.500,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Cascavel		R$ 64.269,63	R$ 348.237,21
Concurso Prefeitura Municipal de Contenda		R$ 232.387,50	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal Salgado Filho		R$ 45.950,00	R$ 0,00

206

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025 — CNPJ: 05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Concurso Camara Municipal de Engenheiro Beltrão		R$ 34.317,36	R$ 0,00
Concurso Prefeitura do Municipio de Umuarama		R$ 22.250,00	R$ 0,00
Concurso Camara Municipal de Pontal do Paraná		R$ 52.825,00	R$ 0,00
Concurso SAMAE- Nova Santa Barbara		R$ 32.800,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Campo do Tenente		R$ 227.137,76	R$ 56.762,24
Concurso Camara Municipal de Vereadores de Santiago do Sul		R$ 18.900,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de São Carlos do Ivai		R$ 20.760,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal Miguelópolis		R$ 255.549,28	R$ 0,00
CISA - Concurso Consórcio Intermunicipal de Umuarama		R$ 8.600,00	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal Barra do Turvo		R$ 41.121,60	R$ 0,00
Concurso Câmara Municipal de Paiçandu		R$ 39.464,55	R$ 17.082,95
Concurso Prefeitura Municipal de Manoel Ribas		R$ 36.720,00	R$ 46.420,00
Concurso Prefeitura Municipal de Pien		R$ 19.800,00	R$ 19.800,00
Concurso Prefeitura Municipal de Peixe		R$ 30.790,20	R$ 20.526,80
Concurso Prefeitura Municipal de Sertanópolis		R$ 19.692,00	R$ 13.128,00
Concurso Câmara Municipal de Clevelândia		R$ 17.075,00	R$ 17.075,00
Concurso Câmara Municipal de Gravataí		R$ 83.019,45	R$ 9.224,38
Concurso Conselho Regional de Farmácia - CRF/MT		R$ 38.911,05	R$ 0,00
Concurso Camara Municipal de Jardim Olinda		R$ 386,25	R$ 0,00
Concurso Prefeitura Municipal de Iomorê		R$ 18.660,00	R$ 14.440,00
Concurso Camara Municipal de Tapira		R$ 0,00	R$ 8.900,00
Concurso Prefeitura Municipal de Imbau		R$ 0,00	R$ 27.480,00
RECEITA COM CONVÊNIOS		R$ 49.750,00	R$ 0,00
Unespar Campus		R$ 49.750,00	R$ 0,00
RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 441.973,83	R$ 710.587,56
Renda de Aplicações Financeiras		R$ 438.996,09	R$ 708.604,85
Descontos Obtidos		R$ 2.967,71	R$ 1.982,71
Renda sobre Aplicações Fin. Convênio Unespar 172209		R$ 10,03	R$ 0,00
DEDUÇÕES DE RECEITAS		R$ 0,00	R$ 530,00
Devolução concurso Nova Aurora		R$ 0,00	R$ 530,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (6.651.920,44)	R$ (6.657.173,79)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (2.255.758,67)	R$ (2.508.128,56)
(-) Salários e Adicionais de Pessoal da Administração		R$ (1.071.287,53)	R$ (1.191.733,12)
(-) Salários		R$ (707.800,27)	R$ (809.945,11)
(-) Férias		R$ (42.295,40)	R$ (80.622,30)
(-) 13º Salarios		R$ (94.761,55)	R$ (44.540,79)
(-) Despesas Consulta Médica Admissional/Demissional		R$ (52,00)	R$ (145,00)
(-) Despesas com Estágiarios		R$ (26.125,57)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Vale Alimentação		R$ (200.252,74)	R$ (254.564,62)
(-) Vale Transporte		R$ (0,00)	R$ (1.915,30)
(-) Encargos Sociais e Benefícios		R$ (307.729,20)	R$ (378.428,61)
(-) Inss - Fundação		R$ (196.619,42)	R$ (277.759,75)
(-) Fgts		R$ (60.123,12)	R$ (71.598,83)
(-) Assistência Médica		R$ (19.813,68)	R$ (8.059,11)
(-) Cursos e Treinamentos		R$ (8.198,00)	R$ (0,00)
(-) Pis s/ folha		R$ (8.322,50)	R$ (9.448,87)
(-) Encargos s/ férias + 1/3		R$ (965,42)	R$ (11.562,05)
(-) Encargos sobre 13º		R$ (13.687,06)	R$ (0,00)
(-) MATERIAIS E SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO		R$ (173.658,68)	R$ (388.546,93)
(-) Materiais de Expediente		R$ (11.213,68)	R$ (18.538,61)
(-) Cópias Reprográficas		R$ (5.925,38)	R$ (46.334,71)
(-) Suprimentos de Informáticas e Software		R$ (52.153,39)	R$ (14.772,38)
(-) Telefone		R$ (6.812,95)	R$ (8.916,58)
(-) Internet e Afins		R$ (11.698,43)	R$ (7.602,32)
(-) Correios e Telégrafos		R$ (0,00)	R$ (73,22)
(-) R.P.A. Serviços P.F.		R$ (11.502,22)	R$ (190.952,83)
(-) Despesas com Cartório		R$ (510,30)	R$ (207,80)
(-) Despesas C/ Propaganda e Publicidade		R$ (1.597,00)	R$ (3.968,82)
(-) Assistência Contábil		R$ (44.309,12)	R$ (60.000,00)
(-) Serviços Prestados PJ		R$ (16.884,01)	R$ (37.179,66)
(-) Assessoria Jurídica		R$ (11.052,20)	R$ (0,00)
(-) DESPESAS DE OCUPAÇÃO		R$ (139.094,13)	R$ (151.983,65)
(-) Aluguel		R$ (63.130,50)	R$ (76.376,77)

208

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Consumo Energia Elétrica		R$ (29.151,87)	R$ (25.759,22)
(-) Consumo de Água		R$ (5.951,26)	R$ (7.631,94)
(-) Manutenção de Edifícios - Comercial		R$ (15.088,61)	R$ (23.798,77)
(-) Despesas com Segurança		R$ (25.771,89)	R$ (18.416,95)
(-) DESPESAS COM TRANPORTES E VIAGENS		R$ (33.388,87)	R$ (26.550,28)
(-) Despesas com Viagens		R$ (411,64)	R$ (2.539,86)
(-) Despesas com Estacionamento e Pedágios		R$ (1.501,06)	R$ (1.822,59)
(-) Despesas com Combustíveis		R$ (7.654,49)	R$ (66,22)
(-) Despesas com Veiculos		R$ (23.821,68)	R$ (22.121,61)
(-) OUTRAS DESPESAS		R$ (435.829,40)	R$ (220.407,83)
(-) Copa e Cozinha		R$ (5.759,13)	R$ (7.150,35)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (308,00)
(-) Seguros em Geral		R$ (13.308,06)	R$ (9.552,48)
(-) Manutenção de Móveis e Equipamentos		R$ (54.762,48)	R$ (7.495,36)
(-) Despesas com Mensalidades e Anuidades		R$ (20.448,29)	R$ (8.312,90)
(-) Ipva/Licenciamento Obrigatório		R$ (851,81)	R$ (4.547,19)
(-) Despesas a Unespar		R$ (136.732,31)	R$ (458,02)
(-) Depreciação		R$ (82.052,53)	R$ (102.675,27)
(-) Anuidade Conselho		R$ (4.048,57)	R$ (6.089,05)
(-) Limpeza e Conservação		R$ (34.286,88)	R$ (10.543,93)
(-) Processos Judiciais		R$ (1.647,94)	R$ (2.933,54)
(-) Bens de Pequeno Valor		R$ (32.689,09)	R$ (37.251,72)
(-) Despesas com Eventos		R$ (11.040,45)	R$ (13.671,07)
(-) Material de Consumo		R$ (21.376,23)	R$ (2.171,27)
(-) Despesas com Uniformes		R$ (14.027,50)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (2.640,19)	R$ (4.395,18)
(-) Pós Graduação e Eventos		R$ (157,94)	R$ (2.852,50)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (88.168,53)	R$ (143.717,50)
(-) Juros e Multas de Mora		R$ (21,55)	R$ (3.153,16)
(-) IR Aplicação Financeira		R$ (85.212,71)	R$ (136.864,34)
(-) Tarifas Bancárias		R$ (2.934,27)	R$ (3.700,00)
(-) IMPOSTOS E TAXAS		R$ (6.602,33)	R$ (6.760,64)
(-) IOF		R$ (7,46)	R$ (0,00)
(-) Imposto de Licença e Funcionamento		R$ (288,56)	R$ (1.148,24)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped CONTÁBIL

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Anuidade Conselho de Administração		R$ (341,70)	R$ (623,64)
(-) Impostos e Taxas		R$ (5.311,60)	R$ (3.713,73)
(-) Taxa Coleta de Lixo		R$ (653,01)	R$ (1.275,03)
(-) DESPESAS - CONCURSOS		R$ (1.142.943,18)	R$ (953.370,05)
(-) CONCURSO POLICIA MILITAR DO PARANÁ		R$ (4.679,50)	R$ (0,00)
(-) R.P.A.- Serviços Pessoa Fisica		R$ (533,00)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (250,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens		R$ (1.381,50)	R$ (0,00)
(-) Serviços Prestados Pessoa Juridica		R$ (1.700,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Alimentação		R$ (315,00)	R$ (0,00)
(-) Custos Fiscais		R$ (500,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAFEARA		R$ (69.997,95)	R$ (1.161,35)
(-) Custo com Fiscais		R$ (12.996,00)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (2.842,00)	R$ (0,00)
(-) Material de Expediente		R$ (2.703,64)	R$ (0,00)
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (15.113,92)	R$ (0,00)
(-) R.P.A serviço Pessoa Fisica		R$ (26.216,38)	R$ (0,00)
(-) Despesa com viagem/hospedagem		R$ (2.017,11)	R$ (192,55)
(-) Aluguel de Carro/Espaço fisico		R$ (1.421,56)	R$ (880,78)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (1.172,84)	R$ (0,00)
(-) Impostos e taxas		R$ (20,10)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (5.447,00)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (47,40)	R$ (88,02)
(-) CONCURSO FEAES		R$ (450,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (450,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO FUNDAÇÃO ARAUCARIA		R$ (2.027,29)	R$ (41.272,05)
(-) Correspondências		R$ (0,00)	R$ (107,96)
(-) Materiais de Expediente		R$ (0,00)	R$ (1.475,66)
(-) Locação de Espaço Fisico		R$ (0,00)	R$ (4.700,00)
(-) Publicações Legais		R$ (0,00)	R$ (294,48)
(-) Despesas com Viagens		R$ (0,00)	R$ (1.535,87)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (660,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (2.027,29)	R$ (8.125,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (7.961,04)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

210

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Despesas com Boleto/Taxas/Tfas		R$ (0,00)	R$ (5,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (14.675,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (1.732,04)
(-) CONCURSO CAMARA DE TOLEDO		R$ (6.127,46)	R$ (7,14)
(-) Despesas com Viagens		R$ (186,08)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (1.213,45)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (654,67)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (1.992,29)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (1.319,36)	R$ (0,00)
(-) R.P.A Serviços Juridicos		R$ (579,33)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (168,00)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (14,28)	R$ (7,14)
(-) CONCURSO PREFEITURA DE UBIRATÃ		R$ (26.745,19)	R$ (38.247,33)
(-) Despesas com Viagens		R$ (1.975,00)	R$ (1.378,88)
(-) Despesas com Alimentação		R$ (1.298,00)	R$ (924,00)
(-) Locação Espaço Fisico		R$ (782,04)	R$ (0,00)
(-) RPA - Serviços Pessoa Física		R$ (9.245,34)	R$ (7.722,30)
(-) Inss		R$ (2.104,50)	R$ (1.820,00)
(-) Fotocópias e Autenticações		R$ (323,07)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (588,30)	R$ (1.026,94)
(-) Material Expediênte		R$ (1.523,14)	R$ (2.765,23)
(-) Despesas Com Tarifas Bancárias		R$ (0,00)	R$ (5,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (2.210,00)	R$ (4.660,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica - Juridico		R$ (0,00)	R$ (4.892,98)
(-) Custos com fiscais		R$ (6.695,80)	R$ (13.052,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA DE MARIA HELENA		R$ (0,00)	R$ (37.038,34)
(-) R.P.A - Serviços Pessoa Física		R$ (0,00)	R$ (7.753,12)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (2.078,00)
(-) Despesas com Viagens/Pedágio/Hospedagem		R$ (0,00)	R$ (1.414,30)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculo		R$ (0,00)	R$ (342,91)
(-) Materiais de Expediente		R$ (0,00)	R$ (1.708,80)
(-) Despesas Boletos/Tarifas		R$ (0,00)	R$ (1.285,31)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (934,92)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped CONTÁBIL

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (946,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (10.270,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (6.775,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica - Assessoria Juridica		R$ (0,00)	R$ (3.529,98)
(-) CONCURSO NOVA ALIANÇA DO IVAI		R$ (0,00)	R$ (37.708,20)
(-) R.P.A Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (7.383,25)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (953,00)
(-) Locação de Espaço Fisico		R$ (0,00)	R$ (440,39)
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (8.390,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (1.090,96)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (399,04)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (2.249,32)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica - Juridico		R$ (0,00)	R$ (402,24)
(-) Custos Fiscais		R$ (0,00)	R$ (16.400,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA DE MARINGÁ		R$ (7.330,82)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Divulgação		R$ (200,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (5.472,20)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (132,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Consumo		R$ (596,84)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços P.F.		R$ (450,00)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (90,00)	R$ (0,00)
(-) Taxas e Emolumentos		R$ (5,00)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (384,78)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA DE PINHAIS		R$ (284.905,38)	R$ (131.695,18)
(-) Despesas com Viagem/Hospedagem		R$ (11.347,37)	R$ (6.274,02)
(-) Lanches/Alimentação		R$ (26.916,00)	R$ (5.310,48)
(-) Despesas com Divulgação		R$ (0,00)	R$ (82,78)
(-) RPA - Serviços Prestados Pessoa Fisica		R$ (25.777,20)	R$ (24.040,78)
(-) Inss		R$ (370,00)	R$ (4.855,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (45.935,00)	R$ (28.563,62)
(-) Correspondências		R$ (0,00)	R$ (72,44)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (6.391,34)	R$ (1.848,51)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (4.742,09)	R$ (4.337,52)
(-) Locação de Espaço Fisico/veiculo		R$ (22.508,43)	R$ (5.600,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

212

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) R.P.A. Serviços Assessoria Juridica		R$ (0,00)	R$ (3.529,98)
(-) Despesas com Taxas e Boletos		R$ (10,00)	R$ (9,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (140.907,95)	R$ (47.171,05)
(-) CONCURSO PREFEITURA DE CAMBARA		R$ (916,75)	R$ (31.715,13)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (2.177,27)
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (911,50)	R$ (1.581,00)
(-) Despesas Boleto/Tarifas		R$ (5,25)	R$ (0,00)
(-) Devolução		R$ (0,00)	R$ (2.175,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (18.680,00)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (1.056,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (1.594,43)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (880,78)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (2.803,50)
(-) Materiais de Expediente		R$ (0,00)	R$ (767,15)
(-) CONCURSO PREFEITURA TUPASSI		R$ (260,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (260,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMPINA GRANDE DO SUL		R$ (1.483,14)	R$ (37.012,27)
(-) Despesas com Viagens/Alimentação		R$ (0,00)	R$ (2.119,70)
(-) Despesas com Impressões		R$ (0,00)	R$ (526,69)
(-) R.P.A. Serviços P.F.		R$ (0,00)	R$ (14.560,25)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (1.066,03)
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (350,00)	R$ (3.000,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (1.133,14)	R$ (1.333,94)
(-) Despesas com Boletos/tarifas		R$ (0,00)	R$ (5,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (13.134,05)
(-) Propaganda e Publicidades		R$ (0,00)	R$ (45,11)
(-) Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (1.221,50)
(-) CONCURSO PREFEITURA FLORAÍ		R$ (1.853,67)	R$ (0,00)
(-) Combustível		R$ (1.853,67)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MERCEDES		R$ (0,00)	R$ (32.894,46)
(-) Despesas Transporte/Hospedagem		R$ (0,00)	R$ (2.305,61)
(-) Despesas com Alimentação		R$ (0,00)	R$ (1.034,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (8.075,02)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (190,00)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (6.466,89)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (1.088,18)
(-) Suprimentos Informatica e Software		R$ (0,00)	R$ (901,19)
(-) R.P.A. Serviços Assessoria Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.362,86)
(-) Locação de Espaço Fisico		R$ (0,00)	R$ (522,85)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (10.947,86)
(-) CONCURSO PREFEITURA CONSELHEIRO MAIRINCK		R$ (29.356,87)	R$ (53,96)
(-) R.P.A. Serviços P.F.		R$ (10.405,36)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (2.031,08)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (2.082,44)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (1.470,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (1.912,74)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (9.155,00)	R$ (0,00)
(-) Locaçao de espaço fisico/veiculo		R$ (2.273,09)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (27,16)	R$ (53,96)
(-) CONCURSO PREFEITURA PINHALÃO		R$ (600,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços P.F.		R$ (600,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA		R$ (142.781,87)	R$ (0,00)
(-) Processos Judiciais		R$ (2.762,87)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens Hospedagem		R$ (2.332,62)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços P.F.		R$ (17.310,00)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (3.608,01)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (3.317,69)	R$ (0,00)
(-) Locação de Espaço Fisico		R$ (18.442,30)	R$ (0,00)
(-) Correspondências		R$ (25,01)	R$ (0,00)
(-) Divulgação/Propaganda		R$ (1.500,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (50.608,90)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediente		R$ (5.176,88)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica Assessoria Juridica		R$ (3.070,61)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Boletos e Taxas		R$ (5,00)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (2.886,38)	R$ (0,00)
(-) Custo com fiscais		R$ (31.735,60)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO TERMINAIS AEREOS		R$ (4.266,40)	R$ (0,00)

214

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025 — CNPJ: 05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
MARINGA SBMG			
(-) R.P.A. Serviços P.F.		R$ (4.106,65)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (150,00)	R$ (0,00)
(-) Depesas com Taxas e Boletos		R$ (9,75)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREF. NOVA SANTA BARBARA		R$ (43.726,60)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens		R$ (2.659,49)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (1.691,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviço Pessoa Fisica		R$ (10.636,20)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (1.667,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Consumo		R$ (608,29)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (579,36)	R$ (0,00)
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (13.048,36)	R$ (0,00)
(-) Custos Fiscais		R$ (11.470,00)	R$ (0,00)
(-) alocaçao de espaço fisico/veiculos		R$ (1.366,90)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO - TOLEDO		R$ (69.516,95)	R$ (80,14)
(-) Correspondências		R$ (369,77)	R$ (0,00)
(-) Despesas Viagens/Hospedagens		R$ (1.498,77)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Alimentação		R$ (504,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços P.F.		R$ (26.721,55)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (804,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (11.211,66)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Consumo		R$ (700,00)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (27.672,50)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (34,70)	R$ (80,14)
(-) PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI		R$ (28.510,29)	R$ (53,84)
(-) Despesas com Viagens		R$ (855,01)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (1.113,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (11.388,65)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (1.946,75)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (50,40)	R$ (0,00)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (1.939,40)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (11.190,00)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (27,08)	R$ (53,84)
(-) CONCURSO PREFEITURA SÃO JOÃO DO		R$ (47.314,07)	R$ (0,00)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
TRIUNFO			
(-) R.P.A. Serviços P.F.		R$ (12.069,50)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (2.266,29)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagem/Hospedagem		R$ (4.221,30)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (3.780,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (5.200,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (3.836,86)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (1,06)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (9.890,00)	R$ (0,00)
(-) Locaçao de espaço fisico/veiculos		R$ (1.049,06)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (5.000,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE IBAITI		R$ (604,02)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (77,39)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços de Assessoria Juridica		R$ (526,63)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREVID/DOURADOS MS		R$ (0,00)	R$ (8.051,26)
(-) Locação de Espaço Fisico		R$ (0,00)	R$ (456,04)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (220,00)
(-) Despesas com Viagens		R$ (0,00)	R$ (335,00)
(-) R.P.A. Serviços P.F.		R$ (0,00)	R$ (3.083,56)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (523,31)
(-) Materiais de Consumo		R$ (0,00)	R$ (563,05)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (7,42)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica - Juridico		R$ (0,00)	R$ (1.842,88)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (450,00)
(-) Custos Fiscais		R$ (0,00)	R$ (570,00)
(-) CÂMARA MUNICIPIO BELA VISTA DO PARAISO		R$ (0,00)	R$ (5.626,03)
(-) Despesas com Viagens/hospedagem		R$ (0,00)	R$ (365,50)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (352,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (670,66)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (3.975,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (179,14)
(-) Materiais de Expediente		R$ (0,00)	R$ (83,73)
(-) CAMARA NOVA LONDRINA		R$ (1.134,04)	R$ (0,00)

216

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Materiais de Consumo		R$ (1.134,04)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMARA DE CAMBARÁ		R$ (8.192,66)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Pessoa Fisica		R$ (1.704,50)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (510,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens		R$ (1.094,00)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (624,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Boletos/Tarifas		R$ (10,50)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de informatica e Sofitware		R$ (77,38)	R$ (0,00)
(-) custos com fiscais		R$ (1.400,00)	R$ (0,00)
(-) serviços pessoa juridica		R$ (2.643,33)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (128,95)	R$ (0,00)
(-) PREFEITURA NOVA ESPERANÇA		R$ (115.403,32)	R$ (97,96)
(-) Locação de Espaço Fisico		R$ (4.725,88)	R$ (0,00)
(-) Depsesas com Hospedagens/Viagens		R$ (1.848,22)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (6.743,22)	R$ (44,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoas Fisicas		R$ (27.606,65)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (6.488,20)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (20.906,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Boletos/Tarifas Bancárias		R$ (5,00)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (34.994,90)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (8.330,09)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (3.728,02)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (27,14)	R$ (53,96)
(-) PREFEITURA MUNICIPIO DE SARANDI		R$ (27.498,51)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (1.118,71)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (1.092,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. -Serviços Pessoas Fisicas		R$ (3.149,70)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (259,67)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (16.170,00)	R$ (0,00)
(-) Taxas Administrativa		R$ (5,00)	R$ (0,00)
(-) Locação de Espaço Fisico		R$ (1.321,17)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (403,86)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Assessoria Juridica		R$ (578,40)	R$ (0,00)
(-) Custo com fiscais		R$ (3.400,00)	R$ (0,00)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped CONTÁBIL

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) PREFEITURA DE TELÊMACO BORBA		R$ (19,08)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (19,08)	R$ (0,00)
(-) PREFEITURA UNIFLOR		R$ (58.261,13)	R$ (87.909,24)
(-) Despesas com Hospedagens/Viagens		R$ (1.288,44)	R$ (99,75)
(-) Alimentação		R$ (3.883,66)	R$ (176,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (14.687,49)	R$ (617,34)
(-) Inss		R$ (2.917,50)	R$ (0,00)
(-) Taxas/Boletos		R$ (10,25)	R$ (10,50)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (1.985,38)	R$ (0,00)
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (13.702,41)	R$ (1.250,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (15.416,00)	R$ (84.358,80)
(-) Material de Consumo		R$ (4.370,00)	R$ (75,68)
(-) Locação de Espaço Físico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (1.321,17)
(-) CONCURSO CÂMARA TELEMACO BORBA		R$ (129,62)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (129,62)	R$ (0,00)
(-) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL		R$ (43,10)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (18,72)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (24,38)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMARA DE CIANORTE		R$ (43.313,92)	R$ (370,15)
(-) Despesas com Viagens		R$ (1.375,14)	R$ (370,15)
(-) Alimentação/Lanches		R$ (726,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (39.080,00)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de informatica e Softiware		R$ (642,49)	R$ (0,00)
(-) serviço pessoa juridica		R$ (985,00)	R$ (0,00)
(-) Locaçao de veiculo/espaço fisico		R$ (505,29)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA DE QUATIGUÁ		R$ (0,00)	R$ (5.024,28)
(-) Despesas com Viagens		R$ (0,00)	R$ (180,00)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (352,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (216,76)
(-) Materiais de Expedientes		R$ (0,00)	R$ (96,46)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (54,06)
(-) Custos Fiscais		R$ (0,00)	R$ (2.875,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.250,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA ARAUCÁRIA		R$ (89.235,71)	R$ (400.662,99)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

218

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Despesas com viagens/hospedagens		R$ (3.311,28)	R$ (9.468,93)
(-) Publicações Legais		R$ (0,00)	R$ (45,32)
(-) Correspondências		R$ (0,00)	R$ (151,11)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (14.378,34)	R$ (121.118,42)
(-) Alimentação		R$ (7.497,49)	R$ (15.953,50)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (1.848,17)	R$ (61.486,43)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (7.971,13)	R$ (24.007,57)
(-) R.P.A. Serviço Pessoa Fisica		R$ (23.070,94)	R$ (44.503,89)
(-) Inss		R$ (3.015,88)	R$ (7.836,01)
(-) Despesas com Boletos Testes		R$ (5,00)	R$ (5,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (6.636,66)	R$ (11.451,18)
(-) R.P.A. - Serviços Pessoa Fisica Juridico		R$ (2.782,01)	R$ (8.902,94)
(-) Custos com Fiscais		R$ (18.587,35)	R$ (95.514,70)
(-) Segura de Vida		R$ (131,46)	R$ (217,99)
(-) CONCURSO PREFEITURA DE PARANAGUÁ		R$ (50,00)	R$ (950,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (50,00)	R$ (950,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA DE GUAIRAÇÁ		R$ (0,00)	R$ (7.446,37)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (176,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (643,96)
(-) Despesas com Tarifas/Boletos		R$ (0,00)	R$ (179,69)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (467,46)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.201,00)
(-) Custos Fiscais		R$ (0,00)	R$ (4.490,00)
(-) Materiais de Expediente		R$ (0,00)	R$ (288,26)
(-) CONCURSO PREFEITURA DE TERRA RICA		R$ (102,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (102,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA NOVA AURORA		R$ (80,00)	R$ (27.876,61)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (1.109,31)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (704,00)
(-) Despesas Viagens/Hospedagem		R$ (0,00)	R$ (765,93)
(-) R.P.A. Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (2.469,48)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (111,56)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (80,00)	R$ (1.590,00)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (18.835,00)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (862,43)
(-) Despesas com Impostos		R$ (0,00)	R$ (1.428,90)
(-) CONCURSO PREFEITURA SANTA AMÉLIA		R$ (626,31)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (99,62)	R$ (0,00)
(-) Serviços de Assessoria Juridica		R$ (526,69)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA DE PIRAQUARA		R$ (25.399,56)	R$ (0,00)
(-) Correspondências		R$ (39,40)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (3.187,04)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (1.558,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas Viagens/hospedagens		R$ (792,90)	R$ (0,00)
(-) Locação de Espaço Fisico		R$ (1.000,90)	R$ (0,00)
(-) R.P.A.- Serviços Pessoa Fisica		R$ (2.677,10)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (568,85)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (1.066,36)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Tarifas Bancárias		R$ (5,25)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (3.895,00)	R$ (0,00)
(-) Issqn sobre Serviços		R$ (843,50)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica Assessoria Juridica		R$ (515,26)	R$ (0,00)
(-) Custos Fiscais		R$ (9.250,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMARA DE NOVA ALIANÇA DO IVAI		R$ (0,00)	R$ (20.415,77)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (44,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (9.437,52)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (628,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (2.235,17)
(-) Despesas com Impostos/tarifas Bancárias		R$ (0,00)	R$ (191,18)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (3.075,00)
(-) Despesas com Viagens/hospedagens		R$ (0,00)	R$ (244,25)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.746,89)
(-) R.P.A. Serviços de Assessoria Juridica		R$ (0,00)	R$ (2.725,72)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (88,04)
(-) DESPESAS - CONCURSOS		R$ (749.242,93)	R$ (552.131,32)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO		R$ (0,00)	R$ (4.169,65)

220
1

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Física		R$ (0,00)	R$ (4.169,65)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU		R$ (6.574,31)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens		R$ (293,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (5.415,29)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (866,02)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMARA CAMPINA GRANDE DO SUL		R$ (2.928,65)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. - Serviço Pessoa Fisica		R$ (2.478,65)	R$ (0,00)
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (450,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA		R$ (1.364,90)	R$ (0,00)
(-) Locação Espaço Físico/Veiculos		R$ (1.025,00)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (339,90)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA		R$ (0,00)	R$ (26.412,29)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (1.012,00)
(-) R.P.A.- Serviço Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (6.987,62)
(-) Despesas com Viagens/Estadias		R$ (0,00)	R$ (2.771,20)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (492,20)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (1.036,99)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (5.695,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (7.976,89)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (440,39)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL CAMPINA GRANDE DO SUL		R$ (28.963,97)	R$ (1.960,49)
(-) R.P.A.- Serviços Pessoa Física		R$ (765,95)	R$ (1.068,00)
(-) Inss		R$ (527,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Estadias/Hospedagem		R$ (1.540,70)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (2.348,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Consumo		R$ (3.534,72)	R$ (892,49)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (487,60)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (3.750,00)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (16.010,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE		R$ (81.228,82)	R$ (28.211,84)
(-) R.P.A. - Serviços Pessoa Fisica		R$ (25.108,93)	R$ (7.073,00)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Inss		R$ (5.343,70)	R$ (1.732,00)
(-) Alimentação		R$ (882,00)	R$ (308,00)
(-) Materiais de Expediente		R$ (7.875,35)	R$ (953,80)
(-) Despesas de Viagens/hospedagem		R$ (226,21)	R$ (544,91)
(-) Serviços Prestados Pessoa Juridica		R$ (32.660,00)	R$ (10.448,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (7.840,34)	R$ (854,36)
(-) R.P.A. Serviços de Assessoria Juridica		R$ (1.292,29)	R$ (3.647,89)
(-) Locação de Espaço Fisico e Veiculos		R$ (0,00)	R$ (1.336,82)
(-) Despesas com Boletos/Taxas/Tarifas		R$ (0,00)	R$ (519,92)
(-) Custas Processuais		R$ (0,00)	R$ (793,14)
(-) CONCURSO CAMARA UBIRATÃ		R$ (6.857,69)	R$ (95,79)
(-) Materiais de Expedientes		R$ (0,00)	R$ (95,79)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (284,08)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (704,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (1.439,86)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. - Serviços Pessoa Física		R$ (1.579,75)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (1.750,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (1.100,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL CENTENÁRIO DO SUL		R$ (0,00)	R$ (264,00)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (264,00)
(-) CONCURSO CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU		R$ (8.188,56)	R$ (1.533,42)
(-) Alimentação		R$ (81,98)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (522,58)	R$ (866,02)
(-) R.P.A. - Serviços Pessoa Fisica		R$ (6.320,00)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (1.264,00)	R$ (0,00)
(-) Custas Processuais		R$ (0,00)	R$ (667,40)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELANDIA		R$ (0,00)	R$ (28.402,90)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (3.744,42)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (693,19)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (536,36)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (1.248,00)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (1.210,00)
(-) R.P.A. - Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (2.993,60)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

222

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (1.368,50)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica Juridico		R$ (0,00)	R$ (2.141,77)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (13.898,09)
(-) Locação de Veiculos/Espaço Fisico		R$ (0,00)	R$ (568,97)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA		R$ (2.335,92)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. - Serviços Pessoa Física		R$ (295,92)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (2.040,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR		R$ (23.382,32)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (126,55)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (280,90)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. - Serviços Pessoa Fisica		R$ (1.030,21)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Alimentação		R$ (1.152,00)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (1.842,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens e Hospedagens		R$ (917,94)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. -Serviços Pessoa Fisica		R$ (7.352,08)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (3.610,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (160,00)	R$ (0,00)
(-) Boletos/taxas		R$ (10,25)	R$ (0,00)
(-) custo com fiscais		R$ (5.860,00)	R$ (0,00)
(-) Aluguel de espaçao fisico/carro		R$ (1.040,39)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL CAMPO LARGO		R$ (66.197,72)	R$ (118.037,99)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (6.372,72)	R$ (8.193,99)
(-) Correspondências		R$ (45,62)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (1.964,34)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços de Assessoria Juridica		R$ (1.156,70)	R$ (1.362,89)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (8.924,49)	R$ (3.866,72)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (10.373,25)	R$ (4.470,58)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (1.992,75)	R$ (2.889,54)
(-) Alimentação		R$ (4.392,00)	R$ (672,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (7.871,66)	R$ (4.700,00)
(-) Locação de Espaço Fisico		R$ (0,00)	R$ (25.151,00)
(-) Despesas com Boletos/Taxas		R$ (5,00)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (23.011,50)	R$ (66.585,00)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped CONTÁBIL

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Seguro de Vida		R$ (87,69)	R$ (116,25)
(-) Divulgação e Propaganda		R$ (0,00)	R$ (30,02)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAGI		R$ (0,00)	R$ (7,26)
(-) Seguro de Vida		R$ (0,00)	R$ (7,26)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL MEDIANEIRA		R$ (145.115,84)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (7.921,48)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços de Assessoria Juridica		R$ (966,66)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (3.901,70)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (7.151,82)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (2.992,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (18.707,49)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (4.680,86)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (77.695,00)	R$ (0,00)
(-) Locação de Espaço Fisico/veículos		R$ (19.674,83)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (1.424,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGAS		R$ (3.978,32)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços de Assessoria Juridica		R$ (2.961,67)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (334,15)	R$ (0,00)
(-) Custas/Processos Judiciais		R$ (682,50)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CISPAR		R$ (14.875,22)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (508,80)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (1.262,20)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. - Serviços Pessoa Fisica		R$ (1.296,10)	R$ (0,00)
(-) R.P.A - Serviços Pessoa Fisica- Juridicos		R$ (4.881,70)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (1.199,08)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (150,00)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (42,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas Boletos/Tarifas		R$ (5,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (5.530,34)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL SANTA ISABEL		R$ (0,00)	R$ (215,51)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (6,36)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (209,15)

224

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS		R$ (53.274,17)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (707,02)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (2.434,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços de Assessoria Juridica		R$ (1.288,99)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Física		R$ (12.081,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens		R$ (2.810,74)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (3.350,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (1.692,16)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (13.687,50)	R$ (0,00)
(-) Locação de Espaço Físico/Veiculos		R$ (1.431,76)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (9.060,00)	R$ (0,00)
(-) Impostos Municipais		R$ (4.731,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE IBAITI		R$ (963,75)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (195,00)	R$ (0,00)
(-) Locaçao de espaço fisico/veiculo		R$ (768,75)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA		R$ (22.599,27)	R$ (221,38)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (1.211,58)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (117,12)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (1.269,03)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Física		R$ (366,50)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (2.378,54)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (2.194,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (5.856,75)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (8.512,00)	R$ (0,00)
(-) Material de Limpeza		R$ (560,00)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (133,75)	R$ (221,38)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE SANTA AMELIA		R$ (237,89)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (237,89)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES		R$ (44.766,01)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Tarifas/Boletos Testes		R$ (5,00)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (1.296,38)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (14.059,00)	R$ (0,00)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Inss		R$ (2.794,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (2.171,74)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (2.712,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens		R$ (1.206,89)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (7.790,00)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (12.731,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA		R$ (216,71)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (216,71)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITUA MUNICIPAL DE MATINHOS		R$ (63.085,24)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (4.771,82)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (6.340,00)	R$ (0,00)
(-) Depsesas com Tarifas/Boletos		R$ (5,00)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (2.853,52)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (5.096,92)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (10.180,10)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (8.226,88)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (25.021,00)	R$ (0,00)
(-) Impostos Municipais		R$ (590,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PLATINA		R$ (0,00)	R$ (13.368,74)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (2.250,00)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (176,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (128,26)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (1.365,35)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (1.460,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (398,63)
(-) R.P.A - Serviços de Assessoria Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.973,02)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (5.040,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (239,08)
(-) Impostos/Taxas do Concurso		R$ (0,00)	R$ (338,40)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL CERRO AZUL		R$ (17.535,86)	R$ (594,09)
(-) Correspondências		R$ (0,00)	R$ (60,09)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (519,40)	R$ (0,00)

226

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (6.789,30)	R$ (534,00)
(-) Inss		R$ (1.998,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Alimentação		R$ (881,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (727,00)	R$ (0,00)
(-) Custos dos Fiscais		R$ (4.400,00)	R$ (0,00)
(-) Material de Expediente		R$ (1.370,66)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (850,50)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE		R$ (0,00)	R$ (238,20)
(-) Despesas com Taxas		R$ (0,00)	R$ (238,20)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL JOAQUIM TAVORA		R$ (41,01)	R$ (7.296,66)
(-) Despesas com Boleto/Tarfas		R$ (41,01)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens		R$ (0,00)	R$ (427,85)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (352,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (3.466,55)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (53,03)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (226,89)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (2.020,00)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (750,34)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ		R$ (105.730,64)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (32.922,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (14.303,75)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Tarifas/Boletos		R$ (2.619,26)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (5.790,10)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (2.082,90)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (3.702,27)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (7.261,16)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Juridicos		R$ (2.196,01)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (28.126,14)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (5.944,00)	R$ (0,00)
(-) Correio		R$ (263,78)	R$ (0,00)
(-) Locação de Espaço/Veiculos		R$ (519,27)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAI		R$ (0,00)	R$ (321.020,64)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (0,00)	R$ (27.515,37)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (7.730,75)
(-) R.P.A Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (45.402,56)
(-) Serviços Prestados Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (83.646,59)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (10.508,00)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (2.552,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (12.979,70)
(-) Locação de Espaço Fisico e Veiculos		R$ (0,00)	R$ (16.708,81)
(-) Custos com fiscais		R$ (0,00)	R$ (105.449,60)
(-) Divulgações e Publicidades		R$ (0,00)	R$ (523,62)
(-) R.P.A. Serviços Assessoria Juridica Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (1.765,02)
(-) Correspondências		R$ (0,00)	R$ (24,18)
(-) Despesas Impostos		R$ (0,00)	R$ (6.214,44)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE BRASILANDIA		R$ (48.800,14)	R$ (80,47)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (1.019,07)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (849,20)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (16,96)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Pessoa Fisica		R$ (22.441,13)	R$ (0,00)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veículo		R$ (1.633,16)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (247,00)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (4.703,10)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (17.335,91)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscal		R$ (554,61)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (0,00)	R$ (80,47)
(-) DESPESAS COM CURSOS E PÓS GRADUAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (262,23)
(-) PÓS GRADUAÇÃO E EVENTOS		R$ (0,00)	R$ (262,23)
(-) Correspondências		R$ (0,00)	R$ (87,70)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (170,00)
(-) Despesas Tarifas/Boleto		R$ (0,00)	R$ (4,53)
(-) PROJETOS		R$ (18,20)	R$ (0,00)
(-) PROJETO INICIAÇÃO AO ATLETISMO FAFIPA		R$ (18,20)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Tarifas/Boletos		R$ (18,20)	R$ (0,00)

228

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) APOIO A UNESPAR		R$ (243.184,56)	R$ (292.143,21)
(-) CHAMADAS INTERNAS		R$ (111.270,99)	R$ (91.885,92)
(-) Chamada 02/2023 Bolsa Monitoria - Unespar		R$ (76.069,50)	R$ (15.900,00)
(-) Chamada 01/2023 - Doutorado		R$ (13.200,00)	R$ (0,00)
(-) Chamada 02/2024 Bolsa Doutorado		R$ (13.200,00)	R$ (0,00)
(-) Mestrado - Unespar		R$ (37,78)	R$ (32,20)
(-) Chamada Internas 01/2024 - Participação de Evento		R$ (8.763,71)	R$ (1.096,00)
(-) Chamada 01/2025 - Eventos		R$ (0,00)	R$ (18.098,25)
(-) Chamada 03/2025 - Bolsa Monitoria		R$ (0,00)	R$ (54.300,00)
(-) Mestrado Matemática		R$ (0,00)	R$ (2.459,47)
(-) SEMANS E EVENTOS CIENTIFICOS		R$ (26.169,98)	R$ (41.374,32)
(-) Semana de Estudos Contábeis		R$ (6.219,74)	R$ (13.857,11)
(-) Semana de Administração		R$ (2.293,66)	R$ (3.880,75)
(-) Jornada de Serviço Social		R$ (0,00)	R$ (7.114,00)
(-) Jornada de Pedagogia		R$ (0,00)	R$ (5.000,00)
(-) Jornada Juridica		R$ (344,39)	R$ (1.343,51)
(-) Semana de Geografia		R$ (0,00)	R$ (640,00)
(-) Semana de Enfermagem		R$ (10.275,29)	R$ (536,48)
(-) Semana de Educação Fisica		R$ (7.036,90)	R$ (8.845,05)
(-) Jornada Biologica		R$ (0,00)	R$ (157,42)
(-) OUTROS PROJETOS E AUXILIOS		R$ (105.743,59)	R$ (158.882,97)
(-) Cerimônia da Lampada		R$ (6.291,40)	R$ (0,00)
(-) Unespar - Campus Paranavaí		R$ (65.274,70)	R$ (93.495,30)
(-) Seminário sobre Gênero		R$ (4.101,22)	R$ (0,00)
(-) Seminário do Neddij		R$ (169,35)	R$ (178,01)
(-) PPIFOR - Ensino, Aprendizagem e Tecnologia		R$ (84,00)	R$ (7.385,03)
(-) Seminário de História		R$ (10,94)	R$ (7.630,00)
(-) Projeto de Extensão de Educação Física		R$ (0,00)	R$ (400,00)
(-) Numape - Núcleo Maria da Penha		R$ (309,29)	R$ (1.548,15)
(-) NEDIJ - Núcleo de Estudos e Defesas dos Direitos da Infância e da Juventude		R$ (925,01)	R$ (0,00)
(-) Enade - Unespar		R$ (1.063,70)	R$ (0,00)
(-) Jornada Biologia		R$ (0,00)	R$ (5.677,30)
(-) Seminário Sellp		R$ (7.309,97)	R$ (10.127,66)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Jucef Educação Fisica		R$ (11.045,49)	R$ (79,20)
(-) Seminário de Internacionalização da Unespar		R$ (350,00)	R$ (0,00)
(-) Curso Pré Vestibular - Unespar		R$ (755,05)	R$ (0,00)
(-) I Festival de Arte e Culturada Unespar		R$ (1.294,73)	R$ (0,00)
(-) Projeto Museu de Sólidos Geométricos		R$ (467,79)	R$ (0,00)
(-) Programa de Pós-Graduaçao em Educaçao Matematica - PRPGEM		R$ (428,86)	R$ (0,00)
(-) Núcleo de Práticas Juridicas		R$ (5.862,09)	R$ (0,00)
(-) Projeto Educação em Saúde		R$ (0,00)	R$ (7.026,95)
(-) Semana de Acolhimento		R$ (0,00)	R$ (2.831,00)
(-) Interband - Unespar		R$ (0,00)	R$ (19.404,37)
(-) Projeto Enagrecer a Universidade		R$ (0,00)	R$ (3.100,00)
(-) DESPESAS - CONCURSOS		R$ (2.013.206,75)	R$ (999.057,03)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL CAMPO MOURÃO		R$ (10.714,51)	R$ (246.363,49)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (6.582,65)
(-) Despesas com Tarifas/Boletos		R$ (5,00)	R$ (18,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (9.036,50)	R$ (5.835,30)
(-) RPA - Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (49.275,06)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (17.502,99)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (0,00)	R$ (9.739,40)
(-) Inss		R$ (115,67)	R$ (5.923,71)
(-) Propaganda/Publicidade		R$ (979,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (29.161,67)
(-) R.P.A Serviços Pessoa Física Juridico		R$ (578,34)	R$ (3.607,89)
(-) Custos Fiscais		R$ (0,00)	R$ (108.428,64)
(-) Locação de Espaço Físico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (10.288,18)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE SABÁUDIA		R$ (1.676,45)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (430,54)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Locação/Veiculos		R$ (1.211,46)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (34,45)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANOPOLIS		R$ (0,00)	R$ (146,79)
(-) Despesas com Tarifas/Boletos		R$ (0,00)	R$ (53,57)
(-) Materiais de Expediente		R$ (0,00)	R$ (93,22)

230

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE CHAVANTES		R$ (14.915,65)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Tarifas e Boletos		R$ (9,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens		R$ (2.483,25)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoas Fisicas		R$ (2.105,40)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (168,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (10.150,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA		R$ (8.093,72)	R$ (7.468,25)
(-) Despesas com Taxas/Tarifas e Boletos		R$ (0,00)	R$ (6,51)
(-) RPA Serviços Pessoa Fisica		R$ (1.094,46)	R$ (2.137,95)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (19,08)	R$ (64,66)
(-) Despesas com Viagens		R$ (2.273,51)	R$ (1.065,44)
(-) Alimentação		R$ (541,00)	R$ (462,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (107,28)	R$ (141,68)
(-) Inss		R$ (422,99)	R$ (753,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (3.055,40)	R$ (0,00)
(-) Custos Fiscais		R$ (580,00)	R$ (1.280,00)
(-) R.P.A. Serviços de Assessoria Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.557,01)
(-) CODUSA - CAMPO MOURÃO		R$ (551,83)	R$ (749,24)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (0,00)	R$ (749,24)
(-) R.P.A. Serviços Assessoria Juridica		R$ (526,63)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (25,20)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL JUNDIAI DO SUL		R$ (0,00)	R$ (34.300,76)
(-) Despesas Taxas/Boletos		R$ (0,00)	R$ (2.308,24)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (1.898,46)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (2.847,75)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (725,33)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (528,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (497,41)
(-) Locação de Espaço Fisico		R$ (0,00)	R$ (2.492,24)
(-) R.P.A - Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (73,33)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (5.100,00)
(-) Custos Fiscais		R$ (0,00)	R$ (17.830,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA CAARAPÓ		R$ (14.635,80)	R$ (0,00)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) R.P.A - Serviços Pessoas Fisicas		R$ (7.297,82)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (6.065,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (1.272,98)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL COLOMBO		R$ (21.980,09)	R$ (24.017,74)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (165,90)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (17.435,00)
(-) Alimentação		R$ (264,00)	R$ (0,00)
(-) Correspondências		R$ (98,27)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (625,10)	R$ (63,08)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (1.586,82)	R$ (3.032,66)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (3.487,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (16.855,00)	R$ (0,00)
(-) Tarifa/boleto teste		R$ (5,00)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (2.380,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL PONTAL DO PARANÁ		R$ (38.204,25)	R$ (79,86)
(-) Despesas com boletos/Tarifas		R$ (19,99)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (1.561,38)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (4.690,00)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (1.314,14)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (3.124,49)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica Assessoria Juridica		R$ (1.850,69)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (3.676,00)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (3.437,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (2.295,56)	R$ (0,00)
(-) Locação de Espaço Fisico		R$ (720,64)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (14.220,00)	R$ (0,00)
(-) Impostos e Taxas		R$ (243,20)	R$ (0,00)
(-) Publicidade/Propaganda		R$ (1.000,00)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (51,16)	R$ (79,86)
(-) CONCURSO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA AMERIOS		R$ (8.776,31)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (216,50)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (1.082,49)	R$ (0,00)

232

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Alimentação		R$ (987,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas Viagens/Hospedagens		R$ (709,03)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (582,99)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (330,72)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (1.887,50)	R$ (0,00)
(-) Locação de Espaço Fisico		R$ (530,08)	R$ (0,00)
(-) Custo com Fiscais		R$ (2.450,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO RICO		R$ (2.368,80)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (185,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Fisica		R$ (1.037,40)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (15,90)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (400,50)	R$ (0,00)
(-) Custos Fiscais		R$ (730,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL CASCAVEL		R$ (314.392,31)	R$ (168.789,83)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (8.678,72)	R$ (5.286,64)
(-) Alimentação		R$ (16.156,00)	R$ (3.760,00)
(-) Custo com fiscais		R$ (68.959,10)	R$ (88.965,00)
(-) Material de Consumo		R$ (22.855,35)	R$ (6.914,10)
(-) R.P.A Serviços Pessoa Fisica		R$ (37.973,35)	R$ (11.022,08)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (31.360,07)	R$ (6.258,00)
(-) Despesas com Publicidade		R$ (4.250,00)	R$ (203,00)
(-) locaçao de espaço fisico/veiculo		R$ (101.374,60)	R$ (43.601,07)
(-) Despesas Boletos/Tarifas		R$ (5,00)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (8.502,31)	R$ (682,50)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (10.838,50)	R$ (734,58)
(-) R.P.A. Serviços Juridicos		R$ (3.412,20)	R$ (1.362,86)
(-) Seguro de vida		R$ (6,66)	R$ (0,00)
(-) Correio		R$ (20,45)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL QUITANDINHA		R$ (0,00)	R$ (2.596,79)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (111,49)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (308,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (977,30)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.200,00)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped CONTÁBIL

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA		R$ (10.051,93)	R$ (212,60)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (345,56)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. - Serviços Pessoa Física		R$ (2.590,50)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (1.148,22)	R$ (205,34)
(-) Alimentação		R$ (746,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Boletos/Tarifas		R$ (5,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (291,99)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (438,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (1.806,66)	R$ (0,00)
(-) Custo com Fiscais		R$ (2.680,00)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (0,00)	R$ (7,26)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI		R$ (0,00)	R$ (4.079,79)
(-) Despesas com Boletos/Tarifas Bancárias		R$ (0,00)	R$ (5,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (121,90)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (2.942,25)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (144,31)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (271,33)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (495,00)
(-) Serviços Pessoas Juridicas		R$ (0,00)	R$ (100,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL ASSIS CHATEUBRIAND		R$ (63.502,58)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (164,62)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Física		R$ (323,40)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (588,00)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (632,82)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (61.479,25)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (314,49)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL ITAUNA DO SUL		R$ (526,63)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços de Assessoria Juridica		R$ (526,63)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA - SP		R$ (42.597,65)	R$ (87,28)
(-) Despesas com Boletos/Tarifas		R$ (5,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (3.726,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (2.898,92)	R$ (0,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

234

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (466,53)	R$ (0,00)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (1.544,26)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (6.170,75)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (27.333,33)	R$ (0,00)
(-) R.P.A - Serviços Assessoria Juridica		R$ (254,61)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (198,25)	R$ (87,28)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL ARIRANHA DO IVAÍ		R$ (5.888,84)	R$ (3.604,41)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagem		R$ (505,00)	R$ (164,02)
(-) Alimentação		R$ (484,00)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (93,28)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Física		R$ (275,00)	R$ (2.500,00)
(-) Locação/Taxas de Espaço/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (440,39)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (1.373,92)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (500,00)	R$ (500,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (512,50)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Boleto/Tarifas		R$ (555,14)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (1.590,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL LAGUNA CARAPÁ-MS		R$ (4.160,73)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (453,78)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (2.190,00)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (75,90)	R$ (0,00)
(-) Locação Espaço Fisico/Veiculos		R$ (1.308,00)	R$ (0,00)
(-) Seguro de vida		R$ (133,05)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL ASSIS CHATEUBRIANO		R$ (18.229,03)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (2.663,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (2.823,33)	R$ (0,00)
(-) R.P.A - Serviços Pessoa Fisica		R$ (2.643,85)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (1.748,00)	R$ (0,00)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (2.261,06)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (1.849,79)	R$ (0,00)
(-) Custo com Fiscais		R$ (4.240,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE NOVA FATIMA-PR		R$ (37.660,33)	R$ (0,00)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped CONTÁBIL

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (606,32)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (2.320,39)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (1.344,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (634,58)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (15.050,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (5.521,70)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (9.216,72)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (1.880,00)	R$ (0,00)
(-) Alocaçao de espaço fisico/veiculos		R$ (1.086,62)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL SERTANEJA PR		R$ (4.162,95)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (666,68)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (264,00)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (1.050,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (16,04)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens		R$ (200,00)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (287,88)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (237,82)	R$ (0,00)
(-) R.P.A serviços juridicos		R$ (1.440,53)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ SC		R$ (234,47)	R$ (160,03)
(-) Seguro de Vida		R$ (234,47)	R$ (160,03)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHÃO		R$ (1.602,49)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (310,20)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (1.292,29)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE TUPASSI		R$ (603,46)	R$ (0,00)
(-) Despesas Tarifas e Boletos		R$ (9,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (410,00)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (82,00)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (102,46)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DOS PINHAIS		R$ (1.323,60)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informáticas e Software		R$ (1.138,44)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens		R$ (185,16)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PR		R$ (7.960,00)	R$ (0,00)

236

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (3.100,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Física		R$ (4.050,00)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (810,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - CRBIO		R$ (3.258,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. - Serviços Pessoa Física		R$ (2.200,00)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (542,81)	R$ (0,00)
(-) R.P.A serviço juridico		R$ (515,19)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO SAAE SANTA ISABEL DO IVAI		R$ (5.433,20)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (900,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (431,34)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (2.890,40)	R$ (0,00)
(-) Locação de Veiculos/Espaço Fisico		R$ (1.211,46)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE PINHAIS		R$ (75.852,11)	R$ (162.960,86)
(-) Correspondencias		R$ (0,00)	R$ (33,20)
(-) Despesas com Viagens		R$ (1.783,55)	R$ (5.288,86)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (16.888,30)	R$ (11.153,66)
(-) R.P.A - Serviços Prestados Pessoa Física		R$ (1.722,33)	R$ (25.334,41)
(-) Inss		R$ (6.258,51)	R$ (5.093,00)
(-) Serviços de Assessoria Juridica		R$ (2.385,82)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (7.766,00)	R$ (848,00)
(-) Serviços pessoa juridica		R$ (31.950,00)	R$ (67.084,63)
(-) Locaçao de espaço fisico/veiculo		R$ (1.497,60)	R$ (13.441,15)
(-) Custos com Fiscais		R$ (5.600,00)	R$ (30.585,00)
(-) Despesas Tarifas Bancárias		R$ (0,00)	R$ (23,25)
(-) Suprimento de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (4.075,70)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA		R$ (45.407,77)	R$ (87,44)
(-) Despesas Boletos/Tarifas		R$ (988,91)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (11,35)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens		R$ (773,75)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (11.900,70)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (27.859,77)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (1.572,00)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (83,54)	R$ (87,44)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped CONTÁBIL

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Inss		R$ (1.063,54)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Assessoria Juridicas		R$ (1.154,21)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL PALMAS		R$ (1.737,75)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (1.710,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Tarifas/Boletos		R$ (27,75)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ		R$ (1.655,95)	R$ (4.425,64)
(-) Boletos/Tarifas Bancárias		R$ (5,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (7,20)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (422,94)	R$ (422,94)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (220,00)
(-) Custos de Fiscais		R$ (0,00)	R$ (1.000,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.835,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (534,00)	R$ (583,50)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (267,00)
(-) Inss		R$ (115,67)	R$ (90,00)
(-) R.P.A Serviços Advocaticios		R$ (578,34)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES		R$ (61.152,11)	R$ (10,50)
(-) Despesas com Tarifas/Boletos		R$ (0,00)	R$ (10,50)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (3.224,22)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (33.083,00)	R$ (0,00)
(-) Alimentação		R$ (4.130,00)	R$ (0,00)
(-) Custos Fiscais		R$ (7.730,45)	R$ (0,00)
(-) Viagens e Hospedagens		R$ (5.487,84)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (419,00)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (781,82)	R$ (0,00)
(-) Locação de Veiculos/Espaço		R$ (4.048,06)	R$ (0,00)
(-) R.P.A serviços juridicos		R$ (2.247,72)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CÂMARA MUNICIPAL GUAÍRA		R$ (20.237,63)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (122,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (4.762,80)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Jurídica		R$ (1.341,66)	R$ (0,00)
(-) Custos Fiscais		R$ (8.364,00)	R$ (0,00)
(-) Locaçao de Veículos/espaço fisico		R$ (2.398,53)	R$ (0,00)

238
1

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (338,54)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (501,48)	R$ (0,00)
(-) INSS		R$ (1.228,81)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (664,62)	R$ (0,00)
(-) R.P.A serviços juridicos		R$ (515,19)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO - CISAMARP CONSÓRCIO INTERM SAUDE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE		R$ (204,58)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (204,58)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL BARRA DO JACARÉ		R$ (67.360,00)	R$ (0,00)
(-) Custos Fiscais		R$ (3.159,50)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (63.100,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (390,50)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (710,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA		R$ (37.757,14)	R$ (3.246,90)
(-) Boleto/Tarifas		R$ (5,00)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (67,85)	R$ (54,06)
(-) Locaçao veículos/ espaço físico		R$ (1.420,13)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (2.241,00)	R$ (44,00)
(-) Material de Expediente		R$ (2.360,47)	R$ (354,26)
(-) Custos Fiscais		R$ (6.316,73)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (11.672,50)	R$ (800,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (10.465,60)	R$ (1.501,00)
(-) Despesas com hospedagem e viagens		R$ (794,31)	R$ (153,00)
(-) Inss		R$ (2.393,20)	R$ (300,20)
(-) Seguro de Vida		R$ (20,35)	R$ (40,38)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIA		R$ (51.300,01)	R$ (722,24)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (1.425,10)	R$ (0,00)
(-) Viagem/Hospedagem		R$ (2.330,03)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (2.283,00)	R$ (0,00)
(-) Custo com Fiscais		R$ (11.816,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (9.917,33)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (2.361,07)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (3.147,76)	R$ (0,00)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped Contábil

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (14.970,85)	R$ (0,00)
(-) Locaçao espaço fisico/veiculo		R$ (1.838,19)	R$ (440,39)
(-) Material de expediente		R$ (171,72)	R$ (0,00)
(-) R.P.A Serviços Juridicos		R$ (925,35)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (113,61)	R$ (281,85)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL GUAIBA		R$ (28.538,30)	R$ (14.361,78)
(-) Suprementos de Informática e Software		R$ (567,10)	R$ (1.498,84)
(-) Material de Expediente		R$ (3.130,52)	R$ (0,00)
(-) R.P.A Serviços Pessoa Fisica		R$ (2.760,00)	R$ (9.935,00)
(-) Serviços Pessoas Juridicas		R$ (2.130,00)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (5.541,00)	R$ (0,00)
(-) Despesa com viagem/hospedagem		R$ (2.845,50)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (9.215,00)	R$ (0,00)
(-) material de consumo		R$ (1.626,63)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (552,00)	R$ (1.987,00)
(-) Correio		R$ (114,24)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (56,31)	R$ (110,94)
(-) Publicidades		R$ (0,00)	R$ (830,00)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA		R$ (293.471,30)	R$ (4.984,86)
(-) Custas Fiscais		R$ (129.529,23)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (44.516,50)	R$ (3.088,00)
(-) Alimentação		R$ (1.446,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (2.598,17)	R$ (0,00)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (72.174,00)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (4.115,87)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Prestados Pessoa Fisica		R$ (3.626,41)	R$ (534,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (8.913,63)	R$ (0,00)
(-) R.P.A serviços juridicos		R$ (1.007,96)	R$ (1.362,86)
(-) Tarifa/boleto		R$ (10,25)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de informática e software		R$ (25.533,28)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES		R$ (22.575,64)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Física		R$ (11.574,25)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (4.525,00)	R$ (0,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

240

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI. FAFIPA		
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025	CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24		
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Alimentação		R$ (1.008,00)	R$ (0,00)
(-) Custos Fiscais		R$ (1.800,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (2.119,59)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (1.219,06)	R$ (0,00)
(-) Despesas Tarifas/Boletos		R$ (9,74)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (320,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL MARECHAL CANDIDO RONDON		R$ (3.046,58)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Física		R$ (1.329,50)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (1.373,08)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (344,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO		R$ (479,09)	R$ (21,44)
(-) R.P.A. Serviços Prestados Pessoa Física		R$ (148,50)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (270,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (19,23)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (41,36)	R$ (21,44)
(-) CONCURSO DO MUNICIPIO DE GUARAPUAVA		R$ (179.000,75)	R$ (97.020,57)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (8.310,40)	R$ (5.233,22)
(-) Alimentaçao		R$ (12.317,00)	R$ (7.322,00)
(-) Despesas com Viagem/Hospedagens		R$ (4.905,64)	R$ (2.174,00)
(-) Custos com fiscais		R$ (73.000,00)	R$ (38.620,00)
(-) R.P.A - Serviços Pessoa Física		R$ (24.788,44)	R$ (17.121,02)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (21.355,00)	R$ (5.091,50)
(-) Divulgaçao/Publicidade		R$ (1.620,00)	R$ (0,00)
(-) locaçao de espaço fisico/veiculo		R$ (18.662,08)	R$ (15.000,00)
(-) Material de consumo		R$ (9.711,79)	R$ (2.744,07)
(-) Correio/correspondencia		R$ (132,40)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (4.193,00)	R$ (3.707,50)
(-) Boleto Teste		R$ (5,00)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (0,00)	R$ (7,26)
(-) CONCURSO GUARAPUAVAPREV.		R$ (5.653,26)	R$ (0,00)
(-) Serviços de informatica e Software		R$ (3.097,32)	R$ (0,00)
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (400,00)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (824,60)	R$ (0,00)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Materiais de Expediente		R$ (1.331,34)	R$ (0,00)
(-) FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILANCIA E TRANSITO DE		R$ (4,50)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Boletos/Tarifas		R$ (4,50)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CIS 5 REGIÃO		R$ (15.230,13)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (1.316,75)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (1.508,00)	R$ (0,00)
(-) Custo com Fiscais		R$ (6.230,00)	R$ (0,00)
(-) Material de Expediente		R$ (659,45)	R$ (0,00)
(-) Despesa com Viagem/Hospedagem		R$ (1.060,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A Serviços Pessoa Fisica		R$ (3.367,75)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (321,18)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (767,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ		R$ (3.741,97)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (400,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A Serviços Pessoa Fisica		R$ (1.475,00)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (374,00)	R$ (0,00)
(-) Material de Expediente		R$ (80,00)	R$ (0,00)
(-) Custo com Fiscais		R$ (830,00)	R$ (0,00)
(-) Despesa com viagem/hospedagem		R$ (270,00)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (12,72)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (295,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Boletos/Tarifas		R$ (5,25)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA		R$ (10.474,17)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (1.044,00)	R$ (0,00)
(-) Custo com Fiscais		R$ (4.370,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com viagem/hospedagem		R$ (754,72)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (1.405,00)	R$ (0,00)
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (490,00)	R$ (0,00)
(-) Material de Expediente		R$ (1.321,07)	R$ (0,00)
(-) boleto/tarifa		R$ (15,50)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de informática e software		R$ (792,88)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (281,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE		R$ (30.823,27)	R$ (36,38)

242
1.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
PATO BRANCO			
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (984,74)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (2.405,00)	R$ (0,00)
(-) Custo com Fiscais		R$ (7.160,50)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (2.098,00)	R$ (0,00)
(-) Material de Expediente		R$ (4.965,54)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagem		R$ (3.243,50)	R$ (0,00)
(-) Correio		R$ (80,20)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviço Pessoa Fisica		R$ (5.617,50)	R$ (0,00)
(-) Locaçao de espaço fisico/veiculo		R$ (900,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas Tarifas/Boletos Bancários		R$ (939,74)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Juridicos		R$ (925,34)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (194,64)	R$ (36,38)
(-) Inss		R$ (1.308,57)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CONTENDA		R$ (109.423,11)	R$ (87,21)
(-) Tarifa/boleto		R$ (10,00)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (6.556,10)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (23.601,50)	R$ (0,00)
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (16.168,92)	R$ (0,00)
(-) Despesas com viagem/hospedagem		R$ (3.543,98)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Juridicos		R$ (3.007,44)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (6.683,00)	R$ (0,00)
(-) Locaçao de Veiculo/Espaço Fisico		R$ (9.500,00)	R$ (0,00)
(-) Custo com Fiscais		R$ (30.229,50)	R$ (0,00)
(-) Material de consumo		R$ (4.500,04)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (58,46)	R$ (87,21)
(-) Impostos/Taxas		R$ (16,08)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (5.548,09)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO SÃO MATEUS DO SUL		R$ (1.018,18)	R$ (169.715,41)
(-) Depesas com Viagem/Hospedagem		R$ (845,18)	R$ (7.712,33)
(-) Boleto/Tarifa		R$ (5,00)	R$ (5,00)
(-) Alimentaçao		R$ (168,00)	R$ (3.608,00)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (10.967,02)
(-) Devolução de Taxas de Inscrições		R$ (0,00)	R$ (400,00)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (63.287,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (32.002,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (7.277,96)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (32.351,00)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (6.347,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (5.758,10)
(-) CONCURSO CAMPO DO TENENTE		R$ (111.926,51)	R$ (3.748,01)
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (20.645,00)	R$ (3.400,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (33.869,99)	R$ (0,00)
(-) Despesa com Viagem/hospedagem		R$ (7.664,49)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (6.462,00)	R$ (176,00)
(-) Suprimentos de informática e software		R$ (3.659,12)	R$ (0,00)
(-) Custo com Fiscais		R$ (25.518,60)	R$ (0,00)
(-) Material de Consumo		R$ (5.477,04)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Juridicos		R$ (925,36)	R$ (0,00)
(-) Locaçao de Veiculo/Espaço Fisico		R$ (608,84)	R$ (0,00)
(-) Seguro de Vida		R$ (137,00)	R$ (172,01)
(-) Inss		R$ (6.959,07)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO MIGUELOPOLIS		R$ (151.465,96)	R$ (16.295,95)
(-) Boleto/Tarifa		R$ (5,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (21.212,50)	R$ (2.934,00)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (4.654,46)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (10.082,00)	R$ (1.936,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (41.174,50)	R$ (5.010,00)
(-) Material de Consumo		R$ (10.249,48)	R$ (147,37)
(-) Despesa com Viagem/Hospedagem		R$ (5.031,99)	R$ (1.686,00)
(-) R.P.A Serviços Pessoa Fisica		R$ (49.029,97)	R$ (1.391,99)
(-) Inss		R$ (10.026,06)	R$ (351,34)
(-) R.P.A Serviços Juridicos		R$ (0,00)	R$ (1.156,67)
(-) Locaçao de espaço fisico/veiculos		R$ (0,00)	R$ (1.682,58)
(-) CONCURSO NOVO HORIZONTE DO SUL		R$ (22.998,43)	R$ (26.430,80)
(-) Alimentaçao		R$ (1.418,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagem/hospedagem		R$ (928,00)	R$ (800,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (5.000,00)	R$ (17.450,74)

244

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Material de Consumo		R$ (2.194,09)	R$ (306,89)
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (4.030,00)	R$ (3.100,00)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (792,88)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (2.501,26)	R$ (2.800,00)
(-) Inss		R$ (3.990,40)	R$ (360,00)
(-) Impostos/ Issqn		R$ (2.143,80)	R$ (0,00)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (1.613,17)
(-) CONCURSO PREVIDÊNCIÁRIO DE CERRO AZUL		R$ (2.885,47)	R$ (2.244,18)
(-) Despesas com Tarifas/Boletos Bancários		R$ (123,20)	R$ (5,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (658,94)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (1.198,08)	R$ (396,31)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (848,20)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (55,99)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços de Assessoria Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.842,87)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (1,06)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO PRESERV SARANDI		R$ (14.279,47)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Tarifas/Boletos		R$ (15,00)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (8.473,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas Hospedagens e Viagens		R$ (575,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Prestados Físicos		R$ (383,90)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (698,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Ecpediêntes		R$ (2.992,95)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (1.141,62)	R$ (0,00)
(-) DESPESAS - CONCURSOS		R$ (247.566,15)	R$ (1.352.081,39)
(-) CONCURSO SALGADO FILHO		R$ (19.624,30)	R$ (518,43)
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (4.276,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (6.575,00)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (1.114,00)	R$ (0,00)
(-) Despesa com Viagem/Hospedagem		R$ (926,00)	R$ (0,00)
(-) Custo com Fiscais		R$ (1.450,00)	R$ (0,00)
(-) Material de Consumo		R$ (1.436,75)	R$ (0,00)
(-) Correio		R$ (31,80)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (285,14)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Juridicos		R$ (925,37)	R$ (0,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Seguro de Vida		R$ (190,48)	R$ (358,28)
(-) Locaçao de Espaço Fisico/Veiculo		R$ (913,68)	R$ (160,15)
(-) Inss		R$ (1.500,08)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO MUNICIPAL DA BARRA DO TURVO		R$ (24.130,31)	R$ (6.030,46)
(-) Despesas com Viagem/Hospedagem		R$ (587,82)	R$ (618,00)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (753,66)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (11.990,75)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (5.249,50)	R$ (100,00)
(-) Inss		R$ (2.545,00)	R$ (353,00)
(-) Alimentaçao		R$ (894,00)	R$ (220,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (1.511,50)
(-) Material de Consumo		R$ (820,75)	R$ (100,00)
(-) R.P.A. Serviços Juridicos		R$ (1.288,83)	R$ (3.127,96)
(-) CONCURSO ENGENHEIRO BELTRÃO		R$ (11.203,64)	R$ (111,49)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (417,64)	R$ (111,49)
(-) Locaçao espaço fisico/veiculo		R$ (440,39)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (507,49)	R$ (0,00)
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (3.409,18)	R$ (0,00)
(-) Material de Consumo		R$ (658,74)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (706,00)	R$ (0,00)
(-) Custo com Fiscais		R$ (2.630,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedaria		R$ (1.114,69)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (101,50)	R$ (0,00)
(-) Taxas/Boletos/Impostos		R$ (997,92)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (220,09)	R$ (0,00)
(-) MUNICIPIO DE IOMERÊ		R$ (18.156,75)	R$ (53,81)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (203,52)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (3.630,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagem/Hospedage		R$ (2.446,39)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (3.050,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviço Pessoa Fisica		R$ (5.330,00)	R$ (0,00)
(-) Material de Consumo		R$ (347,46)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (1.471,00)	R$ (0,00)
(-) Aluguel de Espaço Fisico/Veiculo		R$ (612,38)	R$ (0,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.4.1 do Visualizador

246

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Correio		R$ (0,00)	R$ (53,81)
(-) Inss		R$ (1.066,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO SAMAE MUNICIPIO NOVA FATIMA		R$ (1.812,67)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (313,50)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (570,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (150,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (779,17)	R$ (0,00)
(-) Concurso Prefeitura Municipal de Iomerê-SC		R$ (203,10)	R$ (0,00)
(-) Despesas Tarifas/Boletos		R$ (203,10)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU		R$ (21.416,78)	R$ (10.426,26)
(-) Despesas com Boletos/Tarifas		R$ (974,87)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Infomatica e Software		R$ (1.097,10)	R$ (0,00)
(-) Seviços Pessoa Juridica		R$ (3.040,00)	R$ (2.485,00)
(-) R.P.A. Seviços Juridicos		R$ (4.980,57)	R$ (0,00)
(-) Custo com Fiscais		R$ (6.370,00)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (1.567,00)	R$ (88,00)
(-) Material de Consumo		R$ (1.653,74)	R$ (6.574,74)
(-) Despesas com viagem/hospedagem		R$ (288,90)	R$ (302,01)
(-) Inss		R$ (932,00)	R$ (56,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (512,60)	R$ (119,80)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (800,71)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL SC		R$ (6.289,12)	R$ (17.529,32)
(-) Despesas com Boletos/Tarifas		R$ (30,80)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (33,92)	R$ (169,79)
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (2.216,50)	R$ (5.290,50)
(-) R.P.A Pessoa Fisica		R$ (1.550,00)	R$ (5.182,96)
(-) Custos com Fiscais		R$ (590,00)	R$ (3.770,00)
(-) alimentaçao		R$ (517,00)	R$ (1.144,00)
(-) Despesas com Viagem/Hospedagem		R$ (925,50)	R$ (1.804,65)
(-) Materia de consumo		R$ (105,40)	R$ (89,77)
(-) Inss		R$ (320,00)	R$ (0,00)
(-) Correspondências		R$ (0,00)	R$ (77,65)
(-) CONCURSO MUNICIPIO DE PEIXE - TO		R$ (28.700,61)	R$ (7.107,57)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped CONTÁBIL

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Boleto/tarifa		R$ (848,62)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços juridicos		R$ (966,66)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagem/Hospedagem		R$ (9.645,27)	R$ (102,97)
(-) Alimentaçao		R$ (1.781,00)	R$ (0,00)
(-) Custo com Fiscais		R$ (7.605,00)	R$ (0,00)
(-) Material de Consumo		R$ (2.521,98)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informtica e Software		R$ (776,98)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (2.630,00)	R$ (1.411,43)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (683,10)	R$ (5.545,60)
(-) Inss		R$ (1.242,00)	R$ (47,57)
(-) CONCURSO SÃO CARLOS DO IVAÍ		R$ (9.490,29)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (288,32)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (3.470,00)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (718,00)	R$ (0,00)
(-) Material de Consumo		R$ (410,25)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (1.750,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A Serviços Pessoa Fisica		R$ (1.670,00)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagem/Hospedagem		R$ (396,21)	R$ (0,00)
(-) Locaçao de espaço fisico/veiculo		R$ (440,39)	R$ (0,00)
(-) Impostos/taxas		R$ (13,12)	R$ (0,00)
(-) Inss		R$ (334,00)	R$ (0,00)
(-) CONCURSO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA - CRF/MT		R$ (2.047,47)	R$ (41.709,63)
(-) Despesas com Boletos/Taxas/Tarifas		R$ (1.062,73)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (984,74)	R$ (340,26)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (10.332,00)
(-) Materiais de Expediente		R$ (0,00)	R$ (3.813,69)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (7.406,20)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (896,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (1.422,25)
(-) Locação de Espaço Físico/Veículos		R$ (0,00)	R$ (4.785,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (10.491,63)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (2.222,60)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ/RS		R$ (57.676,87)	R$ (8.025,22)

248

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Despesas Taxas/Boletos/Tarifas		R$ (2.817,77)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (2.595,95)	R$ (371,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (28.762,93)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (6.705,00)	R$ (0,00)
(-) Material de Expediente		R$ (5.732,01)	R$ (0,00)
(-) Despesas com Viagem/Hospedagem		R$ (5.299,96)	R$ (667,56)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (5.200,00)	R$ (4.470,00)
(-) R.P.A Serviços Pessoa Fisica		R$ (458,25)	R$ (330,00)
(-) R.P.A. Serviços Juridicos		R$ (0,00)	R$ (1.156,71)
(-) Inss		R$ (105,00)	R$ (831,34)
(-) Correspondências		R$ (0,00)	R$ (198,61)
(-) CONCURSO MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS		R$ (21.385,40)	R$ (16.101,27)
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (2.312,50)	R$ (900,00)
(-) R.P.A Serviços Pessoa Fisica		R$ (1.682,65)	R$ (1.759,50)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (1.263,52)	R$ (206,70)
(-) Custos com Fiscais		R$ (8.762,50)	R$ (10.733,35)
(-) Alimentaçao		R$ (1.988,00)	R$ (176,00)
(-) Materiais de Expediente		R$ (2.979,23)	R$ (143,87)
(-) Despesas com Viagem/hospedaria		R$ (794,00)	R$ (467,18)
(-) Inss		R$ (1.603,00)	R$ (240,00)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (1.474,67)
(-) CONCURSO MUNICIPAL DE PIEN		R$ (8.861,23)	R$ (6.301,48)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (1.612,50)	R$ (5.793,80)
(-) Suprimento de Informatica e Software		R$ (328,60)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (2.798,00)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (598,00)	R$ (0,00)
(-) Materiais de Expediente		R$ (1.285,43)	R$ (0,00)
(-) Despesas com viagem/hospedagem		R$ (172,50)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (2.066,20)	R$ (180,68)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (327,00)
(-) CONCURSO MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS		R$ (12.358,09)	R$ (11.363,54)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (458,98)	R$ (0,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (2.150,00)	R$ (1.580,50)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Custos com Fiscais		R$ (6.210,00)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (1.552,00)	R$ (264,00)
(-) Material de Consumo		R$ (1.688,11)	R$ (280,61)
(-) Despesas com Viagem/hospedagem		R$ (299,00)	R$ (457,10)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (2.609,50)
(-) Locaçao de Espaço Fisico/Veiculo		R$ (0,00)	R$ (800,94)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (1.186,34)
(-) R.P.A. Serviços Juridicos		R$ (0,00)	R$ (4.184,55)
(-) CONCURSO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA		R$ (4.209,52)	R$ (11.238,19)
(-) Despesas com Viagem/Hospedaria		R$ (260,00)	R$ (0,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (1.610,00)	R$ (0,00)
(-) Alimentaçao		R$ (667,00)	R$ (0,00)
(-) Consumo de Materiais		R$ (886,03)	R$ (0,00)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (143,09)	R$ (86,92)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (450,00)	R$ (2.546,70)
(-) Boleto/tarifa		R$ (119,00)	R$ (0,00)
(-) R.P.A. Serviços Juridicos		R$ (0,00)	R$ (1.156,68)
(-) R.P.A - Serviços Pessoa Fisica		R$ (26,40)	R$ (5.948,45)
(-) Inss		R$ (48,00)	R$ (1.499,44)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA		R$ (0,00)	R$ (46.281,25)
(-) Despesas com Boletos/Tarifas/Impostos		R$ (0,00)	R$ (2.174,44)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (3.782,07)
(-) Seguro de Vida		R$ (0,00)	R$ (21,32)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (1.760,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (15.612,50)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (4.839,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (10.519,63)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (773,00)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (3.227,00)
(-) R.P.A. Serviços de Assessoria Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.764,99)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (0,00)	R$ (1.807,30)
(-) CONCURSO MUNICIPIO MATO GROSSO		R$ (0,00)	R$ (460,80)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (306,00)

250

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) R.P.A. Serviços Prestados Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (154,80)
(-) CONCURSO FOZPREV		R$ (0,00)	R$ (44.205,95)
(-) Despesas com custos de fiscais		R$ (0,00)	R$ (18.700,50)
(-) Despesas com Viagens		R$ (0,00)	R$ (350,78)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (8.697,54)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (752,58)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (352,00)
(-) Serviço Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (2.940,00)
(-) Locação Espaço Fisico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (9.000,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (860,09)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (2.551,40)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (1,06)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO/PR		R$ (0,00)	R$ (7.603,82)
(-) Despesas com Viagens		R$ (0,00)	R$ (702,42)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.450,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (4.590,64)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (352,00)
(-) Suprimentos de Informatica e Software		R$ (0,00)	R$ (154,76)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (354,00)
(-) CONCURSO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUA AMBIENTAL		R$ (0,00)	R$ (26.393,19)
(-) Despesas com Boleto/Testes/Tarifas		R$ (0,00)	R$ (5,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (796,06)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (11.532,50)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (3.740,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (8.012,50)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (2.173,00)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (134,13)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL		R$ (0,00)	R$ (6.954,29)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.050,00)
(-) Suprimentos de Software e Informática		R$ (0,00)	R$ (202,46)
(-) Custos Fiscais		R$ (0,00)	R$ (2.940,00)
(-) Despesas com Alimentação		R$ (0,00)	R$ (88,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (462,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (105,83)
(-) R.P.A. - Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (1.666,00)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (440,00)
(-) CONCURSO IMBAÚ-PR		R$ (0,00)	R$ (12.039,56)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (9.850,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (1.765,96)
(-) Despesas com Tarifas/Impostos		R$ (0,00)	R$ (423,60)
(-) CONCURSO CISOP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DO PR		R$ (0,00)	R$ (37.355,22)
(-) Boleto/tfas bancárias		R$ (0,00)	R$ (5,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (1.314,40)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (4.199,39)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (352,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (10.130,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (15.225,00)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (800,00)
(-) Despesas com Hospedagens/Viagens		R$ (0,00)	R$ (319,13)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (2.026,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (0,00)	R$ (1.621,44)
(-) R.P.A. Serviços de Assessoria Juridica P.F		R$ (0,00)	R$ (1.362,86)
(-) CONCURSO ÁGUA COMPRIDA-MG		R$ (0,00)	R$ (1.109,65)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (352,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (757,65)
(-) CONCURSO ITAPERUÇU-PR		R$ (0,00)	R$ (3.500,00)
(-) R.P.A. - Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (2.000,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.100,00)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (400,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOESTE		R$ (0,00)	R$ (62.637,98)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (3.571,32)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (1.694,00)
(-) Despesas com Tarifas/Boletos/Impostos		R$ (0,00)	R$ (3.853,70)
(-) Suprimentos e Software de Informática		R$ (0,00)	R$ (1.438,42)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (9.516,89)
(-) Devolução de inscrições		R$ (0,00)	R$ (1.680,00)

252
1.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Custos Fiscais		R$ (0,00)	R$ (19.540,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (15.583,60)
(-) Materiais de Expediente		R$ (0,00)	R$ (2.122,19)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (2.275,00)
(-) R.P.A. Serviços de Assessoria Juridica P.F.		R$ (0,00)	R$ (1.362,86)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA		R$ (0,00)	R$ (1.662,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (1.068,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (594,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL SÃO JOÃO DA BOA VISTA SP		R$ (0,00)	R$ (4.713,85)
(-) Correspondências		R$ (0,00)	R$ (66,61)
(-) Divulgações e Publicidades		R$ (0,00)	R$ (212,03)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.150,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (481,24)
(-) R.P.A. Serviços Assessoria Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.765,02)
(-) Materiais de Expedientes		R$ (0,00)	R$ (685,95)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (353,00)
(-) CONCURSO MUNICIPIO GENERAL CARNEIRO		R$ (0,00)	R$ (1.433,84)
(-) Despesas com Boletos/Taxas/Tarifas		R$ (0,00)	R$ (5,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (136,74)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (1.078,62)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (213,48)
(-) CONCURSO SÃO JOÃO DA BOA VISTA PREVD		R$ (0,00)	R$ (28.987,91)
(-) Despesas com Tarifas/boletos/Taxas		R$ (0,00)	R$ (540,80)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (5.707,47)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (1.232,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.875,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (7.909,72)
(-) Custos Fiscais		R$ (0,00)	R$ (8.595,00)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (1.229,83)
(-) R.P.A. Serviços de Assessoria Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.362,89)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (0,00)	R$ (535,20)
(-) CONCURSO MARIÓPOLIS - PR		R$ (0,00)	R$ (7.595,88)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped CONTÁBIL

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Despesas com Boleto/Tfas/Taxas		R$ (0,00)	R$ (5,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (780,00)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (1.021,62)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (919,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.462,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (25,44)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Física		R$ (0,00)	R$ (2.438,00)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (630,00)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (314,82)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DOURADINA/PR		R$ (0,00)	R$ (85.214,63)
(-) Despesas com Boleto/Tarifas/Taxas		R$ (0,00)	R$ (5,00)
(-) R.P.A. Serviços Assessoria Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.362,86)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (2.251,44)
(-) Custo de Fiscais		R$ (0,00)	R$ (28.110,00)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (1.496,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (2.633,91)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (9.624,32)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (30.121,77)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (801,30)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (0,00)	R$ (3.471,43)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (5.336,60)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE CANDÓI		R$ (0,00)	R$ (5.478,90)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (370,19)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (2.990,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (107,06)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (352,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (1.121,65)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (400,00)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (138,00)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISO BELTRÃO		R$ (0,00)	R$ (248.293,59)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (7.920,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (15.805,76)
(-) Despesas com Boleto/Tarifas/Impostos		R$ (0,00)	R$ (5,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.4.1 do Visualizador

254

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Publicidades e Propagandas		R$ (0,00)	R$ (264,61)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (5.784,42)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (47.947,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (98.785,00)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculo		R$ (0,00)	R$ (600,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (49.835,94)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (0,00)	R$ (9.475,78)
(-) R.P.A. Serviços Assessoria Juridica		R$ (0,00)	R$ (4.088,58)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (7.781,50)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL CANOAS - RS		R$ (0,00)	R$ (243.782,00)
(-) Despesas com Boletos/Tarifas/Impostos		R$ (0,00)	R$ (5,00)
(-) Propaganda e Publicidades		R$ (0,00)	R$ (150,66)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (109.160,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (15.310,64)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (6.281,07)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (71.177,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (11.819,00)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (2.576,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (4.900,50)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (2.557,07)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (0,00)	R$ (18.482,17)
(-) R.P.A. Serviços Assessoria Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.362,89)
(-) CONCURSO PRESIDENTE CASTELO BRANCO		R$ (0,00)	R$ (60.794,66)
(-) Despesas com Boleto/Impostos/Tarifas		R$ (0,00)	R$ (2.456,03)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (10.100,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (2.202,87)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (22.385,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (848,70)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (572,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (17.969,20)
(-) Materiais de Expedientes		R$ (0,00)	R$ (2.558,00)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (340,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica Assessoria Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.362,86)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) CONCURSO LEOPOLIS - PR		R$ (0,00)	R$ (70.559,75)
(-) Despesas com Boleto/Taxas/Impostos		R$ (0,00)	R$ (5,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (30.285,00)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (528,00)
(-) Despesas com Hospedagens/Viagens		R$ (0,00)	R$ (906,88)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (2.745,40)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (27.303,32)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (300,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (5.953,80)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (609,43)
(-) Materiais de Expediente		R$ (0,00)	R$ (1.922,92)
(-) CONCURSO CISNOP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE DO PARANÁ		R$ (0,00)	R$ (47.198,16)
(-) Despesas com Publicação		R$ (0,00)	R$ (730,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (525,16)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (9.336,95)
(-) Custos Fiscais		R$ (0,00)	R$ (14.710,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (1.658,90)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (528,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (14.092,87)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (3.440,00)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (260,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (0,00)	R$ (1.916,28)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPÉRE		R$ (0,00)	R$ (3.457,77)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (2.954,27)
(-) Suprimento de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (503,50)
(-) CONCURSO CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO		R$ (0,00)	R$ (5.013,94)
(-) Despesas com Tarifas/Boletos		R$ (0,00)	R$ (1.411,27)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (0,00)	R$ (90,65)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (3.092,02)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (350,00)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (70,00)
(-) CONCURSO MUNICIPAL NOVA PRATA DO IGUAÇU		R$ (0,00)	R$ (12.055,20)

256

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Suprimento de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (95,40)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (352,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (1.040,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Física		R$ (0,00)	R$ (3.247,50)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (4.180,00)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (160,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (0,00)	R$ (403,86)
(-) Locação de Espaço Físico/Veículos		R$ (0,00)	R$ (536,44)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (2.040,00)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE CARAMBEI		R$ (0,00)	R$ (25.518,18)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (1.601,66)
(-) Serviços Prestados Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (2.200,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (1.517,30)
(-) Custos c/ Fiscais		R$ (0,00)	R$ (15.555,00)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (704,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (0,00)	R$ (1.065,72)
(-) R.P.A. - Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (2.874,50)
(-) COMESP - CONCURSO CONSÓRCIO METROPOLITANO DE SERVIÇOS DO PARANÁ		R$ (0,00)	R$ (2.055,25)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (660,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (1.123,46)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (196,10)
(-) Divulgação e Propaganda		R$ (0,00)	R$ (75,69)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAL		R$ (0,00)	R$ (18.834,45)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (833,20)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (4.481,36)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (404,92)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (352,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (9.100,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (2.766,89)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (180,00)
(-) Materiais de Expedientes		R$ (0,00)	R$ (716,08)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO		R$ (0,00)	R$ (23.777,41)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (1.994,90)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (704,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (5.816,89)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (936,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (2.638,53)
(-) Materiais de Expediênte		R$ (0,00)	R$ (636,84)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (377,36)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (9.250,00)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (60,00)
(-) R.P.A. Serviços Assessoria Juridica P.F		R$ (0,00)	R$ (1.362,89)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA		R$ (0,00)	R$ (7.414,38)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (2.196,25)
(-) Suorimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (107,06)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (352,00)
(-) Custas Fiscais		R$ (0,00)	R$ (2.655,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (1.122,37)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (516,89)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (150,00)
(-) Materiais de Expediêntes		R$ (0,00)	R$ (314,81)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ		R$ (0,00)	R$ (14.583,07)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (442,02)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (5.473,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (466,50)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (352,00)
(-) Custos com Fiscais		R$ (0,00)	R$ (6.520,00)
(-) Inss		R$ (0,00)	R$ (80,00)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (966,89)
(-) Materiais de Expediente		R$ (0,00)	R$ (282,66)
(-) CONCURSO MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA		R$ (0,00)	R$ (5.721,51)
(-) Despesas com Tarifas/Boletos		R$ (0,00)	R$ (10,50)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (446,35)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (580,00)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (264,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

258

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Custos Fiscais		R$ (0,00)	R$ (2.290,00)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (1.869,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (111,49)
(-) Correspondências		R$ (0,00)	R$ (77,66)
(-) Materiais de Expediente		R$ (0,00)	R$ (72,51)
(-) CONCURSO ARAMINA - SP		R$ (0,00)	R$ (61,48)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (61,48)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO/SP		R$ (0,00)	R$ (90,20)
(-) Publicação e Divulgação		R$ (0,00)	R$ (90,20)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAZINHO		R$ (0,00)	R$ (28.876,50)
(-) Publicação e Divulgação		R$ (0,00)	R$ (45,07)
(-) Custos Fiscais		R$ (0,00)	R$ (15.561,00)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (1.056,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (2.235,30)
(-) Locação de Espaço Fisico/Veiculos		R$ (0,00)	R$ (5.400,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (1.470,22)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (1.071,16)
(-) Serviços Pessoa Juridica		R$ (0,00)	R$ (1.400,00)
(-) Materiais de Expediente		R$ (0,00)	R$ (637,75)
(-) CONCURSO CODEPLAN		R$ (0,00)	R$ (120,65)
(-) Publicação e Divulgação		R$ (0,00)	R$ (120,65)
(-) CONCURSO CAMARA MUNICIPAL DE INDIANOPOLIS		R$ (0,00)	R$ (7.105,56)
(-) Despesas com Tarifas/Boletos		R$ (0,00)	R$ (5,25)
(-) R.P.A. Serviços Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (1.339,11)
(-) Custos Fiscais		R$ (0,00)	R$ (5.280,00)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (88,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (216,00)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (177,20)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ		R$ (0,00)	R$ (414,10)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (414,10)
(-) CONCURSO PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ		R$ (0,00)	R$ (1.027,84)
(-) Despesas com Tarifas/Boletos		R$ (0,00)	R$ (1.027,84)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) CONCURSO PSS SÃO PEDRO DO IVAI		R$ (0,00)	R$ (16,96)
(-) Suprimentos de Informática e Software		R$ (0,00)	R$ (16,96)
(-) CONCURSO BELA VISTA DA CAROBA		R$ (0,00)	R$ (4.842,71)
(-) R.P.A. Serviços Prestados Pessoa Fisica		R$ (0,00)	R$ (960,00)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (352,00)
(-) Custos Fiscais		R$ (0,00)	R$ (2.555,00)
(-) Despesas com Viagens/Hospedagens		R$ (0,00)	R$ (890,00)
(-) Materiais de Expediente		R$ (0,00)	R$ (85,71)
(-) CONCURSO SESA - PR		R$ (0,00)	R$ (276,68)
(-) Divulgação/Propaganda		R$ (0,00)	R$ (276,68)
(-) CONCURSO MUNICIPIO DE IRETAMA-PR		R$ (0,00)	R$ (44,00)
(-) Alimentação		R$ (0,00)	R$ (44,00)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		R$ 26.773,80	R$ 133.701,61
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		R$ 26.773,80	R$ 133.701,61
Devolução de Pagamento a Maior		R$ 3.354,41	R$ 0,00
Outras Receitas		R$ 246,66	R$ 10.000,00
Devolução Pgto a Fiscais Concurso Prefeitura Municipal de Ibaiti		R$ 280,00	R$ 0,00
Devolução Pgto Fiscais Fundação Hospitalar de Saúde de Ibaiti		R$ 150,00	R$ 0,00
Devolução Pagamentos Fiscais Concurso Camara Municipal de Chavantes		R$ 350,00	R$ 0,00
Devolução Pgto Fiscais Concurso PM Espigão Alto do Iguaçu/PR		R$ 2,00	R$ 0,00
Devolução Pgto Fiscais Concurso CRBIO		R$ 2,60	R$ 0,00
Devolução Pgto Fiscais Concurso Camara Municipal de São Gabriel do Oeste		R$ 10,00	R$ 0,00
Devolução Pgto Fiscais Concurso PM Piraquara		R$ 102,74	R$ 0,00
Devolução Pgto Fiscais Concurso PM São João do Triunfo		R$ 575,25	R$ 0,00
Devolução Concurso Campina Grande do Sul - Fiscais		R$ 80,00	R$ 20,00
Devolução concurso PM Paranavaí Fiscais		R$ 0,00	R$ 8.623,50
Dev. Concurso Câmara Municipal de Guaiba - Fiscais		R$ 845,00	R$ 0,00
Devolução Concurso Prefeitura Municipal de Pinhais		R$ 406,44	R$ 6.241,88
Dev. Concurso Prefeitura Municipal de Guarapuáva		R$ 2.943,61	R$ 1.710,00
Devolução Concurso Cispar		R$ 160,00	R$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

260

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Devolução Concurso Cianorte - Fiscais		R$ 270,00	R$ 80,00
Devolução Concurso Sarandi Preserv- Fiscais		R$ 521,62	R$ 0,00
Devolução Concurso Prefeitura Brasilândia - Fiscais		R$ 864,05	R$ 0,00
Dev. Concurso Itapoa - Fiscais		R$ 1,85	R$ 0,00
Devolução Concurso Cafeara - Fiscais		R$ 2.517,16	R$ 0,00
Devolução Concurso Assis Chateubriand		R$ 1.206,00	R$ 0,00
Devolução Concurso PM Londrina - Fiscais		R$ 210,00	R$ 0,00
Devolução Concurso CM Rio Branco do Ivaí		R$ 100,00	R$ 0,00
Devolução Concurso PM Mirador		R$ 620,00	R$ 0,00
Devolução Concurso Prefeitura Municipal Ubiratã		R$ 160,00	R$ 140,00
Devolução Concurso Prefeitura Municipal de Nova Esperança		R$ 1.005,73	R$ 0,00
Devolução Concurso Prefeitura Municipal de Cascavel		R$ 1.360,00	R$ 3.270,00
Devolução Concurso Cis 5 Região		R$ 32,00	R$ 0,00
Devolução Concurso Prefeitura Municipal de Araucária		R$ 272,63	R$ 2.616,72
Devolução Concurso CM Pontal do Paraná		R$ 240,00	R$ 0,00
Devolução Concurso PM Contenda		R$ 1.714,05	R$ 0,00
Devolução Concurso Prefeitura Medianeira (Fiscais)		R$ 3.740,00	R$ 0,00
Devolução Concurso Municipio Campo do Tenente (Fiscais)		R$ 460,00	R$ 0,00
Devolução Concurso Prefeitura Municipal de Campo Largo		R$ 570,00	R$ 1.835,00
Devolução Concurso Samae Nova Santa Barbara (Fiscais)		R$ 100,00	R$ 0,00
Devolução Concurso Moreira Sales - Fiscais		R$ 490,00	R$ 0,00
Devolução Concurso Miguelópolis (Fiscais)		R$ 490,00	R$ 0,00
Dev. concurso PM Iomorê		R$ 80,00	R$ 0,00
Dev. Concurso PM Matinhos (Fiscais)		R$ 30,00	R$ 0,00
Devolução Concurso Prefeitura Municipal Gravataí		R$ 0,00	R$ 735,00
Devolução Concurso PM Campo Mourão		R$ 0,00	R$ 2.179,86
Devolução Concurso PM Foz do Iguaçu - Fiscais		R$ 140,00	R$ 0,00
Devolução Concurso PM Mairinck		R$ 70,00	R$ 0,00
Devolução Concurso PM Tapira		R$ 0,00	R$ 31,25
Devolução Concurso FozPrev		R$ 0,00	R$ 470,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.F1.D5.01.91.B1.E9.13.14.45.D5.A1.A2.69.27.93.A9.0E.94.BF-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI FAFIPA
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	05.566.804/0001-76
Número de Ordem do Livro:	24
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Devolução Concurso CM Igarapava		R$ 0,00	R$ 169,38
Devolução Concurso Previd-Dourados		R$ 0,00	R$ 72,78
Devolução Concurso São Mateus do Sul		R$ 0,00	R$ 2.465,00
Devolução Concurso CICA		R$ 0,00	R$ 190,00
Devolução concurso Cisop - Fiscais		R$ 0,00	R$ 610,00
Devolução Concurso CM Nova Aliança do Ivai		R$ 0,00	R$ 1.754,38
Devolução Concurso Camara Municipal Canoas		R$ 0,00	R$ 1.100,00
Devolução Concurso PM Cafelândia		R$ 0,00	R$ 790,00
Devolução Concurso Prefeitura Paranavai		R$ 0,00	R$ 248,40
Devolução Concurso Prefeitura Municipal de Lindoeste		R$ 0,00	R$ 190,00
Devolução Concurso Francisco Beltrão		R$ 0,00	R$ 4.186,39
Devolução concurso Douradina		R$ 0,00	R$ 4.970,00
Devolução Concurso Camara Municipal Pinhais		R$ 0,00	R$ 934,57
Devolução Concurso Presidente Castelo Branco		R$ 0,00	R$ 160,00
Devolução Concurso CM Carambei		R$ 0,00	R$ 800,00
Devolução Concurso PM Mercedes		R$ 0,00	R$ 396,00
Devolução Concurso Miraselva		R$ 0,00	R$ 237,00
Devolução Concurso Leopolis		R$ 0,00	R$ 1.240,00
Devolução Concurso Cambará		R$ 0,00	R$ 44,09
Devolução Concurso PM Joaquim Tavora		R$ 0,00	R$ 80,00
Devolução Concurso Manoel Ribas - Fiscais		R$ 0,00	R$ 170,00
Devolução Concurso Carazinho		R$ 0,00	R$ 270,00
Devolução Concurso Jundiai do Sul		R$ 0,00	R$ 150,00
Devolução Concurso Guairaça - Honorários		R$ 0,00	R$ 200,00
Concurso Devolução Santiago do Sul		R$ 0,00	R$ 150,41
Devolução Concurso Uniflor - Honorario		R$ 0,00	R$ 130,00
Devolução Concurso Pato Branco		R$ 0,00	R$ 74.040,00
SUPERAVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R$ 0,00	R$ 801.207,77

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES – CNPJ 76.958.966-0001-06
Rua Garças, 750 – Centro – CEP 86700-285
Fone (43) 3902-1052
www.arapongas.pr.gov.br *e-mail:* licitacao.pregao@arapongas.pr.gov.br

202
1

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA 029/2020

A Prefeitura do Município de Arapongas, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 76.958.966/0001-06, sediada na Rua das Garças nº 750, Centro, atesta para os devidos fins de direito e a quem possa interessar, que a empresa **FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ - FAFIPA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF CNPJ sob o n.º 05.566.804/0001-76, com sede na Avenida Paraná, 794 - A, esquina com a Rua Guaporé, CEP 87.705-190, Paranavaí - PR, que após análise ao **Protocolo n.º 26544 datado de 20/11/2020** e do parecer técnico da Diretoria Secretaria Municipal de Educação com relação ao **P.A nº 226/2019 – Dispensa nº 053/2019 – Contrato nº 856/2019**, assinado em 08.11.2019, tendo sido objeto de renovação conforme 2º Termo Aditivo datado 07.08.2020, encontra-se em vigência até 30 de Junho de 2021, **totalizando o valor de R$ 264.400,00 (Duzentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos reais)** conforme serviços prestados abaixo.

Equipe técnica:

Coordenação Geral e Administrativa – Esp. Fabio Ribeiro de Proença, inscrito no CRA/PR sob o n. º 19574; Planejamento – Esp. Mariana Nitatori Mazaro; Coordenação Jurídica – Carlos Antônio Vantini Mazzin, inscrito respectivamente na OAB/PR sob o n. º 34526; Coordenação de Elaboração e Logística – Sara Guedes Gonçalves; Coordenação Educacional – Prof.ª Dr. ª Nilva de Oliveira Brito dos Santos e equipe multidisciplinar; Coordenação Logística – Esp. Sara Guedes Gonçalves:

EDITAL Nº 087/2019			
CARGOS	ESCOLARIDADE	PROVAS	INSCRITOS HOMOLOGADOS
Advogado	Ensino Superior Completo em Direito e inscrição na OAB	Objetiva + Títulos	1307
Agente Administrativo	Ensino Médio Completo	Objetiva	1898
Agente Comunitário de Saúde	Ensino Médio Completo ou Ensino Fundamental Completo, devendo	Objetiva	1392

263
1

	comprovar a conclusão do Ensino Médio no prazo máximo de três anos a partir da admissão; Residir, preferencialmente, na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do concurso público e Conclusão, com aproveitamento, de Curso de Formação Inicial, com carga horária mínima de 40h (quarenta horas).		
Agente de Combate às Endemias	Ensino Médio Completo ou Ensino Fundamental Completo, devendo comprovar a conclusão do Ensino Médio no prazo máximo de três anos a partir da admissão e Conclusão, com aproveitamento, de Curso de Formação Inicial, com carga horária mínima de 40h (quarenta horas).	Objetiva	477
Analista de Tecnologia (Área: Redes e Comunicação de Dados)	Ensino Superior Completo (Bacharelado) na área de Tecnologia da Informação	Objetiva + Títulos	134
Arquiteto	Ensino Superior Completo em Arquitetura e Urbanismo; Registro no CAU	Objetiva + Títulos	334
Assistente Social	Ensino Superior Completo em Serviço Social; Registro no CRESS	Objetiva + Títulos	276
Atendente de Farmácia	Ensino Médio Completo	Objetiva	363
Atendente Social	Ensino Médio Completo	Objetiva	117
Auxiliar de Biblioteca	Ensino Médio Completo	Objetiva	281
Auxiliar de Cuidador	Ensino Fundamental Completo	Objetiva + Prática	57
Auxiliar de Enfermagem	Ensino Médio Completo; Curso de Auxiliar de Enfermagem; Registro no COREN	Objetiva	96
Auxiliar de Saúde Bucal	Ensino Médio Completo; Curso Auxiliar em Saúde Bucal, ou equivalente; Registro no CRO	Objetiva	38
Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva	1821
Auxiliar de Serviços Gerais em Cemitério	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva + Prática	70
Bibliotecário	Ensino Superior Completo em Biblioteconomia; Registro no CRB	Objetiva + Títulos	55

EFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES – CNPJ 76.958.966-0001-06
Rua Garças, 750 – Centro – CEP 86700-285
Fone (43) 3902-1052
www.arapongas.pr.gov.br *e-mail*: licitacao.pregao@arapongas.pr.gov.br

Condutor de Ambulância	Ensino Médio Completo; Carteira Nacional de Habilitação categoria "D" ou "E" e Curso de Formação em Urgência/Emergência de, no mínimo 20 (vinte) horas de duração, realizado nos últimos 05 (cinco) anos, nos termos da normatização do CONTRAN	Objetiva + Prática	96
Confeiteiro	Ensino Fundamental Incompleto e Curso Básico de qualificação na área de Confeitaria, com, no mínimo, 200 horas	Objetiva + Prática	31
Cozinheiro	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva + Prática	847
Cuidador 30H	Ensino Médio Completo	Objetiva	613
Cuidador 40H	Ensino Médio Completo	Objetiva	202
Enfermeiro	Ensino Superior Completo em Enfermagem; Registro no COREN	Objetiva + Títulos	623
Engenheiro Agrônomo	Ensino Superior Completo em Agronomia ou Engenharia Agronômica; Registro no CREA	Objetiva + Títulos	337
Engenheiro Civil	Ensino Superior Completo em Engenharia Civil; Registro no CREA	Objetiva + Títulos	441
Engenheiro Eletricista	Ensino Superior Completo em Engenharia Elétrica; Registro no CREA	Objetiva + Títulos	219
Farmacêutico	Ensino Superior Completo em Farmácia; Registro no CRF	Objetiva + Títulos	376
Farmacêutico Bioquímico	Formação até a entrada em vigor da Resolução nº 02, do CNE/CES, de 2002: Ensino Superior Completo em Farmácia; Habilitação em Farmacêutico-Bioquímico; Registro no CRF Formação após a entrada em vigor da Resolução nº 02, do CNE/CES, de 2002: Ensino Superior Completo em Farmácia; Registro no CRF	Objetiva + Títulos	128
Fiscal Ambiental	Ensino Médio Completo; Curso Técnico em Meio Ambiente, Edificações ou equivalente; Registro no CREA	Objetiva	182
Fisioterapeuta	Ensino Superior Completo em Fisioterapia; Registro no CREFITO	Objetiva + Títulos	404
Fonoaudiólogo 20H	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia; Registro no CREFONO	Objetiva + Títulos	24

265
1

Fonoaudiólogo 30H	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia; Registro no CREFONO	Objetiva + Títulos	24
Historiador	Ensino Superior Completo (Bacharelado ou Licenciatura) em História	Objetiva + Títulos	157
Instrutor de Programas (Área: Informática Básica)	Ensino Médio Completo; Curso na Área	Objetiva	38
Instrutor de Trabalhos Manuais	Ensino Médio Completo	Objetiva + Prática	46
Jardineiro	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva	23
Maestro	Ensino Superior Completo em Música, com Habilitação em Regência; ou Ensino Superior Completo em Composição e Regência; ou Ensino Superior Completo em Música e Curso (s) de Regência de, no mínimo, 40 horas; Registro na OMB	Objetiva + Títulos	6
Marceneiro	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva + Prática	14
Médico - Clínico Geral	Ensino Superior Completo em Medicina; Registro no CRM	Objetiva + Títulos	147
Médico Especialista (Área: Pediatria)	Ensino Superior Completo em Medicina com Especialização em Pediatria e registro da especialidade no CRM-PR	Objetiva + Títulos	30
Médico Especialista (Área: Psiquiatria)	Ensino Superior Completo em Medicina com Especialização em Psiquiatria e registro da especialidade no CRM-PR	Objetiva + Títulos	14
Médico Especialista (Ginecologia e Obstetrícia)	Superior Completo em Medicina com Especialização em Ginecologia e Obstetrícia e registro da especialidade no CRM-PR	Objetiva + Títulos	20
Médico Plantonista	Ensino Superior Completo em Medicina; Registro no CRM	Objetiva + Títulos	117
Médico Veterinário Sanitarista	Ensino Superior Completo em Medicina Veterinária; Registro no CRMV	Objetiva + Títulos	239
Motorista I	Ensino Fundamental Incompleto; Carteira Nacional de Habilitação categoria "AB" ou "B"	Objetiva	1216
Motorista II (Área: Caminhão)	Ensino Fundamental Completo; Carteira Nacional de Habilitação categoria "C" ou "D"	Objetiva	573
Motorista II (Área: Ônibus)	Ensino Fundamental Completo; Carteira Nacional de Habilitação categoria "D"	Objetiva	578

EFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES – CNPJ 76.958.966-0001-06
Rua Garças, 750 – Centro – CEP 86700-285
Fone (43) 3902-1052
www.arapongas.pr.gov.br *e-mail*: licitacao.pregao@arapongas.pr.gov.br

Nutricionista	Ensino Superior Completo em Nutrição; Registro no CRN	Objetiva + Títulos	297
Odontólogo 20H	Ensino Superior Completo em Odontologia; Registro no CRO	Objetiva + Títulos	242
Odontólogo 40H	Ensino Superior Completo em Odontologia; Registro no CRO	Objetiva + Títulos	339
Odontólogo Especialista (Área: Endodontia)	Ensino Superior Completo em Odontologia; Certificado de Especialização na área específica e registro no CRO.	Objetiva + Títulos	50
Operador de Máquina Automotiva de Grande Porte	Ensino Fundamental Incompleto; Carteira Nacional de Habilitação categoria "C"	Objetiva + Prática	40
Operador de Som, Iluminação e Imagem (Área: Sonorização)	Ensino Médio Completo	Objetiva + Prática	42
Orientador Social	Ensino Médio Completo	Objetiva	399
Padeiro	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva + Prática	20
Pintor de Sinalização Viária	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva + Prática	123
Professor	Formação em nível médio, em curso de Magistério na modalidade normal, ou superior em curso de licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação em magistério das séries iniciais do ensino fundamental, ou Curso Normal Superior.	Objetiva + Títulos	1836
Professor (Área: Educação Física)	Formação em curso de Licenciatura Plena em Educação Física.	Objetiva + Títulos	297
Professor de Educação Infantil	Formação em nível médio, em curso de Magistério na modalidade normal, ou superior em curso de licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação em magistério das séries iniciais do ensino fundamental, ou Curso Normal Superior.	Objetiva + Títulos	2055
Protético	Ensino Médio Completo; Curso Técnico em Prótese Dentária	Objetiva	23
Psicólogo 20H	Ensino Superior Completo em Psicologia; Registro no CRP	Objetiva + Títulos	115
Psicólogo 30H	Ensino Superior Completo em Psicologia; Registro no CRP	Objetiva + Títulos	529
Secretário de Documentação	Ensino Médio Completo; Curso de Informática Básica	Objetiva	1292

EFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES – CNPJ 76.958.966-0001-06
Rua Garças, 750 – Centro – CEP 86700-285
Fone (43) 3902-1052
www.arapongas.pr.gov.br e-mail: licitacao.pregao@arapongas.pr.gov.br

Escolar			
Técnico em Enfermagem	Ensino Médio Completo; Curso Técnico em Enfermagem; Registro no COREN	Objetiva	587
Técnico em Laboratório de Análises Clínicas	Ensino Médio Completo; Curso Técnico em Análises Clínicas; Registro no CRF	Objetiva	24
Técnico em Saúde Bucal	Ensino Médio Completo; Curso Técnico em Saúde Bucal; Registro no CRO	Objetiva	14
Técnico em Tecnologia da Informação (Área: Manutenção em Equipamentos de Informática)	Ensino Médio Completo; Curso em Montagem e Manutenção de Computador ou similar, de, no mínimo, 80 horas/aula presenciais	Objetiva	185
Técnico em Tecnologia da Informação (Área: Redes e Comunicação de Dados)	Ensino Médio Completo; Curso em Redes de Computadores de, no mínimo, 80 horas/aula presenciais	Objetiva	88
Técnico em Vigilância Sanitária 30H	Ensino Médio Completo; Curso Técnico em Vigilância Sanitária ou em Vigilância em Saúde	Objetiva	40
Técnico em Vigilância Sanitária 40H	Ensino Médio Completo; Curso Técnico em Vigilância Sanitária ou em Vigilância em Saúde	Objetiva	61
Técnico Esportivo	Bacharel em Educação Física ou Esporte	Objetiva + Títulos	202
Telefonista	Ensino Médio Completo	Objetiva	238
Vigilante Municipal	Ensino Fundamental Incompleto; Carteira Nacional de Habilitação categoria "A" e "B"	Objetiva	657
Total			26276

ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

1 Manteve absoluto sigilo, total imparcialidade e plena impessoalidade durante todas as fases do concurso, assegurando que nenhuma informação sigilosa seja fornecida a terceiros;

2 Elaborou cronograma de execução dos serviços, bem como os Conteúdos Programáticos para estudo dos candidatos, todos foram aprovados pela Comissão Permanente de Concurso;

3 Elaboração de todos os Editais decorrentes do concurso;

268
1

4 Possuiu aplicativo web para que o candidato pudesse realizar sua(s) inscrição(ões), impressão de boleto bancário (com geração de pagamento em conta bancária em nome do Município licitante), interposição de recursos, mediante cadastro prévio com utilização de login e senha únicos para cada candidato;

5 Disponibilizou o aplicativo na internet, sendo a total responsável por sua hospedagem, disponibilidade e desempenho, bem como pela segurança e sigilo das informações;

6 Informou ao Município o número total de inscritos e efetuou a homologação das inscrições dos candidatos aptos a realizarem as provas;

7 Providenciou o ensalamento dos candidatos;

8 Providenciou e fiscalizou para que os malotes fosse identificados e transportados por pessoal qualificado até os locais das provas, na data de aplicação, garantindo o sigilo absoluto do conteúdo das provas, desde sua elaboração até sua efetiva aplicação, a fim de promover a segurança e a lisura do certame. Ao final das provas, os malotes foram lacrados e transportados de volta à sede da empresa contratada;

9 Otimizou a segurança do evento, com vistas a prevenir fraudes;

10 Procedeu, no dia de realização das provas, a vistoria dos candidatos, através de detectores de metais (com pessoal instruído para tanto) na porta de entrada, como forma de evitar eventuais tentativas de fraude.

11 Providenciou todos os impressos e materiais necessários à aplicação de todas as Provas e exames e plena execução do objeto, com no mínimo:

Crachá de identificação dos profissionais envolvidos na aplicação das provas e exames;

Lista de inscritos por local e salas de aplicação das provas, afixadas nos respectivos locais para conhecimento dos candidatos;

Ata de abertura e fechamento dos portões, constando no mínimo 03 (três) testemunhas que comprovem o fechamento dos portões no horário máximo permitido pelo Edital de Abertura. Constou na ata o nome das testemunhas, telefone e RG ou CPF;

Ata de aplicação de prova;

Listas de presença, por sala, com espaço para assinatura dos candidatos;

Quaisquer outros impressos ou materiais que se fizeram necessários em decorrência de especificidades das Provas, testes e/ou dos candidatos;

12 Providenciou todos os recursos humanos necessários para aplicação de todas as provas e plena execução do objeto, devidamente qualificados para tanto. Providenciou, ainda, alimentação necessária aos fiscais e pessoal convocado a trabalhar nos dias de provas;

13 Desenvolveu logística para a aplicação das provas (objetiva, prática e de títulos) envolvendo a locação de espaço físico, organização do mesmo e ainda locação de equipamentos ou materiais necessários para a realização da prova prática;

269

14 Recolheu e avaliou os títulos;
15 Arcou com todas as despesas com alimentação, transporte e hospedagem de seus funcionários e contratados, da mesma forma com as despesas relativas a motoristas, combustível ou quaisquer outras decorrentes da prestação dos serviços;
16 Recrutou, selecionou, capacitou fiscais e responsabilizou-se pelas despesas relativas com estes;
17 Elaborou o Cronograma Geral com planejamento detalhado de todos os procedimentos a serem adotados, referentes à execução dos serviços;
18 Forneceu apoio técnico e jurídico em todas as fases;
19 Elaborou, confeccionou, reproduziu, aplicou e corrigiu as provas objetivas e práticas;
20 Elaborou provas, de forma a preservar o ineditismo dos questionamentos;
21 Aplicou as provas de acordo com a logística estabelecida, seguindo, entre outros, os seguintes procedimentos:
22 Realizou a abertura dos portões de acesso;
23 Direcionou os candidatos à sala de prova, através da sinalização do prédio;
24 Identificou os candidatos para adentrar à sala de aplicação;
25 Iniciou as provas com a assinatura de candidatos, demonstrando a inviolabilidade dos envelopes de provas;
26 Realizou as provas e encerramento com a assinatura de candidatos, confirmando o lacre e a aplicação das provas;
27 Após o processo de inscrição, procedeu a Homologação das Inscrições, identificando, caso necessário, os Portadores de Necessidades Especiais;
28 Aplicou provas do Concurso Público, na sede do Município, em local que foi submetido à aprovação pela Comissão Permanente de Concurso;
29 A Contratada manteve fiscais nas salas em que ocorreram as provas, no mínimo 02 (dois) em cada sala, além de fiscais nos corredores e nos acessos dos locais de prova, a fim de controlarem rigorosamente os horários que devem ser respeitados e que serão definidos em tempo oportuno;
30 Procedeu à personalização dos cartões-resposta que foram utilizados, que continham a indicação do nome do candidato, número de inscrição, cargo pretendido e local de realização da prova;
31 Providenciou embalagens para acondicionar pertences pessoais dos candidatos, tais como aparelho celular, relógio, boné, carteira, etc;
32 Corrigiu as provas objetivas através de processamento digital (leitura óptica) de cada grade e disponibilizar os resultados com a lista de notas, permitindo, em cada etapa ou fase, prazo recursal;
33 Elaborou e aplicou as provas práticas com profissionais devidamente qualificados para os testes afins, apresentou relatório justificando individualmente os casos de inabilitação;

270

34 Abriu prazo de recurso em todas as fases necessárias, com prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência do fato, conforme cronograma, para tanto estavam todas as informações disponibilizadas na íntegra em página de internet própria e disponibilizou o formulário de interposição de recurso e os procedimentos necessários, de forma eletrônica;

35 Procedeu à análise total e respostas (através de parecer da empresa) a eventuais recursos interpostos, cumpriu o cronograma, finalizou a fase com a divulgação dos resultados preliminares;

36 Divulgou na íntegra, em página de internet própria, conforme cronograma, as provas e gabaritos, além de disponibilizar formulário de interposição de recurso, sendo totalmente eletrônico;

37 Entregou o Resultado Oficial após cada uma das etapas;

38 Elaborou o Edital divulgando os resultados preliminares e oficiais da seleção, com nome, CPF, número da inscrição e notas obtidas pelo candidato em cada prova ou etapa e média final, observada a média mínima de 50 (cinquenta) pontos para a aprovação, bem como forneceu ao contratante, relatório com o nome de todos aqueles que não compareceram aos exames, ou que foram eliminados por não terem atingido a pontuação final mínima exigida;

39 Divulgou na íntegra, em página de internet própria, o resultado de todas as fases, conforme cronograma, além de encaminhar tais resultados ao Município, para que a divulgação também ocorresse na página oficial do Município. Ainda disponibilizou cartão de desempenho individual para cada candidato por meio eletrônico, em caráter sigiloso (ex: acessado por cada um através de senha pessoal ou CPF ou enviado por e-mail aos candidatos solicitantes) ou através de correspondência registrada – A.R (conforme exigência do TCE-PR).

40 Elaborou o relatório final, contendo todos os atos da seleção pública, bem como exemplares de publicações a ele afetas, para homologação da Autoridade Municipal;

41 Entregou a lista dos candidatos aprovados, ausentes e reprovados, bem como os originais de cada tipo de prova realizada (1 via de cada) e os gabaritos originais (1 via de cada prova), enfim, a Contratada entregou à Contratante um arquivo contendo todas as fases inerentes ao concurso, para seu devido arquivamento;

42 Cumpriu o contrato de acordo com a proposta apresentada para planejamento e execução do concurso público;

43 Observou o cumprimento dos prazos para a realização dos serviços;

44 Fez a prestação de contas do serviço efetuado à Contratante, com a entrega do resultado para ser homologado pela Comissão Permanente de Concurso;

45 Respondeu perante a CONTRATANTE pela qualidade técnica e orientação dos trabalhos desenvolvidos;

271

46 Comprometeu-se em proceder à guarda dos cadernos de prova, arquivos e demais documentos no período mínimo de 12 (doze) meses, a partir da entrega dos relatórios finais;

47 Indicou as equipes de coordenação técnica, responsáveis pelo desenvolvimento dos trabalhos desenvolvidos. Indicou ainda 01 (uma) pessoa da empresa para ser o contato direto com a Comissão designada;

48 Forneceu e manteve atualizada a relação de equipe de profissionais destinados à prestação, em ficha de registro de cada profissional;

49 Forneceu atendimento especializado aos portadores de deficiências, de acordo com as especificidades dos casos apresentados (motora, auditiva ou visual);

50 Comprometeu-se em ser responsável perante terceiros por prejuízos que pudessem ser advindos do descumprimento das atividades ou obrigações afetadas à Contratada;

51 Elaborou o concurso público com observância de todas as Leis Municipais relativas ao Concurso e cumprimento rigoroso à normatização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Instrução Normativa 142/2018), disponibilizando todas as informações no formato do layout exigido pelo TCE-PR, para importação e inclusão dos dados junto ao SIAP – Sistema Integrado de Atos de Pessoal;

52 Cumpriu todas as Leis e Posturas Federais, Estaduais e Municipais pertinentes e vigentes durante a execução do Contrato, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que pudessem vir a dar causa;

53 Responsabilizou-se pelo recolhimento de todos os tributos que incidam ou viessem a incidir sobre as atividades inerentes à execução do objeto contratual, não cabendo, portanto, qualquer obrigação ao CONTRATANTE com relação aos mesmos. A CONTRATADA comprometeu-se em responder por qualquer recolhimento tributário indevido e por quaisquer infrações fiscais cometidas, decorrentes da execução do objeto contratual;

54 Manteve os salários dos seus empregados, que prestaram serviços relativos a este CONTRATO, rigorosamente em dia;

55 Prestou assessoria técnica e enviou documentos quando necessário, à CONTRATANTE em relação ao concurso, até o final da homologação do registro de admissão de pessoal junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

56 A CONTRATADA obrigou-se a dar toda assistência durante toda a validade do concurso, inclusive no caso de prorrogação;

57 A CONTRATADA comprometeu-se a não revelar ou divulgar a terceiros, por quaisquer meios, informações obtidas em decorrência da realização dos serviços, objeto deste contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, exceto a publicação dos resultados preliminares e oficiais;

EFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES – CNPJ 76.958.966-0001-06
Rua Garças, 750 – Centro – CEP 86700-285
Fone (43) 3902-1052
www.arapongas.pr.gov.br *e-mail:* licitacao.pregao@arapongas.pr.gov.br

58 A CONTRATADA, em hipótese alguma, subcontratou ou terceirizou os serviços objeto deste contrato.

§ 1º - Para a regular publicação do edital do concurso, a CONTRATADA submeteu o mesmo à aprovação prévia da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, que a fez através da Comissão de Concurso - CC, devidamente nomeada através da portaria nº 432/2019.

§ 2º - Comprometeu-se a CONTRATADA a realizar os devidos esclarecimentos e adequações, decorrentes da análise do referido órgão municipal acima referenciado, para fins de aprovação do edital.

§ 3º - A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei Federal nº. 8.666/93 para contratação com a Administração Pública.

Atestamos ainda, que até a presente data, nada consta que a desabone, pelo que atestamos sua **"CAPACIDADE TÉCNICA"** da empresa nos compromissos assumidos.

Termos em que firma-se o presente.

Arapongas, 03 de novembro de 2020.

Josiane Cristina Cipola Pagan
SEMAD/LICITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins de direito, em especial para comprovação de capacidade técnica perante órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, bem como para participação em procedimentos licitatórios, que a **FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ – FAFIPA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº **05.566.804/0001-76**, com sede na Avenida Paraná, nº 794-A, Paranavaí/PR, executou de forma satisfatória, eficiente e dentro dos padrões técnicos exigidos pela Administração Pública os serviços especializados de planejamento, elaboração, organização e execução do **Concurso Público destinado ao provimento de vagas do Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS**, objeto do **Contrato nº 8763/2025**, celebrado com o **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP**, destinado ao provimento de cargos da Secretaria de Estado da Saúde – SESA.

OBJETO EXECUTADO

A Fundação FAFIPA foi responsável pelo planejamento, coordenação, gerenciamento e execução das atividades necessárias à realização do concurso público, compreendendo, entre outras:

- planejamento técnico, administrativo e operacional do certame;
- gerenciamento do sistema eletrônico de inscrições;
- processamento das inscrições e dos pedidos de isenção;
- atendimento aos candidatos durante todas as fases do concurso sob sua competência;
- elaboração, revisão técnica e validação das provas objetivas;
- coordenação da banca examinadora especializada;
- impressão, conferência, embalagem e controle do material sigiloso;
- logística de distribuição e recolhimento dos malotes de prova;
- coordenação e aplicação das provas objetivas;
- processamento eletrônico dos cartões-resposta;
- análise e julgamento dos recursos administrativos;
- processamento das notas e classificação dos candidatos;
- publicação dos resultados preliminares e finais;

ATESTADO 015/2026. Assinatura Avançada realizada por: **João Afonso Simon de Vargas (XXX.351.150-XX)** em 09/09/2026 17:16. Inserido ao documento **2.272.424** por: **João Afonso Simon de Vargas** em: 09/09/2026 17:15. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **3f3494f2efaace135d55c9f59e10992c**

- execução do procedimento de heteroidentificação;
- suporte técnico à Administração Pública durante as fases do certame.

Todos os serviços foram executados em conformidade com o Contrato nº 8763/2025, Edital nº 265/2025 e legislação aplicável, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e segurança da informação.

RESUMO EXECUTIVO

ITEM	QUANTITATIVO
Modalidade	Concurso Público
Contrato	**8763/2025**
Contratante	Estado do Paraná – SEAP
Órgão Atendido	Secretaria de Estado da Saúde – SESA
Total de vagas	**641**
Funções contempladas	**27**
Abrangência	Estadual
Macrorregionais	**Leste, Oeste, Norte e Noroeste**
Municípios de aplicação	Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina, Maringá, Cascavel e Umuarama
Inscrições homologadas	**92.725**
Etapas executadas	Prova Objetiva e demais etapas de competência da contratada

EQUIPE TÉCNICA

NOME	FUNÇÃO	TITULAÇÃO
Carlos Antonio Vantini Mazzin	Coordenação Jurídica	Especialização
Fabio Ribeiro de Proença	Coordenação Geral e Administrativa	Especialização
Mariana Nitatori Mazaro	Planejamento	Especialização
João Victor Ferreira Macedes	Planejamento	Graduação
Nilva Oliveira Brito dos Santos	Coordenação Educacional	Doutorado
Beatriz Maria Bueno Soares	Coordenação de Elaboração	Especialização
Sara Guedes Gonçalves	Coordenação de Logística	Especialização

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 265/2025

ATESTADO 015/2026. Assinatura Avançada realizada por: **João Afonso Simon de Vargas (XXX.351.150-XX)** em 09/09/2026 17:16. Inserido ao documento **2.272.424** por: **João Afonso Simon de Vargas** em: 09/09/2026 17:15. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **3f3494f2efaace135d55c9f59e10992c**

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

RELAÇÃO DOS CARGOS/FUNÇÕES, ETAPAS E INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

CARGO/FUNÇÃO	PROVA	HOMOLOGADOS
Promotor de Saúde Execução - Técnico de Enfermagem - Macrorregional Oeste	PO	3991
Promotor de Saúde Execução - Técnico de Enfermagem - Macrorregional Noroeste	PO	2974
Promotor de Saúde Execução - Técnico de Enfermagem - Macrorregional Norte	PO	4347
Promotor de Saúde Execução - Técnico de Enfermagem - Macrorregional Leste	PO	14823
Promotor de Saúde Execução - Técnico de Laboratório - Macrorregional Leste	PO	818
Promotor de Saúde Execução - Técnico de Laboratório - Macrorregional Oeste	PO	165
Promotor de Saúde Execução - Técnico de Laboratório - Macrorregional Noroeste	PO	196
Promotor de Saúde Execução - Técnico de Laboratório - Macrorregional Norte	PO	188
Promotor de Saúde Execução - Técnico de Segurança do Trabalho - Macrorregional Norte	PO	313
Promotor de Saúde Execução - Técnico de Segurança do Trabalho - Macrorregional Noroeste	PO	344
Promotor de Saúde Execução - Técnico de Segurança do Trabalho - Macrorregional Oeste	PO	390
Promotor de Saúde Execução - Técnico de Segurança do Trabalho - Macrorregional Leste	PO	1277
Promotor de Saúde Profissional - Administrador - Macrorregional Leste	PO	3365
Promotor de Saúde Profissional - Administrador - Macrorregional Oeste	PO	556
Promotor de Saúde Profissional - Administrador - Macrorregional Noroeste	PO	543
Promotor de Saúde Profissional - Administrador - Macrorregional Norte	PO	420
Promotor de Saúde Profissional - Analista De Sistemas - Macrorregional Leste	PO	1347
Promotor de Saúde Profissional - Arquiteto - Macrorregional Leste	PO	704
Promotor de Saúde Profissional - Arquiteto - Macrorregional Oeste	PO	128
Promotor de Saúde Profissional - Arquiteto - Macrorregional Noroeste	PO	193
Promotor de Saúde Profissional - Arquiteto - Macrorregional Norte	PO	137
Promotor de Saúde Profissional - Assistente Social - Macrorregional Norte	PO	479
Promotor de Saúde Profissional - Assistente Social - Macrorregional Noroeste	PO	399
Promotor de Saúde Profissional - Assistente Social - Macrorregional Oeste	PO	457
Promotor de Saúde Profissional - Assistente Social - Macrorregional Leste	PO	1431
Promotor de Saúde Profissional - Biólogo - Macrorregional Oeste	PO	183
Promotor de Saúde Profissional - Biólogo - Macrorregional Noroeste	PO	248
Promotor de Saúde Profissional - Biólogo - Macrorregional Norte	PO	215
Promotor de Saúde Profissional - Biólogo - Macrorregional Leste	PO	830
Promotor de Saúde Profissional - Biomédico - Macrorregional Leste	PO	1304
Promotor de Saúde Profissional - Biomédico - Macrorregional Oeste	PO	298

ATESTADO 015/2026. Assinatura Avançada realizada por: **João Afonso Simon de Vargas (XXX.351.150-XX)** em 09/09/2026 17:16. Inserido ao documento **2.272.424** por: **João Afonso Simon de Vargas** em: 09/09/2026 17:15. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **3f3494f2efaace135d55c9f59e10992c**

276
1.



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Promotor de Saúde Profissional - Biomédico - Macrorregional Noroeste	PO	339
Promotor de Saúde Profissional - Biomédico - Macrorregional Norte	PO	365
Promotor de Saúde Profissional - Contador - Macrorregional Norte	PO	150
Promotor de Saúde Profissional - Contador - Macrorregional Noroeste	PO	231
Promotor de Saúde Profissional - Contador - Macrorregional Oeste	PO	166
Promotor de Saúde Profissional - Contador - Macrorregional Leste	PO	667
Promotor de Saúde Profissional - Economista - Macrorregional Leste	PO	258
Promotor de Saúde Profissional - Economista - Macrorregional Oeste	PO	76
Promotor de Saúde Profissional - Economista - Macrorregional Noroeste	PO	62
Promotor de Saúde Profissional - Economista - Macrorregional Norte	PO	51
Promotor de Saúde Profissional - Enfermeiro - Macrorregional Leste	PO	9929
Promotor de Saúde Profissional - Enfermeiro - Macrorregional Oeste	PO	3341
Promotor de Saúde Profissional - Enfermeiro - Macrorregional Noroeste	PO	2646
Promotor de Saúde Profissional - Enfermeiro - Macrorregional Norte	PO	3219
Promotor de Saúde Profissional - Engenheiro Agrônomo - Macrorregional Leste	PO	391
Promotor de Saúde Profissional - Engenheiro Civil - Macrorregional Noroeste	PO	213
Promotor de Saúde Profissional - Engenheiro Civil - Macrorregional Norte	PO	150
Promotor de Saúde Profissional - Engenheiro Civil - Macrorregional Leste	PO	786
Promotor de Saúde Profissional - Engenheiro Civil - Macrorregional Oeste	PO	157
Promotor de Saúde Profissional - Engenheiro Eletricista - Macrorregional Leste	PO	300
Promotor de Saúde Profissional - Engenheiro Eletricista - Macrorregional Oeste	PO	100
Promotor de Saúde Profissional - Engenheiro Eletricista - Macrorregional Noroeste	PO	75
Promotor de Saúde Profissional - Engenheiro Eletricista - Macrorregional Norte	PO	71
Promotor de Saúde Profissional - Engenheiro Mecânico - Macrorregional Leste	PO	253
Promotor de Saúde Profissional - Engenheiro Mecânico - Macrorregional Oeste	PO	61
Promotor de Saúde Profissional - Engenheiro Mecânico - Macrorregional Noroeste	PO	48
Promotor de Saúde Profissional - Engenheiro Mecânico - Macrorregional Norte	PO	68
Promotor de Saúde Profissional - Farmacêutico - Macrorregional Leste	PO	3853
Promotor de Saúde Profissional - Farmacêutico - Macrorregional Oeste	PO	1171
Promotor de Saúde Profissional - Farmacêutico - Macrorregional Noroeste	PO	1050
Promotor de Saúde Profissional - Farmacêutico - Macrorregional Norte	PO	1090
Promotor de Saúde Profissional - Físico - Macrorregional Leste	PO	129
Promotor de Saúde Profissional - Fisioterapeuta - Macrorregional Leste	PO	1489
Promotor de Saúde Profissional - Fisioterapeuta - Macrorregional Oeste	PO	433
Promotor de Saúde Profissional - Fisioterapeuta - Macrorregional Noroeste	PO	291

ATESTADO 015/2026. Assinatura Avançada realizada por: **João Afonso Simon de Vargas (XXX.351.150-XX)** em 09/09/2026 17:16. Inserido ao documento **2.272.424** por: **João Afonso Simon de Vargas** em: 09/09/2026 17:15. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **3f3494f2efaace135d55c9f59e10992c**

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Promotor de Saúde Profissional - Fisioterapeuta - Macrorregional Norte	PO	458
Promotor de Saúde Profissional - Médico - Macrorregional Leste	PO	2472
Promotor de Saúde Profissional - Médico - Macrorregional Oeste	PO	931
Promotor de Saúde Profissional - Médico - Macrorregional Noroeste	PO	646
Promotor de Saúde Profissional - Médico - Macrorregional Norte	PO	564
Promotor de Saúde Profissional - Médico Do Trabalho - Macrorregional Norte	PO	4
Promotor de Saúde Profissional - Médico Do Trabalho - Macrorregional Noroeste	PO	8
Promotor de Saúde Profissional - Médico Do Trabalho - Macrorregional Oeste	PO	5
Promotor de Saúde Profissional - Médico Do Trabalho - Macrorregional Leste	PO	34
Promotor de Saúde Profissional - Médico Hematologista - Macrorregional Noroeste	PO	5
Promotor de Saúde Profissional - Médico Hematologista - Macrorregional Oeste	PO	4
Promotor de Saúde Profissional - Médico Hematologista - Macrorregional Leste	PO	22
Promotor de Saúde Profissional - Médico Hematologista - Macrorregional Norte	PO	10
Promotor de Saúde Profissional - Médico Psiquiatra - Macrorregional Leste	PO	55
Promotor de Saúde Profissional - Médico Psiquiatra - Macrorregional Oeste	PO	7
Promotor de Saúde Profissional - Médico Psiquiatra - Macrorregional Noroeste	PO	19
Promotor de Saúde Profissional - Médico Psiquiatra - Macrorregional Norte	PO	7
Promotor de Saúde Profissional - Médico Veterinário - Macrorregional Leste	PO	824
Promotor de Saúde Profissional - Médico Veterinário - Macrorregional Oeste	PO	295
Promotor de Saúde Profissional - Médico Veterinário - Macrorregional Noroeste	PO	221
Promotor de Saúde Profissional - Médico Veterinário - Macrorregional Norte	PO	245
Promotor de Saúde Profissional - Nutricionista - Macrorregional Leste	PO	993
Promotor de Saúde Profissional - Nutricionista - Macrorregional Norte	PO	300
Promotor de Saúde Profissional - Nutricionista - Macrorregional Noroeste	PO	279
Promotor de Saúde Profissional - Nutricionista - Macrorregional Oeste	PO	294
Promotor de Saúde Profissional - Odontólogo - Macrorregional Leste	PO	909
Promotor de Saúde Profissional - Odontólogo - Macrorregional Oeste	PO	248
Promotor de Saúde Profissional - Odontólogo - Macrorregional Noroeste	PO	373
Promotor de Saúde Profissional - Odontólogo - Macrorregional Norte	PO	332
Promotor de Saúde Profissional - Psicólogo - Macrorregional Leste	PO	2805
Promotor de Saúde Profissional - Psicólogo - Macrorregional Oeste	PO	835
Promotor de Saúde Profissional - Psicólogo - Macrorregional Noroeste	PO	889
Promotor de Saúde Profissional - Psicólogo - Macrorregional Norte	PO	890
TOTAL	**92.725**	

LEGENDA SIGLA: PO **DESCRIÇÃO:** Prova Objetiva

ATESTADO 015/2026. Assinatura Avançada realizada por: **João Afonso Simon de Vargas (XXX.351.150-XX)** em 09/09/2026 17:16. Inserido ao documento **2.272.424** por: **João Afonso Simon de Vargas** em: 09/09/2026 17:15. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **3f3494f2efaace135d55c9f59e10992c**

278

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

DECLARAÇÃO FINAL

Declaramos, por fim, que a FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ – FAFIPA cumpriu com as obrigações assumidas no Contrato nº 8763/2025, não existindo qualquer registro, até o momento, de ocorrência ou fato que desabone sua capacidade técnica, operacional ou profissional.

Curitiba, 09 de setembro de 2026.

Assinado eletronicamente

João Afonso Simon de Vargas
Agente Profissional – DSRH/DRH/SEAP
Fiscal do Contrato nº 8763/2025[1]

Ciente e de acordo.

Mayra Fantinel do Canto de Lima
Chefe de Divisão – DSRH/DRH/SEAP

[1] Portaria SEAP nº 64/2025, Diário Oficial do Estado nº 12031, de 17 de novembro de 2025.

ATESTADO 015/2026. Assinatura Avançada realizada por: **João Afonso Simon de Vargas (XXX.351.150-XX)** em 09/09/2026 17:16. Inserido ao documento **2.272.424** por: **João Afonso Simon de Vargas** em: 09/09/2026 17:15. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **3f3494f2efaace135d55c9f59e10992c**

ePROTOCOLO

279
1.

ATESTADO 015/2026.
Documento: **ACT_SESA.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **João Afonso Simon de Vargas (XXX.351.150-XX)** em 09/09/2026 17:16, **Mayra Fantinel do Canto (XXX.664.119-XX)** em 14/09/2026 17:42 Local: SEAP/DRH/DSRH.

Inserido ao documento **2.272.424** por: **João Afonso Simon de Vargas** em: 09/09/2026 17:15.

Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **3f3494f2efaace135d55c9f59e10992c**

280
l.

CRCPR
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ
Rua XV de Novembro, 2987, - Bairro Alto da XV, Curitiba/PR, CEP 80045-340
Telefone: (41) 3360-4700 - www.crcpr.org.br E-mail: crcpr@crcpr.org.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins de participação em Licitação Pública e a quem interessar, que a **FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ – FAFIPA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Avenida Paraná, nº 794-A, esquina com a Rua Guaporé, CEP 87.705-190, Paranavaí – PR, inscrita no CNPJ sob o nº **05.566.804/0001-76**, executou o **Concurso para Emprego Público** do **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ – CRCPR**, autarquia federal, inscrita no CNPJ sob nº **76.592.559/0001-10**, por meio do CONTRATO ADMINISTRATIVO - Dispensa de Licitação CRCPR nº 97/2025 - Proc. 9079623110000643.000267/2025-58.

OBJETO

Prestação de serviços técnicos especializados para planejamento, organização e execução de Concurso para Emprego Público – Edital de Abertura nº 01/2026, destinado Contratação de pessoa jurídica especializada no planejamento, organização, execução e realização de concurso público, em todas as suas fases, visando a contratação de pessoal para o CRCPR, conforme especificações do Termo de Referência da Dispensa de Licitação CRCPR nº 97/2025.

EQUIPE TÉCNICA

NOME	FUNÇÃO	CPF	TITULAÇÃO
Carlos Antonio Vantini Mazzin	Coordenação Jurídica	391.XXX.769-53	Especialização
Fabio Ribeiro de Proença	Coordenação Geral e administrativa	005.XXX.499-56	Especialização
Mariana Nitatori Mazaro	Planejamento	024.XXX.969-58	Especialização
João Victor Ferreira Macedes	Planejamento	110.XXX.189-47	Graduação
Nilva Oliveira Brito dos Santos	Coordenação Educacional	487.XXX.269-20	Doutorado
Beatriz Maria Bueno Soares	Coordenação Educacional	099.XXX.789-92	Especialização
Sara Guedes Gonçalves	Coordenação de Elaboração e Logística	043.XXX.779-67	Especialização

BANCA DE EXAMINADORES

NOME	ÁREA DE ELABORAÇÃO	CPF	FORMAÇÃO
Katia Cristina Daniela da Silva	Língua Portuguesa	063.XXX.279-80	Letras
Ana Luíza de Oliveira Silva	Raciocínio Lógico	085.XXX.766-12	Matemática
Jorlandia de Jesus Santos	Legislação	066.XXX.315-59	Direito
André Ricardo Zavan	Informática	027.XXX.019-32	Engenharia de Software
Everton Ferreira Leite	Conhecimentos Específicos	004.XXX.409-03	Administração

281
1

Marcos Paulo Rodrigues de Souza	Conhecimentos Específicos	036.XXX.379-45	Ciências Contábeis
Fernanda Maria Poltronieri	Conhecimentos Específicos	338.XXX.068-09	Direito
Alessandro João Brassanini	Conhecimentos Específicos	020.XXX.329-96	Engenharia de Software
Michele Marques Costa	Conhecimentos Específicos	363.XXX.868-52	Sistemas de Informação
Dayane Alves de Souza Fujimori	Conhecimentos Específicos	090.XXX.499-11	Administração
José Carlos Bertacchi Junior	Conhecimentos Específicos	046.XXX.349-70	Direito
Rodolpho Hoffman Roncaglio	Conhecimentos Específicos	081.XXX.609-18	Comunicação Social

CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO
EDITAL DE ABERTURA Nº 01.01/2026

EMPREGOS	PROVAS	INSCRIÇÕES CONFIRMADAS
Advogado - Curitiba	PO + PD	418
Analista Contábil - Curitiba	PO + PD	211
Analista de Comunicação - Curitiba	PO + PD	161
Analista de Sistemas - Curitiba	PO + PD	150
Analista de Suporte - Curitiba	PO + PD	88
Analista Jurídico - Curitiba	PO + PD	166
Analista Operacional - Curitiba	PO + PD	125
Assistente Administrativo - Curitiba	PO + PD	947
Assistente Administrativo - Londrina	PO + PD	232
Assistente Administrativo - Maringá	PO + PD	256
Assistente Administrativo - Cascavel	PO + PD	207
Assistente Administrativo - Ponta Grossa	PO + PD	340
Inspetor Fiscal - Curitiba	PO + PD	70
TOTAL GERAL		3.371

Legenda:

PO – Prova Objetiva

PD – Prova Discursiva

Atestamos ainda que a **FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ – FAFIPA** executou satisfatoriamente todas as atividades exigidas contratualmente e conforme condições decorrentes da Lei nº 14.133/2021, inerentes ao planejamento, organização, coordenação, elaboração de provas, aplicação, processamento dos resultados, julgamento de recursos e homologação do Concurso para Emprego Público – Edital de Abertura nº 01/2026 do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ - CRCPR, contemplando as fases de Prova Objetiva, Prova Discursiva e Prova de Títulos, registrando o quantitativo de 3.371 inscrições confirmadas, cumprindo pontualmente os compromissos assumidos no CONTRATO ADMINISTRATIVO - Dispensa de Licitação CRCPR nº 97/2025 - Proc. 9079623110000643.000267/2025-58, não havendo até a presente data qualquer registro que a desabone quanto à sua capacidade técnica e operacional.

Por ser verdade, firmamos o presente atestado.

Curitiba/PR, data da assinatura eletrônica.

MAURICIO OSTROWSKI JUNIOR
Gerente Operacional
(Portaria Normativa CRCPR nº 60/2026)

282

Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Ostrowski Junior, Gerente**, em 12/08/2026, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1499403** e o código CRC **519FA8E4**.

Referência: Processo nº 9079623110000643.000318/2025-41 SEI nº 1499403

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE PESSOAL
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

CERTIDÃO Nº 927/2014 – CRS

ATESTO para os devidos fins que a **FUNDAÇÃO DE APOIO A FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ – FAFIPA**, entidade contratada, nos termos do contrato nº 480/12 (protocolo nº 11.704.659-1), para a realização do concurso público para ingresso de militares estaduais – 4.445 (quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco) Soldados policiais militares e 819 (oitocentos e dezenove) Soldados bombeiros militares– na Polícia Militar do Paraná prestou os serviços técnicos referentes à organização, planejamento e execução das seguintes etapas do certame regulado pelo **Edital nº 1.107/2012-CRS**, em conformidade com o disposto no Parágrafo Primeiro do contrato, a saber: **prova de conhecimentos, entrevista de verificação de afrodescendência, exame de sanidade física e avaliação psicológica e exame de capacidade física.**

ATESTO que as vagas do concurso foram fracionadas em 2 (duas) turmas, sendo que para a **1ª Turma** foram disponibilizadas 2.223 (dois mil, duzentos e vinte e três) vagas para o cargo de Policial Militar e 410 (quatrocentos e dez) para o cargo de Bombeiro Militar. Para a **2ª Turma** foram disponibilizadas 2.222 (dois mil duzentos e vinte e dois) vagas para o cargo de Policial Militar e 409 (quatrocentos e nove) para o cargo de Bombeiro Militar, sendo que a contratada executou todas as fases a que estava obrigada contratualmente para as 2 (duas) turmas. Neste sentido, **ATESTO** que o **Edital nº 2.008/2014-CRS**, publicado em 05 de dezembro de 2014, tornou público o resultado definitivo do Exame de Sanidade Física- 2ª Turma, última etapa do certame sob a responsabilidade da contratada.

ATESTO, por fim, nos termos do contratado, resta à contratada processar a correção de provas subjetivas, realizar entrevistas de verificação de afrodescendência, exames de capacidade física, avaliações psicológicas e exames

284
1.

de sanidade física em decorrência de eventuais decisões judiciais, não havendo mais fases a serem processadas aos candidatos regulares.

Do que para constar, eu, 2º Sargento QPM 1-0 Marco Aurelio Bemben, _____, Auxiliar da Seção de Inclusão, extraí a presente certidão a qual vai devidamente conferida e assinada pelo Capitão QOPM José Luiz Beggiora Júnior, Resp. pela Chefia do Centro de Recrutamento e Seleção da PMPR.

CARTÓRIO TABOÃO

Curitiba, 11 de dezembro de 2014.

Cap. QOPM José Luiz Beggiora Junior,
Resp. pela Chefia do CRS.

Cartório Distrital de Taboão
Rua Marcos Leme, 1425, Fone: (41)3353-3212 - 3014-3212 / Fax: (41)3352-3212. Cep: 80530-010 - Curitiba / PR.
José Marcelo Lucas de Oliveira - Tabelião
CPF Nº 548.221.909-15

SELO: c1Dn6.guK9B.skuuB-zHSXy.97NS
Valide esse selo em http://funarpen.com.br
Reconheço por semelhança a assinatura de JOSE LUIZ BEGGIORA JUNIOR (401828). Dou Fé. F68CKK1F3-818170-87*.
Curitiba-PR, 08 de janeiro de 2015 - 12:52:47h.
Em Testemunho _____ da Verdade
0103 - Ariane Cherpinski Alves - Escrevente

CARTÓRIO TABOÃO
UM SÉCULO REGISTRANDO NASCIMENTOS A ETERNIDADE
2015
CURITIBA - PR
120 ANOS

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESSOAL
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Edital n.º 1107/2012
Retificado pelos Editais nº 1.117 - nº 2.392/2016 -

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE SOLDADO POLICIAL MILITAR (QPM 1-0) E DE SOLDADO BOMBEIRO MILITAR (QPM 2-0) DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

O **Diretor de Pessoal da Polícia Militar do Paraná** (DP/PMPR), com sede de comando situado na Avenida Marechal Floriano Peixoto, n.º 1401, bairro Rebouças, Curitiba-PR, CEP 80.230-110, tendo em vista o disposto no art. 42, § 1.º, c/c art. 142, § 3.º, inciso X da Constituição Federal; no art. 45, *caput* e § 9.º da Constituição Estadual; nos arts. 10 *caput*, 20, alínea "b", 21, inciso II, 43, alínea "e", da Lei estadual n.º 1.943/54 (Código da Polícia Militar); no art. 16 da Lei estadual n.º 16.575/2010 (Lei de Organização Básica); nos art. 1º e 2.º da Lei estadual n.º 16.576/2010 (fixa o efetivo da Corporação); no art. 1.º, § 2.º, da Lei estadual n.º 12.975/2000; no Decreto estadual nº 5.309, de 29 de agosto de 2005; na Lei estadual nº 14.274/2003, e na autorização governamental constante nos protocolos n.º 11.550.394-4 e 11.704.659-1, torna público que se acham abertas as inscrições ao concurso público para ingresso na PMPR, destinado ao preenchimento de 4.445 (quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco) vagas para qualificação policial-militar geral 1 – **policial militar** e 819 (oitocentas e dezenove) vagas para qualificação policial-militar geral 2 – **bombeiro militar**, conforme tabelas 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4, no presente Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O preenchimento dos cargos previstos ocorrerá, nos termos do quadro abaixo e do disposto nas tabelas 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4, de forma fracionada de acordo com a capacidade operacional da Administração Policial Militar, em especial para a realização dos Cursos de Formação de Soldados PM/BM, obedecidos os demais critérios do presente Edital:

	PolicialMilitar	BombeiroMilitar
1ªTurma	2.223	410
2ªTurma	2.222	409
Total de vagas	**4.445**	**819**

1.2 As inscrições para o certame estarão sob a responsabilidade da Fundação de Apoio à FAFIPA, obedecidas às normas deste Edital.

1.3 ~~O prazo de validade do concurso será de 30 (trinta) dias contados da homologação do resultado final da 2ª Turma~~. O prazo improrrogável de validade do concurso será de 1 (um) ano contados da homologação do resultado final da 2ª Turma (Retificado pelo Edital nº 2.392/2016)

1.4 Será admitida impugnação do presente Edital no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua publicação.

1.4.1 A impugnação deverá ser protocolada pessoalmente ou enviada, dentro do prazo estipulado, via Sedex para o endereço da Fundação de Apoio à FAFIPA, na avenida Paraná, nº 794 A, 1º andar, Centro, CEP 87.705-190, Paranavaí/PR.

1.5 O Presidente do Concurso será um Oficial Superior da PMPR ao qual, desde logo, ficam delegados todos os poderes atinentes ao certame, tais como publicação de editais de convocação, resultado e outros necessários ao pleno desenvolvimento do certame, como fornecimento de documentos e outros expedientes a serem prestados em juízo ou administrativamente em caso de eventual processo judicial, sendo tais informações prestadas pessoalmente ou por autoridade hierárquica e funcionalmente superior.

2. DOS CARGOS

2.1 CARGO: QUALIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR (QPM 1-0):

2.1.1 **Requisito**: diploma, devidamente registrado, de conclusão do Ensino Médio em escola pública ou

286
1.

particular reconhecida pelos órgãos oficiais de ensino, ter no máximo 30 (trinta) anos de idade na data do primeiro dia da inscrição, ou seja, não ter completado 31 (trinta e um) anos no primeiro dia de inscrições, e os demais critérios para a posse previstos neste Edital.

2.1.2 **Vagas**: 4.445 (quatro mil quatrocentas e quarenta e cinco) vagas **(Tabelas 2.1, 2.2 e Anexo I)**.

2.1.2.1 **Sexo feminino**: fica limitado o ingresso de pessoas do sexo feminino a até 50% das vagas ofertadas, nos termos da Lei estadual nº 14.804/2005. Atingido o limite previsto não serão nomeados candidatos do sexo feminino independente da classificação final obtida no certame.

2.1.2.2 **Afrodescendentes**: ficam reservadas 10% das vagas ofertadas, nos termos da Lei estadual nº 14.274/2003, atendidos os critérios estipulados no presente Edital.

2.1.3 **Atribuições**: desempenho do policiamento ostensivo e outras missões necessárias à preservação da ordem pública.

2.1.4 **Regime Jurídico**: estatutário, em conformidade com a legislação constitucional e infraconstitucional aplicável.

2.1.5 **Lotação inicial**: O concurso público para os cargos de Soldado Policial Militar será regionalizado conforme as Regiões Militares e o número de vagas previstos nas tabelas 2.1 e 2.2 devendo o candidato realizar a opção unicamente no momento da inscrição.

2.1.5.1 **Lotação mínima**: o candidato, se aprovado, permanecerá em qualquer uma das unidades pertencentes à Região Militar escolhida (abrangendo todos os municípios, distritos, vilas e demais localidades que estejam sob a responsabilidade territorial da Unidade) pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, salvo promoção, após este período poderá ser lotado em qualquer unidade do Estado do Paraná.

2.1.6 **Remuneração**: nos termos da Lei estadual nº 17.169/12:

Bolsa Auxílio do Soldado de 2ª Classe Policial Militar	R$ 1.463,03
Subsídio do Soldado de 1ª Classe Policial Militar	R$ 3.225,99

TABELA 2.1 – 1ª TURMA - (POLICIAL MILITAR)

Áreadeatuação	Vagas Ampla concorrência	VagasAfrodescendentes	Todal de vagas disponibilizadas por Região Militar
1ºRegião Militar:Curitiba, região metropolitana e litoral	720	80	800
2ºRegião MilitarLondrinaeregião	360	40	400
3ºRegião Militar:Maringáeregião	320	36	356
4ºRegião Militar:PontaGrossaeregião	204	23	227
5ºRegião Militar:Cascaveleregião	396	44	440
Total de vagas	2.000	223	2.223

TABELA 2.2 – 2ª TURMA - (POLICIAL MILITAR)

Áreadeatuação	Vagas Ampla concorrência	VagasAfrodescendentes	Todal de vagas disponibilizadas por Região Militar
1ºRegião Militar:Curitiba, região metropolitana e litoral	720	80	800
2ºRegião Militar:Londrinaeregião	360	40	400
3ºRegião Militar:Maringáeregião	320	36	356
4ºRegião Militar:PontaGrossaeregião	203	23	226
5ºRegião Militar:Cascaveleregião	396	44	440
Total de vagas	1.999	223	2.222

2.2 CARGO: QUALIFICAÇÃO BOMBEIRO MILITAR (QPM 2-0):

2.2.1 **Requisito**: diploma, devidamente registrado, de conclusão do Ensino Médio em escola pública ou particular reconhecida pelos órgãos oficiais de ensino, ter no máximo 30 (trinta) anos de idade na data do primeiro dia da inscrição, ou seja, não ter completado 31 (trinta e um) anos no primeiro dia de inscrições, e os demais critérios para a posse previstos neste Edital.

2.2.2 **Vagas**: 819 (oitocentas e dezenove) vagas **(Tabelas 2.3, 2.4 e Anexo I)**.

2.2.2.1 **Sexo feminino**: fica limitado o ingresso de pessoas do sexo feminino a até 50% das vagas ofertadas, nos termos da Lei estadual nº 14.804/2005. Atingido o limite previsto não serão nomeados candidatos do sexo feminino independente da classificação final obtida no certame

2.2.2.2 **Afrodescendentes**: ficam reservadas 10% das vagas ofertadas, nos termos da Lei estadual nº 14.274/2003, atendidos os critérios estipulados no presente Edital.

2.2.3 **Atribuições**: desempenho de atividades de defesa civil, além de outras atribuições definidas em lei.

2.2.4 **Regime Jurídico**: estatutário, em conformidade com a legislação constitucional e infraconstitucional aplicável.

2.2.5 **Lotação inicial**: O concurso público para os cargos de Soldado Bombeiro Militar será regionalizado conforme as Regiões Militares e o número de vagas previsto nas Tabelas 2.3 e 2.4, devendo o

candidato realizar a opção unicamente no momento da inscrição.

2.2.5.1 **Lotação mínima**: o candidato, se aprovado, permanecerá em qualquer uma das unidades de Bombeiro Militar pertencentes à Região Militar escolhida (abrangendo todos os municípios, distritos, vilas e demais localidades que estejam sob a responsabilidade territorial da Unidade) pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, salvo promoção, após este período poderá ser lotado em qualquer unidade do Estado do Paraná.

2.2.6 **Remuneração**: nos termos da Lei estadual nº 17.169/12:

Bolsa Auxílio do Soldado de 2ª Classe Bombeiro Militar	R$ 1.463,03
Subsídio do Soldado de 1ª Classe Bombeiro Militar	R$ 3.225,99

TABELA 2.3 – 1ª TURMA - (BOMBEIRO MILITAR)

Áreadeatuação	Vagas Ampla concorrência	VagasAfrodescendentes	Todal de vagas disponibilizadas por Região Militar
1ºRegião Militar:Curitiba, região metropolitana e litoral	199	23	222
2ºRegião Mulitar:Londrinaeregião	22	3	25
3ºRegião Militar:Maringáeregião	22	3	25
4ºRegião Militar:PontaGrossaeregião	22	3	25
5ºRegião Militar:Cascaveleregião	101	12	113
Total de vagas	**366**	**44**	**410**

TABELA 2.4 – 2ª TURMA - (BOMBEIRO MILITAR)

Áreadeatuação	Vagas Ampla concorrência	VagasAfrodescendentes	Todal de vagas disponibilizadas por Região Militar
1ºRegião Militar:Curitiba, região metropolitana e litoral	199	23	222
2ºRegião Militar:Londrinaeregião	22	3	25
3ºRegião Militar:Maringáeregião	22	3	25
4ºRegião Militar:PontaGrossaeregião	22	3	25
5ºRegião Militar:Cascaveleregião	100	12	112
Total de vagas	**365**	**44**	**409**

3. PROVAS QUE COMPÕEM O CONCURSO

3.1 O concurso público de que trata este Edital será constituído das seguintes provas/exames:
a) PROVA DE CONHECIMENTOS: de caráter eliminatório e classificatório, nos termos definidos no presente Edital e no Edital convocatório;
b) EXAME DE CAPACIDADE FÍSICA: de caráter eliminatório, nos termos definidos no presente Edital e no Edital convocatório;
c) EXAME DE SANIDADE FÍSICA: de caráter eliminatório, nos termos definidos no presente Edital e no Edital convocatório;
d) AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: de caráter eliminatório, nos termos definidos no presente Edital e no Edital convocatório;
e) PESQUISA SOCIAL E DOCUMENTAL: de caráter eliminatório, nos termos definidos no presente Edital e no Edital convocatório.

3.2 A Prova de Conhecimentos, o Exame de Capacidade Física, o Exame de Sanidade Física e a Avaliação Psicológica serão organizadas e aplicadas pela Fundação de Apoio à FAFIPA, sendo a Pesquisa Social e Documental aplicada por banca designada pela PMPR.

3.3 O candidato, com exceção da Prova de Conhecimentos, poderá ser convocado para participar de mais de uma fase do certame no mesmo dia, a critério do Presidente do Concurso.

4. DA NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

4.1 Da nomeação:

4.1.1 Para ser nomeado o candidato deverá ter sido aprovado em todas as fases do concurso público e encontrar-se dentro do número de vagas previstas nas respectivas turmas;

4.2 São requisitos básicos para a posse:
Ter sido aprovado em todas as fases do concurso, nos termos regulados no presente Edital;
Ter nacionalidade brasileira;
Estar em dia com as obrigações eleitorais;
Estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar;
Comprovar conclusão do ensino médio;
Ter no máximo 30 (trinta) anos de idade na data do primeiro dia da inscrição (não ter completado 31 (trinta e um) anos no primeiro dia das inscrições);

288
1.

Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

4.2.1 Edital específico estabelecer prazo e condições para apresentação dos documentos elencados, sendo que a não apresentação implicará na desclassificação do candidato.

4.2.2 Havendo dúvidas quanto à sanidade física e mental do candidato este não tomará posse e/ou não entrará em exercício e será submetido à inspeção médica.

4.2.2.1 Não haverá reserva de vagas para candidatos julgados inaptos, mesmo que temporariamente, para a posse ou exercício do cargo.

5. DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS PM E BM

5.1 Os Cursos de Formação de Soldados PM/BM **não fazem parte do Concurso Público**, que se encerra com o ingresso do candidato aprovado em todas as fases e convocado dentro dos limites de vagas.

5.2 Aprovado no concurso público os candidatos deverão frequentar, na condição de Soldados de 2ª Classe, o Curso de Formação Soldados PM/BM, nos termos definidos pela Diretoria de Ensino e Pesquisa da Polícia Militar.

5.2.1 A realização do Curso de Formação de Soldados PM/BM ocorrerá de acordo com a capacidade operacional da Administração Policial Militar, obedecidas as turmas previstas neste Edital.

5.2.2 O Curso de Formação de Soldados PM/BM será realizado nas Escolas de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, no Centro de Ensino e Instrução, assim como poderá ser descentralizado para qualquer Unidade da Polícia Militar no Estado, na Capital e no Interior, preferencialmente na região escolhida pelo candidato para lotação inicial.

5.2.3 O Curso de Formação de **Soldado Policial Militar** destina-se a propiciar ao militar estadual os conhecimentos necessários à execução de atividades de polícia ostensiva e da preservação da ordem pública, através dos tipos, modalidades e processos de policiamento ostensivo e velado, previstos nas Constituições Federal e Estadual e legislações e atos normativos vigentes, em regime de dedicação exclusiva, incluindo atividades noturnas, feriados e finais de semana, não sendo possível a liberação para frequência a outros cursos ou atividades estranhas à Corporação, sendo possível ainda sujeitar-se ao regime de internato.

5.2.4 O Curso de Formação de **Soldado Bombeiro Militar** destina-se a propiciar ao militar estadual os conhecimentos necessários à execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, e o que mais for definido em lei, em regime de dedicação exclusiva, incluindo atividades noturnas, feriados e finais de semana, não sendo possível a liberação para frequência a outros cursos ou atividades estranhas à Corporação, sendo possível ainda sujeitar-se ao regime de internato.

5.3 A reprovação na Escola de Formação de Soldados sujeitará o Soldado de 2º Classe às normas castrenses regentes do tema.

6. DA RESERVA DE VAGAS

6.1 **Afrodescendentes**: De acordo com o disposto na Lei Estadual n.º 14.274/2003, ficam assegurados, obedecidos as demais disposições do presente Edital, 10% (dez por cento) das vagas ofertadas aos candidatos afrodescendentes nos termos do quadro de vagas previsto nas Tabelas 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4.

6.2 Para concorrer às vagas destinadas aos afrodescendentes a escolha deverá ser feita exclusivamente no ato da inscrição, ficando ciente o candidato de que, se aprovado no número de vagas, deverá fazer, quando convocado, a autodeclaração de que é pertencente ao grupo racial negro e de que possui os **traços fenotípicos** que o caracterizem como de cor preta ou parda, sendo ainda submetido à entrevista individual para confirmação das características.

6.2.1 O candidato deve atentar-se de que, nos termos do que prevê a Lei estadual nº 14.274/2003, o critério que será utilizado na entrevista individual pela Comissão será o **fenotípico** em que não é suficiente para concorrer as vagas reservadas apenas comprovar a descendência, mas também o próprio candidato deve ser identificado como sendo de cor preta ou parda, de raça etnia negra.

6.3 O candidato que não comparecer à hora e dia marcados ou que seja entrevistado pela banca e que não atenda ao critério fenotípico deixará de concorrer às vagas reservadas, passando, automaticamente, à concorrência geral.

6.4 Detectada a falsidade na declaração do candidato este será desclassificado do certame ou será submetido a processo administrativo acaso já tenha entrado em exercício do cargo.

6.5 O edital que divulgar o resultado da entrevista conterá orientações quanto à interposição de recursos.

6.6 As vagas preferenciais destinadas aos afrodescendentes que não forem preenchidas serão revertidas às vagas de ampla concorrência.

7. DA INSCRIÇÃO

7.1 A inscrição no Concurso Público implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital e nos anexos que o acompanham, em relação aos quais não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

7.2 As inscrições para o Concurso Público da Polícia Militar do Estado do Paraná serão realizadas **somente via internet**. Não serão aceitas inscrições efetuadas de forma diversa da estabelecida neste item.

7.3 O período para a realização das inscrições será a partir das 10h do dia 20 de Dezembro de 2012 às 14h do dia 21 de janeiro de 2013, observado horário oficial de Brasília – DF, através do endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso .

7.4 Para efetuar sua inscrição, o candidato deverá:

7.4.1 possuir Cadastro de Pessoa Física – CPF;

7.4.2 preencher o Formulário de Solicitação de Inscrição declarando estar ciente das condições exigidas para admissão no cargo e submetendo-se às normas expressas neste Edital.

7.4.3 selecionar o cargo com a Região Militar a qual deseja concorrer para o desempenho das funções atinentes ao cargo, observado o disposto nos subitens 2.1.5.1 e 2.2.5.1.

7.4.4 O candidato concorrerá apenas às vagas da Região Militar escolhida, conforme distribuição das tabelas 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 não sendo possível a alteração após a efetivação da inscrição, assim como também não será possível a alteração do município de realização da prova.

7.5 O candidato, no momento da inscrição, deverá optar ainda por um dos seguintes municípios para preferencialmente realizar a Prova de Conhecimentos: **Campo Mourão, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória.**

7.6 As demais etapas do certame serão realizadas apenas nas cidades sedes das Regiões Militares: **Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel**. O candidato será convocado para realizar as etapas na Região Militar escolhida para lotação inicial.

7.7 Não será processada a inscrição do candidato que não atenda ao limite de idade previsto no item 4.2 do presente Edital.

7.8 No ato da inscrição, a candidata, que necessite, deverá indicar a necessidade de amamentar no dia da realização da Prova de Conhecimentos. Nesta hipótese, a criança deverá ficar acompanhada de um responsável enquanto a candidata realiza a prova. É de exclusiva responsabilidade da ~~gestante~~ lactante levar o acompanhate que ficará responsável pela guarda da criança, sob pena de não realizar a Prova de Conhecimentos.(Nova redação da pelo Edital nº 1.117/2012)

7.9 Desde que justificada a necessidade, poderá ser atribuido atendimento especial para a realização da Prova de Conhecimentos, sendo observado os critérios de viabilidade e de razoabilidade, mediante apreciação da Coordenação do Concurso Público, com a ressalva de que o presente concurso, pela natureza dos cargos, não disponibiliza vagas para candidatos portadores de necessidades especiais.

7.9.1 A solicitação de condição especial deverá ocorrer até o dia **~~26~~ 21 de janeiro de 2013**, impreterivelmente, via SEDEX com AR (aviso de recebimento) devendo ser encaminhado, além da cópia do RG e CPF do candidato, atestado médico original que justifique o atendimento especial. A documentação deverá ser enviada para o seguinte endereço: .(Nova redação da pelo Edital nº 1.117/2012)

DESTINATÁRIO: Fundação de Apoio à FAFIPA
Caixa Postal 40
Paranavaí– PR
CEP 87.701-970

Concurso Público da Polícia Militar do Estado do Paraná
(LAUDO MÉDICO/CONDIÇÃO ESPECIAL)
NOME DO CANDIDATO: XXXXXX XXXXXXXXXXX
CARGO: XXXXXXXXXXX
NÚMERO DE INSCRIÇÃO: XXXXXXXX

7.10 Após o preenchimento do formulário de inscrição, imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R$ 85,50.

7.11 O candidato terá sua inscrição deferida somente após o recebimento, pela Fundação de Apoio à FAFIPA, através do banco, da confirmação do pagamento de sua taxa de inscrição.

7.12 O candidato que pagar mais de uma inscrição, terá confirmada apenas a última inscrição realizada, sendo as demais canceladas independentemente da data em que os pagamentos tenham sido efetuados.

290

7.13 É de exclusiva responsabilidade do candidato a exatidão dos dados cadastrais informados no ato da inscrição.

7.14 Declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Formulário de Solicitação de Inscrição, bem como a falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, implicando em qualquer época, na eliminação automática do candidato sem prejuízo das cominações legais cabíveis. Caso a irregularidade seja constatada após a admissão do candidato, o mesmo será submetido a processo administrativo, a fim de verificar a sua condição na Polícia Militar do Estado do Paraná.

7.15 O pagamento da taxa de inscrição poderá ser efetuado em toda a rede bancária, até a data de seu vencimento. Caso o candidato não efetue o pagamento do seu boleto até a data do vencimento, o mesmo deverá acessar o endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso, imprimir a segunda via do boleto bancário e realizar o pagamento até o **dia 21 de janeiro de 2013**. As inscrições realizadas com pagamento após esta data não serão acatadas.

7.16 A Fundação de Apoio à FAFIPA, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior à estabelecida no item 7.15. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, a não ser por anulação plena deste concurso.

7.17 Não serão aceitas inscrições pagas em cheque que venha a ser devolvido por qualquer motivo, nem as pagas em depósito ou transferência bancária e, nem tampouco, as de programação de pagamento que não sejam efetivadas.

7.18 A Polícia Militar do Estado do Paraná e a Fundação de Apoio à FAFIPA não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

7.19 Não será permitida a transferência a terceiros do valor da inscrição pago.

7.20 Após 05 (cinco) dias úteis do efetivo pagamento do boleto bancário, o candidato poderá acompanhar no endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso, a situação de sua inscrição, devendo, se houver alguma divergência, entrar em contato com a Fundação de Apoio à FAFIPA.

7.21 As datas, locais e horários de realização das provas serão divulgadas nos Editais de convocação para as mesmas.

7.22 A relação geral dos candidatos que tiverem as inscrições deferidas será divulgada por meio de edital específico, de **25 de Janeiro de 2013**, no endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso.

7.23 O candidato que tiver a sua inscrição indeferida poderá interpor recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da divulgação da relação de candidatos inscritos, devendo, necessariamente utilizar-se do sistema de interposição de recursos constante no endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso.

7.24 Não serão admitidos: recursos fora do prazo, recursos interpostos de maneira diferente da estipulada em Edital; recursos sem fundamentação ou interpostos utilizando de termos desrespeitosos ou ofensivos.

7.25 A partir de **14 de Fevereiro de 2013**, o candidato deve imprimir o **Cartão de Inscrição**, que estará disponível no endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso, no qual estará indicado o local, o horário e o endereço de realização da Prova de Conhecimentos, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato a obtenção do Cartão de Inscrição por meio de impressão.

8. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DAS FASES

8.1 Para realizar qualquer das fases do presente concurso o candidato deverá ter em posse documento oficial de identificação com foto, sob pena de desclassificação.

8.1.1 O candidato deverá ter em posse ainda o Cartão de Inscrição.

8.2 Serão aceitos como documento de identificação, desde que apresentados **em via original**: Cédula de Identidade Civil (RG), Carteira de identidade fornecida por órgão ou conselho de representação de classe, Carteira Nacional de Habilitação com fotografia, na forma da Lei nº 9.053/07 – Código de Trânsito Brasileiro, passaporte brasileiro, certificado de reservista e Carteira Profissional.

8.3 Não serão aceitos como documentos de identificação para ingresso na sala de prova e fases do certame: CPF, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação sem foto, carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

8.4 Não será aceita cópia de documento de identificação, ainda que autenticada, nem protocolo de documento de identidade.

8.5 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documentos oficial de identificação, por motivo de roubo, furto ou extravio, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido, no máximo, há 90 (noventa) dias, sob

pena de ficar impedido de realizar a prova.

8.5.1 Nesta hipótese serão colhidos do candidato a sua assinatura e impressão digital em formulário próprio.

8.6 Para fins de identificação dos candidatos poderão ser ainda colhidas impressões digitais de todos os candidatos ou de uma amostragem aleatória, a critério da Comissão.

9. DA PROVA DE CONHECIMENTOS

9.1 **A Prova de Conhecimentos será aplicada nas cidades de Campo Mourão, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória.** Podendo ser aplicadas também em cidades vizinhas ou próximas, caso o número de inscritos exceda a capacidade de alocação do município.

9.2 A Prova de Conhecimentos será aplicada na data provável de **24 de Fevereiro de 2013**, em horário e local a ser informado através de edital disponibilizado no endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso e no **Cartão de Inscrição do candidato**.

9.3 O **Cartão de Inscrição do candidato** com o local de realização da prova deverá ser emitido no endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso a partir **de 14 de fevereiro de 2013.**

9.4 A Prova de Conhecimentos abrangendo o conteúdo programático especificado no **Anexo II** deste Edital, será composta de **etapa objetiva,** composta de **40 (quarenta) questões** e **etapa subjetiva** composta de **01 (uma) redação.**

9.4.1 A Prova de Conhecimentos terá a duração de **05 (cinco)** horas, devendo o candidato observar, o dia, locais e horários a serem especificados futuramente em Edital de convocação publicado no endereço eletrônico da www.fafipa.org/concurso, sob pena de desclassificação.

9.4.2 A Prova de Conhecimentos será estruturada da seguinte maneira:

TABELA 9.1

TIPO DE PROVA	ETAPAS DA PROVA DE CONHECIMENTOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA	VALOR TOTAL DA PROVA DE CONHECIMENTOS
Prova de Conhecimentos	Objetiva	Língua Portuguesa	10	20	40
		Matemática	7		
		História	6		
		Geografia	6		
		Informática	5		
		Estatuto da Criança e do Adolescente	3		
		Atualidades	3		
	Subjetiva	Redação	-	10	20
VALOR TOTAL DE PONTOS				30	60

9.5 Da etapa Objetiva:

9.5.1 A pontuação máxima da etapa objetiva da Prova de Conhecimentos será de **40 pontos,** tendo cada questão o valor de **01 (um) ponto.**

9.5.2 Não serão computadas questões com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta.

9.6 Da etapa Subjetiva:

9.6.1 A etapa subjetiva da Prova de Conhecimentos consistirá na elaboração de uma redação que será elaborada a partir de um tema proposto, baseado em um ou mais textos ou fragmentos de textos. O candidato adotará uma linha de abordagem utilizando a tipologia textual "Dissertação", o seu texto deverá apresentar valores, opiniões, crenças, hipóteses, ideias, em suma, os aspectos axiológicos ou cognitivos para esse tipo de produção textual.

9.6.2 A Redação será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

a) o atendimento ao tema proposto;
b) a clareza de argumentação/senso crítico;
c) a seletividade de informação;
d) a criatividade/originalidade;
e) atendimento à norma padrão da Língua Portuguesa;
f) coerência (progressão, articulação, informatividade, não-contradição);
g) coesão referencial e sequencial;
h) atendimento à proposta e ao gênero ou tipologia textual solicitada.

9.6.3 O candidato terá sua redação avaliada com nota 0 (zero), e estará, automaticamente, eliminado do Concurso Público se:

a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto;

292
1

b) não desenvolver o tema no gênero ou tipologia textual exigida;
c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
d) redigir seu texto a lápis ou a tinta em cor diferente de azul ou preto;
e) desenvolver o texto com menos de 20 (vinte) linhas ou mais de 30 (trinta) linhas;
f) redigir seu texto com menos de 200 (duzentas) palavras;
g) não for apresentada na versão definitiva ou for entregue em branco ou desenvolvida com letra ilegível; com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens.
h) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

9.7 A redação a ser produzida pelo candidato versará sobre tema da atualidade.

10. PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À PROVA DE CONHECIMENTOS

10.1 O candidato deverá comparecer **com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) minutos** do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização da Prova de Conhecimentos, munido de **caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, documento original de identificação com foto e o Cartão de Inscrição do Candidato**, impresso através do endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso .

10.2 O candidato que chegar atrasado não terá acesso aos locais de prova, ainda que alegue motivo de força maior ou caso fortuito.

10.3 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 90 (noventa) dias da data da realização das etapa objetiva e dissertativa e, ainda, ser submetido à identificação especial, consistindo na coleta de impressão digital.

10.4 Não haverá segunda chamada para a Prova de Conhecimentos, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do Concurso Público.

10.5 Após identificado e ensalado, o candidato somente poderá ausentar-se da sala **60 (sessenta) minutos após o início das provas**, acompanhado de um Fiscal. Exclusivamente nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários e necessidade extrema, que o candidato necessite ausentar-se da sala antes dos 60 (sessenta) minutos após o início da prova, poderá fazê-lo desde que acompanhado de um Fiscal.

10.6 Após a abertura do pacote de provas, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura.

10.7 O horário de início das provas será o mesmo, ainda que realizadas em diferentes locais.

10.8 Em hipótese alguma será permitido ao candidato:
a) prestar as provas sem que esteja portando um documento oficial de identificação original, nos termos do item 8 do presente Edital.
b) Durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquinas calculadoras, e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro meio ilícito, sob pena de desclassificação.
c) a entrada de candidatos portando ou fazendo o uso de aparelhos eletrônicos (bip, *walkman*, *notebook*, receptor, gravador e outros que possam comprometer a segurança do processo seletivo). O descumprimento da presente prescrição implicará a eliminação do candidato, caracterizando-se como tentativa de fraude.
d) Não será permitida, durante a realização da Prova de Conhecimentos, a utilização de telefones, gorros, bonés, óculos escuros e de relógios. O aparelho de telefone deve ser desligado e guardado juntamente com os demais objetos pelos candidatos em local que impeça a sua visibilidade.
e) realizar as provas sem que sua inscrição esteja previamente confirmada;
f) ingressar no local de realização das provas após o fechamento do portão de acesso;
g) realizar as provas fora do horário ou espaço físico pré-determinados

10.9 O candidato que usar de atitudes de desacato ou desrespeito com qualquer dos fiscais ou responsáveis pela aplicação da prova, bem como, de qualquer forma, perturbar a realização dos trabalhos, será desclassificado do certame.

10.10 A Fundação de Apoio à FAFIPA recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos ou equipamentos relacionados nas alíneas "c" e "d" do item 10.8 deste Edital. Caso seja necessário o candidato portar algum desses objetos, estes deverão ser obrigatoriamente acondicionados em envelopes de guarda de pertences fornecidos pela Fundação de Apoio à FAFIPA e conforme o previsto neste Edital. Aconselha-se que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo assim que nenhum som será emitido, inclusive do despertador caso esteja ativado.

10.11 No tempo máximo para realização da prova de conhecimentos já está incluído o tempo para o preenchimento da Folha de Respostas e realização da etapa subjetiva. O controle do tempo de aplicação da prova e as informações a respeito do tempo transcorrido serão feitos exclusivamente pelos fiscais de sala..

10.12 As respostas às questões objetivas e subjetiva deverão ser transcritas para a Folha de Respostas e Versão Definitiva da Folha de Redação respectivamente, com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul.

10.13 O preenchimento da Folha de Respostas e da Versão Definitiva da Folha de Redação serão de inteira responsabilidade do candidato que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na Folha de Respostas. Em hipótese alguma haverá substituição por erro do candidato ou negligência na sua conservação.

10.14 As respostas às questões objetivas lançadas na Folha de Respostas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.

10.15 A etapa subjetiva deverá ser feita pelo próprio candidato, a mão, em letra legível, com caneta esferográfica transparente com tinta preta ou azul, não sendo permitida a interferência e/ou participação de outras pessoas, salvo em caso de algum problema temporário que impossibilite o candidato de redigi-la. Neste caso, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação. Tal procedimento será gravado em áudio e/ou vídeo.

10.16 A Versão Definitiva da Folha de Redação da etapa subjetiva não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de desclassificação do candidato.

10.17 A Folha de Resposta definitiva será o único documento válido para a avaliação da questão subjetiva. A folha para rascunho no caderno de prova é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade, devendo ser obrigatoriamente devolvida aos fiscais de prova, após o término.

10.18 Não haverá substituição da folha de resposta definitiva, sendo o candidato responsável pelo seu uso adequado e conservação.

10.19 Serão seguidos os seguintes critérios para avaliação da questão discursiva:

TABELA 10.1

ElementosdeAvaliação	Pontos
Aspectos formais: ortografia, pontuação, concordância, regência, flexão, paralelismo sintático e semântico, impropriedade semântica de expressões etc.	8
Estrutura textual: constituição dos parágrafos conforme o assunto abordado, estruturação dos períodos no interior dos parágrafos (coerência entre porções textuais, relação lógica entre as ideias propostas, emprego adequado de articuladores no interior das porções textuais).	4
Conteúdo: atendimento ao tema proposto e evolução/desenvolvimento do tema com exposição de informações não mencionadas no(s) texto(s) de apoio.	8
Pontuação máxima	**20**

10.20 Ao final do tempo destinado à realização da Prova de Conhecimentos, em cada sala, é obrigatória a saída simultânea dos três últimos candidatos, os quais deverão assinar a ata de encerramento da aplicação da prova naquela sala.

10.21 Em caso de necessidade de amamentação durante a prova, a candidata deverá proceder conforme o disposto no item 7.8 do presente Edital. Não haverá compensação do horário utilizado pela candidata para a amamentação.

10.22 Executada a situação anteriormente prevista, não será permitida a permanência de qualquer acompanhante nas dependências do local de realização das provas.

10.23 Visando preservar a segurança e a credibilidade do processo seletivo, por ocasião da realização da prova os candidatos poderão ser identificados por coleta da impressão digital e utilizado detectores de metais.

10.24 Será de inteira responsabilidade do candidato cumprir as instruções contidas no caderno de provas.

10.25 O candidato não poderá portar arma de fogo durante a realização da prova, sob pena de desclassificação.

11. CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO NA PROVA DE CONHECIMENTOS

11.1 Será eliminado do concurso, não obtendo classificação alguma, o candidato que obtiver nota inferior a **20 pontos** na parte objetiva da Prova de Conhecimentos.

11.2 Somente terão a etapa subjetiva da Prova de Conhecimentos corrigida os candidatos classificados na etapa objetiva até 05 (cinco) vezes o número total de vagas (cargo) a serem preenchidos na Região Militar (somados a 1ª e 2ª turmas) escolhida pelo candidato no momento da inscrição, respeitados os empates na última posição e a pontuação mínima prevista no item anterior.

294

11.3 Os candidatos que não tiverem a sua etapa subjetiva corrigida serão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.
11.4 Será eliminado do concurso público, não obtendo classificação alguma, o candidato que obtiver nota inferior a **10 pontos** na etapa subjetiva da Prova de Conhecimentos.
11.5 A nota final da Prova de Conhecimentos será a soma da nota obtida na etapa objetiva e da nota obtida na etapa subjetiva.
11.5.1 Todos os cálculos citados serão considerados até a casa centesimal, desprezando-se, quando for o caso, as frações de milésimos.

12. CRITÉRIOS DE DESEMPATE NA PROVA DE CONHECIMENTOS

12.1 Em caso de igualdade de notas na classificação final, o desempate se dará da seguinte forma:
12.1.1 Ter prestado serviço de Soldado PM Voluntário na Polícia Militar do Estado do Paraná, nos termos da Lei estadual nº 17.074/12;
12.1.2 Maior nota na parte subjetiva da Prova de Conhecimentos;
12.1.3 Maior número de acertos nas questões objetivas de Língua Portuguesa;
12.1.4 Maior número de acertos nas questões objetivas de Matemática;
12.1.5 Maior número de acertos nas questões objetivas de História;
12.1.6 Maior número de acertos nas questões objetivas de Geografia;
12.1.7 Maior número de acertos nas questões objetivas de Informática;
12.1.8 Maior número de acertos nas questões objetivas que versam sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;
12.1.9 Maior número de acertos nas questões objetivas que versam sobre atualidades;
12.1.10 Maior idade.

13. DOS RECURSOS À PROVA DE CONHECIMENTOS

13.1 O caderno de provas e o gabarito preliminar da etapa objetiva serão divulgados no seguinte endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso.
13.2 Na forma e no prazo estipulado em Edital, o candidato poderá interpor recurso impugnando o gabarito preliminar, utilizando-se para tanto do sistema de interposição de recursos existente no endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso, seguindo as orientações ali contidas.
13.2.1 Não serão conhecidos recursos interpostos via fax, correio, ou de qualquer forma diferente da estipulada no presente Edital.
13.2.2 Decorrido o prazo recursal o sistema de interposição de recursos existente no endereço www.fafipa.org/concurso não estará mais disponível para interposição.
13.3 Os pontos relativos às etapa objetivas que, porventura, forem anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos.
13.4 Se, em decorrência dos recursos interpostos, houver alteração de alternativa no gabarito oficial definitivo, os efeitos decorrentes serão aplicados a todos os candidatos, independentemente de terem ou não recorrido, ou de terem ou não marcado a opção correta definitiva.
13.5 Após a análise dos recursos relativos ao gabarito preliminar será divulgado o resultado provisório da etapa objetiva.
13.5.1 Na forma e no prazo estipulado em Edital, o candidato poderá interpor recurso impugnando o resultado provisório da etapa objetiva, utilizando-se para tanto do sistema de interposição de recursos existente no endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso, seguindo as orientações ali contidas
13.6 A partir da divulgação da nota da etapa subjetiva, o candidato poderá, na forma e no prazo previsto em Edital, interpor recurso, utilizando-se para tanto do sistema de interposição de recursos existente no endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso, seguindo as orientações ali contidas.
13.6.1 Não serão conhecidos recursos interpostos via fax, correio, ou de qualquer forma diferente da estipulada no presente Edital.
13.6.2 Decorrido o prazo recursal o sistema de interposição de recursos existente no endereço www.fafipa.org/concurso não estará mais disponível para interposição
13.7 Não serão conhecidos e serão liminarmente indeferidos os recursos interpostos:
13.7.1 Sem fundamentação;
13.7.2 Baseados em fundamentos subjetivos do candidato;
13.7.3 Em que o candidato desrespeite a Comissão organizadora ou que se utilize de termos desrespeitosos;
13.8 Não caberá pedido de reconsideração ou de revisão de resultado de recurso.
13.9 A forma e o prazo para a interposição de recursos contra o resultado provisório nas demais fases serão disciplinados nos respectivos editais de resultados provisórios.

13.10 Quando compatível aplicam-se aos demais recursos as disposições gerais previstas no presente item.

14. CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO NAS DEMAIS ETAPAS

14.1 Os candidatos serão chamados para as demais etapas do presente processo seletivo, obedecida a nota de classificação na Prova de Conhecimentos e atendendo ao número de vagas disponíveis em cada uma das turmas e Regiões Militares especificadas neste Edital.

14.2 Para a formação da **primeira turma** serão chamados para participar das demais etapas **03 (três) vezes** o número de cargos a serem preenchidos nas respectivas Regiões Militares, ~~respeitados os empates na última colocação~~ respeitando a ordem de classificação de acordo com critérios de desempate conforme o item 12 deste Edital, já incluído neste número os candidatos que se declararem afrodescendentes. (Nova redação da pelo Edital nº 1.117/2012)

14.3 Para a formação da **segunda turma** serão aproveitados os candidatos aprovados e remanescentes da primeira turma, e ainda, se restarem vagas a serem preenchidas, serão convocados para a realização das demais etapas **03 (três) vezes,** o número de vagas que permanecerem em aberto respeitando a ordem de classificação de acordo com os critérios de desempate conforme o item 12 deste Edital, já incluindo neste número os candidatos que se declararem afrodescendentes. (Nova redação da pelo Edital nº 1.117/2012)

14.3.1 A data de convocação da segunda turma atenderá aos critérios de conveniência e oportunidade da Administração Policial Militar.

15. DO EXAME DE CAPACIDADE FÍSICA - ECAFI

15.1 Os candidatos aprovados na Prova de Conhecimentos e classificados dentro dos critérios previstos no item 14 do presente Edital serão convocados para o ECAFI a ser realizado na data, nos locais e nos horários a serem especificados em edital de convocação.

15.2 O ECAFI será realizado por bancas e visa avaliar a capacidade do candidato para suportar, física e organicamente, as exigências da prática de atividades físicas a que será submetido durante o Curso de Formação Profissional e para desempenhar as tarefas típicas da carreira policial/bombeiro militar.

15.3 O ECAFI compreende o Teste de Suficiência Física (TSF) na conformidade do **Anexo III** do presente edital.

15.4 Na data de realização do TSF o candidato deverá, obrigatoriamente, apresentar, sob pena de não realizar os testes, atestado médico considerando-o **APTO** para a realização do exame, conforme modelo constante no **Anexo IV**

15.4.1 O atestado médico deverá conter, expressamente, a informação de que o candidato está apto a realizar o ECAFI do concurso público e deverá ter sido expedido, no máximo, 10 (dez) dias antes da data da prova.

15.4.2 O atestado médico deverá conter, obrigatoriamente, nome e número do CRM legível do médico que o forneceu.

15.4.3 O atestado será retido pela organizadora do certame, não sendo aceita a entrega do atestado médico em outro momento, ou que não conste a autorização expressa nos termos previstos no presente Edital.

15.5 O candidato será considerado inapto se não atingir o desempenho exigido no **Anexo III** deste edital.

15.6 Não será marcada nova data para a realização do TSF para candidatos impossibilitados, mesmo que temporariamente, para a sua realização.

15.7 Demais informações a respeito do ECAFI, além do previsto no **Anexo III** constarão em edital específico de convocação para essa fase.

15.8 A forma e o prazo para a interposição de recurso contra o resultado provisório da fase serão disciplinados nos respectivos editais de resultados provisórios.

16. DO EXAME DE SANIDADE FÍSICA - ESAFI

16.1 Os candidatos aprovados na prova de conhecimentos e classificados dentro dos critérios previstos no item 14 do presente Edital, salvo os candidatos inaptos e/ou contraindicados em alguma fase do certame, serão convocados para o Exame de Sanidade Física a ser realizado na data, nos locais e nos horários a serem especificados em edital de convocação.

16.2 O ESAFI será realizado pela Fundação de Apoio à FAFIPA, tendo por objetivo aferir se o candidato goza de boa saúde física e psíquica para suportar os exercícios a que será submetido durante o Curso de Formação Profissional e para desempenhar as funções do cargo pretendido.

16.3 O ESAFI compreenderá: a avaliação de exames médicos e laboratoriais apresentados pelo candidato e realização de exame clínico no candidato, nos termos do **Anexo V** do presente Edital.

16.4 As avaliações serão procedidas por Juntas Médicas designadas pela Fundação de Apoio à FAFIPA.
16.5 As condições clínicas, sinais ou sintomas que incapacitam o candidato para o processo seletivo, nos termos do **Anexo V** deste edital, serão também considerados incapacitantes para a posse no cargo.
16.6 O candidato submetido ao ESAFI deverá apresentar à Junta Médica, às suas expensas, os exames previstos no **Anexo V** deste edital.
16.6.1 A Junta poderá solicitar, ainda, a realização de outros exames laboratoriais e complementares necessários para melhor esclarecimento da Sanidade Física do candidato, exames estes igualmente custeados pelo candidato.
16.7 **Importante**: em todos os exames laboratoriais e complementares, além do nome do candidato, deverá constar, obrigatoriamente, a assinatura, a especialidade e o registro no órgão de classe específico do profissional responsável, sendo motivo de inautenticidade destes a inobservância ou a omissão do referido número.
16.8 As Juntas Médicas, após a análise da avaliação médica e dos exames laboratoriais e complementares dos candidatos, emitirão parecer conclusivo da aptidão ou da inaptidão de cada um.
16.9 Será eliminado do concurso público o candidato considerado inapto no exame médico.
16.10 Por ocasião do exame médico, o candidato deverá informar a existência de qualquer condição incapacitante para o início do Curso de Formação de Soldados e para o exercício do cargo, nos termos do **Anexo V** deste edital, sob pena de exclusão do curso ou anulação do ato de nomeação.
16.11 No dia da realização da inspeção de saúde os candidatos deverão comparecer trajando calção de banho, no caso de candidatos do sexo masculino, e biquini discreto para as candidatas do sexo feminino.
16.12 Caso deseje, para fins de uso pessoal, o candidato deverá providenciar cópia dos exames apresentados, não sendo fornecido cópia de exames após apresentação à Junta Médica.
16.13 Demais informações a respeito do ESAFI, além do previsto no **Anexo V**, constarão em edital específico de convocação para essa fase.
16.14 A forma e o prazo para a interposição de recurso contra o resultado provisório na fase serão disciplinados nos respectivos editais de resultados provisórios.

17. DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

17.1 Os candidatos aprovados na Prova de Conhecimentos e classificados dentro dos critérios previstos no item 14 do presente Edital, salvo os candidatos inaptos e/ou contraindicados em alguma fase do certame, serão convocados para a Avaliação Psicológica a ser realizada da data, nos locais e nos horários a serem especificados em edital de convocação.
17.2 A Avaliação Psicológica tem como objetivo indicar os candidatos que possuam características intelectivas, motivacionais e de personalidade compatíveis com a multiplicidade, periculosidade e sociabilidade das atribuições da função policial militar, além do porte de arma de fogo, contraindicando aqueles que apresentem características psicológicas incompatíveis com tais atribuições, de acordo com os parâmetros do perfil psicológico estabelecido para o cargo, nos termos previstos no **Anexo VII** do presente Edital.
17.3 As avaliações serão procedidas por Juntas designadas pela Fundação de Apoio à FAFIPA.
17.4 Será eliminado do concurso público o candidato considerado contraindicado na Avaliação Psicológica.
17.5 O prazo e a forma para requerer entrevista devolutiva e interpor recurso serão disciplinados nos respectivos editais de resultados provisórios, observado ainda o disposto no **Anexo VII**.
17.6 Demais informações a respeito da Avaliação Psicológica constarão em edital específico de convocação para essa fase.

18. DA PESQUISA SOCIAL E DOCUMENTAL

18.1 A Pesquisa Social e Documental, de caráter eliminatório, nos termos do **Anexo VIII**, visa à comprovação da idoneidade moral e conduta irrepreensível do candidato e compreende: preenchimento do Formulário de Dados Biográficos pelo candidato; diligências de ambiência doméstica e social; entrevistas e pedidos de informação.
18.2 Os candidatos aprovados na prova de conhecimentos e classificados dentro dos critérios previstos no item 14 do presente Edital, salvo os candidatos inaptos e/ou contraindicados em alguma fase do certame, serão convocados para a presente fase e respectiva entrega do Formulário de Dados Biográficos e dos documentos especificados no **Anexo VIII**, na forma e nas datas a serem especificados em Edital de convocação.
18.2.1 A Pesquisa Social e Documental poderá estender-se durante todo o certame podendo o candidato ser contraindicado a qualquer momento se constatada circunstância contrária ao presente Edital.
18.2.2 A Pesquisa Social e Documental poderá estender-se após o encerramento do certame podendo, a

qualquer momento, os atos administrativos ou a aprovação do candidato na presente fase serem declarados nulos se constatada circunstância contrária ao presente Edital.

18.3 O Formulário de Dados Biográficos estará à disposição do candidato no endereço eletrônico da www.fafipa.org/concurso, quando da divulgação do edital de convocação para a fase.

18.4 Caso deseje o candidato deverá providenciar cópia dos documentos apresentados para fins de uso pessoal, não sendo fornecido cópias dos documentos eventualmente entregues após apresentação à Pesquisa Social.

18.5 Demais informações a respeito da presente fase, além do previsto no **Anexo VIII**, constarão em edital específico de convocação para essa fase.

18.6 A forma e o prazo para a interposição de recurso contra o resultado provisório da fase serão disciplinados nos respectivos editais de resultados provisórios.

19. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

19.1 A classificação final do Concurso para fins de ingresso na PMPR, dentro das vagas ofertadas nas respectivas Regiões Militares e Turmas, será pela nota da Prova de Conhecimento, desde que o candidato seja aprovado nas demais fases do certame.

19.2 O candidato classificado dentro do número de vagas previsto nas respectivas Regiões Militares e Turmas será nomeado para tomar posse e entrar em exercício no cargo conforme disposto no item 4 do presente Edital.

19.2.1 O candidato não será nomeado caso não esteja classificado dentro do número de vagas abertas na Região Militar e Turma, independente da nota atingida.

19.3 A unidade de lotação inicial do candidato, dentro da respectiva Região Militar, será definida pela Administração Policial Militar, de acordo com os critérios da conveniência e oportunidade e em decorrência das necessidades de efetivo em cada Unidade, obedecendo quanto à Escola de Formação o disposto no item 5 do presente Edital.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 Será eliminado do Processo Seletivo, além dos outros casos expressamente previstos no presente Edital, o candidato que:

a) usar ou tentar usar de meios fraudulentos, bem como portar material que possa ser utilizado para fraudar a realização de qualquer prova, teste ou exame;

b) faltar ou chegar atrasado para a realização de qualquer prova, teste ou exame, ou não atender a chamada para a realização de qualquer um dos testes;

c) descumprir qualquer vedação prevista no presente Edital;

d) desrespeitar, de qualquer modo, qualquer membro ou integrante das bancas examinadoras;

e) portar-se de maneira inconveniente durante qualquer fase do certame;

f) deixar de entregar qualquer documento exigido durante o certame;

g) deixar de assinar lista de presença ou permitir a coleta de impressão digital;

h) fizer, em qualquer momento, declaração falsa ou inexata;

i) afastar-se dos locais de prova sem o acompanhamento de um fiscal;

j) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou a folha de redação;

l) descumprir as orientações dos fiscais e aplicadores de provas;

m) descumprir as instruções contidas no caderno de questões, na folha de respostas e na folha de redação;

n) for surpreendido, durante a realização das provas, utilizando e/ou portando indevidamente ou diferentemente das orientações deste edital:

1. equipamento eletrônicos, como calculadoras, mp3, mp4, telefone celular, tablets, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar;

2. livros, anotações, réguas de calculo, dicionário, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente autorizados ou qualquer outro material de consulta; (Nova redação da pelo Edital nº 1.117/2012)

3. relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro e etc;

20.2. Não haverá segunda chamada para qualquer fase do certame seja qual for o motivo da ausência do candidato, nem serão aplicadas provas em locais ou horários diversos dos estipulados em Editais de Convocação.

20.3. Será considerado nulo, a qualquer tempo, o ato administrativo de convocação para qualquer fase do certame, mesmo após o seu encerramento, se resultante de vícios de legalidade, omissões do candidato ou práticas indevidas que viciem atos administrativos, ensejando a eliminação do

298
1.

candidato, sem prejuízo de outras responsabilidades cabíveis.

20.4 As convocações para a realização de fases, bem como, qualquer outro ato decorrente do concurso, só serão realizados e tornados públicos pelos endereços eletrônicos www.fafipa.org/concurso e/ou Diário Oficial do Estado - DOE não sendo em hipótese alguma, realizada convocações por meio de carta, fax ou qualquer outro tipo de correspondência pessoal.

20.4.1 A critério do Presidente do Concurso, a fim de reforçar o contido nos Editais de convocação, poderá ser enviada correspondência eletrônica ao candidato em cada uma das fases do certame.

20.4.2 A critério do Presidente do Concurso, a partir da segunda turma, poderá ser enviada correspondência ao candidato a fim de ratificar a convocação para continuidade do processo seletivo.

20.5 O candidato deverá manter atualizado o seu endereço residencial, de *e-mail* e telefones, enquanto estiver participando do processo seletivo e no prazo de validade do concurso público, por meio de requerimento entregue pessoalmente ou enviado, via sedex, ao endereço da FAFIPA - Fundação de Apoio à FAFIPA, Caixa Postal 40 Paranavaí– PR CEP 87.701-970. Após a homologação do presente concurso, toda atualização deverá ser realizada diretamente junto à PMPR. (Nova redação da pelo Edital nº 1.117/2012)

20.6 As despesas decorrentes da participação em todas as fases e etapas e em todos os procedimentos relativos à participação no concurso de que trata este edital e, se for o caso, à posse e ao exercício correm por conta dos candidatos.

20.7 O Estado do Paraná e a Polícia Militar, isentar-se-ão de qualquer responsabilidade por acidente decorrente de imprudência, imperícia ou negligência dos candidatos, que possa resultar em incapacidade parcial ou total durante a realização das provas de habilidades específicas.

20.8 Todos os recursos previstos no certame terão efeito unicamente devolutivo, sendo aceita a interposição de apenas um recurso em cada fase.

20.9 Esgotada a fase não serão aceitos requerimentos a fim de contestar a desclassificação ou solicitando cópia de qualquer documento referente ao certame.

20.10 Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Concurso.

20.11 Fazem parte deste Edital os seguintes Anexos:

- Anexo I – Das Unidades Policiais Militares e Bombeiros Militares– por Região Militar;
- Anexo II – Conteúdo programático;
- Anexo III – Do Exame de Capacidade Física – ECAFI;
- Anexo IV - Modelos de atestado médico TSF - ECAFI
- Anexo V- Do Exame de Sanidade Física – ESAFI;
- Anexo VI - Modelo de laudo de avaliação oftalmológica;
- Anexo VII - Da Avaliação Psicológica;
- Anexo VIII - Da Pesquisa Social e Documental.

Curitiba, PR, 17 de Dezembro de 2012.

Coronel QOPM Roberto **Rueda** Strogenski,
Diretor de Pessoal da Polícia Militar do Paraná.

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE PESSOAL
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EM EXECUÇÃO

Atestamos para os devidos fins de participação em Licitação Pública e a quem interessar, que a **FUNDAÇÃO DE APOIO A FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Av. Paraná, 794 A - Esquina com Rua Guaporé, 1º Andar - Centro CEP: 87.705-190, Paranavaí-PR, inscrita no CNPJ sob o nº 05.566.804/0001-76; presta à **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, inscrita no CNPJ/MF 76.416.932/0001-81, com sede na rua Deputado Mario de Barros, nº 1.290, Edifício Caetano Munhoz da Rocha, CEP 80.530-280, Curitiba-PR, por meio do Contrato de Prestação de Serviços nº.480/2012, serviço de elaboração e realização de Concurso Público.

Equipe técnica: Coordenação Geral e Administrativa Fabio Ribeiro de Proença, inscrito no CRA/PR sob o nº19574; Planejamento – Mariana Nitatori Mazaro; Coordenação Jurídica – João Egídio da Silva, inscrito respectivamente na OAB/PR sob o nº27. 991-PR, Coordenação Tecnológica – Tiago Gianegitz Azenha, Coordenação de Elaboração Prof. Ms. Larissa Minuesa Pontes Marega e Sara Guedes Gonçalves, Coordenação Educacional – Conceição Solange Bution e equipe multidisciplinar.

Edital nº 1107/2012	
Cargos	**Inscrições Homologadas**
QUALIFICAÇÃO BOMBEIRO MILITAR (QPM 2-0) - 1ª R.M.: Curitiba, região metropolitana e litoral	6141
QUALIFICAÇÃO BOMBEIRO MILITAR (QPM 2-0) - 2ª R.M.: Londrina e região	2678
QUALIFICAÇÃO BOMBEIRO MILITAR (QPM 2-0) - 3ª R.M.: Maringá e região	2556
QUALIFICAÇÃO BOMBEIRO MILITAR (QPM 2-0) - 4ª R.M.: Ponta Grossa e região	1988
QUALIFICAÇÃO BOMBEIRO MILITAR (QPM 2-0) - 5ª R.M.: Cascavel e região	4038
QUALIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR (QPM 1-0) - 1ª R.M.: Curitiba, região metropolitana e litoral	36566
QUALIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR (QPM 1-0) - 2ª R.M.: Londrina e região	18130
QUALIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR (QPM 1-0) - 3ª R.M.: Maringá e região	15679
QUALIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR (QPM 1-0) - 4ª R.M.: Ponta Grossa e região	12588
QUALIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR (QPM 1-0) - 5ª R.M.: Cascavel e região	23586
	123950

Rua Comendador Fontana n.º 270 - Centro Cívico Curitiba - Paraná ✉ 80.030-070
☎ Fax (041) 3323-7233/(041)
crssrs@pm.pr.gov.br

300

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE PESSOAL
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

PROVAS QUE COMPÕEM O CONCURSO

O concurso público é constituído das seguintes provas/exames:

a) PROVA DE CONHECIMENTOS: de caráter eliminatório e classificatório, nos termos definidos em Edital;

b) EXAME DE CAPACIDADE FÍSICA: de caráter eliminatório, nos termos definidos em Edital;

c) EXAME DE SANIDADE FÍSICA: de caráter eliminatório, nos termos definidos em Edital;

d) AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: de caráter eliminatório, nos termos definidos em Edital;

e) PESQUISA SOCIAL E DOCUMENTAL: de caráter eliminatório, nos termos definidos em Edital.

A Prova de Conhecimentos, o Exame de Capacidade Física, o Exame de Sanidade Física e a Avaliação Psicológica foram organizadas e aplicadas pela Fundação de Apoio à FAFIPA, até a presente data para a formação da primeira turma, sendo a Pesquisa Social e Documental aplicada por banca designada pela PMPR.

Atestamos ainda que a Fundação de Apoio à FAFIPA executou as atividades da primeira turma acima elencadas dentro dos padrões técnicos de qualidade exigida pela **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, cumprindo pontualmente os compromissos assumidos no **CONTRATO Nº. 480/2012**, não havendo até o presente momento, registro algum que a desabone.

Curitiba, 28 de agosto de 2013.

Maj. QOPM Gilson Luiz Semmer,
Chefe do CRS.

Rua Comendador Fontana n.º 270 - Centro Cívico. Curitiba - Paraná ✉ 80.030-070.
☎ Fax (041) 3323-7233/(041)
crssrs@pm.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE
FRANCISCO BELTRÃO
Povo que inspira, cidade que acolhe.

1Doc 301

Memorando 10.446/2026

De: Marcos K. - PSC

Para: GP - Gabinete do Prefeito

Data: 29/06/2026 às 12:13:57

Setores envolvidos:

PSC, GP

Atestado de Capacidade Técnica - FAFIPA

Solicito assinatura no Atestado de Capacidade Técnica da FAFIPA pela realizaçaõ do concurso público 247/2025.

—

Marcos Ronaldo Koerich

Administrador CRA 28.852/PR

Município de Francisco Beltrão/PR

Anexos:
ACT_Francisco_Beltrao.pdf

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO PEDRON
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/519C-CF29-1C99-ED85 e informe o código 519C-CF29-1C99-ED85

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins de direito, em especial para comprovação de capacidade técnica perante órgãos e entidades da Administração Pública e para participação em procedimentos licitatórios, que a **FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ – FAFIPA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº **05.566.804/0001-76**, executou de forma satisfatória os serviços especializados de planejamento, organização e execução do **Concurso Público do Município de Francisco Beltrão – Estado do Paraná**, destinado ao provimento de cargos efetivos sob o regime estatutário, conforme **Contrato Administrativo nº 348/2025**, decorrente da **Dispensa de Licitação nº 28/2025**.

OBJETO EXECUTADO

A Fundação FAFIPA foi responsável pelo planejamento, coordenação e execução integral do Concurso Público, compreendendo:

- planejamento técnico, administrativo e operacional do certame;
- elaboração do edital de abertura;
- gerenciamento do sistema eletrônico de inscrições;
- processamento das inscrições e dos pedidos de isenção;
- atendimento aos candidatos durante todas as fases do concurso;
- elaboração, revisão técnica e aplicação das provas objetivas;
- elaboração e aplicação da prova discursiva;
- aplicação da prova prática;
- aplicação da prova de desempenho didático;
- avaliação da prova de títulos;
- procedimento de heteroidentificação;
- coordenação da banca examinadora;
- processamento eletrônico dos resultados;
- análise e julgamento dos recursos administrativos;

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO PEDRON
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/519C-CF29-1C99-ED85 e informe o código 519C-CF29-1C99-ED85

• publicação dos resultados e homologação final.

Todos os serviços foram executados em conformidade com o Contrato Administrativo nº **348/2025**, com o **Edital de Abertura nº 247/2025** e demais normas aplicáveis ao certame.

RESUMO EXECUTIVO

ITEM	QUANTITATIVO
Modalidade	Concurso Público
Contrato	**348/2025**
Contratante	Município de Francisco Beltrão – PR
Abrangência	Municipal
Regime Jurídico	Estatutário
Cargos	**35**
Vagas	**273 + Cadastro de Reserva**
Inscrições homologadas	**5.455**
Etapas executadas	**Prova Objetiva, Prova Discursiva, Prova Prática, Prova de Desempenho Didático, Prova de Títulos e Heteroidentificação**

EQUIPE TÉCNICA

NOME	FUNÇÃO	TITULAÇÃO
Carlos Antonio Vantini Mazzin	Coordenação Jurídica	Especialização
Fabio Ribeiro de Proença	Coordenação Geral e Administrativa	Especialização
Mariana Nitatori Mazaro	Planejamento	Especialização
João Victor Ferreira Macedes	Planejamento	Graduação
Nilva Oliveira Brito dos Santos	Coordenação Educacional	Doutorado
Beatriz Maria Bueno Soares	Coordenação Educacional	Especialização
Sara Guedes Gonçalves	Coordenação de Elaboração e Logística	Especialização

BANCA EXAMINADORA

NOME	ÁREA DE ELABORAÇÃO	FORMAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO PEDRON
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/519C-CF29-1C99-ED85 e informe o código 519C-CF29-1C99-ED85

MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Estado do Paraná

Vanessa Leme Fadel Steinhauser	Língua Portuguesa	Letras
Ana Luíza de Oliveira Silva	Matemática e Raciocínio Lógico	Matemática
Felipe Luiz Gomes Figueira	Legislação Municipal	Direito / História / Pedagogia
Matheus Moreira Pavan	Conhecimentos Específicos	Engenharia Mecânica
José Carlos Bertacchi Junior	Conhecimentos Específicos	Direito
Julio Ernesto Colla	Conhecimentos Específicos	Administração
Katieli da Silva Souza Campanholi	Conhecimentos Específicos	Ciências / Química / Farmácia
Kelsellen Alvise	Conhecimentos Específicos	Odontologia
Solimar de Gouveia	Conhecimentos Específicos	Serviço Social
Marcos Paulo Rodrigues de Souza	Conhecimentos Específicos	Ciências Contábeis
Rebeca Rosa de Souza Lima Nascimento	Conhecimentos Específicos	Enfermagem
Rafael Henrique Fazecox Brito	Conhecimentos Específicos	Engenharia Civil
Selma de Morais Kunzler	Conhecimentos Específicos	Libras
Laizir Escarpanezi Rocha	Conhecimentos Específicos	Farmácia / Artes / Letras
Nara Tonetto Dutra	Conhecimentos Específicos	Educação Física
Bruna Beatriz Boaretto Pelarin	Conhecimentos Específicos	Letras
Hemilli Bernardo Soares	Conhecimentos Específicos	Serviço Social
Anna Lúcia da Silva	Conhecimentos Específicos	Enfermagem
Gabriel França dos Santos	Conhecimentos Específicos	Agronomia
Djalma Bonini Junior	Conhecimentos Específicos	Engenharia Civil
Viviane Tiemi Masse	Conhecimentos Específicos	Fonoaudiologia
Alice do Prado Valente Pocrifka	Conhecimentos Específicos	Medicina
Mateus Batista Silva	Conhecimentos Específicos	Medicina
Emanuely Cristiny Aguiar	Conhecimentos Específicos	Medicina
João Ricardo Azevedo Silva	Conhecimentos Específicos	Medicina / Endocrinologia
Vinicius Novais Saldanha	Conhecimentos Específicos	Medicina Veterinária
Daiani Cristina Frotté	Conhecimentos Específicos	Nutrição
Felipe Gustavo Bastiani	Conhecimentos Específicos	Odontologia
Rui Gonçalves Marques Elias	Conhecimentos Específicos	Educação Física
Cristiane Fernandes Ferreira	Conhecimentos Específicos	Psicologia
Eliane Schroeder	Conhecimentos Específicos	Terapia Ocupacional

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO PEDRON
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/519C-CF29-1C99-ED85 e informe o código 519C-CF29-1C99-ED85

305
1.

RELAÇÃO DOS CARGOS, ETAPAS EXECUTADAS E INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

CARGO	REQUISITO	PROVAS	HOMOLOGADAS
Motorista	Ensino Fundamental Completo + CNH "D"	PO	252
Operador de Máquinas	Ensino Fundamental Completo + CNH "C"	PO + PP	41
Agente Administrativo	Ensino Médio Completo	PO	775
Atendente de Farmácia	Ensino Médio Completo	PO	32
Auxiliar de Saúde Bucal	Ensino Médio + Curso de ASB + CRO	PO	35
Educador Social	Ensino Médio Completo	PO	30
Inspetor Sanitário	Ensino Médio Completo	PO	482
Técnico em Contabilidade	Curso Técnico em Contabilidade + CRC	PO	5
Técnico em Enfermagem	Curso Técnico em Enfermagem + COREN	PO	522
Técnico em Segurança do Trabalho	Curso Técnico + Registro Profissional	PO	21
Professor da Rede Municipal – 20h	Licenciatura Plena em Pedagogia	PO + PD + PDD + PT	404
Professor da Rede Municipal – 40h	Licenciatura Plena em Pedagogia	PO + PD + PDD + PT	702
Professor da Rede Municipal – Arte	Licenciatura em Arte	PO + PD + PDD + PT	15
Professor da Rede Municipal – Educação Física	Licenciatura em Educação Física + CREF	PO + PD + PDD + PT	45
Professor da Rede Municipal – Inglês	Licenciatura em Letras/Inglês	PO + PD + PDD + PT	26
Assistente Social – Classe 2	Ensino Superior em Serviço Social + CRESS	PO + PT	87
Contador	Ensino Superior em Ciências Contábeis + CRC	PO + PT	98
Enfermeiro	Ensino Superior em Enfermagem + COREN	PO + PT	472
Engenheiro Agrônomo	Ensino Superior em Agronomia + CREA	PO + PT	39
Engenheiro Civil	Ensino Superior em Engenharia Civil + CREA	PO + PT	93
Farmacêutico – Classe 2	Ensino Superior em Farmácia + CRF	PO + PT	105

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO PEDRON
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/519C-CF29-1C99-ED85 e informe o código 519C-CF29-1C99-ED85

Fonoaudiólogo	Ensino Superior em Fonoaudiologia + CREFONO	PO + PT	9
Médico Clínico Geral	Ensino Superior em Medicina + CRM	PO + PT	50
Médico Generalista	Ensino Superior em Medicina + CRM	PO + PT	394
Médico Ginecologista	Ensino Superior em Medicina + CRM + Especialização	PO + PT	1
Médico Pediatra	Ensino Superior em Medicina + CRM + Especialização	PO + PT	1
Médico Veterinário	Ensino Superior em Medicina Veterinária + CRMV	PO + PT	60
Nutricionista	Ensino Superior em Nutrição + CRN	PO + PT	97
Odontólogo ESB	Ensino Superior em Odontologia + CRO	PO + PT	271
Profissional de Educação Física	Ensino Superior em Educação Física + CREF	PO + PT	45
Psicólogo – Classe 1	Ensino Superior em Psicologia + CRP	PO + PT	180
Psicólogo – Classe 2	Ensino Superior em Psicologia + CRP	PO + PT	56
Terapeuta Ocupacional	Ensino Superior em Terapia Ocupacional + CREFITO	PO + PT	10
		TOTAL	**5.455**

LEGENDA

SIGLA	DESCRIÇÃO
PO	Prova Objetiva
PD	Prova Discursiva
PP	Prova Prática
PDD	Prova de Desempenho Didático
PT	Prova de Títulos

DECLARAÇÃO FINAL

Atestamos, ainda, que a **FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ – FAFIPA** executou todas as atividades inerentes ao **Concurso Público do Município de Francisco Beltrão – Estado do Paraná**, observando integralmente as disposições contratuais, legais e editalícias.

O certame contemplou **35 cargos efetivos**, abrangendo os níveis **Fundamental, Médio, Técnico e Superior**, sob o regime estatutário, com oferta de **273 vagas imediatas e formação de cadastro de reserva**, registrando **5.455 inscrições homologadas.**

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO PEDRON
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/519C-CF29-1C99-ED85 e informe o código 519C-CF29-1C99-ED85

307
1.

Foram executadas todas as etapas previstas no Edital de Abertura nº **247/2025**, compreendendo **Prova Objetiva, Prova Discursiva, Prova Prática, Prova de Desempenho Didático, Prova de Títulos e Procedimento de Heteroidentificação**, além do processamento das inscrições, atendimento aos candidatos, análise e julgamento dos recursos administrativos, processamento eletrônico dos resultados e publicação da homologação final.

Os serviços foram executados por equipe técnica multidisciplinar e banca examinadora composta por profissionais especialistas em diversas áreas do conhecimento, assegurando a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, transparência e segurança em todas as fases do certame.

Declaramos, por fim, que a FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ – FAFIPA cumpriu integralmente as obrigações assumidas no Contrato Administrativo nº 348/2025, executando os serviços com elevado padrão técnico, administrativo e operacional, não existindo, até a presente data, qualquer registro, ocorrência ou fato que desabone sua capacidade técnica, operacional ou profissional.

Francisco Beltrão/PR, 29 de junho de 2026.

ANTONIO PEDRON

PREFEITO

MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO – ESTADO DO PARANÁ

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO PEDRON
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/519C-CF29-1C99-ED85 e informe o código 519C-CF29-1C99-ED85

308
1.

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 519C-CF29-1C99-ED85

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✔ ANTONIO PEDRON (CPF 196.XXX.XXX-49) em 01/07/2026 11:10:56 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/519C-CF29-1C99-ED85

MUNICÍPIO DE CASCAVEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

309
1.

Portaria nº 99/2026

Dispõe sobre a designação Gestores e Fiscais de Contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, nos termos do Decreto Municipal nº 17872 de 24 de outubro de 2023.

O Gestor da Unidade Administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, Joacir Aparecido Cosma, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 22 e artigo 26 do Decreto Municipal nº 17872/2023, resolve:

Designar os servidores abaixo denominados, para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Municipal nº 17872/2023, de 24 de outubro de 2023, publicado em Diário Oficial do Município em 09 de novembro de 2023, Edição nº 3635, Caderno 01, Página 05 a 13, o qual *"Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133 de 01º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta."*, consoante a "Contratação de empresa especializada para realização e operacionalização de concurso público para provimento de vagas e cadastro reserva de cargos públicos no Município de Cascavel", iniciada através do Processo Administrativo/Digital de Compra nº **121056/2026.**

Nome	Matrícula	Cargo/Função	Atribuição	Assinatura
Tatiana Waleska Cardozo Zaror	26.470-1	Diretora de Departamento	Gestor de Contrato	
Karina Bondezan da Rocha	27.191-1	Gerente de Divisão	Fiscal de Contrato	
Ricardo Barbosa	36.435-1	Analista de Recursos Humanos	Suplente de Fiscal de Contrato	

Cascavel, 18 de agosto de 2026.

Joacir Aparecido Cosma
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

310

1.

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA PARA AQUISIÇÕES E SERVIÇOS EM GERAL, EXCLUINDO OS DE ENGENHARIA

Art. 75 da Lei n°14.133/2021

São os atos administrativos e documentos previstos na Lei nº 14.133/2021, que devem ser verificados, devendo a lista ser preenchida pelo servidor responsável da secretaria requisitante como instrumento de transparência e eficiência durante a fase de instrução do processo para permitir a conferência das exigências mínimas nela contidas, devendo ser juntada ao processo antes da remessa ao Departamento de Gestão de Aquisições Públicas/Divisão de Licitações.

Processo nº: 121056/2026

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM / NÃO	Onde consta a informação	OBS.
Houve a abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado?	SIM	Na requisição ao Compras, anexa a esse processo.	-
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa? (art. 12, VI, da Lei n°14.133/21)	SIM	-	O processo administrativo é, por padrão, gerado por meio do Sistema IPM.
A requisição foi devidamente assinada, bem como, pela autoridade competente autorizando o início do procedimento? (Art. 72, VIII, da Lei n°14.133/21)	SIM	Requisição ao compras nº 5656/2026 - pág 01.	-
Foi certificado o princípio da segregação de funções? (Art. 7º, §1º, da Lei 14133/21. Art. 12 do Decreto n°17.872/2023)	SIM	-	-
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com a indicação do recurso orçamentário próprio para a despesa e da respectiva rubrica? (Art. 18 e art. 40, V, "c", da Lei n°14.133/21)	SIM	Os recursos orçamentários foram indicados na Requisição ao Compras.	-
Constam a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no caput do art. 16?	NÃO	-	Não se aplica.
Foi inclusa justificativa da desvantagem em realizar o processo licitatório? (art.5º da Lei nº 14.133/2021)	SIM	-	O Estudo Técnico Preliminar inclui a justificativa

311

			da dispensa de licitação, evidenciando que a contratação direta é mais célere e vantajosa para a Administração, conforme art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
Foi elaborado documento de formalização de demanda? (art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei n° 14.133/21)	**SIM**	Referido documento anexo a este processo.	-
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual (INDICAR O NÚMERO DA INTENÇÃO)? (Decreto Municipal nº 17.696/2023)	**SIM**	Requisição ao compras nº 5656/2026 - pág 01.	Intenção nº 596/2026.
Foi elaborado Estudo Técnico Preliminar contemplando ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação ou justificativa para a ausência do documento, conforme Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei n°14.133/21?	**SIM**	Descrição da necessidade - item 1 ETP; Estimativa do quantitativo - item 6 ETP; Estimativa do valor - item 7 ETP; Estimativa do parcelamento - item 8 ETP; e Viabilidade da contratação - item 14 ETP.	-
Foi elaborado Mapa de Riscos ou justificativa para ausência do documento? (Art. 72, I da Lei nº 14.133/21)	**SIM**	Mapa de Riscos encontra-se presente neste processo.	-
Foi inclusa justificativa para a ausência dos itens elencados no Art. 18, §1º, da Lei n°14133/21	**SIM**	-	"Sim. Todos os elementos elencados no § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 foram

			devidamente incluídos no Estudo Técnico Preliminar, não havendo itens ausentes a justificar."
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto? (Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei n°14.133/21)	**SIM**	Item 13 do ETP e item 4.5 do TR.	A questão da sustentabilidade fora trabalhada nos Estudos Técnicos Preliminares, bem como no Termo de Referência.
Foi utilizado o modelo de minutas padronizados de Termos de Referência aprovado pela Procuradoria Geral do Município ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização, alterações realizadas no modelo utilizado foram justificadas e destacadas visualmente? (Art. 19, IV e § 2º, da Lei n°14.133/21)	**SIM**	-	Informa-se que foram utilizadas as Minutas padronizadas.
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais aprovados pela Procuradoria Geral do Município, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização? (Art. 19, IV e § 2º, da Lei n°14.133/21)	**SIM**	-	Informa-se que foram utilizadas as Minutas padronizadas.
A previsão de recursos orçamentários é compatível com a despesa estimada? (Art. 72, IV, da Lei n°14.133/21)	**SIM**	Nota de reserva da dotação.	-
O contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessário devidamente acompanhadas de suas comprovações? (Art. 72, V, da Lei 14.133/21)	**SIM**	-	-
Sendo adotado registro de preços, a contratação está sendo realizada de forma unificada com os demais órgãos que utilizam o mesmo produto/serviço? (Art. 82, §6º, da Lei n°14.133/21)	**NÃO**	-	Não se aplica.
Há descrição clara do objeto inclusive das unidades e quantidades a serem adquiridas? (art. 18, II da Lei nº 14.133/2021)	**SIM**	Requisição ao Compras, bem como na Intenção nº 596/2026.	-
Foi elaborado documento de formalização de demanda? (art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei n°14.133/21)	**SIM**	Documento anexo a esse	-

313
1.

		processo.	
Foi escolhida a proposta mais vantajosa? (arts. 11, I, 72, VI e 75 § 3º da Lei n°14.133/2021)	**SIM**	-	Atendidos os arts. 12 e 72 da Lei nº 14.133/2021, com demonstração da vantajosidade.
Houve a solicitação de apresentação de documentos relativos à qualificação técnica (Atestado de Capacidade Técnica), caso tenha sido esta solicitação está acompanhada de justificativa fundamentada? (arts. 67 e 72, V da Lei n°14.133/2021)	**SIM**	Declaração anexa a esse processo.	Declaração de Qualificação Institucional e Capacidade Técnica.
A contratação possui justificativa técnica quanto ao enquadramento nas hipóteses do art. 75 da Lei n°14.133/21?	**SIM**	-	A presente contratação justifica-se em função da natureza do objeto.
Consta justificativa do preço baseada em pesquisa ou certificação de que a estimativa ocorrerá concomitantemente com a seleção da proposta mais vantajosa, tudo em conformidade com a Instrução Normativa nº 02/2023- SEPLAG? (Art. 72, II e VII, e art. 23 da Lei 14.133/21; art. 7º, §4º, da Instrução Normativa nº 02/2023- SEPLAG)	**SIM**	Orçamento e contratos anexos a esse processo.	O preço está justificado com base no orçamento apresentado pela banca e em contrato firmado em 2025 com este Município.
Tratando-se de situação em que não é possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei 14.133/21, o contratado comprovou por algum meio idôneo que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, tais como notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração? (Art. 72, II e VII, e art. 23, §4º, da Lei n°14.133/21; art. 7º, §1º, da IN nº 02/2023-SEPLAG)	**NÃO**	-	Não se aplica.
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/21, foi apresentada demonstração que comprove o respeito ao limite de valor, considerando o somatório do valor da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza contratados pela mesma unidade gestora no mesmo exercício financeiro? (Art. 75,	**NÃO**	-	Não se aplica.

§1º, da Lei n°14.133/21)			
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/21, a autoridade declarou que a contratação será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com atendimento da IN n°12/2023 - SEPLAG para busca da proposta mais vantajosa? (Art. 75, §3º, da Lei n°14.133/21; art. 6º da IN 12/2023 - SEPLAG)	**NÃO**	-	Não se aplica.
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/21, a contratação será paga por meio de cartão de pagamento e com divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)? (art. 75, §4º, da Lei n°14.133/21).	**NÃO**	-	Não se aplica.
Em caso negativo, houve justificativa para não adoção dessa forma de pagamento? (art. 75, §4º, da Lei n°14.133/21)	**NÃO**	-	Não se aplica.
Foi informada a utilização do catálogo eletrônico de padronização ou justificativa para não utilização? (Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei n°14.133/21)	**NÃO**	-	Não se aplica, pois a contratação refere-se à prestação de serviços de banca de concurso, não estando sujeita à utilização do catálogo eletrônico de padronização previsto nos arts. 19, §2º, e 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
Caso haja indicação de marca ou modelo, foi inclusa justificativa para a indicação? (Art. 41, I, da Lei 14.133/21)	**NÃO**	-	Não se aplica.
Caso tenha realizado vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração? (Art. 41, III, da Lei n°14.133/21)	**NÃO**	-	Não se aplica.
Há certificação de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens? (Art. 44 da Lei n°14.133/21)	**NÃO**	-	Não se aplica.
Os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos	**SIM**	Estudo Técnico Preliminar, conforme	Os serviços contratados são

315

que constituam área de competência legal da secretaria ou unidade administrativa, está demonstrado este enquadramento? (Art. 48 da Lei n°14.133/21)		descrição da necessidade.	instrumentais às atividades legais da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, conforme art. 48 da Lei nº 14.133/2021. "
Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto (contratação de serviço em geral), está atestado nos autos que (I) não há perda de economia de escala, (II) é possível e conveniente a execução simultânea e (III) há controle individualizado para a execução de cada contratado? (Art. 49 da Lei n°14.133/21)	NÃO	-	Não se aplica.

Notas explicativas:

I. Esse documento tem a sua utilização restrita às Dispensas para aquisições e serviços em geral, exceto serviços de engenharia.

II. O atendimento da lista de verificação não excluirá a possibilidade de que, eventualmente, sejam anexadas outras informações ou documentos, quando necessário.

Cascavel, 18 de agosto de 2026.

Elaborado por:

Aline Suelen Gurkevicz Sanches

Agente Administrativo

Jéssica Medeiros

Agente Administrativo

De acordo,

Joacir Aparecido Cosma

Secretário de Planejamento e Gestão